

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
MESTRADO EM SOCIOLOGIA**

**EXTENSÃO RURAL NO ESTADO DE GOIÁS: ACESSO
DA PRODUÇÃO FAMILIAR À MODERNIDADE
(1975-1999)**

Mestranda: Eloisa Pio de Santana

Orientador: Dr. Fausto Miziara

**Goiânia-GO
2005**



ELOISA PIO DE SANTANA

**EXTENSÃO RURAL NO ESTADO DE GOIÁS: ACESSO DA
PRODUÇÃO FAMILIAR À MODERNIDADE
(1975-1999)**

Dissertação apresentada ao Mestrado em Sociologia do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

Área de Concentração: Processos Sociais Agrários

Orientador: Professor Dr. Fausto Miziara

**Goiânia-GO
2005**

ELOISA PIO DE SANTANA

**EXTENSÃO RURAL NO ESTADO DE GOIÁS: ACESSO DA
PRODUÇÃO FAMILIAR À MODERNIDADE
(1975-1999)**

Dissertação defendida e aprovada em _____ de _____ de 2005, pela
Banca Examinadora constituída pelos professores:

Prof. Dr. Fausto Miziara (FCHF/UFG)
Orientador

Prof. Dr. Danilo Nolasco Cortes Marinho (UNB)

Prof^a Lyz Elizabeth Amorim Melo Duarte (FCHF/ UFG)

Prof^a Dra. Maria do Amparo Albuquerque Aguiar (FCHF/ UFG)

Suplente

À minha família, Pai Hildebrando Pio de Santana,
mãe Maria Nery Sampaio, irmãos, Eloide, Dilma,
Hilmaide, Hudson, à minha filha Charmânia Cristina
e minha netinha Thainá.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus por me proporcionar à realização de mais um sonho, por mais uma vitória conquistada.

A minha família pelo apoio em todas as horas, em especial aos meus pais que não mediram esforços para que eu conseguisse essa vitória.

Ao meu orientador Prof. Dr. Fausto Miziara pela atenção e companheirismo durante todo o período de orientação.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Sociologia que sempre me trataram com respeito durante o período de realização do curso.

Em especial à minha amiga Mary-Nise pela amizade, apoio nos momentos mais difíceis.

Ao meu amigo Ademar Jr. Pelo companheirismo e pela colaboração na realização da capa ilustrada.

Aos amigos André de Oliveira Amorim e Tatyane Vicentine de Oliveira pela assistência nas dúvidas com computação.

A minha amiga e companheira Antoninha pela amizade e apoio nas horas difíceis.

A minha amiga Rosemeire Bernardino dos Reis pela presteza e companheirismo.

A minha amiga Francilane Eulália de Souza pelas informações no levantamento dos materiais bibliográficos e na tabulação do trabalho.

À Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia-SECTEC pela liberação para freqüentar as aulas do mestrado e realização da pesquisa empírica.

Aos técnicos extensionistas e à bibliotecária da AGENCIARURAL pela colaboração quando do levantamento dos dados nos relatórios de atividades da empresa. Aos técnicos entrevistados pela colaboração e presteza no momento das entrevistas

Ao Supervisor Regional da AGENCIARURAL da microrregião Sudoeste de Goiás Sr. Fernando Servilha pela atenção e apoio quando da visita aos municípios do Sudoeste.

Enfim, a todas as pessoas que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho.

AGRICULTURA

“O povo de boca aberta...

pedindo pão,

Multidões famintas, correndo atrás de alimentação.

A terra, cobriram-na com pisos, asfalto, pedrinhas ou varreram-na para longe.

Terra vermelha, arenosa, encharcada, dura, lamacenta.

Ninguém quer pisar no chão...

O paraíso fica nos arranha-céus.

Concreto vale mais que madeira, que natureza.

O povo, iludido, veste-se de cidade grande e aprende a comer lixo no chão.

De comer bem, o povo até se esquece.

Comer aquela comidinha tão gostosa que só a vovó lá no sítio fazia...

A vida, aos poucos vai se acabando e ninguém presta atenção.

As cidades lotadas de almas iludidas, cheias de gente faminta, enquanto no campo há deserto de plantação.

Acorda “povo”!

Você não quer viver?

Volte para o campo, para tratá-lo, cuide do que Deus lhe deu, com carinho e muito amor.

Da terra se extrai os frutos, dos frutos a continuidade da vida.

Só da terra é que nasce tudo, no chão do asfalto não se planta nada.

Volte a respirar esse ar puro que só o campo tem.

Volte a plantar, volte à cultura do campo.

Faça agricultura!

Faça nascer algo de bom para que a vida cresça forte e sadia.

Plante na terra os seus dons de semeador.

Transforme o povo de boca aberta em povo farto de alimentação.

Coloque a mão na terra e sinta a força divina.

Povo! Levanta a cabeça!

Nasça de novo!

Que Deus ajude quem da vida faz agricultura!”

Tânia Falqueiro Barbosa

RESUMO

A proposta central desse trabalho consiste em verificar a atuação da EMATER-GO na visão dos técnicos da Extensão Rural como ponto de acesso entre os produtores familiares e a modernização agropecuária, materializadas nas novas tecnologias introduzidas na agricultura e na pecuária. Esta pesquisa se desenvolveu em dois períodos: de 1975 (ano de transformação da ACAR-GO em EMATER-GO) até 1990 (ano de extinção da EMBRATER). O segundo período vai de 1990 até 1999 (ano de liquidação da EMATER-GO e criação da Agência Rural). Esta pesquisa foi realizada com o intuito primordial de revelar algumas das particularidades do processo de modernização agropecuária: Qual foi o papel das instituições que foram criadas para promover este desenvolvimento no campo. Nessa perspectiva, optamos por utilizar o referencial teórico de alguns autores, para trabalharmos temas específicos.

Ressaltamos a inovação da aplicação do modelo teórico de Anthony Giddens, o modelo da modernidade reflexiva, introduzido para facilitar a compreensão do papel que as instituições especializadas desempenharam dentro de todo esse processo, e aqui, exclusivamente os serviços de extensão rural do Estado de Goiás.

A metodologia utilizada para a realização da pesquisa, baseou-se primeiramente em leituras bibliográficas que nos levassem a compreender de forma mais precisa o processo de modernização da agropecuária brasileira, um processo que envolveu, entre outros fatores, a inserção dos serviços de extensão rural e a abertura de fronteiras agrícolas. Fizemos o levantamento dos dados da atuação da empresa EMATER-GO durante o período de 1975-1999, com os quais tabulamos e elaboramos as tabelas e os gráficos. Para entendermos a ação dos agentes envolvidos neste processo, num primeiro momento fizemos uma visita a alguns municípios da Microrregião Sudoeste de Goiás, ocasião em que realizamos entrevistas com técnicos da extensão rural para conhecimento de algumas particularidades dessa microrregião em relação às outras do Estado de Goiás. Essas entrevistas foram complementadas por outras que envolveram técnicos envolvidos com a Extensão Rural em todo o Estado de Goiás. No total realizamos 21 entrevistas com técnicos que atuaram e atuam na empresa no período em estudo.

Pelos dados levantados e pelas entrevistas realizadas foi possível constatar que durante o período de 1975-1999 a EMATER-GO foi a instituição que promoveu a inserção do produtor familiar no processo de modernização da agricultura, foi o ponto de acesso entre o conhecimento científico dos órgãos de pesquisa e o meio rural, principalmente o produtor familiar. Trabalhando juntamente com os órgãos de pesquisa e levando os seus resultados ao campo em forma de Unidades Demonstrativas, Cursos, Excursões, dias de campo; enfim, proporcionando o conhecimento ao produtor rural.

Diante de tais fatos é preciso ser repensado o serviço de extensão rural, se não forem elaboradas políticas públicas a nível estadual e federal para o reerguimento da extensão rural a tendência é cada vez mais inviabilizar o trabalho de extensão. O pequeno produtor ainda precisa muito da extensão, pois o grande e médio tem condições de contratar os serviços particulares mas, o pequeno só tem a extensão.

PALAVRAS-CHAVE: Modernidade, Produção Familiar, Extensão Rural.

ABSTRACT

The main purpose of this report is to verify EMATER-GO's work through the technicians of Rural Extension as an access point between the family producers and the agriculturist modernity, materialized in the new technology introduced in agriculture and farming. This research was done in two periods: from 1975 (year of transformation in ACAR-GO in EMATER-GO) to 1990 (year of extinction of EMBRATER). The second period goes from 1990 to 1999 (year of liquidation of EMATER-GO and creating the Rural Agency). This research was done with a priority to reveal some particularities of the agriculturist modernity: What was the role of the institutions which were created to provide this development in field. From this perspective, we chose to use a theoretic referencial from some authors, to work specific themes.

We reinforce here the innovation of the applicability of the theoretic model from Anthony Giddens, the model of reflexive modernity, introduced to ease the comprehension of the role that the institutions specialized in all of these process, and here, exclusively the services of the rural extension of Goiás State.

The methodology used on this research, was first based on readings which could take us to comprehend a more precise way of the process of the Brazilian agriculturist modernity, a process which involved, like other factors, the entrance of the rural extension services and the opening of agriculture frontiers. We collected the facts from EMATER-GO during the period of 1975-1999, which we tabulated and did the tables and graphics. To understand the action of agents involved on this process, in a first moment we visited some areas around the microareas of the southwest part of Goiás, occasion where we did some researches with technicians of rural extension to know some particularities from this microarea related with others areas from Goiás State. These researches were complemented with others which involved technicians who were also involved with Rural Extension in all of Goiás State. In a total we did 21 researches with technicians who worked and still work in the company during the period studied.

From the facts studied and through the researches done it was possible to see that during the period of 1975-1999 the EMATER-GO was an institution that provided the entrance of the family producer in the process of agriculturist modernity, it was the point of access between the scientific knowledge from the researches and the rural area, mainly the family producer. Working together with the researches organs and taking the results to the field in Demonstrative Units, Courses, Tours, days of fields; at last, providing the knowledge to the rural producer.

Facing the facts it is necessary to think of the rural extension service, if public politics won't be elaborated in a state and federal level to the increasing of rural extension, the tendency is each time more blocking the work of extension. The small producer still needs the extension, because the large and medium have conditions to hire private services, but the small one just have the extension.

KEY WORDS: Modernity, Family Production, Rural Extension

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

1- Uso do solo no sudoeste goiano – 1940 -1995.....	25
2- Modelo de estratificação do agente.....	73
3- Área de trabalho da EMATER em Goiás – 1975-1999.....	98
4- Número de produtores assistidos em Goiás - 1975-1999.....	106
5- Áreas atendidas com conservação do solo em Goiás – 1975-1999.....	110
6- Capacitação de produtores rurais em Goiás - 1975-1999.....	112
7- Pessoas atendidas na área de bem estar social em Goiás - 1975-1999.....	120
8- Atividades com organização rural em Goiás - 1975-1999.....	122
9- Pessoas atendidas em organização rural em Goiás - 1975-1999.....	123
10- Total de produtores assistidos em pecuária em Goiás - 1975-1999.....	127
11- Número de rebanho assistido em Goiás - 1975-1999.....	128
12- Número de produtores assistidos em culturas em Goiás - 1975-1999.....	130
13- Área assistida em culturas em Goiás - 1975-1999.....	131
14- Culturas: área colhida no estado e área assistida pela EMATER em Goiás - 1975-1999.....	136
15- Atividades realizadas com o POLOCENTRO em Goiás - 1980-1986.....	138
16- Atividades realizadas com o programa região GEOECONÔMICA em Goiás - 1980-1986.....	140
17- Atividades realizadas com o programa POLOAMAZÔNIA em Goiás 1980-1986.....	142
18- Programas especiais de desenvolvimento agropecuário em Goiás a partir de 1970.....	144

LISTA DE TABELAS

01- Uso do Solo no Sudoeste Goiano – 1940 -1995.....	24
02- Área colhida e produção de alho e arroz (em casca), segundo as microrregiões de Goiás - 2001 – 2002.....	28
03- Área colhida e produção de melancia e milho, segundo as microrregiões de Goiás - 2001 – 2002.....	29
04- Área colhida e produção de soja e sorgo granífero, segundo as microrregiões de Goiás - 2001 -2002.....	32
05- Área colhida e produção de cana-de-açúcar e feijão (em grão), segundo as microrregiões de Goiás - 2001 – 2002.....	33
06- Área colhida e produção de laranja e mandioca, segundo as microrregiões de Goiás - 2001 – 2002.....	35
07- Área colhida e produção de abacaxi e algodão herbáceo, segundo as microrregiões de Goiás- 2001 – 2002.....	36
08- Ranking dos cinqüenta maiores municípios goianos em rebanho bovino – 2002.....	38
09- Vacas leiteiras e produção de leite, segundo as microrregiões de Goiás 2002.....	39
10- Produto Interno Bruto, per capita a preço de mercado corrente microrregião Sudoeste de Goiás -2003.....	40
11- Brasil - estabelecimentos, área e valor bruto da produção e percentual do financiamento total (FT) - 1995-1996.....	60
12- Agricultores familiares-estabelecimentos área e Valor Bruto Produção	

segundo as regiões Brasileiras - 1995-1996.....	60
13- Agricultores Familiares:Pessoal Ocupado segundo as diferentes formas no Brasil – 1995-1996.....	61
14- Agricultores Familiares: Acesso à tecnologia e à Assistência Técnica no Brasil - 1995-1996.....	71
15- Relação dos entrevistados no Trabalho de Campo em Goiás – 2005.....	99
16- Estado de Goiás: área colhida dos principais produtos agrícolas - 1980, 1985, 1990 e 1995 - 2002.....	134
17- Estado de Goiás: área colhida dos principais produtos agrícolas - 1980, 1985, 1990 e 1995 - 2002.....	135

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABCAR- Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural

ACAR - Associação de Crédito e Assistência Rural

AGENCIARURAL- Agência Goiana de Desenvolvimento Rural e Fundiário

AIA - Associação Internacional Americana

ANCAR - Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural

ASBRAER- Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural

ASCAR - Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural

ASTER - Associações de Assistência Técnica e Extensão Rural

BDMG - Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais

CAMPO - Companhia de Promoção Agrícola

CBAR - Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais

CEPAL- Comissão Econômica para a América Latina

DATER- Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural

DNPE.- Departamento Nacional de Pesquisas Agropecuárias-

EMATER – GO - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Goiás

EMATER –MG - Empresa de Assistência técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais

EMBRAPA- Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias

EMBRATER - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural

ESAV - Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa-

FAO- Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação

FESURV- Fundação de Ensino Superior de Rio Verde (atualmente Universidade)

FT - Financiamento Total

FUNABEM – Fundação Nacional do Bem Estar do Menor

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-

ICMS- Imposta sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária –

JADECO - Japan-Brazil Agricultural Development Corporation

MDA- Ministério do Desenvolvimento Agrário –

ONU- Organização das Nações Unidas

OSEGO- Organização de Saúde do Estado de Goiás

PCI - Programa de Crédito Integrado

PIPMO- Programa Intensivo de Preparação de Mão de Obra

PNMH- Programa Nacional de Microbacias Hidrográficas

PNRA - Programa Nacional de Reforma Agrária

POLOAMAZÔNIA –Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia

POLOBRASÍLIA – Programa Especial da Região Geo-Econômica de Brasília,

POLOCENTRO - Programa de Desenvolvimento do Cerrado

PROAGRO- Programa de Garantia de Atividade Agropecuária

PROÁLCOOL- Programa Nacional do Alcool

PROBOR - Programa de Incentivo à Produção da Borracha Natural- PROBOR

PROCAL- Programa Nacional de Calcário Agrícola

PRODECER - Programa cooperativo Nipo-Brasileiro para o Desenvolvimento do Cerrado

PRODOESTE- Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste

PROFIR - Programa de Financiamento de Equipamento de Irrigação

PROLEITE- Programa de Estímulos Técnicos e Financeiros para o Desenvolvimento da Pecuária Leiteira

PRONAF- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PROSSOLOS- Programa Nacional de Conservação do Solo

PROVÁRZEAS- Programa Nacional de Várzeas Irrigáveis-

RT - Renda Total Agropecuária

SENAR- Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SEPIN- Superintendência de Estatística, Pesquisa e Informação

SEPLAN- Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento-

SIBER Sistema Brasileiro de Extensão Rural

SIBRATER - Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural

SNCR - Sistema Nacional de Crédito Rural

UNESCO- Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura

VBP- Valor Bruto da Produção

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
1- MODERNIZAÇÃO DA AGROPECUÁRIA E POLÍTICAS PÚBLICAS	05
1.1- A estruturação do rural na sociedade brasileira.....	05
1.2- Modernização da agropecuária brasileira.....	09
1.3- Fronteira agrícola e modernização agropecuária.....	17
1.3.1- Produção agrícola do Sudoeste de Goiás.....	27
1.3.2- Produção pecuária do Sudoeste de Goiás.....	37
1.4- Extensão rural e assistência técnica: processo histórico e seu papel educativo.....	42
2- PRODUÇÃO FAMILIAR E MODERNIDADE	59
2.1- Produção Familiar.....	59
2.2- A produção familiar e a modernização agropecuária.....	67
2.3- A modernidade reflexiva.....	72
2.4- Da produção familiar à modernidade racional e reflexiva	86
3- A ATUAÇÃO DA EMATER-GO E A SUA RELAÇÃO COM OS PRODUTORES DE BASE FAMILIAR NO PERÍODO DE 1975-1999	94
3.1- Áreas de trabalho atingidas no Estado de Goiás.....	96
3.2- Número de produtores assistidos.....	103
3.3- Preservação do meio ambiente.....	108
3.4- Capacitação de mão de obra rural.....	111
3.5- Bem estar social.....	118
3.6- Organização rural.....	121
3.7- Atendimento à pecuária.....	125
3.8- Atendimento à agricultura	129
3.9- Programas especiais.....	137
CONSIDERAÇÕES FINAIS	155
REFERÊNCIAS	158
APÊNDICES	164
Apêndice 1- Tabela produtores assistidos em Goiás 1980- 1999.....	164

Apêndice 2-	Tabela produtores assistidos em cultura em Goiás 1975-1999.....	165
Apêndice 3-	Tabela áreas assistidas em cultura em Goiás 1975-1999.....	166
Apêndice 4-	Tabela produtores assistidos em pecuária em Goiás 1975-1999.....	167
Apêndice5-	Tabela criações assistidas em Goiás 1975-1999.....	168
Apêndice 6-	Tabela número de pessoas assistidas em organização rural em Goiás 1975-1999.....	169
Apêndice 7-	Tabela número de organizações rurais atendidas em Goiás 1975-1999.....	170
Apêndice 8-	Tabela preservação do meio ambiente em Goiás 1975-1999.....	171
Apêndice 9-	Tabela de pessoas atendidas na área de bem estar social em Goiás 1975-1999.....	171
Apêndice 10-	Tabela capacitação de produtores rurais em Goiás 1975-1999.....	172
Apêndice 11-	Tabela programas especiais POLOCENTRO em Goiás 1980-1986.....	173
Apêndice12-	Tabela programas especiais GEO-ECONÔMICA em Goiás.....	173
Apêndice 13-	Tabela programas especiais POLAMAZÔNIA em Goiás 1980-1986.....	173
Apêndice 14-	Tabela área colhida no Estado e área assistida pela EMATER-GO 1980-1999.....	174
ANEXOS		175
Anexo 1-	Roteiro para aplicação das entrevistas com os técnicos da extensão rural - EMATER-GO.....	175
Anexo 2-	Parecer Consubstanciado protocolo nº 027-2004.....	177
Anexo 3-	Formulário para cadastramento de projeto de pesquisa – Pós-graduação.....	179
Anexo 4-	Título de protocolo de pesquisa.....	180
Anexo 5-	Folha de rosto para pesquisa envolvendo seres humanos.....	181
Anexo 6-	Termo de Consentimento livre e esclarecido- Técnicos da AGENCIARURAL.....	182

INTRODUÇÃO

Com a expansão da modernidade ocorrem mudanças de comportamento, caracteristicamente produto de uma crescente racionalização¹. Cada vez mais nos tornamos dependentes do conhecimento científico e tecnológico, base desse processo de modernização. Sendo assim, a importância do conhecimento e da tecnologia, em qualquer ramo da atividade humana é fato notório, e particularmente no setor agrícola. Estamos a cada dia ingressando no mundo da informática, da biotecnologia e das novas fontes de energia. Ciência e tecnologia são instrumentos imprescindíveis para que o país possa dispor plenamente de suas riquezas naturais e transformá-las em bens econômicos a serem colocados à disposição de toda a sociedade.

Goiás é um Estado que se dedica principalmente à produção agropecuária, com altos índices no contexto nacional. Sendo voltado ao setor primário, a importância desse tema se justifica pelo fato de buscar apreender vários fatores ligados à modernização agropecuária, estudando especificamente a inserção dos produtores familiares, pois é através de novas técnicas que acontecem de fato modificações no meio rural e, principalmente, na produção familiar. Tais modificações provocam mudanças na forma de pensar dos produtores familiares, no seu comportamento e na sua visão de mundo, levando-os na maioria das vezes a incorporar o pensamento racional e reflexivo.

A inclusão dos serviços de assistência técnica e extensão rural, especificamente a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural- EMATER (a partir de 1999, Agência Goiana de Desenvolvimento Rural e Fundiário-AGÊNCIARURAL) como um dos pontos centrais da pesquisa, prende-se ao fato de representar uma das áreas de atuação do Estado no setor agrícola, com a expansão dos serviços de extensão rural, desempenhando um papel central na difusão do uso de insumos modernos e crédito rural. E, agindo, de certa forma, como orientadora dos produtores tradicionais no uso dos novos instrumentos de produção, ou seja, constituindo um ponto de acesso entre os produtores familiares e a modernização agropecuária.

¹ Segundo Giddens (2003) "A capacidade que atores competentes têm de se "manterem em contato" com as bases do que fazem, de tal modo que, se interrogados por outros, podem fornecer razões para suas atividades.

O destaque à Microrregião Sudoeste de Goiás justifica-se pela utilização de processos mais avançados na produção agropecuária, se comparada às outras microrregiões do Estado. A partir de 1975, o Estado de Goiás teve sua agricultura e pecuária modernizada. No Sudoeste, principalmente nas grandes propriedades, a agricultura é altamente mecanizada, com pequena utilização de mão-de-obra, e produção de monoculturas voltadas para exportação, como é o caso da soja e do milho.

A partir de 1975, houve uma preocupação sistemática com a otimização do processo produtivo, imprimindo um ritmo mais dinâmico à atividade agrícola, onde a mecanização foi um passo fundamental na modernização. As novas tecnologias desenvolvidas pelos centros de pesquisas, também contribuíram para o incremento da produção e da produtividade no Sudoeste de Goiás.

A proposta central desse trabalho consiste em verificar a atuação da EMATER-GO na visão dos técnicos da Extensão Rural como ponto de acesso entre os produtores familiares e a modernização agropecuária, materializadas nas novas tecnologias introduzidas na agricultura e na pecuária. Esta pesquisa se desenvolveu em dois períodos: de 1975 (ano de transformação da ACAR-GO em EMATER-GO) até 1990 (ano de extinção da EMBRATER). O segundo período vai de 1990 até 1999 (ano de liquidação da EMATER-GO e criação da Agência Rural).

A partir desses fatos surgiu a necessidade de estudar as transformações ocorridas na agropecuária, que foram decisivas para o desenvolvimento do Estado de Goiás. Cremos que os conhecimentos obtidos através desta pesquisa poderão ser úteis à sociedade em geral e, principalmente, ao Estado, para a elaboração de novas políticas agrícolas ou para a reestruturação das políticas já existentes.

A metodologia utilizada para a realização da pesquisa, baseou-se primeiramente em leituras bibliográficas que nos levassem a compreender de forma mais precisa o processo de modernização da agropecuária brasileira, um processo que envolveu, entre outros fatores, a inserção dos serviços de extensão rural e a abertura de fronteiras agrícolas. Fizemos o levantamento dos dados da atuação da empresa EMATER-GO durante o período de 1975-1999, com os quais tabulamos e elaboramos as tabelas e os gráficos. Para entendermos a ação dos agentes envolvidos neste processo, num primeiro momento fizemos uma visita a alguns municípios da Microrregião Sudoeste de Goiás, ocasião em que realizamos entrevistas com técnicos da extensão rural para conhecimento de algumas

particularidades dessa microrregião em relação às outras do Estado de Goiás. Essas entrevistas foram complementadas por outras que envolveram técnicos envolvidos com a Extensão Rural em todo o Estado de Goiás. No total realizamos 21 entrevistas 06/06/05 à 05/07/05 com técnicos que atuaram e atuam na empresa no período em estudo.

Ressaltamos a inovação da aplicação do modelo teórico de Anthony Giddens, o modelo da modernidade reflexiva, introduzido para facilitar a compreensão do papel que as instituições especializadas desempenharam dentro de todo esse processo, e aqui, exclusivamente os serviços de extensão rural do Estado de Goiás.

Na tentativa de desenvolver uma pesquisa que respondesse aos temas ligados à modernização da Agropecuária familiar e a extensão rural no Brasil, foi preciso refletir sobre os tópicos: a modernização agropecuária no Brasil, as conseqüências para a produção familiar, os efeitos das políticas públicas implementadas desde meados dos anos 60 no processo de estruturação do rural e, em especial, o papel da extensão rural e da assistência técnica como ponto de acesso entre a modernização agropecuária e a produção familiar, apresentando também o modelo teórico de Anthony Giddens.

Assim, no primeiro capítulo, trabalhamos com os aspectos ligados à modernização agropecuária. Na primeira parte analisamos a “Estruturação do Rural da Sociedade Brasileira”, no qual destacamos as políticas agrícolas implementadas desde meados nos anos 60 . Na segunda parte tratamos dos aspectos gerais da Modernização da Agropecuária Brasileira e os fatores que viabilizaram esse processo, para entendermos as transformações ocorridas na agricultura, determinadas pela modernização. Quando destacamos a microrregião Sudoeste de Goiás como uma das regiões responsáveis pelo desenvolvimento da agropecuária no Estado de Goiás, necessitávamos conhecer um pouco mais sobre a microrregião e, sendo uma região de fronteira agrícola, na terceira parte fazemos uma análise a respeito das concepções de fronteira agrícola, destacando algumas características a respeito da modernização agropecuária e os aspectos sócio-econômicos do Sudoeste Goiano. Na quarta parte, analisamos o processo histórico do sistema de assistência técnica e extensão rural, assim como, destacamos alguns pontos do papel educativo da extensão rural junto aos produtores familiares.

No segundo capítulo trabalhamos com os aspectos ligados à produção familiar e à modernidade. Na primeira parte é realizada uma discussão teórica a

respeito da produção familiar, destacando suas características principais. Na segunda parte, são analisadas as conseqüências que a modernização agropecuária traz para a produção familiar. Ao falar sobre o tradicional e a modernidade, elegendo os serviços de extensão rural e assistência técnica como ponto de acesso entre a modernização agropecuária e a produção familiar, que adota as normas dos sistemas peritos para serem repassadas aos produtores familiares, na terceira parte, fazia-se necessário apresentar o modelo teórico de Anthony Giddens, quando elabora a Teoria da Estruturação e faz reflexões sobre a modernidade reflexiva. Após apresentar o modelo de Giddens, na quarta parte, aplicamos este modelo para compreender a inserção da produção familiar no processo de modernização, mostrando a inserção da agricultura tradicional na agricultura moderna, destacando a racionalidade e a reflexividade da produção familiar, desenvolvida a partir da modernização agropecuária.

No terceiro capítulo apresentamos os resultados da pesquisa empírica, na qual fizemos um levantamento da história da Extensão Rural no Estado de Goiás. Este trabalho foi realizado por meio de análise de documentos e entrevistas com alguns extensionistas que participaram do processo desde 1975(ano da passagem da ACAR-Goiás para EMATER-GO) até 1999 (ano de liquidação da EMATER-GO e criação da AGENCIARURAL).

1- MODERNIZAÇÃO DA AGROPECUÁRIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

1.1- A Estruturação do rural na sociedade brasileira

Um dos principais eixos temáticos sobre os quais se deteve a sociologia a partir da década de 1970 pode ser denominado “a estruturação do rural na sociedade brasileira” pois envolve, basicamente, a análise da atuação do Estado no espaço agrário e no setor agropecuário. Segundo José Vicente Tavares (1991), essa atuação pode ser analisada por meio das políticas públicas, divididas em políticas agrárias e agrícolas.

De acordo com esse autor,

O rural é um espaço privilegiado de intervenção do Estado, havendo uma séria preocupação dos pesquisadores de avaliar a implantação e a eficácia das políticas públicas em relação ao mesmo, estas, por sua vez estiveram marcadas pela temática da modernização da agricultura. Deve-se ressaltar que tal orientação perpassa os mais variados matizes teóricos e ideológicos, chegando-se a produzir uma larga confluência de várias abordagens teóricas em relação aos efeitos sociais e as formas de relações sociais que são produzidas por tais políticas de modernização. (TAVARES, 1991, p.16)

No âmbito das políticas agrárias, podemos incluir os seguintes temas particulares:

Os impactos sociais das barragens, as estratégias de ocupação dos cerrados e os programas de desenvolvimento “rural” integrado em seus aspectos fundiários. No que se refere à questão da reforma agrária, ela é retomada a partir do último período de transição política, ou seja, a partir da Nova República. Uma série de trabalhos trata de dar conta não só das demandas sociais por essa política de reforma agrária, mas também de todos os percalços que a formulação e definição dessa política provocou, tais como: o debate havido no ano de 1985 entre várias forças políticas, sobressaindo-se a análise do PNRA- Programa Nacional de Reforma Agrária: a avaliação dos assentamentos federais e estaduais e a acirrada polêmica no âmbito da Assembleia Nacional Constituinte. (TAVARES, 1991, p.16)

Passaremos agora a analisar as políticas agrícolas, que é o nosso tema em questão. Essas políticas podem ser relacionadas aos seguintes temas:

A aplicação dos “Pacotes tecnológicos” de modernização do setor agropecuário, as representações das técnicas agrícolas acerca da modernização da agricultura: os incentivos econômicos à “pecuarização” e à plantação de cana-de-açúcar para a produção do álcool, a política

energética e seus reflexos no espaço agrário, os planos de irrigação, as políticas de saúde e os programas de desenvolvimento “rural” integrados em seus aspectos tecnológicos, bem como outras experiências de planejamento participativo. (TAVARES,1991,p.17)

Uma das questões sociológicas em debate no início dos anos 1980 refere-se à modernização da agricultura, isto é, os efeitos das políticas públicas implementadas desde meados dos anos 1960 no processo de estruturação do rural. Deve-se salientar que o Estado aparece como o agente necessário de indução das transformações tecnológicas no setor agropecuário brasileiro pelo estabelecimento de políticas de “modernização da agricultura”. Neste sentido, desde o final dos anos 1960, várias políticas foram paulatinamente criando condições para que a agropecuária alcançasse um outro patamar tecnológico e produtivo.

Assim, em 1965, nas atividades de suporte institucional, houve o estabelecimento do sistema de crédito rural nas seguintes modalidades: fundiário, investimento, custeio e comercialização; depois, a institucionalização da pesquisa agropecuária (com a criação da EMBRAPA), e em seguida, a centralização das atividades de assistência técnica e extensão rural (a formação da EMBRATER). Além do mais, o Estado estimulou a produção de insumos extra-setoriais, com a expansão do departamento produtor de bens de capital, isto é, de máquinas (colheitadeiras e tratores, principalmente) e equipamentos, e de fertilizantes, corretivos e “defensivos” ou agrotóxicos agrícolas. Também promoveu o fortalecimento dos canais de comercialização, através da política de preços mínimos, a criação do seguro agrícola e o estímulo ao cooperativismo. Finalmente, as diferentes políticas contribuíram para a expansão, centralização das agroindústrias. (TAVARES, 1991, p.22-23)

As grandes transformações técnico-econômicas e sociais na agricultura não resultaram da ação “livre” das forças do mercado. Muito ao contrário, o Estado esteve presente em todas as fases do processo, ora criando condições para as transformações (através das políticas de financiamento e tecnológicas), ora articulando diversos elementos em torno de um projeto definido de modernização da agricultura brasileira.

Em termos históricos, a intervenção do Estado, estimulando a modernização da agricultura brasileira, pode ser vista como uma nova etapa de um processo que já vinha se desdobrando desde os anos 1930 e que constitui um dos problemas fundamentais do processo de industrialização brasileira: conformar a agricultura às necessidades de acumulação de capital comandada pelo setor urbano-industrial.

Dentro dessa temática, as políticas orientaram-se para o conjunto do setor agrário e, tiveram impactos diferentes no setor exportador e no importador, afetando em graus diferentes os diversos tipos de produtos e produtores e regiões do país.

O Instrumento mais importante no período foi o crédito agrícola, que, a partir da criação do Sistema Nacional de Crédito Rural-SNCR em 1965, estabeleceu que os bancos particulares deveriam aplicar 10% dos seus depósitos no crédito agrícola, ou canalizá-los junto ao Banco Central com juros de 7% ao ano.(SORJ,1980,p.86)

A criação do Sistema Nacional de Crédito Rural- SNCR, juntamente com a reforma do sistema financeiro, estabeleceu as bases para assegurar que parte dos recursos captados pelos bancos fosse canalizado para o setor agrícola.

Embora a ação do Estado tenha envolvido várias instituições públicas e privadas, órgãos de financiamento e de pesquisa ligados à agricultura, programas especiais de desenvolvimento regional e de âmbito nacional, planos ligados a produtos agrícolas particulares e a questão de ordem social, esta ação unificava-se, senão em seus objetivos explícitos, pelo menos em relação ao conteúdo e meios, uma vez que passava sempre pela modernização da agricultura e pela integração da agricultura à dinâmica da expansão capitalista, o que equivale à integração Agricultura - indústria.

A assistência creditícia, ou seja, o crédito fácil e a juros favorecidos foi o fator decisivo do processo de modernização da agricultura no Brasil.

Primeiro crédito apenas para o trigo; depois (1969 em diante), também para a soja; e a partir de 1979, também para outras culturas e a criação de animais e aves. Crédito para aquisição de máquinas, implementos, equipamentos, calcário, fertilizantes, sementes, defensivos(herbicidas, pesticidas, fungicidas, etc.), crédito para custeio, para instalações, para aquisição de matrizes, etc.(BRUM, 1988,P.88).

O que devemos analisar é que com o sistema de crédito rural orientado, o agricultor ficou subordinado à fiscalização e à assistência técnica, introduzindo-o de forma maciça no “pacote tecnológico” da modernização.

Podemos passar neste momento a fazer uma análise com relação à distribuição do crédito agrícola entre os produtores, desde o momento de sua implantação.

A distribuição do crédito rural ocorreu de forma bastante equitativa entre crédito e custeio, comercialização e investimento, mas, entre o conjunto dos

produtores, foram utilizados basicamente pelos médios e grandes, ficando os produtores familiares, especialmente os mais pobres, marginalizados.

Apresentando alguns pontos para verificar a situação de crédito rural com relação aos produtores familiares na época de implantação do SNCR, destacamos que as exigências de garantia constituem o principal entrave. Dos parceiros e arrendatários era exigida a carta de anuência do proprietário, que é de difícil consecução, e nem sempre a época da liberação dos financiamentos e os prazos fixados para resgate são favoráveis aos produtores familiares. Além disso, há a excessiva burocracia que envolve as operações bancárias.

O crédito rural não somente privilegiou certo tipo de produtor e produto, como parte importante dele foi desviada para atividades urbanas ou compra de terras. Embora se trate de um dado dificilmente quantificável, esse é um fato reconhecido praticamente por todos os técnicos relacionados ao setor, e, a partir de fins de 1977, pelo próprio governo. (SORJ, 1980, p.89).

Analisando as políticas dos créditos rurais mais vantajosos, percebe-se claramente, que apenas o grande proprietário tem acesso ao crédito. Podemos analisar essa questão de dois ângulos: primeiro porque o crédito é para comprar coisas que somente os grandes fazendeiros podem comprar: tratores, colheitadeiras, defensivos químicos e adubos. Segundo, o custo operacional de um financiamento é alto, a burocracia bancária dá preferência ao mais forte, portanto, ganham com isso somente os grandes fazendeiros. Os pacotes tecnológicos privilegiavam uma produção de grande escala.

O maior impulsionador do processo de modernização foi o crédito agrícola, chegando por vezes a subsidiar praticamente mais da metade do valor da maquinaria agrícola, segundo Sorj (1980,p.89),

[...] A diminuição dos preços da maquinaria permitiu viabilizar a mecanização, na medida em que encareceu relativamente a força de trabalho. Em muitos casos significou um desperdício sistemático, na medida em que gerou uma grande capacidade ociosa e a substituição desnecessária de maquinarias, por ser mais barata a compra de um novo instrumento do que a substituição de suas partes[...].

Podemos perceber que o âmbito das atividades do Estado na agricultura se alargou com a própria expansão do complexo agroindustrial através do apoio direto à modernização e criação de condições infra-estruturais necessárias à expansão do

setor, que dificilmente poderiam ser assumidas por capitais agrícolas individuais. Desse modo,

[...] Esse conjunto de atividades orienta-se de forma geral, para a modernização da produção agrícola, favorecendo claramente determinados tipos de produtores e de produtos, em função da correlação de forças na sociedade e da estrutura de acumulação industrial que orienta a própria expansão agrícola. (SORJ, 1980, p. 90)

1.2- Modernização da agropecuária brasileira

Para falarmos em modernização da agropecuária, faz-se necessário, primeiramente, destacar a diferença entre questão agrícola e questão agrária, pois foi a partir da questão agrícola que de fato aconteceu a modernização da agricultura brasileira.

A questão agrícola diz respeito aos aspectos ligados às mudanças na produção em si mesma: o que se produz, onde se produz e quanto se produz. Já a questão agrária está ligada às transformações nas relações de produção: como se produz, de que forma se produz. Os indicadores da questão agrícola, são as quantidades e os preços dos bens produzidos. Os principais indicadores da questão agrária são as maneiras como se organiza o trabalho e a produção; o nível de emprego dos trabalhadores rurais, a produtividade das pessoas ocupadas no campo, etc.(GRAZIANO DA SILVA, 1980-A ,p.11)

A partir dessas considerações, podemos realmente falar em “modernização da agropecuária”, que está ligada às transformações da produção em si mesma: O que se produz, onde se produz e quanto se produz.

Uma outra condição imprescindível para entender realmente esse processo de modernização da agropecuária brasileira, é fazer uma análise, tomando como base o texto da Kageyama (1990), e esclarecermos algumas dúvidas àcerca desse conceito. De acordo com a autora, existem três conceitos que muitas vezes são usados como sinônimos e na verdade não o são: Modernização da Agricultura, Industrialização da Agricultura e a Formação dos Complexos Agroindustriais.

Por modernização se entende basicamente a mudança na base técnica da produção agrícola. É um processo que ganha dimensão nacional no pós-guerra com a introdução de máquinas na agricultura, elementos químicos, mudanças de ferramentas e mudanças de culturas ou novas variedades. É uma mudança na base técnica da produção que transforma a produção artesanal do camponês, à base da enxada, numa agricultura moderna , intensiva, mecanizada, enfim, numa nova maneira de produzir.(KAGEYAMA, 1990, p. 113).

A modernização da agricultura significa a passagem de uma atividade de apropriação das condições naturais existentes para uma atividade de fabricação dessas mesmas condições quando ausentes, que implicam em transformações na produção .

A industrialização da agricultura envolve a idéia de que a agricultura acaba se transformando num ramo de produção semelhante a uma indústria, como uma "fábrica" que compra determinados insumos e produz matérias primas para outros ramos de produção. O camponês produzia em " interação com a natureza" , como se esta fosse o seu " laboratório natural", trabalhava a terra com os insumos e ferramentas que tinha ao seu alcance, quase sempre produzidos em sua propriedade. A agricultura industrializada, ao contrário, está conectada com outros ramos da produção, para produzir ela depende dos insumos que recebe de determinadas indústrias, e não produz mais apenas bens de consumo final, mas basicamente bens intermediários ou matérias-primas para outras indústrias de transformação. O processo de industrialização da agricultura é qualitativamente diferente, o que torna o processo de modernização irreversível, a partir do momento em que a agricultura se industrializa, a base técnica não pode regredir mais. Se regredir a base técnica, também regride a produção agrícola.(KAGEYAMA, 1990,p.114)

O longo processo de transformação da base técnica, chamado de modernização, culmina na própria industrialização da agricultura. Esse processo representa a subordinação da natureza ao capital.

Finalmente, no período pós-1975 temos a constituição do que vem sendo chamado de complexos agroindustriais. São vários complexos que se formam, ao mesmo tempo em que a atividade agrícola se especializa continuamente.

Esclarecida a dúvida acerca dos três conceitos, podemos analisar mais profundamente o processo de modernização da agropecuária brasileira.

Um dos grandes desafios da sociologia tem sido o debate sobre as especificidades da penetração do capitalismo na agricultura, o fenômeno da modernização da agricultura podendo ser definido como o processo através do qual ocorrem modificações na base técnica da produção. Assim, a agricultura moderna é a fase agrícola que se caracteriza pelo uso intensivo de máquinas e insumos modernos, bem como por uma maior racionalização do empreendimento e pela incorporação de inovações técnicas, quer dizer, a utilização de métodos e técnicas de preparo e cultivo do solo, de tratos culturais e de processos de colheita mais sofisticados.

A partir do Pós-Segunda Guerra Mundial, ao lado do crescimento extensivo da produção, a agricultura brasileira passa a experimentar de forma mais decisiva, especialmente do ponto de vista da ação estatal, um processo de modernização de sua base técnica.

O processo de modernização, ao mesmo tempo em que implica a integração técnica intra-setorial e a mercantilização da agricultura, promove a substituição de elementos internos do complexo rural por compras extra-setoriais (máquinas e insumos), abrindo espaço para a criação de indústrias de bens de capital e insumos para a agricultura.(KAGEYAMA, 1990, p. 115)

Este processo pode ser visualizado pela elevação do consumo intermediário na agricultura de compras industriais para a produção de suas mercadorias.

A partir de meados dos anos 1960, o processo de modernização atinge uma fase mais avançada, a de industrialização da agricultura. O que deve ficar bastante claro é que o processo de industrialização da agricultura não se resume à utilização de insumos industriais na produção agrícola, embora esse elemento seja um dos seus componentes.

A industrialização do campo é um momento específico do processo de modernização: A "reunificação agricultura-indústria" num patamar mais elevado do que o simples consumo de bens industriais pela agricultura. É um momento da modernização a partir do qual a indústria passa a comandar a direção, a agricultura se converte assim num ramo da produção que compra insumos e vende matérias-primas para outros ramos industriais. A terra deixa de ser o "laboratório natural", para se converter em mercadoria. Os equipamentos utilizados deixam de ser meros instrumentos de trabalho, para representar partes do capital a ser valorizado.(KAGEYAMA, 1990, p.122).

A modernização da agricultura pode ser definida ainda como um processo de significativos impactos nas relações sociais de produção. Neste caso, implica numa maior integração do produtor e da produção no mercado e na racionalidade do lucro.

Segundo Graziano Neto ,

[...] Ao mesmo tempo em que vai ocorrendo aquele progresso técnico na agricultura, vai-se modificando também a organização da produção, que diz respeito às relações sociais (e não técnicas) de produção. A composição e a utilização do trabalho modificando-se, intensificando-se o uso do "bóia-fria" do trabalhador volante; a forma de pagamento da mão de obra é cada vez mais a assalariada, os pequenos produtores, sejam proprietários, parceiros ou posseiros, vão sendo expropriados, dando lugar, em certas regiões, à organização da produção em modelos empresariais.(GRAZIANO NETO, 1982, p.26)

Outra característica da modernização da agricultura é a transformação capitalista da agricultura. À medida que o processo se implanta e avança, a agricultura tende a se especializar, com uma tendência à monocultura, o que, de um lado, cria dificuldades e estrangulamentos à pequena propriedade rural e aos produtores autônomos e, do outro, viabiliza e estimula a empresa rural, grande e média, onde se estabelecem as relações capitalistas de produção: os proprietários dos meios de produção (terras, máquinas, etc) assumindo o papel de patrões e os trabalhadores diretos destituídos dos meios, assumindo a condição de assalariados.

A modernização da agricultura também se define e se explica pela estreita relação que a indústria estabelece com a agricultura. É importante observar que na agricultura de subsistência o vínculo predominante da agricultura é com o consumo ou, mais especificamente, com o autoconsumo. Na agricultura mercantil, a atividade agrícola está estreitamente relacionada com o comércio e o setor financeiro. Todavia, na agricultura moderna, preponderam e se fortalecem os vínculos entre a agricultura e a indústria.

A “Revolução Verde”² foi a propulsora da modernização da agricultura no mundo e, conseqüentemente, no Brasil, ampliando a venda de insumos modernos: máquinas, equipamentos, implementos, fertilizantes, defensivos, pesticidas, etc. Sem dúvida, uma forma inteligente de os grupos econômicos internacionais realizarem a expansão de suas empresas e de seus interesses com extraordinária rapidez e eficiência. Assim,

A Revolução Verde foi um programa que tinha como objetivo explícito contribuir para o aumento da produção e da produtividade agrícola no mundo, através do desenvolvimento de experiências no campo da genética vegetal para a criação e multiplicação de sementes adequadas às condições dos diferentes solos e climas resistentes às doenças e pragas, bem como da descoberta e aplicação de técnicas agrícolas ou tratamentos culturais mais modernos e eficientes. (BRUM, 1988, p. 44)

Com o desenvolvimento da produção capitalista na agricultura (ou seja, na atividade agropecuária), há a tendência de um maior uso de adubos, de inseticidas, de máquinas, de maior utilização de trabalho assalariado, o cultivo mais intensivo da terra, e, a produção se torna mais intensiva sob o controle do capital.

² Ver - BRUM, Argemiro Jacob. Modernização da Agricultura. Trigo e Soja. Petrópolis, Vozes, 1988.

Deve-se ressaltar que é dessa maneira que as barreiras impostas pela natureza à produção agropecuária vão sendo gradativamente superadas. É como se o sistema capitalista passasse a “fabricar” uma natureza que fosse adequada à produção de maiores lucros. Assim, se uma determinada região é seca, existe a irrigação para resolver a falta de água, se é brejo, existe a draga para resolver o problema do excesso de água, se a terra não é fértil, aduba-se e, assim por diante. Com relação à pecuária, existe ração, silagem, ordenha mecânica, sistema de resfriamento do leite, medicamentos veterinários, etc.

Um fato que deve ser levado em consideração é que a modernização agropecuária no Brasil não é um fato novo, vem desde o final dos anos 1950 e início da década de 1960, quando a agricultura passou a ser um dos temas centrais de discussão. Como exemplo citamos o arcabouço teórico da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), na tentativa de mostrar que a nossa estrutura agrária, extremamente concentrada, era um empecilho ao processo de industrialização no país. A indústria gradativamente vai assumindo o controle do processo de acumulação de capital. O país vai deixando de ser “ eminentemente agrícola”, durante essa fase, a industrialização se fazendo pela “substituição das importações”.

No início dos anos 1960, que corresponde ao final da fase de industrialização pesada no Brasil, instalam-se no país as fábricas de máquinas e insumos agrícolas; são implantadas indústrias de tratores e equipamentos (arados, grades, etc.), fertilizantes químicos, rações e medicamentos veterinários, etc. Surge a indústria de fertilizantes e defensivos químicos, através da instalação da indústria Petroquímica, e os tratores e equipamentos através da implantação da Siderúrgica.

Podemos agora avaliar as críticas daqueles que pregavam a industrialização do país em substituição ao modelo agrário existente. Seus argumentos principais diziam respeito à concentração da propriedade (e da posse) da terra nas mãos de uns poucos latifundiários (propriedade rural de monocultura, ou seja, um só produto agrícola) e com terras incultas, o que para eles representava:

a) Um estrangulamento na oferta de alimentos aos setores urbanos, pois a produção reagia menos que proporcionalmente ao crescimento dos preços. Assim, na medida em que fosse aumentando a proporção da população brasileira nas cidades, tenderiam a haver uma pressão nos preços dos alimentos, como conseqüente reflexo no crescimento dos salários, tornando inviável o processo de industrialização. b) a não ampliação do

mercado interno para a industrialização nascente. As fazendas eram quase que auto-suficientes baseadas numa economia “natural”: não adquiriam a grande maioria dos produtos de que necessitavam, confeccionando aí mesmo em bases artesanais. (GRAZIANO DA SILVA, 1980-A, p.32).

É importante destacar que, a partir da constituição desses ramos industriais no próprio país, a agricultura brasileira teria que criar um mercado consumidor para esses “novos” meios de produção. E, para garantir a ampliação desse mercado, o Estado implementou um conjunto de políticas agrícolas destinadas a incentivar a aquisição dos produtos desses novos ramos da indústria, acelerando o processo de incorporação de modernas tecnologias pelos produtores rurais, a industrialização da agricultura brasileira.

Com o intuito de acelerar o desenvolvimento do capitalismo no campo, incentivando a reprodução da propriedade capitalista, durante os governos militares pós-1964, foram criadas as condições necessárias para o desenvolvimento de uma política agrária, privilegiando as grandes empresas mediante incentivos financeiros, que passaram a se ocupar da agropecuária.

A escolha da agricultura como “meta prioritária” do governo, reaviva as discussões que se travaram em torno do conteúdo político e social das transformações no campo brasileiro nas duas últimas décadas.

A questão agrária faz parte da vida diária dos trabalhadores rurais e, nessa época, ela foi silenciada; para isso foi necessário fechar sindicatos, prender e matar líderes camponeses, além de outras séries de violências.

Entretanto, o Golpe Militar de 1964 impôs transformações estruturais básicas no modelo político-brasileiro que influenciaram os movimentos sociais ocorridos até então. A modernização da economia, via industrialização e arrocho salarial obrigou o Governo a intervir em sindicatos, federações e confederações usando arbitrariedade jurídicas e policiais.

O “novo período” necessitava de mão-de-obra barata nas cidades, com vistas a mecanizar o campo, e, assim, atrair investimentos internacionais. Portanto era de vital importância o controle dos movimentos sociais e sindicais no campo. Assim, com os sindicatos atrelados ao Estado e as principais lideranças no exílio, na prisão, sem qualquer possibilidade de se expressar, o governo implementa a sua política de modernização do campo, que teve como uma das conseqüências sociais mais imediatas, o processo de migração rural-urbana.

Podemos perceber, com isso, que a implementação da industrialização agropecuária foi mais uma questão política do que técnica, na qual o grande capital se aliou ao latifúndio, sob a égide do Estado. A partir daí, podemos perceber que a implantação da modernização agropecuária foi um caminho de grandes contradições, agravando ainda mais a situação, principalmente dos produtores familiares. No final, a estrutura agrária continuou concentrada, mas houve uma transformação interna no âmbito das relações de produção que permitiu que a agricultura respondesse às necessidades da industrialização.

Segundo Graziano da Silva (1980), Na primeira metade dos anos de 1960, há um aumento praticamente generalizado de todos os tamanhos de propriedades. Ainda assim, podemos notar que o crescimento das grandes propriedades é maior que o das pequenas, segundo os dados do INCRA e IBGE. Já no período de crescimento e auge 1967/1972, época que ficou conhecida como “milagre brasileiro”, aumenta apenas o número de grandes propriedades.

Na época do “milagre brasileiro” pouco se falou da questão agrária, em parte, porque a repressão política não deixava; por outro lado, porque muitos achavam que a questão agrária tinha sido resolvida com o aumento da produção agrícola na época. Um fato que não podemos esquecer é que esse aumento vinha beneficiando os então chamados “produtos de exportação” (café, soja, etc.) em detrimento dos chamados “pequenos produtos alimentícios” (feijão, arroz, etc.). As pequenas propriedades são engolidas pelas grandes. Porém, o que significou a manutenção desse padrão de concentração da propriedade da terra tão elevado no Brasil, aliado a uma rápida expansão da fronteira? Significou que milhares de pequenos posseiros, parceiros, arrendatários e mesmo pequenos proprietários que iam perdendo as terras que possuíam, não tiveram nova oportunidade na agricultura, tiveram que mudar para as cidades em busca de uma nova maneira de ganhar a vida, ou seja, a manutenção de um elevado grau de concentração da terra no país funcionou como um acelerador do processo de urbanização. Essa urbanização da população ativa significou exatamente a ampliação do mercado interno para a indústria. A própria industrialização criou o mercado de que necessitava para sua expansão, pela ampliação da fronteira agrícola³ e a urbanização da população

3- Limite da área de exploração agrícola.ORMOND, José Geraldo Pachego.Glossário de Termos Usados em Atividades Agropecuárias, Florestais e Ciências Ambientais.Rio de Janeiro:BNDES 1ª ed.2004.

anteriormente dedicada às atividades agropecuárias. Por outro lado, pelas mudanças que provocou na própria agricultura, ao transformá-la também em “indústria” que compra certos insumos (adubos, máquinas) para produzir outros insumos (matérias primas para as indústrias de alimentos).

A ampliação do mercado interno para a industrialização brasileira se fez, como em todo o mundo capitalista, pela proletarização dos camponeses, através da expropriação deles como produtores independentes. “Parece-nos evidente, portanto, que a “velha” agricultura, entendida como um “setor autônomo”, tende gradativamente a desaparecer” (GRAZIANO DA SILVA, 1980,p.68). Passando assim a depender de determinadas políticas públicas, ou seja, o Estado como incentivador do processo de produtividade. Ou seja,

A industrialização era apresentada como fórmula milagrosa capaz de, por si só, gerar o desenvolvimento; e o setor agrícola, apontado como o responsável pelo atraso desses países, deveria ceder a sua posição dominante na economia.(GRAZIANO DA SILVA, 1982, p.17)

Vê-se, portanto, claramente que o processo de modernização se fez acompanhar de unidades de produção cada vez maiores, com uma conseqüente deterioração da distribuição da renda no setor agrícola [...] Os fertilizantes e defensivos, na medida em que aumentam a produtividade da terra, aumentam as exigências de mão-de-obra não qualificada por ocasião das colheitas. A mecanização, na medida em atinge(por questões tecnológicas) principalmente outras atividades que não a colheita, acentua a sazonalidade de ocupação dessa mão-de-obra. Desse modo, a modernização aumenta as exigências e diminui o período de ocupação da mão de obra não- qualificada numa dada propriedade agrícola. A solução mais econômica para o proprietário que moderniza passa a ser a substituição do trabalhador permanente pelo volante, com o conseqüente aumento da sazonalidade do emprego dos trabalhadores rurais. (GRAZIANO DA SILVA, 1982, p.29- 30)

Nesse sentido, uma série de políticas públicas orienta-se para o conjunto do setor agrário; e, tais políticas tiveram impactos diferentes no setor exportador e no importador, afetando em graus diferentes os diversos tipos de produtos e produtores e regiões do país.

O avanço da modernização no Brasil, na década de 1970, exigiu instrumentos mais eficientes e uma articulação mais eficaz para atender a essa necessidade, levando o governo brasileiro a criar em 1971 a Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (EMBRAPA). A atuação dessa organização, de fato, acaba sendo influenciada direta ou diretamente, pelos centros internacionais. Estes ocupam posições de vanguarda nas pesquisas e passam a articular as organizações

nacionais levando-as, de forma hábil e sutil, através do fornecimento de subsídios, "recomendações", ou do estágio de técnicos, a seguir, a executar sua orientação, dentro de um trabalho integrado em que os centros internacionais são o cérebro de comando, sempre inspirados nos interesses das corporações transnacionais. O que ocorre com os organismos públicos verifica-se também em relação às universidades e outras entidades de pesquisa de caráter privado.

Também na década de 1970 e pelas mesmas razões, foi reestruturado e dinamizado o sistema nacional de assistência técnica e extensão rural, através da criação da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural- EMBRATER, vinculada ao Ministério da Agricultura. O sistema se completa, estendendo-se aos diversos Estados, através da criação, em cada um deles, da sua respectiva Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural- EMATER.

Este sistema visava o controle da articulação dos produtores rurais à introdução de novas culturas, de técnicas de cultivo e manuseio do solo e, também, à orientação alimentar. Os rumos de sua orientação geral dependem da natureza do modelo econômico e agrícola e do tipo de suas relações com os centros internacionais de pesquisa.

Tais políticas públicas permitiram dotar o país de uma infra-estrutura pública de pesquisa agropecuária reconhecida internacionalmente. Nas décadas de 1970-1980, uma infra-estrutura de assistência técnica e extensão rural capaz de veicular, a um grande público, os avanços da incorporação do uso de insumos modernos na agricultura, permitiu a estruturação de um sistema nacional de crédito rural, que durante a década de 1970 e, principalmente, na década de 1980, foi fundamental para a consolidação desse modelo de modernização da agricultura.

1.3- Fronteira agrícola e modernização da agropecuária

O processo de modernização da agropecuária em Goiás insere-se na expansão da moderna tecnologia para novas áreas. Esse processo recebeu o nome de "Fronteira Agrícola".

É costumeiro analisar fronteira agrícola como uma linha separando áreas ocupadas com atividades agropecuárias de espaços vazios. Mas, partindo do conceito elaborado por Figueiredo e Trigueiro (1986, p. 4) "A fronteira agrícola seria entendida como área potencial, um espaço que oferecia condições para a expansão

(e, em condições, para retração) de atividades econômicas do setor primário, especialmente da agropecuária”.

Um outro autor que parte desta mesma linha de raciocínio é Sawyer (1983, apud: Mueller, 1990 p.49) Ele define Fronteira Agrícola como “área potencial, como o espaço que oferece condições à expansão de atividades relacionadas à agropecuária”.

Segundo Mueller (,1990, p.49),

É esse potencial que delimita o espaço da fronteira. Três elementos são fundamentais no estabelecimento do espaço potencial em que a fronteira se constitui: O funcionamento de mercados diversos (de produtos, de trabalho, de terras, de bens de consumo), o desenvolvimento de sistemas de transportes e a disponibilidade de terras a serem ocupadas.

Um outro autor que também discute a respeito do conceito de Fronteira Agrícola, que também será importante para nossa análise, é José Graziano da Silva, segundo este autor,

A fronteira não é necessariamente uma região distante, vazia do ponto de vista demográfico. Ela é fronteira do ponto de vista do capital, entendido como uma relação social de produção.[...] Não se deve, pois, pensar que fronteira é algo externo ao “modelo Agrícola” brasileiro, [...] A fronteira é simultaneamente condicionante e resultado da nossa “modernização dolorosa” no campo.(GRAZIANO DA SILVA, 1982, p. 115)

Partindo desses pressupostos, podemos analisar Fronteira Agrícola como um processo de expansão tecnológica, mudança no padrão tecnológico, ou seja, expansão do capitalismo para área potencial e, segundo o modelo apresentado por Miziara (2.000), e Espaço aberto para a ação dos indivíduos.

“O capitalista individual encara zona de fronteira agrícola, todo espaço onde existe a possibilidade de alterar uma das variáveis, social, geográfica ou econômica, de acordo com seus interesses[...]. Fatores macro, como intervenção estatal, desenvolvimento das forças produtivas, mudança na base tecnológica, etc., criam condições para a ação do capitalista individual. Entretanto, esses fatores macro por si só não garantem a ocorrência de novas aplicações de capital de capital, sendo necessário, com vistas à compreensão do processo, perceber os elementos que fazem com que os capitalistas individuais tomem a decisão, ou não, de aplicar seus recursos em outros locais”. (MIZIARA, 2.000, p. 283-284).

Tomando como base essas discussões, trabalharemos com três variáveis para a nossa discussão sobre Fronteira agrícola: social, geográfica e, partindo do modelo de Miziara (2.000), a economia, que adota uma perspectiva instrumental e privilegia o nível de inversão de capital.

As frentes de agricultura comercial só começaram a avançar pelo espaço do Centro-Oeste em fins da década de 1950. Até o final da década de 1960, não existiam programas especiais para estimular a expansão agrícola no sul do Centro-Oeste.

O aumento da produção dependia da abertura de estradas, da criação de um mínimo de infra-estrutura de apoio à agropecuária e, de forma muito importante, da disponibilidade de terras aptas para o cultivo com as técnicas agropecuárias então conhecidas. Na verdade, este foi um fator de amortecimento da expansão agrícola na região. Na década de 70 completou a ocupação das terras acessíveis com essas características no sul de Goiás e de Mato Grosso do Sul e o avanço das frentes comerciais para áreas mais setentrionais do Centro-Oeste foi bloqueado pelo de que ali predominava o “cerrado” que não se sabia como cultivar.(MUELLER,1990,p.51).

A abertura da fronteira agrícola se dá efetivamente nos anos 1970, com a introdução do cultivo do arroz e logo depois da soja, utilizada como a propulsora da fronteira agrícola. Na pecuária o plantio de pastagens com o cultivo de forrageiras aumentou a produção e a produção do rebanho por hectare.

A adoção das inovações ocasionou mudanças nas relações sociais de produção e de trabalho, alterando as paisagens regionais, agora altamente desenvolvidas e integradas ao progresso. Esse avanço, como vimos, apoiava-se no receituário da revolução verde. A região Centro-Oeste foi o alvo central dos programas de ocupação econômica do cerrado como o POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento do Cerrado) e o PRODECER (Programa Cooperativo Nipo-Brasileiro para o desenvolvimento do cerrado).

No início da década de 1970 decidiu-se dar um salto sobre os “cerrados” e estimular a ocupação da Amazônia na esperança de que, em pouco tempo, ela pudesse se tornar importante área agrícola. Como isso não aconteceu, as atenções voltaram-se novamente para os cerrados, mais bem situado em relação aos crescentes mercados do Centro-Sul. Para tal, criaram-se programas especiais de estímulo à agricultura nos “cerrados”, de apreciável impacto na evolução de frentes comerciais.

Os programas mais importantes de estímulo à expansão agrícola em áreas de cerrado foram o POLOCENTRO, o PRODECER, entre outros.

Antes da implantação do POLOCENTRO, em 1972 o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) lançou o Programa de Crédito Integrado (PCI) que objetivava estimular a expansão de agricultura empresarial tecnificada em área de cerrado do Estado (SALIM, 1986, p.309-314). O PCI funcionou como projeto-piloto para o programa de estímulo à expansão agropecuária mais amplo, o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados- O POLOCENTRO.

O Programa estava voltado às áreas que conceituamos como de fronteira Mueller (1990) , objetivando induzir nelas a expansão de frentes comerciais. Foram definidas 12 áreas de atuação para o POLOCENTRO, sendo três em Minas Gerais e nove no Centro-Oeste. Na região, as áreas selecionadas foram: Campo Grande, Três Lagoas e Bodoquena no atual estado de Mato Grosso do Sul, Xavantina e Parecis em Mato Grosso e Gurupi, Paraná, Pirineus, Piranhas e Rio Verde em Goiás.

O principal instrumento de incentivo do POLOCENTRO foi o crédito favorecido, estendido aos que desejassem investir em exploração agropecuária empresarial nas áreas selecionadas. Financiavam o desmatamento, os trabalhos de proteção, correção e fertilização básica dos solos, a construção de estradas, açudes, armazéns, galpões, cercas, eletrificação de propriedade, formação de pastagens, irrigação, drenagem, aquisição de equipamento mecanizado e de veículo, entre outras iniciativas que beneficiavam o desenvolvimento agropecuário da região.

Além do apoio direto ao produtor, o programa previa investimentos em estradas vicinais, em eletrificação rural e em armazenagem nas áreas selecionadas, a promoção da extensão rural, incentivos à produção e comercialização regional de calcário e de outros insumos agrícolas e estímulo a projetos de florestamento e reflorestamento, havendo um investimento muito grande em desenvolvimento tecnológico. O desenvolvimento de pesquisa e da experimentação agropecuárias voltadas à agricultura dos cerrados, ficando a cargo, principalmente, do sistema EMBRAPA.

A pequena agricultura beneficiou-se muito pouco do programa.

[...] Ele foi na realidade um programa para o estímulo da média e da grande agricultura empresarial nas áreas de cerrado, mediante o fornecimento de crédito altamente subsidiado, de assistência técnica e de remoção de obstáculos ao seu funcionamento. A pequena agricultura das áreas atingidas quase não se beneficiou[...]. (MUELLER, 1990.p.55).

Outro programa importante para o desenvolvimento dos cerrados o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para Desenvolvimento dos Cerrados- PRODECER, resultou do acordo de cooperação firmado em 1986, entre o Brasil e o Japão, para a promoção da expansão da agricultura moderna em áreas de cerrado. O principal objetivo era a concessão de crédito para empreendimentos agrícolas de colonos de um conjunto de projetos de assentamento dirigido. Eram necessárias cooperativas credenciadas, assim como a aptidão para desenvolver agricultura em áreas de cerrado. Era um programa destinado especialmente à constituição de fazendas de médio porte (entre 250 a 500 ha), dedicadas principalmente à produção de grãos.

A entidade encarregada da implantação do PRODECER a Companhia de Promoção Agrícola (CAMPO), era formada por duas empresas, uma nacional (Companhia Brasileira de Participação Agroindustrial) e uma japonesa a JADECO (Japan-Brazil Agricultural Development Corporation).

O Estado de Goiás foi contemplado com 02 projetos na segunda etapa do PRODECER, o PRODECER II que se iniciou em 1987, tendo sido implantado em 1990.

De acordo com Mueller,

O Polocentro foi um programa concebido para fazer vingar uma agricultura empresarial em partes selecionadas dos cerrados da região. Entretanto tinha também o objetivo de promover um desenvolvimento mais amplo e harmônico nas áreas afetadas, numa concepção de pólos de desenvolvimento. Ele teve alguns sucessos apenas no primeiro desses objetivos e, mesmo assim, com substanciais distorções. Houve a expansão da agricultura empresarial, mas esta se fez com base em médias e grandes propriedades. Houve também um crescimento bem mais vigoroso da pecuária, e na produção vegetal predominou a soja. Ademais, tudo isso ocorreu à base de generosos subsídios, num esquema altamente concentrador da propriedade e da renda. (MUELLER, 1990,p. 62)

Com relação ao PRODECER (MUELLER, 1990) teve um papel muito importante pois, colaborou na reorganização fundiária em áreas agrícolas do Centro-Sul.

A partir da introdução da agricultura agroexportadora, inicia-se um processo de alteração no uso e na ocupação dos solos no Centro-Oeste, com a implementação de técnicas modernas no cultivo de grãos e na criação de gado. As tradicionais áreas de cerrado, como os extensos chapadões com topografia plana, até então pouco utilizadas, passam a ser intensamente aproveitados, mediante a

disponibilidade de capitais (programas governamentais), de recursos técnicos (máquinas, de tecnologia e desenvolvimento de pesquisas científicas) e de apoio na construção de infra-estrutura pelo Estado Brasileiro, como forma de viabilizar os interesses do capital privado nacional e transnacional.

A primeira região de Goiás a sofrer esse processo foi o Sudoeste Goiano, que apresentava condições locais favoráveis, tais como: proximidade geográfica com os mercados do Centro-Sul; tradição na atividade agropecuária com a presença dos latifúndios e de uma elite agrária voltada para a absorção das inovações; pouco adensamento populacional no campo, o que facilitou o processo de incorporação das terras, quase sem resistência por partes dos pequenos e médios produtores rurais.

Esses fatores, associados às políticas creditícias e fiscais do governo Federal para a “Ocupação Racional” das áreas de cerrado e a construção da infra-estrutura, necessária fizeram dessa região o “portal” de entrada da modernização da agropecuária em Goiás e, com certeza, de grande parte do Centro-Norte brasileiro. Assim,

A reestruturação do sistema produtivo foi particularmente acentuadas nas áreas meridionais da região do cerrado, sendo o Sudoeste de Goiás bem representativo de um espaço onde foram marcantes as alterações no quadro agrário. Sua proximidade dos grandes centros de consumo e comercialização do país, bem como sua integração à rede viária da região Sudeste o tornaram altamente dinâmico em termos de evolução recente das atividades agropecuárias. (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE, 1982, p.11).

Os dados apresentados na tabela 1 e figura 1 confirmam o sentido geral do processo de modernização da agropecuária associado com a Fronteira Agrícola: intensificação no uso do solo. Primeiramente é interessante observar que Existe uma relativa estabilidade na ocupação da área total da região pelas propriedades, ficando em torno dos 70% por todo o período analisado. Isso reflete a ocupação antiga da região, com a Frente Pioneira já consolidada.

Se considerarmos a partir de 1975, quando a Fronteira Agrícola chega à região, podemos verificar que a área explorada tende à estabilidade, mas ocorre uma intensificação no seu uso. Isso se reflete em duas variáveis: em primeiro lugar a tendência de substituição de pastagens nativas por pastagens plantadas. Aliás

ocorre uma inversão: em 1975 as pastagens plantadas representavam 1/5 do total de pastagens e passam em 1995 para 4/5.

As lavouras temporárias apresentam um aumento significativo em todo o período, indicando inclusive a substituição de pastagens por lavouras. Além disso podemos verificar um aumento quase exponencial das áreas irrigadas.

Para entender bem este processo de modernização agropecuária no Sudoeste de Goiás, vamos destacar algumas informações importantes sobre a microrregião.

A Microrregião Sudoeste de Goiás está localizada na mesorregião sul goiano e é formada pelos municípios: Aparecida do Rio Doce, Aporé, Caiapônia, Castelândia, Chapadão do Céu, Doverlândia, Jataí, Maurilândia, Mineiros, Montividiu, Palestina de Goiás, Perolândia, Portelândia, Rio Verde, Santa Helena de Goiás, Santa Rita do Araguaia, Santo Antônio da Barra e Serranópolis.

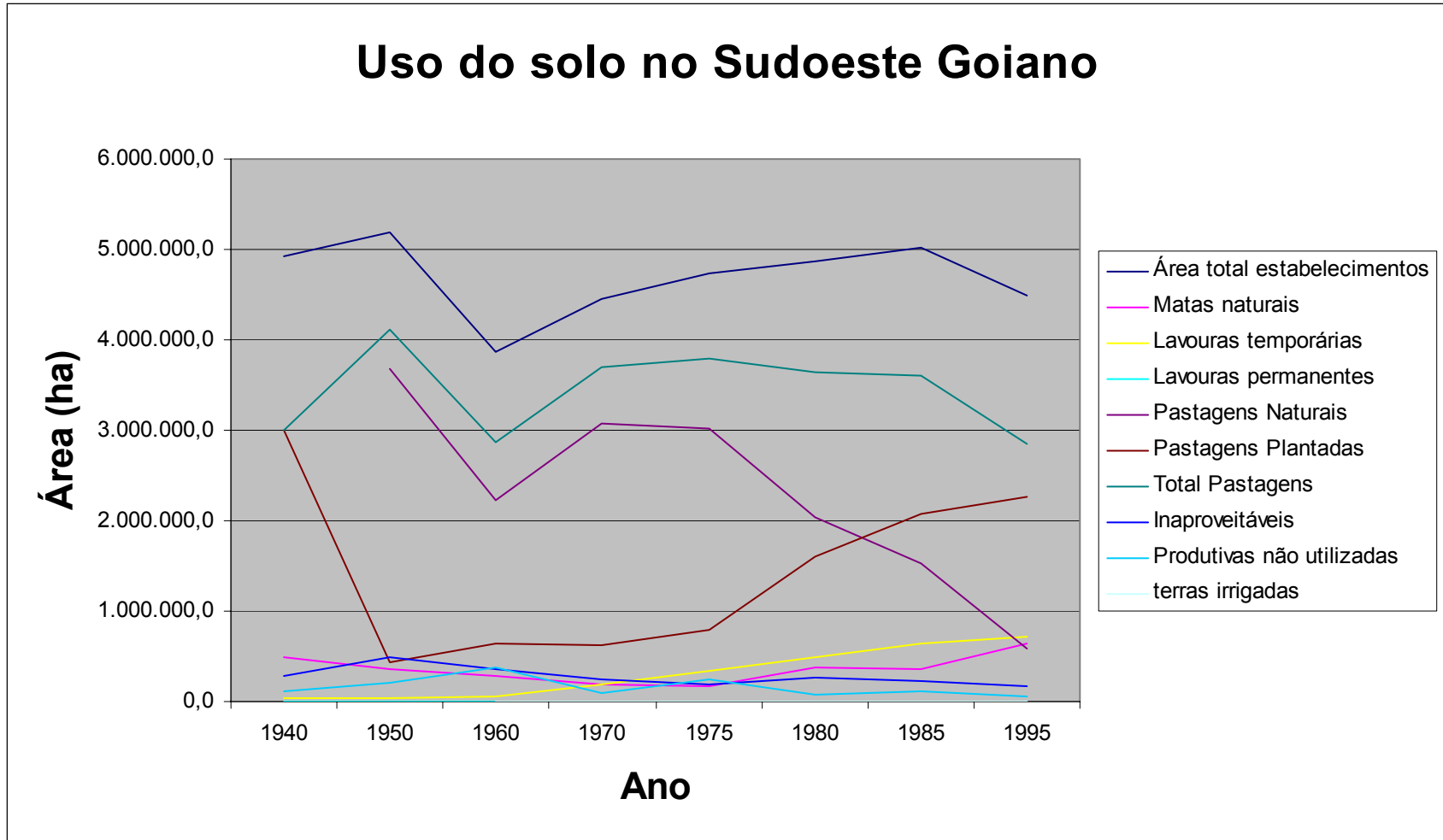
TABELA 01: USO DO SOLO NO SUDOESTE GOIANO 1940-1995

	1940	1950	1960	1970	1975	1980	1985	1995
Área total micro-região Km2	65.389,7							
Área total estabelecimentos	4.926.377,0	5.190.642,0	3.874.569,0	4.450.558,9	4.743.020,6	4.876.105,8	5.018.385,8	4.490.208,9
% área estab. / área total	75,3	79,4	59,3	68,1	72,5	74,6	76,7	68,7
Matas naturais	491.379,0	361.785,0	281.643,0	184.141,1	172.066,7	371.503,0	363.407,4	645.876,3
Matas plantadas		2.134,0	15.045,0	2.766,8	825,4	977,2	2.951,4	2.930,9
Lavouras temporárias	30.384,0	40.602,0	65.103,0	180.610,3	336.937,1	483.356,3	643.917,9	715.786,1
Lavouras permanentes	6.242,0	3.331,0	5.448,0	4.560,9	2.982,8	4.861,3	3.757,9	5.617,4
Pastagens Naturais		3.686.205,0	2.217.760,0	3.070.417,4	3.016.000,6	2.041.730,3	1.530.144,6	589.093,4
Pastagens Plantadas		428.249,0	642.841,0	618.624,8	784.450,9	1.604.118,3	2.078.544,3	2.256.415,1
Total Pastagens		4.114.454,0	2.860.601,0	3.689.042,2	3.800.451,5	3.645.848,6	3.608.688,9	2.845.508,5
% pastag plant / total past		10,4	22,5	16,8	20,6	44,0	57,6	79,3
Inproveitáveis	290.506,0	498.340,9	350.403,7	249.530,5	181.793,5	264.027,0	235.396,0	177.208,4
Produtivas não utilizadas	107.074,0	207.233,0	370.532,0	86.221,6	238.445,4	76.630,9	114.052,4	55.851,1
terras irrigadas			5,00	427,20	174,12	239,33	1.445,71	6.204,59

FONTE: IBGE

Elaboração: Eloisa Pio de Santana e Dr. Fausto Miziara

FIGURA 1- USO DO SOLO NO SUDOESTE GOIANO



Fonte: IBGE

Organização: Eloisa Pio de Santana e Dr. Fausto Miziara

As transformações no setor agropecuário em Goiás e, em particular, no Sudoeste de Goiás, desencadeadas no bojo das mudanças na economia nacional, atingiram de forma diferenciada a agricultura e a pecuária. No entanto, o dinamismo da região, frente a uma reorganização na divisão regional do trabalho provocadas a partir dos pólos industriais do centro-sul do país, pode ser observado no ritmo de crescimento apresentado pelo setor agropecuário como um todo. No setor agrícola, a expansão do Sudoeste de Goiás supera os níveis registrados em termos de Estado. Desse modo,

O Sudoeste apresentou diferenciadas etapas em sua formação econômica. Primeiro, a exploração da pecuária extensiva que vai de sua ocupação até o início do século. Em seguida, começa a destacar-se no cenário goiano na produção de arroz, milho e feijão. Nas últimas décadas, com a incorporação de tecnologia avançada no campo, angariou o troféu de sede dos mais diversificados produtores agropecuários do Estado. (ESTEVAM, Luís, 1998, p.250).

A microrregião Sudoeste de Goiás caracteriza-se pela utilização de processos mais avançados na produção agropecuária, se comparada às outras microrregiões do Estado. A partir de 1975, o Sudoeste de Goiás teve sua agricultura e pecuária modernizadas. Principalmente nas grandes propriedades, a agricultura é altamente mecanizada, com pequena utilização de mão-de-obra e produção de monoculturas voltadas para exportação, como é o caso da soja e do milho.

Nesta última década, houve uma preocupação sistemática com a otimização do processo produtivo, imprimindo um ritmo mais dinâmico à atividade agrícola, onde a mecanização foi um passo fundamental na modernização. A utilização de novas tecnologias desenvolvidas pelos centros de pesquisas, também contribuiu para o incremento da produção e da produtividade não só no Sudoeste de Goiás, como em todo Estado..

Das exportações de Goiás, soja e derivados, parte substancial provém do Sudoeste [...] Em termos percentuais, o Sudoeste constitui a maior região em terras cultivadas do Estado, sendo o maior criador de bovinos, o maior produtor de arroz, de milho e de soja [...]. (ESTEVAM, Luís, 1998, p.252).

1.3.1- Produção agrícola do Sudoeste de Goiás

A produção agrícola do Sudoeste de Goiás, assim como das demais regiões do Estado, vem registrando taxas significativas de crescimento, especialmente na segunda parte da década de 1970, através da introdução e ampliação de novas culturas, maior absorção do progresso técnico via pesquisas científicas, maior utilização de implementos e máquinas agrícolas, com conseqüente aumento da produtividade por área plantada.

A produção agrícola do Sudoeste, no contexto goiano, disputa com a região Mato Grosso Goiano na maioria dos setores. A Soja produzida no Sudoeste corresponde a mais da metade de todo o produto cultivado no estado e o milho e o algodão colhido na região representa a metade do montante de Goiás. A lavoura do sorgo, por sua vez, praticamente existe só no sudoeste que produz quase a totalidade do produto no Estado. De resto, a zona Sudoeste produz 26 por cento do arroz e grande parte do feijão de Goiás. Rio verde por si só, consta entre os maiores produtores de algodão, arroz de sequeiro, melancia, soja, feijão, sorgo e milho do Estado.(ESTEVAM,1998,P.251)

O arroz constitui a base alimentar de grande parte da população dos países subdesenvolvidos, sendo também uma cultura caracterizada de subsistência e utilização de áreas a serem incorporadas ao processo produtivo.

Existem duas formas de cultivo de arroz - de sequeiro e irrigado - sendo que em Goiás predomina o de sequeiro, embora apresente uma produtividade inferior à do arroz irrigado (sequeiro: 1,4 ton/ha; irrigado: 5,4 ton/ha). Entre as microrregiões destacadas no cultivo do arroz em 2001-2002, está o Sudoeste de Goiás com os municípios de Jataí, Rio Verde e Mineiros. (Tabela 02)

O milho é uma cultura de longa tradição no Estado de Goiás, estando incorporado ao hábito alimentar nacional, tanto "in natura", como industrializado. É utilizado em grande escala na fabricação de ração animal, o que lhe confere uma grande importância comercial, principalmente no que se refere à exportação para outros Estados.

Ocupando uma posição de destaque no ranking da produção de grãos do país, a mesorregião Sul Goiano é a maior produtora deste grão de Goiás, com uma participação em 1994/1996 de 71,96% em relação ao Estado com uma alta produtividade, em 2001-2002 o sudoeste ainda se destaca. (Tabela 03)

Tabela 02: Área colhida e produção de alho e arroz (em casca), segundo as microrregiões de Goiás 2001 - 2002

Microrregiões	Alho				Arroz (em casca)			
	Área colhida (ha)		Produção (t)		Área colhida (ha)		Produção (t)	
	2001	2002	2001	2002	2001	2002	2001	2002
ESTADO DE GOIÁS	1.620	1.909	13.590	19.525	115.000	111.492	192.839	212.812
001 – São Miguel do Araguaia	-	-	-	-	5.500	4.894	10.185	11.146
002 – Rio Vermelho	-	-	-	-	3.740	3.490	5.150	5.153
003 – Aragarças	-	-	-	-	2.588	2.974	3.680	5.204
004 – Porangatu	-	-	-	-	13.120	11.150	16.420	13.890
005 – Chapada dos Veadeiros	-	-	-	-	2.460	3.535	2.069	8.961
006 – Ceres	-	-	-	-	10.350	10.566	17.723	19.033
007 – Anápolis	405	420	2.080	2.170	12.350	11.980	25.690	24.560
008 – Iporá	-	-	-	-	2.420	2.560	3.550	3.700
009 – Anicuns	-	-	-	-	6.100	5.430	12.050	10.890
010 – Goiânia	100	25	560	100	3.145	3.100	5.519	5.699
011 – Vão do Paraná	-	-	-	-	5.321	7.640	11.217	24.616
012 – Entorno de Brasília	755	960	8.720	11.125	7.255	7.159	10.057	10.599
013 – Sudoeste de Goiás	-	-	-	-	19.731	19.459	36.052	38.391
014 – Vale do Rio dos Bois	-	-	-	-	4.768	4.285	9.190	7.922
015 – Meia Ponte	-	-	-	-	6.795	6.040	10.445	11.539
016 – Pires do Rio	-	-	-	-	1.205	1.585	1.424	1.684
017 – Catalão	360	504	2.230	6.130	4.600	2.535	5.673	3.794
018 – Quirinópolis	-	-	-	-	3.552	3.110	6.745	6.031

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEPLAN-GO / SEPIN / Gerência de Estatísticas Socioeconômicas – 2003

Tabela 03: Área colhida e produção de melancia e milho, segundo as microrregiões de Goiás 2001 - 2002

Microrregiões	Melancia				Milho (em grão)			
	Área colhida (ha)		Produção (t)		Área colhida (há)		Produção (t)	
	2001	2002	2001	2002	2001	2002	2001	2002
ESTADO DE GOIÁS	6.685	6.817	173.878	184.470	907.628	734.303	4.157.387	3.400.223
001 – São Miguel do Araguaia	-	-	-	-	5.450	5.360	13.535	12.740
002 – Rio Vermelho	-	75	-	1.500	6.343	5.676	17.975	17.640
003 – Aragarças	22	-	288	-	4.690	3.525	13.380	9.658
004 – Porangatu	55	240	1.375	6.270	30.870	24.320	77.089	65.032
005 – Chapada dos Veadeiros	-	-	-	-	10.932	11.470	29.978	39.515
006 – Ceres	4.678	4.797	116.765	131.320	34.586	27.667	113.749	97.100
007 – Anápolis	960	1.090	24.360	27.250	41.450	36.480	147.150	131.015
008 – Iporá	-	4	-	100	6.350	5.780	16.730	15.550
009 – Anicuns	-	-	-	-	21.530	20.130	71.840	68.520
010 – Goiânia	-	-	-	-	12.170	10.980	42.441	37.708
011 – Vão do Paraná	194	60	9.260	1.800	13.380	14.720	13.097	30.366
012 – Entorno de Brasília	-	36	-	1.000	106.996	103.810	522.909	615.659
013 – Sudoeste de Goiás	200	-	3.800	-	356.000	313.707	1.811.913	1.412.003
014 – Vale do Rio dos Bois	10	10	300	300	53.896	32.486	267.412	162.746
015 – Meia Ponte	566	500	17.730	14.900	104.725	53.277	531.230	303.781
016 – Pires do Rio	-	5	-	30	21.890	18.750	107.360	107.370
017 – Catalão	-	-	-	-	43.870	34.055	215.243	209.512
018 – Quirinópolis	-	-	-	-	32.500	12.110	144.356	64.308

Fonte: IBGE

Elaboração: SEPLAN-GO / SEPIN / Gerência de Estatísticas Socioeconômicas – 2003

De acordo com dados do IBGE/SEPLAN/SEPIN-2004, a produção de milho em Goiás destaca-se na 6ª posição em relação à nacional, sendo a 2ª maior área plantada do Estado, perdendo apenas para a soja. O milho é a segunda cultura em valor bruto da produção em Goiás

Em 2003 dentre as microrregiões em destaque está o Sudoeste de Goiás, com os municípios de Rio Verde, Santa Helena de Goiás, Jataí, Montividiu, Chapadão do Céu e Caiapônia.

A cultura da soja constitui o exemplo mais significativo das transformações ocorridas na agricultura goiana. Na última década apresentou uma rápida expansão, estando incluída, atualmente, entre os três principais produtos agrícolas do Estado, tanto em termos de produção como em área colhida. Esta rápida expansão se deve ao franco favoritismo deste produto no mercado internacional, à topografia plana dos cerrados que facilita a mecanização e à menor sensibilidade da cultura às condições agroecológicas do Estado.

No que se refere ao cultivo a produção da soja nas pequenas propriedades é insignificamente, sendo que no padrão tecnológico predomina a homogeneidade: uso de correção de acidez no solo, altas doses de fertilizantes, mecanização em todas as fases do cultivo, uso intenso de agrotóxicos, herbicida e outros.

A soja é um produto extremamente dependente do mercado internacional, sugerindo altos riscos para os sojicultores, uma vez que o governo não pode controlar os preços praticados no mercado externo.

O sul goiano é responsável por cerca de 80% da soja produzida no Estado, sendo que a microrregião Sudeste de Goiás respondeu em 1994, por aproximadamente 60% da produção da mesorregião e 48% da produção estadual, destacando-se os municípios de Rio Verde, Jataí, Mineiros e Montividiu, vejamos em 2001-2002. (Tabela 04)

De acordo com dados do IBGE/SEPLAN/SEPIN-2004, a cultura da soja em Goiás no ano de 2003, apresentou uma produção de 6,3 milhões de toneladas, garantindo ao estado a 4ª colocação entre os produtores nacionais. A área colhida foi de 2,2 milhões de hectares em 1999, registrando-se um crescimento de 69,2%. A soja representa 55% da produção goiana de grãos, sendo grande a sua representatividade na agropecuária.

Goiás processa cerca de 30% do que colhe. As principais indústrias de processamento da soja são: Caramuru Alimentos, Comigo, Coimbra e Granol. Aproximadamente 70% da soja produzida no Estado são vendidas in natura, sem agregar valores. Uma parte vai para esmagadoras de soja do país e outra parte é exportada.

A partir de 1975 o cultivo da cana-de-açúcar no Estado de Goiás, sofreu uma expansão considerável, em virtude dos incentivos advindos da criação do Programa Nacional do Álcool- PROÁLCOOL, que tinha como objetivo principal expandir a produção de álcool a viabilizar o seu uso como matéria-prima para a indústria química.

O cultivo da cana-de-açúcar é realizada de forma empresarial, cabendo às destilarias o beneficiamento da maior parte da produção, sendo o restante complementado por fornecedores. O nível tecnológico é considerado alto para os padrões nacionais; todas as operações são mecanizadas, exceto o corte, que é manual, em 2001-2002 a microrregião se destaca. (Tabela 05)

De acordo com Dados IBGE/SEPLAN/SEPIN, a produção de cana-de-açúcar em 2003 foi de 12,9 milhões de toneladas, contra 9,2 milhões em 1999, tendo uma variação positiva de 40,2%. A cana -de -açúcar em Goiás vem registrando, nos últimos anos, incrementos na sua área colhida devido às exportações de açúcar para outros países e à produção de álcool para uso automotivo. A produtividade tem aumentado: em 2000 o rendimento médio foi de 72,3 t/ha e para o ano de 2003 os resultados foram de 78,3t/ha.

Dentre as maiores microrregiões produtoras de Cana-de-açúcar está o Sudoeste de Goiás, destacando-se os municípios de Serranópolis, Maurilândia e Santa Helena de Goiás.

A produção do feijão tem sofrido em incremento expressivo, principalmente pelo uso da irrigação. Em 1994, a produção de feijão com tecnologia tradicional representou na mesorregião sul goiano, 5.318 t., enquanto que a de feijão irrigado foi de 46.396 t., com uma produtividade de 2 t/ha. No Sudoeste de Goiás, destacam-se os municípios de Montividiu, Rio Verde e Santa Helena de Goiás.

Tabela 04: Área colhida e produção de soja e sorgo granífero, segundo as microrregiões de Goiás 2001 -2002

Microrregiões	Soja (em grão)				Sorgo granífero (em grão)			
	Área colhida (ha)		Produção (t)		Área colhida (ha)		Produção (t)	
	2001	2002	2001	2002	2001	2002	2001	2002
ESTADO DE GOIÁS	1.538.988	1.902.950	4.052.169	5.405.589	121.910	128.861	252.352	238.545
001 – São Miguel do Araguaia	-	548	-	1.003	-	-	-	-
002 – Rio Vermelho	1.423	1.160	3.015	2.559	-	-	-	-
003 – Aragarças	150	2.439	270	6.830	-	-	-	-
004 – Porangatu	10.090	15.864	25.316	44.217		250		620
005 – Chapada dos Veadeiros	10.200	9.000	23.280	25.200	-	-	-	-
006 – Ceres	2.426	9.560	4.342	24.048	-	-	-	-
007 – Anápolis	8.655	11.250	22.453	32.870	2.000	2.030	4.000	4.938
008 – Iporá	1.000	2.567	1.800	6.020	-	20	-	25
009 – Anicuns	845	1.191	1.785	2.565	25	170	90	780
010 – Goiânia	7.685	4.954	20.725	13.620	200	45	480	108
011 – Vão do Paraná	1.200	2.300	1.750	5.595	-	-	-	-
012 – Entorno de Brasília	109.790	147.132	235.480	413.841	5.000	7.260	14.400	30.370
013 – Sudoeste de Goiás	754.054	904.208	2.221.641	2.622.489	101.163	82.723	207.496	140.414
014 – Vale do Rio dos Bois	117.090	158.036	309.950	426.786	1.352	10.706	2.200	19.500
015 – Meia Ponte	245.790	327.504	555.312	913.137	6.150	22.242	10.290	34.560
016 – Pires do Rio	91.400	106.050	244.150	318.670	2.310	1.650	6.800	3.030
017 – Catalão	133.690	154.997	280.120	424.299	1.210	1.300	2.596	3.080
018 – Quirinópolis	43.500	44.190	100.780	121.840	2.500	465	4.000	1.120

Fonte: IBGE

Elaboração: SEPLAN-GO / SEPIN / Gerência de Estatísticas Socioeconômicas - 2003

**Tabela 05: Área colhida e produção de cana-de-açúcar e feijão (em grão), segundo as microrregiões de Goiás
2001 - 2002**

Microrregiões	Cana-de-açúcar				Feijão (em grão)			
	Área colhida (ha)		Produção (t)		Área colhida (ha)		Produção(t)	
	2001	2002	2001	2002	2001	2002	2001	2002
ESTADO DE GOIÁS	129.921	145.069	10.253.497	11.674.140	126.466	122.605	221.742	235.418
001 – São Miguel do Araguaia	230	60	5.100	1.700	367	125	1.175	278
002 – Rio Vermelho	100	80	2.280	1.540	4.766	2.573	13.095	7.070
003 – Aragarças	98	98	3.125	4.900	1.401	1.650	3.683	4.140
004 – Porangatu	1.090	480	28.225	15.580	1.910	1.990	2.674	2.440
005 – Chapada dos Veadeiros	595	605	15.140	15.170	1.705	1.835	3.089	2.965
006 – Ceres	25.885	29.010	2.017.200	2.299.100	4.008	3.226	4.312	2.916
007 – Anápolis	7.678	10.176	551.700	782.200	13.853	12.940	15.389	13.198
008 – Iporá	40	40	1.820	1.820	125	40	72	16
009 – Anicuns	9.057	9.057	729.697	759.697	2.653	2.536	2.242	2.101
010 – Goiânia	582	1.047	37.800	71.470	1.320	1.390	1.506	1.761
011 – Vão do Paraná	1.127	1.203	25.797	28.508	705	708	610	629
012 – Entorno de Brasília	5.873	5.370	400.248	390.430	37.780	47.680	74.407	107.901
013 – Sudoeste de Goiás	33.976	34.511	3.035.110	3.043.196	35.405	24.339	55.349	39.318
014 – Vale do Rio dos Bois	23.644	34.554	2.008.640	2.934.329	3.846	3.233	8.381	7.506
015 – Meia Ponte	18.394	16.791	1.324.145	1.236.470	4.244	6.570	11.550	18.331
016 – Pires do Rio	157	172	3.140	3.730	5.810	6.080	10.937	12.023
017 – Catalão	1.395	1.815	64.330	84.300	6.135	4.630	12.250	9.984
018 – Quirinópolis	-	-	-	-	433	1.060	1.021	2.841

Fonte: IBGE

Elaboração: SEPLAN-GO / SEPIN / Gerência de Estatísticas Socioeconômicas - 2003

A cultura da mandioca caracteriza-se por ser típica de pequena propriedade, com baixo índice de utilização de tecnologia, isto é, seu cultivo é realizado através de manejo tradicional, sendo que a maior parte de sua produção é voltada para o autoconsumo da unidade agrícola produtora. Em 1994, a produção do Sul Goiano representou 38,86% do total do Estado, destacando-se dentre as microrregiões o Sudoeste de Goiás, com as cidades de Jataí e Rio Verde. Vejamos os dados em 2001-2002. (Tabela 06)

O Estado de Goiás em 1994 posicionou-se em 4º lugar na produção de algodão em âmbito nacional, sendo superado apenas pelos Estados do Paraná, São Paulo e Bahia. A mesorregião sul goiano concentrou 97,81% do total produzido no Estado; dentre os cinco municípios mais importantes estão Santa Helena de Goiás, Rio Verde que foram responsáveis por 64,56% da produção estadual.

Em volume de produção, o Estado ocupa o 2º lugar no ranking nacional do algodão. Com uma produção de 305 mil toneladas em 2003, portanto, 20% maior que a registrada no ano de 2000, Goiás produz em torno de 14% do algodão brasileiro. A cultura de algodão no cerrado do sudoeste goiano está alcançando produtividade de até 300 arrobas por hectare, destacando-se em 2001-2002. (Tabela 07)

Estes são os principais produtos agrícolas do Estado de Goiás, mas a microrregião Sudoeste de Goiás conta com a produção de vários outros produtos como: melancia (Rio Verde), tomate (Montividiu, Rio Verde, Santa Helena de Goiás), abacaxi (Doverlândia, Mineiros, Caiapônia e Jataí), laranja (Mineiros, Jataí, Rio Verde, Portelândia), dentre outros, que corroboram a importância da microrregião Sudoeste de Goiás na produção agrícola do Estado .

Tabela 06: Área colhida e produção de laranja e mandioca, segundo as microrregiões de Goiás 2001 - 2002

Microrregiões	Laranja				Mandioca			
	Área colhida (ha)		Produção (t)		Área colhida (ha)		Produção (t)	
	2001	2002	2001	2002	2001	2002	2001	2002
Estado de Goiás	6.643	6.056	119.954	115.813	16.666	17.111	248.568	254.912
001 – São Miguel do Araguaia	-	-	-	-	620	490	10.240	8.490
002 – Rio Vermelho	117	117	2.480	2.480	650	497	8.030	6.425
003 – Aragarças	23	23	794	454	455	415	7.260	6.680
004 – Porangatu	-	-	-	-	1.565	1.725	27.720	30.380
005 – Chapada dos Veadeiros	90	90	710	710	515	515	6.330	6.330
006 – Ceres	42	42	457	457	1.022	1.034	16.440	16.630
007 – Anápolis	1.101	1.112	22.710	20.720	1.878	1.843	26.010	25.730
008 – Iporá	7	7	138	138	870	800	15.290	14.220
009 – Anicuns	87	61	1.913	1.213	1.015	965	16.445	15.695
010 – Goiânia	787	791	12.720	12.570	1.410	1.436	20.610	21.031
011 – Vão do Paraná	4	4	64	64	545	505	7.410	7.030
012 – Entorno de Brasília	1.384	869	28.304	21.467	1.635	1.890	22.640	25.890
013 – Sudoeste de Goiás	296	372	4.306	8.456	925	927	12.355	13.105
014 – Vale do Rio dos Bois	198	213	2.849	3.560	500	495	7.380	7.305
015 – Meia Ponte	1.549	1.488	29.364	28.834	1.240	1.210	18.195	17.830
016 – Pires do Rio	658	617	10.445	9.890	598	1.124	8.883	14.566
017 – Catalão	300	250	2.700	4.800	930	950	13.660	13.950
018 – Quirinópolis	-	-	-	-	293	290	3.670	3.625

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEPLAN-GO / SEPIN / Gerência de Estatísticas Socioeconômicas – 2003

**Tabela 07: Área colhida e produção de abacaxi e algodão herbáceo, segundo as microrregiões de Goiás
2001 – 2002**

Microrregiões	Abacaxi				Algodão herbáceo (em caroço)			
	Área colhida (ha)		Produção (mil frutos)		Área colhida (ha)		Produção (t)	
	2001	2002	2001	2002	2001	2002	2001	2002
ESTADO DE GOIÁS	2.298	2.525	59.519	64.481	106.539	102.185	326.150	301.255
001 – São Miguel do Araguaia	22	2	536	44	-	-	-	-
002 – Rio Vermelho	10	14	250	350	4.666	3.156	15.435	9.220
003 – Aragarças	1	4	30	120	-	-	-	-
004 – Porangatu	105	162	2.420	4.175	-	-	-	-
005 – Chapada dos Veadeiros	-	-	-	-	-	-	-	-
006 – Ceres	515	650	12.344	14.694	68	10	170	22
007 – Anápolis	1.036	1.085	28.025	29.230	-	-	-	-
008 – Iporá	38	38	900	900	-	-	-	-
009 – Anicuns	19	19	565	565	250	270	530	650
010 – Goiânia	24	11	505	310	-	-	-	-
011 – Vão do Paraná	-	-	-	-	-	-	-	-
012 – Entorno de Brasília	43	66	975	1.529	6.619	6.283	22.528	22.489
013 – Sudoeste de Goiás	71	81	2.006	2.300	29.599	26.247	102.759	85.553
014 – Vale do Rio dos Bois	185	195	4.130	4.460	40.224	43.060	113.260	115.270
015 – Meia Ponte	217	190	6.699	5.750	22.121	19.532	62.720	55.024
016 – Pires do Rio	4	-	80	-	-	-	-	-
017 – Catalão	-	-	-	-	1.642	1.976	5.418	8.795
018 – Quirinópolis	8	8	54	54	1.350	1.651	3.330	4.232

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEPLAN-GO / SEPIN / Gerência de Estatísticas Socioeconômicas – 2003.

1.3.2 - Produção pecuária do Sudoeste de Goiás

Desde o início do povoamento do Estado de Goiás, a pecuária constituiu um fator determinante na formação da renda, sendo um componente de suma importância no processo de ocupação do território, assim como na economia.

O rebanho bovino contava em 1993, com 18.580.908 cabeças, constituindo-se, sem dúvida, no segmento mais importante da pecuária estadual.

A suinocultura também é expressiva, embora seu aproveitamento industrial seja incipiente.

A avicultura tem experimentado crescimento significativo, relacionado à produção de aves e ovos em larga escala, com adoção de novas tecnologias para o abastecimento do mercado regional, ainda que parcialmente, uma vez que este ainda é suprido por grupos empresariais, localizados em sua maioria, no sul e sudeste do país.

A mesorregião Sul Goiano deteve em 1993, 44,26% do rebanho bovino do Estado, o que demonstra o peso da região na pecuária estadual. Os rebanhos suíno e avícola participam com 30,29% e 25,27%, respectivamente, constituindo este segmento um mercado promissor, com boas perspectivas para o processo industrial.

A microrregião Sudoeste está entre as que destacam como maiores produtoras de rebanho bovino em 2002, sobressaindo-se os municípios de Rio Verde, Jataí, Caiapônia e Mineiros. (Tabela 08)

A produção de leite no Estado tem ampliado sua participação na produção nacional, sendo que em 1992, Goiás posicionava-se entre os 5 maiores produtores do país. Dentre os fatores que contribuíram para este crescimento, pode -se destacar:

- O avanço tecnológico e de manejo do rebanho, com controle progressivo das zoonoses mais incidentes;
- Melhoria do padrão genético do rebanho, para a especialização leiteira, com a introdução de matrizes e reprodutores de sangue europeu;
- Aumento da capacidade instalada das indústrias processadoras de leite.

Tabela 08: Ranking dos cinquenta maiores municípios goianos em rebanho bovino – 2002

Municípios	Qtde	Ranking	Municípios	Qtde	Ranking
	(cabeças)			(cabeças)	
ESTADO DE GOIÁS	20.101.893	-	Piranhas	190.000	26°
Nova Crixás	656.097	1°	Jaraguá	169.870	27°
São Miguel do Araguaia	468.000	2°	Mozarlândia	169.565	28°
Rio Verde	400.000	3°	Cachoeira Alta	168.000	29°
Jataí	375.487	4°	Itajá	161.558	30°
Quirinópolis	375.000	5°	Itumbiara	161.500	31°
Jussara	363.015	6°	Palmeiras de Goiás	154.950	32°
Caiapônia	362.299	7°	Catalão	150.500	33°
Mineiros	321.879	8°	Araguapaz	150.180	34°
Porangatu	300.000	9°	Ipameri	146.000	35°
Itarumã	292.475	10°	Luziânia	145.000	36°
Montes Claros de Goiás	283.500	11°	Mara Rosa	145.000	36°
Serranópolis	273.353	12°	Itapuranga	144.000	37°
Morrinhos	255.680	13°	Cristalina	140.000	38°
Itapirapuã	236.460	14°	Britânia	137.477	39°
Goiás	236.110	15°	Pirenópolis	133.000	40°
Aporé	232.158	16°	Pontalina	130.225	41°
Niquelândia	222.000	17°	Bom Jardim de Goiás	130.000	42°
Piracanjuba	221.352	18°	Bonópolis	126.000	43°
Doverlândia	217.738	19°	Itaberaí	124.800	44°
Formosa	213.165	20°	São Luiz de Montes Belos	122.000	45°
Caçu	208.247	21°	Faina	120.822	46°
Aruanã	205.630	22°	Santa Fé de Goiás	120.677	47°
Paraúna	201.740	23°	Corumbaíba	120.100	48°
Crixás	195.000	24°	Padre Bernardo	120.000	49°
Mundo Novo	190.815	25°	Goianésia	118.500	50°

Fonte: IBGE

Elaboração: SEPLAN-GO / SEPIN / Gerência de Estatísticas Socioeconômicas – 2003.

Mesmo detendo uma produção significativa de produção de leite, com 2,41 litros/vaca/dia produzidos em 1993, a produtividade ainda pode ser considerada baixa, sendo que esta média poderá ser ampliada com a adoção de técnicas mais modernas de manejo. (Tabela 09)

A mesorregião Sul Goiano tem peso considerável na bovinocultura leiteira do Estado, sendo responsável por cerca de 56,38%, 2ª lugar da produção estadual. A microrregião Sudoeste de Goiás em 2002 apresentou umas produções significativas, destacando-se os municípios de Jataí, Rio Verde, Mineiros e Santa Helena.

Tabela 09: Vacas leiteiras e produção de leite, segundo as microrregiões de Goiás- 2002

Microrregiões	Vacas leiteiras (cabeças)	Part. (%)	Ranking	Produção de leite (mil litros)	Part. (%)	Ranking
ESTADO DE GOIÁS	2.217.158	100		2.483.366	100	
001-São Miguel do Araguaia	71.235	3,21	15º	69.351	2,79	15º
002-Rio Vermelho	86.930	3,92	12º	87.293	3,52	13º
003-Aragarças	70.950	3,2	16º	68.100	2,74	16º
004-Porangatu	154.900	6,99	6º	162.886	6,56	6º
005-Chapada dos Veadeiros	19.842	0,89	18º	10.094	0,41	17º
006-Ceres	192.200	8,67	4º	236.645	9,53	3º
007-Anápolis	167.690	7,56	5º	174.500	7,03	5º
008-Iporá	81.525	3,68	13º	78.253	3,15	14º
009-Anicuns	107.810	4,86	10º	104.922	4,22	11º
010-Goiânia	118.850	5,36	8º	146.154	5,89	8º
011-Vão do Paraná	25.700	1,16	17º	7.638	0,31	18º
012-Entorno de Brasília	200.890	9,06	3º	176.598	7,11	4º
013-Sudoeste de Goiás	201.857	9,1	2º	296.452	11,94	2º
014-Vale do Rio dos Bois	127.070	5,73	7º	149.894	6,04	7º
015-Meia Ponte	304.994	13,76	1º	335.730	13,52	1º
016-Pires do Rio	80.555	3,63	14º	102.539	4,13	12º
017-Catalão	111.030	5,01	9º	133.834	5,39	10º
018-Quirinópolis	93.130	4,2	11º	142.483	5,74	9º

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEPLAN-GO / SEPIN / Gerência de Estatísticas Socioeconômicas – 2003.

Ressaltamos que de acordo com dados da SEPLAN/SEPIN 2003 conforme tabela 10, a microrregião Sudoeste de Goiás é responsável por 10,93% do PIB do Estado de Goiás.

**Tabela 10: Produto Interno Bruto, per capita a preço de mercado corrente
microrregião Sudoeste de Goiás-2003**

Microrregião/Município	Participação (%)	PIB (R\$ mil)	População	PIB per capita (R\$)
Sudoeste de Goiás	10,93	2 367 318	344 377	6 874
Rio Verde	3,57	773 467	116 552	6 636
Jataí	2,52	546 042	75 451	7 237
Mineiros	1,04	226 358	39 024	5 800
Santa Helena de Goiás	0,98	213 005	34 545	6 166
Chapadão do Céu	0,50	108 421	3 778	28 698
Montividiu	0,47	101 080	7 736	13 066
Caiapônia	0,44	94 999	14 673	6 474
Serranópolis	0,25	53 289	6 447	8 266
Perolândia	0,23	49 871	2 791	17 868
Doverlândia	0,18	39 885	8 558	4 661
Aporé	0,16	34 618	3 427	10 101
Maurilândia	0,12	25 203	8 969	2 810
Portelândia	0,11	24 812	3 696	6 713
Castelândia	0,08	17 061	3 882	4 395
Santa Rita do Araguaia	0,07	15 865	5 087	3 119
Palestina de Goiás	0,07	15 644	3 307	4 731
Aparecida do Rio Doce	0,07	14 731	2 402	6 133
Santo Antônio da Barra	0,06	12 967	4 052	3 200

Fonte: IBGE

Elaboração: SEPLAN-GO / SEPIN / Gerência de Estatísticas Socioeconômicas – 2003.

Atualmente, o Sudoeste é conhecido como O Celeiro do Cerrado. Com o agronegócio em alta, esta região pólo de grãos e carnes, atrai investimentos e faz negócios milionários.

De acordo com a Revista Exame - Goiás de 23 de junho/2004, das grandes plantações do Sudoeste saíram no ano passado 5,2 milhões de toneladas de grãos, 46,1% da produção goiana. Só Rio verde produziu 21,5% do sorgo e 11,8% da soja colhida em Goiás. Com 480.000 cabeças, o município tem ainda o segundo maior rebanho bovino do Estado e é o maior produtor de leite. Mas, a instalação da Perdigão criou as bases para o que está sendo apontada como a mais bem-sucedida experiência em *Agricluster*⁴ no Brasil.

Como vimos a partir dessas considerações, a primeira etapa da abertura da fronteira agrícola no Sudoeste de Goiás foi a introdução da modernização agropecuária. Souza (2003) aponta uma segunda etapa de abertura da fronteira agrícola no cerrado, onde está a microrregião, a partir da introdução dos complexos agroindustriais.

A instalação recente (2000) de uma unidade do frigorífico Perdigão no município de Rio Verde ampliou o espaço de atuação das culturas de soja e milho para a criação de suínos e aves. No rastro da Perdigão, já chegaram à cidade quase uma centena de empresas, de distribuidores de sementes e de máquinas agrícolas a fabricantes de embalagens, como o Grupo Orsa e a Videplast. Vieram também outros investimentos, como a Cargil, uma das maiores exportadoras de soja do país. A região está sendo consolidada como um dos principais centros do agronegócio no país com incentivos oferecidos pelo Governo do Estado. O *Cluster* é uma das soluções para competir na economia globalizada. Rio Verde ilustra bem as vantagens trazidas por este modelo.

Num curto espaço de três anos, a população de Rio Verde subiu de 100.000 para 140.000 habitantes, a arrecadação do imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) saltou de 36,5 milhões para 80 milhões de reais e o PIB da cidade cresceu quase 200%.

⁴ O termo Cluster-grupo ou segmento, em inglês - foi usado inicialmente no mundo da informática para designar o compartilhamento de recursos entre máquinas. Dos computadores, esse conceito se estendeu ao mundo dos negócios, dando nome a uma concentração de pequenas e médias empresas em torno de uma maior para formar um complexo que possibilita obter vantagens competitivas, especialmente no suprimento de produtos e fornecimento de serviços.(Revista Exame, junho/04, p.15)

A Perdigão implantou em Rio Verde o Projeto Buritis, um complexo agro-industrial de 100.000 metros quadrados para a produção de carne de frango e suínos. Na seqüência, uma série de outras empresas correlatas e prestadoras de serviços foram atraídas para a região. Inicialmente vieram fábricas de embalagem, frigoríficos, distribuidores de insumos, adubos, sementes, máquinas, empresas de transporte, seguidas pelos serviços de apoio, como hotéis, restaurantes, transportadoras, supermercados e revendedoras de todo o tipo. Destacando-se os Programas Educacionais que começaram a ser disponibilizados na região através da Fundação de Ensino Superior de Rio Verde - FESURV e o Centro Tecnológico Comigo.

Outras empresas agroindustriais vêm se instalando na região, atraídas pela dinâmica da cultura dos grãos e, acabam por complementar as cadeias agroindustriais. Dessa forma, a microrregião do sudoeste Goiano vem abrigar *agriclusters* de grãos, aves e suínos, à medida que torna possível trabalhar com custos de produção competitivos. Por outro lado, tal competitividade é alcançada em função da associação do investimento em capital humano e da geração e difusão de tecnologia.

1.4- Extensão rural e assistência técnica: processo histórico e o seu papel educativo

A idéia de extensão com conteúdo educativo surgiu no Brasil, pela primeira vez, em 1930, na Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa-ESAV, no Estado de Minas Gerais. O trabalho teve início através da orientação de seu fundador, Profº. Peter H. Koofs, que organizou, junto com professores e líderes rurais, a Semana do Fazendeiro⁵.

Quando a Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa transformou-se em Universidade Rural, nos anos 1940, contava com um Departamento de Extensão, no sentido de integração Ensino-Pesquisa-Extensão.

⁵ “Trata-se de uma reunião anual de agricultores que se hospedam na ESAV e durante uma semana recebem aulas práticas com demonstrações de métodos, tanto para homens em assuntos agropecuários, quanto para mulheres sobre economia doméstica”(OLINGER,1996,p.43)

A primeira experiência extensionista de campo no Brasil foi em Santa Rita de Passa Quatro-SP, a partir de 1948, com ênfase na difusão de tecnologia para a solução dos problemas de alimentação do gado na seca. O trabalho foi conduzido com base em demonstração, sob forma cooperativa, e com apoio de experiências e recursos dos próprios criadores, de firmas locais e de prefeituras municipais, com a assistência da Associação Internacional Americana (AIA) e a cooperação do Governo do Estado. O trabalho foi estendido às famílias dos agricultores, abrangendo, também, o município de São José do Rio Pardo.

A história da extensão rural no Brasil, significa o início dos serviços institucionalizados de extensão rural, melhor dizendo, significa o resultado das conversações e convênios realizados entre o Brasil e Estados Unidos, que culminaram na implantação do programa piloto de Santa Rita do Passa Quatro no Estado de São Paulo e da fundação da ACAR -Minas Gerais, através do mensageiro especial da missão Americana no Brasil, Nelson Rockefeller.

Para compreender como aconteceu a implantação da extensão rural no Brasil, é preciso analisar alguns fatos históricos que nortearam estes acontecimentos. Havia uma preocupação com a educação rural por partes das elites econômicas, assim como era exigido um desempenho econômico ao setor agrícola após o movimento de 1930 no contexto das relações políticas e, na sua relação com a conjuntura internacional .

A preocupação das elites com a educação rural se deu quando a migração para as zonas urbanas passou a ser vista como uma ameaça à harmonia e à ordem das grandes cidades, conseqüentemente, levando a uma baixa produtividade no campo, no início da década de 1920.

Diante do contexto, era necessário conter a migração, com a justificativa de que a educação rural seria o mecanismo mais eficaz, para que isso acontecesse. Houve, então, a união dos grupos de interesses opostos na mesma campanha: o agrário e o industrial.

Quando a população agrícola passou a deixar o campo em busca da metrópole, surgiu o “Ruralismo Pedagógico”, movimento que buscava fixar o homem no campo. Era necessário pensar uma escola que valorizasse o homem do campo. Assim sendo, a escola de educação rural deveria ter características regionalistas que fizessem com que o agricultor se sentisse mais valorizado e, por conseguinte,

produzisse mais, servindo aos interesses do capital que exigia uma maior produção agrícola.

Pensava-se num determinado tipo de escola que atendesse as orientações do "ruralismo pedagógico". Propunha-se uma escola integrada às condições locais, regionalistas, cujo objetivo escola-novista reforçava essa posição "da escola colada á realidade", baseada no princípio da "adequação" e assim colocava-se ao lado das forças conservadoras. Isto porque a "fixação do homem ao campo", a "exaltação da natureza agrária do brasileiro" faziam parte do mesmo quadro discursivo com que a oligarquia rural defendia seus interesses. Por outro lado o grupo industrial, também ameaçado pelo "inchaço" das cidades e pela impossibilidade de absorver a mão de obra, engrossava a corrente dos ruralistas⁶ (MAIA 1982, apud:FONSECA,1985 P.55).

O Movimento ruralista foi quem primeiro colocou em discussão os problemas mais prementes da escola rural, e, ao mesmo tempo, fixou uma postura política conservadora que estava presente em todos os movimentos oficiais de educação rural daí por diante. Como afirma Fonseca (1985, p.56), "para as elites era fundamental a manutenção do "status quo" (principalmente da estrutura agrária), desde que também não faltassem braços para a lavoura e nem reduzisse a produtividade dos campos"

A instrução popular deveria ser de tal conteúdo que aperfeiçoasse o povo sem deixar de ser trabalhador, sem criar nele a veleidade de querer sair de sua classe, de não aceitar disciplinadamente sua função no sistema de produção (ARROYO, 1981, .apud: Fonseca,1985,P.56)

O movimento ruralista foi muito mais do que um simples repensar da educação rural no Brasil. E, embora houvesse educadores e políticos envolvidos, prevaleceu a ideologia dominante, que menosprezava o agricultor, a representação de uma ideologia política-econômica que se instaurou naquela época , efetivando um estigma que permaneceria até a atualidade

Até a década de 1940, a perspectiva "ruralista" com relação à educação rural permaneceu inalterada. No mesmo período, outras propostas passaram a ser implementadas com a mesma postura conservadora, mudando apenas seus promotores, pois, o Governo Brasileiro passa a receber ajuda do governo americano

⁶ O movimento ruralista que envolve políticos e educadores é muito mais que uma tomada de consciência sobre os problemas da educação rural.. O que realmente o define é a sua face político-ideológico que permanece oculta pela questão educacional. Comprometido com a manutenção do "status quo" contribui para uma percepção viesada da contradição cidade-campo como algo "natural", concorrendo conseqüentemente para sua perpetuação".(Ibid,p.5-11).

e da Organização das Nações Unidas- ONU. Ocorrem mudanças também nas direções e estratégias de ação, passando a atingir não só a escola rural, como o homem do campo adulto, por meio de campanhas comunitárias.

A partir daí, várias medidas foram tomadas em 1945. Outro fator importante do período foi a criação da “Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais”-CBAR, com o apoio da UNESCO, estabelecendo as condições para a Campanha Nacional de Educação Rural, tendo como idéia básica que o atraso das zonas rurais era causado pela escassa preparação do homem do campo. Surgiu então, a necessidade de se preparar melhor este homem por meio do aperfeiçoamento de métodos e técnicas de uma prática pedagógica não-escolar, ou seja, a educação comunitária.

Houve um intenso trabalho para a implantação de programas voltados ao homem do campo, paralelos, é claro, à educação formal rural. Surgiu então, o trabalho de “Extensão Rural” que teve o seu início com a Associação de Crédito e Assistência Rural-ACAR. Com a ajuda externa, sob a aquiescência do governo e das elites, estava aberto o cominho para a implantação do modelo americano de Extensão Rural no setor Agrário brasileiro.

O movimento extensionista surgiu no Brasil como uma reação ao malogro da educação rural, tendo sido definido pelos seus idealizadores como um processo de educação extra-escolar. Seu ponto de partida é a noção de comunidade rural, vista como uma organização social homogênea e não estratificada, sem conflitos internos de interesses. Sob este rótulo são agrupados os grandes fazendeiros, os minifundistas e os trabalhadores agrícolas, incluídos todos no chamado público de Assistência Técnica. Para esse público são elaborados programas que visam a melhoria do seu padrão de vida, de saúde e de educação. Este objetivo deve ser atingido através da elevação do nível de vida da comunidade rural, mediante o aumento da produção e da produtividade agropecuária. (QUEDA, 1976,. apud:FONSECA,1985,P.58)

O objetivo da Extensão Rural foi o combate às deficiências encontradas no campo, como as doenças, a subnutrição e o empobrecimento do homem rural devido a fatores sociais como ignorância e desassistência agrícola, o que, na verdade, funcionava como uma educação informal.

A experiência extensionista brasileira é preciso ser entendida como uma experiência singular em termos da formação social aqui preconizada, e como algo necessário e imprescindível aos interesses das camadas populares rurais. É um projeto educativo para o meio rural, introduzido pelas classes hegemônicas

nacionais e internacionais, visando adequar os produtores técnicos e ideologicamente aos novos rumos do desenvolvimento da sociedade industrial, condicionada às exigências capitalistas, para atender as demandas das grandes indústrias do país. Assim,

Neste quadro que registrou uma nova fase do desenvolvimento brasileiro, girava o eixo central da economia. O capital hegemônico passava a ser o capital industrial para que a modernização do sistema econômico se fizesse sem entraves e desvios em termos do processo de produção capitalista. Isso requeria do setor agrícola o exercício de um novo papel perante a economia como um todo. Além de continuar como geradora de divisas pelo fornecimento dos produtos alimentícios de exportação, a agricultura deveria suprir ainda as necessidades das classes urbanas e trabalhadoras sem contudo onerar o capital industrial com altos custos, seja na alimentação dos operários, seja no preço da matéria-prima para a indústria. (FONSECA, 1985. p. 61)

A extensão rural como projeto educativo extra-escolar, foi um importante instrumento do grupo social dominante para o exercício de sua hegemonia, isto é, para desempenhar funções de direção econômica, política e cultural sobre os demais grupos sociais. Portanto, a extensão apresentou uma concepção própria da realidade, definida como a serviço da classe dominante. Mediante vários mecanismos, a extensão visava ajustar os produtores à ordem econômica e social vigente, ocultando as contradições sociais e mantendo coesa toda a sociedade em torno de seus propósitos.

Foi então implementada no Brasil uma política de desenvolvimento comunitário, que buscava a modernização do campo via mudança tecnológica. A conjuntura nacional neste período caracterizava-se pelo considerável crescimento industrial e pelo grande crescimento da população urbana, devido ao intenso êxodo rural.

Estes fatores reforçavam a “necessidade de modernizar o setor agropecuário” para fornecer maior quantidade de matéria-prima para processamento industrial e abastecer com alimentos a crescente mão de obra urbana. Por outro lado, o meio rural era visto como um potencial mercado consumidor de produtos agrícolas.

A experiência paulista ensejou as bases para que a Associação Internacional Americana - AIA, entidade privada do grupo Rockefeller, passasse a cooperar permanentemente na criação do serviço de Extensão Rural no Brasil.

A missão Rockefeller no Brasil precisa ser entendida não somente como mais uma das investidas do expansionismo americano sobre os países sub-desenvolvidos, mas também pela firme disposição das elites brasileiras de responderem às demandas imediatas da economia, ou seja, de continuarem como detentoras dos lucros de uma acumulação que é gerada pela natureza das relações que se estabelecem entre as classes que compõem a sociedade como um todo.

Foi escolhido o Estado de Minas Gerais para o lançamento da idéia por já ter sido, de forma pioneira, iniciada pela Universidade Rural de Viçosa daquele Estado a qual constituía, à época, um centro de apoio importante à extensão futura do serviço.

Dessa forma, foi criada a ACAR-MG (Associação de Crédito e Assistência Rural), em 6 de dezembro de 1948, através de convênio entre a Associação Internacional Americana- AIA e o Governo do Estado de Minas Gerais , como entidade civil, sem fins lucrativos. Características estas que foram estendidas às demais entidades componentes do Sistema de extensão.

A ACAR seguiu os moldes da “Farm Security Administration”, criada pelo Presidente Roosevelt para auxiliar os agricultores nos Estados Unidos a se refazerem dos efeitos da crise de 1930. O Sr. Rockefeller, antigo Coordenador dos Assuntos Interamericanos e Sub-secretário de Estado, acreditava que um programa semelhante de assistência técnica e crédito rural supervisionado aos pequenos agricultores, poderia ser adaptado às condições existentes em Minas Gerais, para aumentar a produção e elevar o nível de vida no meio rural. Ao mesmo tempo, a AIA providenciou a vinda de vários de seus especialistas, que já haviam pertencido aos quadros do “Extension Service” e da “Farm Security Administration”, os quais passaram a treinar os técnicos brasileiros para a adaptação às condições locais dos métodos utilizados nos Estados Unidos.(ACAR, relatório de Atividades 1950/51. apud: FONSECA,1985,p.77-78)

A ACAR tinha por princípio a tese de que com crédito e assistência técnica através de processo educativo, era possível elevar o nível de vida das famílias rurais mineiras.

A ACAR difundia práticas de agricultura, pecuária e economia doméstica entre agricultores adultos, senhoras donas de casa, moças e a juventude rural através dos Clubes 4-S⁷.

Vamos passar a analisar neste momento as condições históricas que viabilizaram a implantação do modelo extensionista, primeiramente no Estado de Minas Gerais.

⁷ Sistema de trabalho da extensão com jovens, diferente de grupos de jovens, eram organizados, estruturados, oficializados. Maiores informações ver: Cap. A Atuação da EMATER-GO.

Em 1946, a economia mineira passava por uma situação crítica, havia grande indefinição de recursos, fatores que causavam freqüente emigração do Estado, o que refletiam as dificuldades da economia mineira.

As dificuldades econômicas acabaram agravando a vida dos agricultores e suas famílias, o que causou o grande êxodo rural que estava comprometendo de forma significativa a produtividade agrícola mineira. A decisão sobre que medidas efetivas deveriam ser tomadas, demonstra um raciocínio que levava em conta um maior realismo quanto à compreensão dos problemas sociais rurais.

É evidente que, embora a compreensão do problema fosse real do ponto de vista econômico, a solução apresentada se mostra dentro dos ideais da nova ordem política, sendo pois legitimadora de sua ótica liberal-democratizante. Em nenhum momento o êxodo rural foi tratado fora dos limites da interpretação das elites, pois tratar tal problema do ponto de vista dos interesses da população rural (acesso á terra, condições satisfatórias de trabalho, comercialização adequada da produção) significava, naquele momento, rever a estrutura secular do sistema agrário brasileiro. Isto necessariamente, implicava questionar a nova estrutura de poder que estava se firmando, exatamente por emitir soluções que visavam antes de tudo a um encontro consensual e harmônico entre as forças antagônicas da sociedade, isto é, dissimular na fórmula liberal-democratizante o caráter excludente do sistema político.(FONSECA, 1985, p.75).

Além dessa interpretação dos problemas rurais brasileiros, existia uma situação conjuntural concreta, e, a partir de 1930, com a opção pela industrialização, passou-se a exigir do setor agrícola uma maior diversificação e produção de alimentos para o abastecimento do mercado interno. Minas Gerais era exatamente um Estado bastante significativo deste “momento brasileiro”. O fato de possuir abundância em recursos naturais, uma burguesia atuante com forte poder de negociação, uma firme disposição de colocar seu estado em destaque no cenário nacional e um governo disposto a superar os problemas antigos da economia era motivo suficiente para colocar o Estado de Minas Gerais numa posição de fronteira ante a expansão do capitalismo brasileiro.

De acordo com Fonseca (1985), segundo historiadores da extensão, nessa época a ACAR funcionava como entidade creditícia, isto é, tinha por objetivo principal fazer empréstimos aos agricultores e não educar o agricultor, palavra até então desconhecida. Isto é, a prática extensionista brasileira ainda estava presa ao

modelo clássico e ao crédito. O modelo difusionista-inovador ⁸ ainda não era uma orientação presente nesta prática.

Numa primeira avaliação da ACAR-MG feita em 1952, percebeu-se que os serviços de extensão não obtiveram os resultados satisfatórios como se esperava. A ACAR-MG não podia continuar trabalhando como vinha fazendo, sendo necessária uma mudança urgente e radical em todo o sistema de trabalho. Diante disso, foi feito um novo planejamento, mas com a nova idéia de educar o agricultor e sua família e utilizar o crédito como ferramenta de educação, para que o agricultor pudesse realizar com mais facilidade as técnicas recomendadas pelos extensionistas. Então, a partir de 1952 o serviço de extensão do Brasil passou a fazer extensão com o objetivo de educar.

A extensão era definida então como um empreendimento educativo, o trabalho extensionista se propondo como diferenciado ou até mesmo incompatível com o caráter centralizador e curricular do ensino escolar.

Tanto o discurso como os produtos introduzidos no meio rural permitem identificar o papel da extensão no meio rural, isto é, como um instrumento capacitado para garantir que o homem rural entrasse no ritmo e na dinâmica da sociedade de mercado, ou melhor, que ele deixasse de ser parado e retraído e passasse a produzir mais, com melhor qualidade e em menor tempo, para com isso obter algum rendimento que lhe permitisse consumir adubos, vacinas, equipamentos para continuar produzindo e conseqüentemente consumindo. (FONSECA, 1985, p.96)

Em 1956, a experiência mineira já estava consolidada e havia se espalhado por vários outros Estados brasileiros. Surgiram, assim, a Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural - ANCAR, para os estados nordestinos; e a Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural - ASCAR, para os Estados do sul. Este fato exigiu a criação de um órgão coordenador no âmbito nacional .

Em 1956, o Governo Brasileiro criou a ABCAR - Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural, para coordenar as Unidades Estaduais de Extensão Rural em todo o país. A terminologia “Associação de Crédito e Assistência Rural”, está consubstanciada aos primeiros programas de Extensão porque foram implantados

⁸ De acordo com a teoria difusionista, difusão e alocação de idéias novas significa “transferência de certos traços de cultura de uma das áreas civilizadas a outra não-civilizada. Distingue-se geralmente, a difusão por migração da população e por contato da população. O fato cultural que surge pode ser material (uma técnica, um instrumento) ou moral(uma instituição, um costume, etc). (PAISANT, André: In FONSECA, 1985, p.44)

vinculados ao crédito rural supervisionado, dada a sua importância no financiamento e melhoria da renda do produtor rural.

Com a criação da ABCAR, todas as Associações de Crédito e Assistência Rural dos Estados (serviços estaduais de extensão) a ela se filiaram e passaram a fazer parte do órgão máximo de direção da ABCAR, que era sua Junta Governativa.

A finalidade principal da ABCAR era coordenar a Extensão Rural no Brasil, preservando sua filosofia, princípios, normas e metodologia de ação, acompanhando o desempenho das filiadas, realizando avaliações de resultados e buscando novos caminhos para aumentar a eficácia dos serviços. A ABCAR era, ainda, responsável pela obtenção e distribuição dos recursos financeiros de origem federal, internacional e de outras fontes. Promovia o intercâmbio de conhecimentos entre os técnicos das filiadas e do exterior [...]. A ABCAR procurou expandir a Extensão Rural nos Estados, estimulando a assinatura de convênios com os governos que ainda não dispunham de tais serviços[...] “Esse foi o melhor período da Extensão no Brasil, em termos de expansão e qualidade dos serviços prestados. É um fato histórico que precisa ser avaliado, sem tendenciosidade, para obter-se algumas lições úteis sobre a condução de serviços financiados pelo poder público. (OLINGER, 1996, p. 59-61).

No final da década de 1960 e início da década de 1970, O Sistema Brasileiro de Extensão Rural contava com a ABCAR e mais 21 Associações de Crédito e Assistência Rural, 1025 escritórios locais e 138 regionais, atuando em regime de cooperação com o governo federal.

A ABCAR (1960) definiu seu Plano diretor 1961-1965, a extensão Rural como um processo de educação informal, destinado a agricultores, donas-de-casa, jovens rurais e demais interessados no melhoramento da agricultura e do lar em melhores condições de vida para as populações rurais[...]. Conforme o Plano Diretor para o SIBER, seria o desenvolvimento do meio rural, através da valorização do homem, contribuindo, desta forma, para o desenvolvimento do país. (RIBEIRO, 1985, p. 15).

Neste contexto, o trabalho extensionista passou institucionalmente por mudanças, perdeu um pouco do seu aspecto aleatório e improvisado, “informal”, dando lugar à ação planejada baseada em critérios racionais e neutros como anunciava a moderna técnica de planejamento.

O trabalho educativo passou a constituir a tentativa de mudar o comportamento das famílias rurais quanto à utilização de inadequadas práticas agrícolas e de ausência de planejamento de trabalho, para que estas se libertassem e pudessem viver “independentes de ajudas governamentais”.

No dia 03 de março de 1959, sob os auspícios da ABCAR e do Governo do Estado de Goiás, nasce a ACAR-Goiás - Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Goiás. Lançou-se então em solo goiano a semente da Extensão Rural.

A década de 1965 a 1974 foi bastante fértil para a ACAR-GO no Estado, pois, neste período, o número de escritórios locais elevou-se de 13 para 81 e de escritórios regionais de 02 para 12. A sua força de trabalho no campo elevou-se de 36 para 279 extensionistas até o final do decênio 1965/75.

Para essa grande expansão, a ACAR-GO necessitava de apoio estrutural o que se concretizou com a construção do Edifício Extensão Rural, iniciada em 1966 e concluído em 1970; e, ainda, com a aquisição da área onde hoje está em funcionamento o Centro de Treinamento (Campus II), com a transferência dos cursos de pré-serviço e de capacitação de pessoal de Viçosa-MG para Goiás, bem como com a formação de pessoal especializado. Tais medidas foram complementadas com a instalação das primeiras unidades de extensão no Norte Goiano consolidando, definitivamente, a ACAR-GO no Estado.

Até a década de 1970, a pesquisa agropecuária pública federal era realizada através dos institutos de pesquisa agropecuária, vinculado ao Ministério da Agricultura. Na área dos Estados, destacava-se o Instituto Agrônomo de Campinas como uma das melhores instituições de pesquisa do continente sul-americano. Mas, “Declarações de investigadores ligados ao Ministério da Agricultura, afirmavam que havia muito resultado de pesquisa engavetado nos Institutos e os serviços de Extensão não os difundia para os agricultores”.(OLINGER,1996.p.87)

Este fato, somado a outros, resultou na criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária-EMBRAPA, através da Lei nº 5.851, de 7 de dezembro de 1972, vinculada ao Ministério da Agricultura, com personalidade jurídica de direito privado. A EMBRAPA deveria dar ênfase à pesquisa aplicada, delegando às universidades parte da pesquisa básica. Com a EMBRAPA extinguíam-se os institutos de pesquisa agropecuária do Departamento Nacional de Pesquisas Agropecuárias- DNPE.

A EMBRAPA seria “o órgão executivo central do governo para promover e executar as tarefas de pesquisa no País”, de forma integrada com os Estados, Instituições privadas e universidades, propiciando apoio técnico e financeiro “ (OLINGER, 1996. p. 88). Assim,

Criada a EMBRAPA teve início a movimentação em Minas Gerais para criação de uma empresa de extensão rural semelhante à de pesquisa. O argumento que circulava era assegurar recursos financeiros ao sistema de extensão rural, problema que estava começando a tornar-se insolúvel ante o crescimento quantitativo, sem a necessária qualidade, do quadro do pessoal dos serviços estaduais[...]. A ABCAR vinha sofrendo retaliações do Ministério da Agricultura, a ponto de remeter os recursos financeiros para os Estados via suas Delegações Estaduais (OLINGER, 1996, p. 93)

A ABCAR foi extinta e, em 14 de fevereiro de 1975, foi criada a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMBRATER.

A partir daí, e para manter coerência com o princípio de descentralização das estruturas administrativas no âmbito dos estados e dos territórios, foram criadas as Empresas de Assistência técnica e Extensão nos Estado (EMATER) E Associações de Assistência Técnica e Extensão Rural, nos territórios (ASTER). O Sistema Brasileiro de Extensão Rural (SIBER) passou a constituir o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (SIBRATER). Desse modo,

As empresas estaduais que viessem a ser constituídas deveriam “absorver o acervo físico, técnico e administrativo e os encargos trabalhistas do órgão integrante do sistema Brasileiro de Extensão Rural da respectiva Unidade da Federação, salvo deliberação em contrário da Associação de Crédito e Assistência Rural Interessada. Com essa medida estava determinado a criação das EMATERs, nos estados, com a extinção das associações civis, sem fins lucrativos (Sistemas ACAR, ANCAR e ASCAR). (OLINGER, 1996, p. 94)

As EMATER deveriam substituir as Associações de Crédito e Assistência Rural (ACAR, ASCAR, ANCAR) que eram associações civis, sem fins lucrativos, de direito jurídico privado, ao passo que as EMATER eram empresas públicas estaduais, com personalidade jurídica de direito privado, a exemplo da EMBRATER. Assim, cabia aos Estados a adequação à Lei 6.126 em 1975. Por determinação do Governador Irapuan Costa Júnior, iniciaram-se os preparativos para a transformação da ACAR-Goiás em EMATER-Goiás - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Goiás.

A Lei 7.969, de 15 de outubro de 1975, consolida esses estudos e, em reunião, no dia 25 de fevereiro de 1976, a junta Governativa da ACAR-GO aprova a incorporação da Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Goiás pela EMATER-Goiás e, assim, nasce o novo sistema, coordenado, agora, pela EMBRATER.

A função da EMBRATER, como entidade Coordenadora do Sistema Nacional, seria no sentido de garantir a atuação, junto ao produtor, dos Serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural, a nível das Unidades Federadas, prestadas pelas instituições vinculadas ao SIBRATER. Recentemente, as empresas privadas de assistência técnica, mediante decreto presidencial, saíram da responsabilidade de coordenação da EMBRATER, restringindo a ação da Empresa à esfera dos órgãos estaduais/territoriais de Assistência Técnica e Extensão Rural[...]. "Outra função da EMBRATER é buscar a cooperação intersetorial junto às instituições de apoio ao meio rural, em consonância com as diretrizes setoriais do Ministério da Agricultura, respeitadas as formas de atuação dos órgãos de desenvolvimento regional e as diretrizes específicas das instituições de apoio ao meio rural na região, no campo de estímulo à produção e do Bem-estar social das famílias dos produtores. (RIBEIRO, 1985, p.25)

Em primeiro de Janeiro de 1977, a EMATER-Goiás absorve todo o acervo de recursos humanos e materiais da ACAR-Goiás, bem como a responsabilidade pela execução do serviço de extensão rural no Estado. O caráter, até então privado, de extensão é substituído pelo de empresa pública.

Um fator importante para a decadência dos serviços de extensão no país, com relação à extinção da ABCAR e da ACAR é que as mesmas eram consideradas como organizações sem fins lucrativos, filantrópicas e, nessa condição, isentas do pagamento de obrigações sociais, impostos e taxas, tais como INSS (Previdência social), I.R. (Imposto de Renda), IPVA (Imposto sobre veículos automotores), ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias), etc.

As isenções citadas representavam uma economia para a ABCAR e Associadas que girava em torno de 25% sobre o montante das folhas de pagamento de pessoal, ou seja, uma quantia mais que suficiente para cobrir todas as despesas de capital e custeio dos serviços de extensão do ex-sistema brasileiro composto pela ABCAR e Associações Estaduais[...]. "A EMBRATER e suas associadas estaduais perderam a prerrogativa de isenções fiscais que eram concedidas à ABCAR e às suas associadas. A perda orçamentária significava cerca de 10 milhões de dólares por mês. (OLINGER, 1996, p. 125-126)

Dentre outros fatores, o não ajustamento aos novos tempos, questões político administrativas, metodológicas, técnicas, políticas, relacionamentos, salários, motivação, contribuíram para a decadência dos serviços de extensão no país. Um outro fator importante a ser destacado é que neste período acabou o crédito subsidiado enfraquecendo assim os serviços de extensão que dependia dos mesmos. Assim,

Novos tempos exigindo mudanças nos Serviços de Extensão ante o surgimento de novas técnicas de trabalho, processamento e comercialização das safras[...].Excessivo números de funcionários, falta de acompanhamento, excessiva mobilidade dos agentes locais de extensão, mobilidade determinada pelo próprio serviço de extensão,excesso de burocracia exigida, deficiência na disponibilidade dos meios de trabalho, tendências dos agentes de permanecerem nos escritórios urbanos,Evasão de técnicos mais qualificados para outras instituições,falta de recursos financeiros[...].Tendência ao uso de métodos de extensão mais cômodos, mais simples, rejeitando os mais eficazes, falta de definição clara de prioridades, abrangendo muita coisa e realizando pouco de cada coisa, falta de metodologias aplicáveis às práticas no campo[...]. Existência de professores de disciplinas de extensão que nunca foram agentes do campo,falta de informações úteis aos pequenos agricultores, falta de articulação entre o ensino de ciências agrárias com os serviços de extensão[...]. Ingerência político-partidária, baixos salários, falta de marketing[...].(OLINGER;1996, p.120-152)

Diante desse quadro, apoiado em inúmeros problemas, em 1990, o Governo do Presidente Fernando Collor, no seu Programa de reformas com supressão de instituições públicas, enviado ao Congresso Nacional, propõe a extinção da EMBRATER.

A prova que a EMBRATER estava realmente enfraquecida e que o próprio Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural já não possuía a força e o ânimo necessários para reverter o quadro , foi a aprovação da proposta presidencial, pelo poder legislativo, sendo a EMBRATER extinta e seus funcionários demitidos.(OLINGER, 1996, p. 167)

A responsabilidade pela coordenação da extensão rural, que era da EMBRATER passava então, para a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA. Essa experiência não deu certo pois,

Iniciativas para que fosse criada uma diretoria de extensão na EMBRAPA foram firmemente rechaçadas pela mesma. Em verdade, o grupo assessor, composto por extensionistas, era pouco prestigiado pelos pesquisadores e, sem recursos financeiros para remeter à EMATER, pouca influência exerceria nos Estados.(OLINGER, 1996,p.171)

Com a extinção da EMBRATER, os dirigentes das EMATERs estaduais conseguiram junto ao governo federal a criação da Associação Brasileira das Empresas de Extensão Rural - ASBRAER em 1990. E, com os esforços da ASBRAER, e EMATER, foi criada pelo decreto nº 1.261 de 4 de outubro de 1994 o DATER- Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural, junto à Secretaria Nacional de Desenvolvimento Rural do Ministério da Agricultura.

Nas análises de Olinger (1996), o departamento já nasceu fraco, principalmente quanto aos recursos financeiros e materiais disponíveis para ajudar a manter os serviços de extensão existentes no país, que na sua maioria, se encontrava sob forte crise financeira. Desse modo,

A avaliação histórica da extensão rural no Brasil leva a crer que o período em que a extensão rural produziu os melhores resultados para os produtores rurais e para a agricultura brasileira foi aquele em que o sistema era composto por associações civis, sem fins lucrativos, de direito jurídico privado (Associações de Crédito e Assistência Rural-tipo ACAR), instituídas nos Estados e Territórios e coordenadas por uma Associação nacional, a ABCAR (Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural), formando o Sistema Brasileiro de Extensão Rural, que tinha como órgão máximo uma Junta Governativa (OLINGER,1996,p. 173).

Diante das considerações acima, destacou-se a importância do papel educativo da extensão rural, sendo, importante uma análise, neste momento, do papel educativo dos serviços de extensão rural e assistência técnica, iniciando com a diferença dos pólos da dimensão qualitativa da ação extensionista, a Assistência Técnica e a Extensão Rural. Assim,

A assistência técnica, deve ser entendida como um tipo de assessoramento prestado ao produtor, visando à solução de problemas relacionados com as atividades inerentes à produção agropecuária e a gestão da empresa rural[...]. (RIBEIRO, 1984, p.7)

Extensão Rural é um processo de educação e capacitação de caráter permanente, que se caracteriza pela interação e comunicação recíproca e constante dos técnicos com os produtores, suas famílias e suas organizações. O objetivo desse processo é obter, por meios participativos: a compreensão da problemática agropecuária, tanto a nível da unidade de produção de forma individualizada, como das comunidades e regiões agrícolas onde agricultores estão localizados; a seleção das melhores soluções para estes problemas, com ênfase na utilização dos recursos existentes no próprio meio; a realização dos programas de capacitação que surjam dessas análises e a avaliação permanente do processo (RIBEIRO,1985, p. 21-22).

Tomando como base o objetivo maior de um país, que é promover o seu desenvolvimento global por meio da tecnologia para adequar o meio e a interação entre grupos, pessoas e instituições, percebe-se que esse desenvolvimento está associado ao desenvolvimento de vários setores. Nestes se insere a agricultura, que necessita aumentar sua produção, por meio da ampliação da fronteira, e

incrementar sua produtividade, por meio da mão-de-obra, terra e outras formas de capital, que compõem os custos de produção das culturas e criações. Desse modo,

O crescimento da produção agropecuária pelo alargamento de sua fronteira, implica na incorporação de novas áreas do processo produtivo, áreas essas que aos poucos vão se tornando escassas[...]. Já o crescimento da produção agropecuária, pela utilização de recursos econômicos em áreas tradicionais, tem como condição básica algum grau de inovação tecnológica, para que sejam elevados os índices de produtividade dos fatores de produção utilizados na agricultura". "A geração de tecnologia é primordialmente de responsabilidade das instituições de pesquisa [...], a pesquisa para obter resultados, utiliza-se de pessoal habilitado e capacitado, que lança mão de métodos científicos para sua implementação. (RIBEIRO, 1983, P.6)

Para que os produtores rurais tenham acesso a essas tecnologias de incremento a sua produção, será necessário primeiramente um processo educativo, para sucessivamente haver a transferência de tecnologia.

Esse deve ser o papel da extensão rural para o desenvolvimento da agricultura, que necessita de pessoal habilitado e capacitado para adotar posturas diferentes em situações diferentes, dentro de um processo de extensão global, característica central do processo de extensão rural.

Para que a extensão rural atinja os seus objetivos é necessário uma avaliação do processo cultural, que deve ser levado em consideração nas tomadas de decisão pelo produtor rural, ao aceitar ou não as informações, pois, o mesmo, ao ser exposto a uma informação, engaja-se num processo que pode estar condicionado a fatores de rejeição.

A Extensão Rural necessita diante desse quadro exercer um papel instrutivo, interativo e participativo. Assim,

O papel instrutivo exercido junto aos produtores, na área do SABER. Na fase de decisões, fornecendo-lhes informações que permitam a tomada de decisões gerenciais (difusão de tecnologia gerencial) e na fase de execução, ensinando-os como fazer (difusão de tecnologia agropecuária)". Papel Interativo junto aos produtores rurais na área do QUERER, quando há necessidade de motivação, visando a minimizar a relutância. Aqui, a mudança do produtor está altamente condicionada à habilidade do extensionista em motivar. Junto às instituições, na área do PODER[...] a extensão deve atuar junto aos fatores que impedem o desenvolvimento rural, procurando organizar os meios necessários a esse desenvolvimento [...]. Papel participativo, junto às instituições de pesquisa, tanto para a captação de resultados que devem ser disseminados aos produtores rurais, como para levar às mesmas os problemas que impedem o aumento da produção e da produtividade agropecuária, visando a obtenção de soluções que possa, ser levadas aos referidos produtores. Junto aos organismos

responsáveis pelo estabelecimento de políticas agropecuárias [...].(RIBEIRO, 1983, p.11).

É preciso que as informações e as técnicas cheguem aos produtores rurais e não sejam somente geradas mas difundidas, assim como uma política agrícola global, que atenda a todos os fatores necessários ao desenvolvimento da agricultura. Para que isso aconteça é necessário buscar a continuidade das políticas econômicas, o que , raramente acontece.

No processo educacional, a Extensão rural deve levar sempre em consideração os valores e as tradições dos grupos envolvidos, respeitando a cultura dos agricultores, que não são simples receptores passivos ou instrumentos da Extensão rural, e sim, pessoas ativas, críticas e reivindicatórias. É preciso analisar o agricultor como cidadão e como profissional da agricultura, respeitando o seu saber e confrontando-o com o saber dos técnicos. Desse modo,

Na ação extensionista, supõe-se que a percepção e a interpretação dos técnicos tenham como base o saber acadêmico, e dos produtores, um conhecimento adquirido através da experiência e da socialização: O saber popular. São dois saberes distintos, mas não essencialmente opostos. O saber técnico ao confrontar-se com o saber popular, não objetivará dominá-lo ou a ele se impor. Só assim ambos os sujeitos do processo educativo terão oportunidade de crescer, de desenvolver-se como seres humanos e como membros de sua comunidade e da sociedade global.(SILVA,1987,p.16).

Deve ser um processo de troca entre o que educa e aquele que é educado, pelo qual, ambos aprendem, conhecem um ao outro e crescem. Para que isso aconteça, é preciso respeitar a cultura e os valores daqueles que são educados.

Na verdade, porém, bastaria que reconhecêssemos o homem como um ser de permanentes relações com o mundo, que ele transforma através de seu trabalho, para que o percebêssemos como um ser que conhece, ainda que este conhecimento se dê em níveis diferentes; da “doxa”, da magia e do “logos”, que é o verdadeiro saber. Apesar de tudo isso, porém, e talvez por isso mesmo, não há absolutização da ignorância nem absolutização do saber. Ninguém sabe tudo, assim como ninguém ignora tudo. O saber começa com a consciência do saber pouco(enquanto alguém atua). É sabendo que sabe pouco que uma pessoa se prepara para saber mais. Se tivéssemos um saber absoluto, já poderíamos continuar sabendo, pois que este seria um saber que não estaria sendo. Quem tudo soubesse já não poderia saber, pois não indagaria: O homem, como um ser histórico, inserido num permanente movimento de procura, faz e refaz constantemente o seu saber. E é por isso que todo saber novo se gera num saber que passou a ser velho, o qual, anteriormente, gerando-se num outro saber que também se tornara velho, se havia instalado como saber novo.(FREIRE, 1997.p.47).

Diante do exposto, é indiscutível que o meio rural necessita de um trabalho de comunicação, no sentido de comunhão de idéias, como analisa Freire (1997), no qual o extensionista, respeitando e valorizando a cultura do trabalhador rural, junto com ele, no seu grupo, problematiza a situação, buscando sempre soluções alternativas aos problemas evidenciados, soluções que podem ser técnicas, políticas, econômicas, sociais ou culturais. Assim,

[...] O trabalho do agrônomo educador não pode limitar-se, apenas, à esfera da substituição dos procedimentos empíricos dos camponeses, por suas técnicas. Duas razões básicas nos levam a esta afirmação: Uma, porque é impossível a mudança do procedimento técnico sem repercussão em outras dimensões da existência dos homens; outra, pela inviabilidade de uma educação neutra, qualquer que seja seu campo[...]. “Rejeitar, em qualquer nível, a problematização dialógica é insistir num injustificável pessimismo em relação aos homens e à vida. É cair na prática depositante de um falso saber que, anestesiando o espírito crítico, serve à “domesticação” dos homens e instrumentaliza a invasão cultural”.(FREIRE, 1997, p.55).

Para que a Extensão Rural possa exercer os papéis que lhe cabem no desenvolvimento rural, sua atuação não deve estar simplesmente voltada à difusão de tecnologia agropecuária e gerencial, mas exercer ações mais amplas como agente de mudança às necessidades de ajustamentos contínuos e constantes na economia rural.

Conhecer não é o ato através do qual o sujeito transformado em objeto, recebe dócil e passivamente os conteúdos que outro lhe dá ou lhe impõe. O conhecimento pelo contrário, exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo. Requer sua ação transformadora sobre a realidade, demanda uma busca constante, implica invenção e reinvenção[...].“No processo de aprendizagem, só aprende verdadeiramente aquele que se apropria do aprendido, transformando-o em apreendido, com o que pode, por isso mesmo, reinventá-lo; aquele que é capaz de aplicar o aprendido-apreendido a situações existenciais concretas. Pelo contrário, aquele que é “enchido” por outros conteúdos cuja inteligência não percebe, de conteúdos que contradizem a própria forma de estar em seu mundo, sem que seja desafiado, não aprende”. (FREIRE, 1997, P. 12).

2- PRODUÇÃO FAMILIAR E MODERNIDADE

2.1- Produção Familiar

De acordo com dados da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação -FAO/ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária -INCRA/ Ministério do Desenvolvimento Agrário -MDA (2001), a agricultura Familiar constitui importante segmento das unidades rurais no Brasil, assim como em outros países. Os países que hoje ostentam os melhores indicadores de desenvolvimento humano, dos Estados Unidos ao Japão, apresentam um traço comum: a forte presença da agricultura familiar, cuja evolução desempenhou um papel fundamental na estruturação de economias mais dinâmicas e de sociedades mais democráticas e eqüitativas.

A agricultura familiar desempenhou um papel estratégico que tem sido relevado em muitas análises: o de garantir uma transição socialmente equilibrada entre uma economia de base rural para uma economia urbana e industrial.

Segundo o Censo agropecuário 1995-96 e FAO/INCRA⁹, existem no Brasil 4.859.732 estabelecimentos rurais, ocupando uma área de 353,6 milhões de hectares. Nesta safra o Valor Bruto da Produção (VBP) Agropecuária foi de R\$ 47,8 bilhões. De acordo com a metodologia adotada, são 4.139.369 estabelecimentos familiares, ocupando uma área de 107,8 milhões de ha, sendo responsáveis por R\$ 18,1 bilhões ou 37,9% do VBP total, apesar de receber apenas 25,3% dos financiamentos agrícolas.

Desse modo, os agricultores familiares representam 85,2% do total de estabelecimentos. Ocupam 30,5% da área total e são responsáveis por 37,9% do valor bruto da produção agropecuária nacional. Quando considerado o valor da renda total agropecuária (RT) de todo o Brasil, os estabelecimentos familiares respondem por 50,9% do total de R\$ 22 bilhões. A participação dos familiares na renda total agropecuária (RT) é maior do que no VBP, o que pode ser explicado pelo fato de esse último desprezar os gastos de produção incorridos pelos agricultores.

⁹ O universo familiar foi caracterizado pelos estabelecimentos que atendiam, simultaneamente, às seguintes condições: a) a direção dos trabalhos do estabelecimento era exercida pelo produtor; b) o trabalho familiar era superior ao trabalho contratado.(GUANZIROLI, Carlos...[et al.]. Agricultura Familiar e Reforma Agrária no Século XXI. Rio de Janeiro: Guaramond,2001.

Tabela 11: Brasil - estabelecimentos, área e valor bruto da produção e percentual do financiamento total (ft)

CATEGORIAS	Estabel. Total	%Estab.	Área Total %	% Área	VBP(R\$ mil)	%VBP	%FT
Familiar	4.139.369	85,2	107.768.450	30,5	18.117.725	37,9	25,3
Patronal	554.501	11,4	240.042.122	67,9	29.139.850	61,0	73,8
Instit. Pia/Religiosa	7.143	0,1	262.817	0,1	72.327	0,2	0,1
Entidade Pública	158.719	3,3	5.529.574	1,6	465.608	1,0	0,8
Total	4.859.732	100,0	353.602.963	100,0	47.795.510	100,0	100,0

Fonte: Censo Agropecuário 1995/1996 – IBGE

Elaboração: Convênio FAO/INCRA

O Centro-Oeste registra o menor percentual de estabelecimentos familiares entre as regiões brasileiras: 66,8% dos estabelecimentos da região, ocupando 12,6% da área regional.

Tabela 12: Agricultores familiares-estabelecimentos área e VBP segundo as regiões brasileiras

CATEGORIAS	Estabel. Total	%Estab.	Área Total (há)	%Área	VBP (R\$ mil)	%VBP P	%FT
Nordeste	2.055.157	88,3	34.043.218	43,5	3.026.897	43,0	26,8
Centro – Oeste	162.062	66,8	13.691.311	12,6	1.122.696	16,3	12,7
Norte	380.895	85,4	21.860.960	37,5	1.352.656	58,3	38,6
Sudeste	633.620	75,3	18.744.730	29,2	4.039.483	24,4	12,6
Sul	907.635	90,5	19.428.230	43,8	8.575.993	57,1	43,3
Brasil	4139.369	85,2	107.768.450	30,5	18.117.725	37,9	25,3

Fonte: Censo Agropecuário 1995/1996 – IBGE

Elaboração: Convênio FAO/INCRA

Com relação a pessoal ocupado, a agricultura familiar é a principal fonte de ocupação da força de trabalho no meio rural brasileiro. Dos 17,3 milhões de pessoas ocupadas na agricultura brasileira, 13.780.201 estão empregadas na agricultura familiar. Mesmo dispondo de apenas 30% da área, é responsável por 76,9% do pessoal ocupado (PO). Enquanto na Região Sul a agricultura familiar ocupa 83% da mão-de-obra utilizada na agricultura, no Centro-oeste esse percentual cai para 54%.

Os agricultores familiares são responsáveis por 16,8% (308.097) do total de empregados permanentes do Brasil, enquanto os estabelecimentos patronais contratam 81,7% (1.502.529) deles.

Tabela 13- Agricultores Familiares:Pessoal Ocupado segundo as diferentes formas no Brasil

Região	Pessoal Ocupado		Empregados		Parceiros	Outra Condição
	Total	% s/ Total	Permanentes	Temporários	(empr.)	
Nordeste	6.809.420	82,9	81.379	588.801	34.081	62.212
Centro – Oeste	551.242	54,1	42.040	39.824	2.793	15.418
Norte	1.542.577	82,2	25.697	68.636	6.880	29.772
Sudeste	2.036.990	59,2	98.146	160.453	58.146	58.294
Sul	2.839.972	83,9	60.835	128.955	20.548	26.207
Brasil	13.780.201	76,9	308.097	986.678	122.448	191.903

Fonte: Censo Agropecuário 1995/1996 – IBGE
Elaboração: Convênio FAO/INCRA

Com base nos dados acima,

Em Suma, os dados dos dossiês estatísticos elaborados pela FAO/INCRA revelam um quadro nacional onde a agricultura familiar, apesar de fortemente marginalizada pelas políticas públicas, tem marcante presença, seja quando se considera o número de estabelecimentos, o pessoal total ocupado ou o valor da produção total. Tal situação não se verifica na região Centro-Oeste, onde o caráter marginal do setor familiar na produção agropecuária é o traço dominante, o que pode ser explicado pelas características de seu processo histórico de ocupação.(CAUME,1997,p. 15)

A produção familiar na agricultura apresenta-se, contemporaneamente, com uma diversidade de características, como: ser fortemente integrada em uma economia de mercado do tipo competitivo, ser baseada em uma economia de subsistência ou, muitas vezes, ser excluída do modelo de desenvolvimento dominante. Considerando, ainda, que existe uma multiplicidade de termos que identificam os agentes sociais nela envolvidos, ou seja : produtor, explorador agrícola, explorador familiar, cultivador, camponês, agricultor, cultivador da terra, chefe de empreendimento, pequeno produtor, etc.

Este trabalho pretende reconstruir a caracterização da produção familiar, considerando que “essa heterogeneidade reflete... as diferentes faces de um mesmo objeto e não de objetos intrinsecamente diferentes” (LAMARCHE,1993,p.13) que é possível delimitar um quadro conceitual definidor da “Agricultura Familiar”.

Baseando-se em conceitos utilizados pelas Ciências Sociais, podemos conceituar a produção familiar, dentro de uma perspectiva chayanoviana, como uma produção baseada no trabalho familiar, tendo como objetivo a satisfação de suas necessidades de consumo familiar, produzindo o desejado equilíbrio entre trabalho e consumo.

Chayanov (1981) foi quem inicialmente procurou caracterizar a unidade de produção camponesa, a partir do entendimento de que ela não pode ser compreendida à luz das categorias conceituais utilizadas para interpretar o comportamento de empresas capitalistas, na medida em que cada um desses tipos de exploração apresentaria lógica econômica diferenciada. “A unidade de produção camponesa, por não apresentar no seu funcionamento categorias como salário, renda, capital e preços, possui uma estrutura econômica fundamental distinta das empresas capitalistas e, por conseqüência, requer uma teoria econômica distinta”. (CHAYANOV, 1981,p. 132)

De acordo com Chayanov,

Na moderna teoria da economia nacional, tornou-se costume pensar todos os fenômenos econômicos exclusivamente em termos de economia capitalista. Todos os demais tipos, ou seja, não capitalistas, são vistos como insignificantes, ou em extinção, no mínimo considera-se que não tem influência sobre as questões básicas da economia moderna e não apresentam, portanto, interesse teórico. (CHAYANOV, 1981, p. 133).

Chayanov (1981) defende esta tese, levando em consideração a dominância do capital financeiro e mercantil no comércio mundial e o papel que desempenha na organização atual da economia mundial, mas ressalta que não se consegue progredir no pensamento econômico unicamente com as categorias capitalistas, mostrando que uma área muito vasta da vida econômica baseia-se, não na forma capitalista, mas, numa forma inteiramente diferente, de unidade econômica familiar não assalariada.

Para este mesmo autor, o campesinato não é simplesmente uma forma ocasional, transitória, fadada ao desaparecimento, mas, ao contrário, mais do que

um setor social, trata-se de um sistema econômico, cuja existência é possível encontrar nas leis de reprodução e do desenvolvimento.

De acordo com Chayanov (1981), numa economia natural, a atividade humana é dominada pela exigência de satisfazer às necessidades de cada unidade de produção. O orçamento é qualitativo, para cada necessidade de cada unidade econômica, o produto in natura correspondente. Ou seja,

Na exploração agrícola familiar, a família equipada com meios de produção, emprega sua força de trabalho no cultivo da terra, e recebe como resultado de um ano de trabalho certa quantidade de bens.[...] uma simples observação de estrutura interna da unidade de trabalho familiar é suficiente para compreender que é impossível, sem a categoria salário, impor a esta estrutura o lucro líquido, a renda e o juro do capital, como categorias econômicas reais, no sentido capitalista da palavra. (CHAYANOV, 1981, p. 137-138).

Ainda segundo esse autor,

A quantidade do produto do trabalho familiar é determinado principalmente pelo tamanho e a composição da família trabalhadora, e o número de seus membros capazes de trabalhar, e, além disso, pela produtividade da unidade de trabalho e pelo grau de esforço do trabalho, o grau de auto-exploração através do qual os membros trabalhadores realizam certa quantidade de unidades de trabalho durante o ano. Para medir o grau de exploração, defende a seguinte tese: O grau de auto-exploração é determinado por um peculiar equilíbrio entre a satisfação da demanda familiar e a própria penosidade do trabalho. (CHAYANOV, 1981, p. 138-139).

No plano teórico, as formulações de Chayanov (1981) centram-se no objetivo de mostrar uma nova perspectiva analítica que concebe a unidade familiar como ponto de partida para a interpretação do sistema econômico global. A Unidade estaria representada pela estrutura produtiva camponesa, que possui uma morfologia própria na qual ressalta o caráter familiar do processo produtivo.

Chayanov (1981) defende que o campesinato se constitui numa formação específica de existência social, detentora de uma dinâmica e de um funcionamento próprio, distinguindo-se frontalmente do comportamento de outras categorias constitutivas do universo social. Neste sentido, se o lucro é o principal objetivo de uma empresa capitalista, a satisfação das necessidades familiares representa a meta fundamental da exploração camponesa.

Segundo Anjos (1996) na teorização Chayanoviana, o tamanho da atividade econômica produtiva é governado pelo número de consumidores e não pelo número de trabalhadores. Ao longo de sua existência, a família atravessa diferentes ciclos demográficos, que determinam tanto a oferta de trabalho, quanto o nível de consumo. Em termos de operacionalização, a proposição Chayanoviana está explicitamente sustentada no que denominou de balanço-trabalho-consumo, envolvendo as alterações que a unidade familiar conhece na relação existente entre o número de consumidores e de trabalhadores na exploração.

A perspectiva Chayanoviana foi importante para o desenvolvimento de estudos sobre a agricultura familiar no Brasil Heredia (1979) por exemplo, no seu trabalho “A morada da vida”, estuda o campesinato marginal a plantation açucareira da Zona da Mata de Pernambuco. Podemos perceber neste trabalho que os produtores familiares têm suas especificidades e sua própria lógica interna de funcionamento e estão subordinados a um projeto familiar coletivo que é representado pelo “roçado” e roçadinho”. Assim,

No roçado familiar, trabalham os membros da unidade familiar que não recebem nenhuma parte especial do que ali é produzido por executarem essa tarefa; o que é obtido no roçado é destinado ao consumo da própria família. Este produto é, pois, o resultado do esforço conjunto dos seus integrantes e é dividido entre seus membros somente no momento do consumo [...] É o pai, como chefe de família, quem realiza tanto o cálculo do esforço necessário por parte dos membros da unidade de trabalho familiar, como o do produto a ser consumido por cada um deles. Além do roçado já mencionado existem outros roçados individuais e que pertencem aos filhos e à esposa [...]. Este recebem o nome de roçadinhos. “[...] o que é produzido nos roçados individuais é vendido para se adquirir produtos de consumo individual que não são fornecidos pelo roçado familiar aos membros do grupo (HEREDIA, 1979.p.105-112).

Daí podemos perceber que a unidade camponesa é ao mesmo tempo, unidade de produção e unidade de consumo, um primeiro passo na identificação da lógica da produção familiar.

A produção familiar assume diversos tipos de atividades que se explicam e se subordinam a sua estratégia de sobrevivência. Um elemento que devemos levar em consideração quanto às especificidades da produção familiar diz respeito à afirmação de que esta produção só se orienta para o auto-consumo, de que a produção familiar produz os produtos que ela mesma consome, não tendo nenhuma vinculação com o mercado.

Na verdade, a relação “agricultura e negócio” é uma atividade de subsistência da agricultura familiar. A produção familiar coloca no mercado mercadorias para trocá-las por outras que não são produzidas no seu sítio ou roçado, chegando ao esquema apresentado por Marx, M-D-M (Mercadoria, Dinheiro, Mercadoria). Assim, mesmo quando o produtor produz mercadorias que coloca no mercado, o objetivo principal seria a reprodução da unidade produtiva familiar. Contudo, isso não significa que a pequena produção não fornece um excedente agrícola para o mercado, ao contrário, o excedente ou até mesmo a maior parte da produção tem um papel fundamental no abastecimento de centros urbanos. Desse modo,

[...] é erro, porém, pensar que o negócio para todos os feirantes nada tem a ver com o fato de ser também agricultor. Ao estudar o uso do tempo de cada indivíduo feirante, nem precisa ser durante a semana - baste ser durante as próprias feiras - o observador verá que: nas feiras o indivíduo negocia, o que é evidente, ele adquire produtos para o consumo da unidade familiar a que pertence, ele faz a feira da casa; e ele leva para a feira, para apurar-lhe o valor, o produto de sua agricultura, [...]. (GARCIA Jr., 1989:104).

É preciso deixar claro que a opção dos produtores familiares por culturas passíveis de serem destinadas ao autoconsumo, não elimina a possibilidade de venda do produto no mercado.

Antes de concluir, não podemos deixar de citar dois autores que contemporaneamente, também se preocuparam com a questão da exploração familiar: Lamarche (1993) e Abramovay (1992).

Lamarche (1993) parte do princípio de que em todos os países onde o mercado organiza as trocas, a produção agrícola é sempre, em maior ou menor grau, assegurada por explorações familiares, ou seja, por explorações nas quais a família participa da produção.

Lamarche (1993) nos aponta uma grande diversidade de situações, que são reveladoras da enorme capacidade de adaptação deste objeto sociológico, que é a produção familiar.

Em alguns lugares, a exploração familiar é a ponta de lança do desenvolvimento da agricultura e de sua integração na economia de mercado: em outros, permanece arcaica e fundada essencialmente sobre a economia de subsistência: em alguns lugares, ela é mantida, reconhecida, como a única forma social de produção capaz de satisfazer as necessidades essenciais da sociedade como um todo, em outros ao contrário, é excluída de todo o desenvolvimento, sendo desacreditada e a

custo tolerada, quando não chegou a ser totalmente eliminada.(LAMARCHE, 1993, p.13)

A exploração familiar é ao mesmo tempo uma memória, uma situação, uma ambição, um desafio. Assim,

A exploração familiar como a concebemos, corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família[...].(LAMARCHE, 1993, p.15)

Diante dessa enorme diversidade de situações onde se encontram explorações familiares, Lamarche (1993) destaca duas razões pelas quais essa comparação, esse estudo deve ser feito diante de uma abordagem qualitativa: Por uma razão teórica, a exploração familiar deve ser analisada em seu conjunto, ou seja, levando-se em conta diversas entidades que a estruturam. Compreender seu funcionamento significa colocar em evidência as diferentes lógicas em função das quais o explorador determina suas escolhas fundamentais. Por uma razão prática, nos mostra que, além da exploração familiar ser analisada e compreendida em si mesma, todos os estudos que lhe dizem respeito devem ser elaborados em seu contexto no âmbito local e global.

Sendo assim, tanto Chayanov (1981), como Lamarche (1993) definem exploração familiar como uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família.

Para Hugues Lamarche (1993), a exploração familiar é, mais do que nunca objeto de um novo desafio, por estar presente no mundo todo.

Abramovay (1992) acrescenta que, por mais que se possa reduzir a família a um tipo idealmente estático, por mais importante que sejam suas mudanças e mesmo que suas funções tradicionais encontrem francamente em crise, não há como negar a particularidade da agricultura no ambiente econômico geral do mundo de hoje.

O peso da produção familiar na agricultura faz dela hoje um setor único no capitalismo contemporâneo: não há atividade econômica em que o trabalho e a gestão estruturam-se tão fortemente em torno de vínculos de parentesco e onde a participação de mão-de-obra não contratada seja tão importante.(ABRAMOVAY, 1992.p.209).

Neste capítulo procuramos caracterizar o que constitui a produção familiar,vamos analisar agora a sua relação com a modernização agropecuária.

2.2- A produção familiar e a modernização agropecuária

Passamos a analisar neste momento as conseqüências da modernização agropecuária para a produção familiar.

A agricultura é uma atividade que demanda ação constante no decorrer do ano, embora haja determinados momentos que requerem maior atenção em termos de “o que plantar”, “quanto plantar”, “quando plantar”, “o que criar” e tantas outras atividades semelhantes. Para o produtor familiar, planejar suas ações não é tarefa fácil, diante dos ajustamentos aos seus objetivos, em relação à realidade de recursos escassos e da incerteza com relação aos recursos para manter a sobrevivência de seus familiares. Para tanto, é necessário que cada produtor rural aumente sua produção. Este aumento, via incremento da produtividade, depende cada vez mais do uso adequado de técnicas agropecuárias, representadas por insumos ou bens de capital.

O desenvolvimento do capitalismo no campo, na medida em que incorporou máquinas, defensivos, fertilizantes e outros insumos modernos, modificou profundamente a base técnica da produção familiar, conseguindo grandes avanços na solução das questões agrícolas, isto é, dos problemas ligados à produção. Mas esse desenvolvimento só fez agravar a questão agrária, ou seja, o nível de miséria da população rural brasileira. O dinheiro passou a incrementar o que antes era considerado como uma forma de ajuda mútua entre os produtores familiares, como por exemplo, o mutirão.

Dentre os vários fatores que contribuem para agravar os impactos da modernização agropecuária sobre os produtores familiares, podemos destacar, a subordinação da pequena produção ao capital através da venda direta de sua força de trabalho em determinados períodos do ano, ou seja, a sazonalidade do trabalho agrícola¹⁰.

¹⁰ “[...]. Refere-se às variações nas exigências de mão-de-obra numa determinada cultura, fato que está ligado às diferentes estações do ano agrícola. Isso porque a modernização não atingiu todas as fases do ciclo produtivo, especialmente a fase da colheita, que é uma das mais exigentes em termos de mão-de-obra, e também porque o progresso técnico se incrustou em determinadas áreas de monoculturas específicas, reforçando as oscilações sazonais próprias do calendário agrícola [...]”.(GRAZIANO DA SILVA, 1980, p.54).

Um outro fator a ser destacado é que essas transformações procedem sempre do núcleo capitalista, entendido tanto ao nível mais restrito da grande propriedade, das agroindústrias, dos complexos comerciais, das indústrias fornecedoras de insumos e máquinas, como no sentido amplo do capital global da sociedade e de seu representante, o Estado. Além disso, a produção familiar no Brasil está sempre subordinada ao capital, que se interpõe como comprador de suas mercadorias e como fornecedor dos meios de produção de que necessita.

Essas modificações operam no sentido de tornar a unidade da produção familiar cada vez mais dependente dos mecanismos estruturais do mercado na obtenção dos seus meios de vida, na compra de insumos da produção, dos instrumentos de trabalho, na venda de suas mercadorias, no mercado de trabalho, tanto fornecendo temporariamente sua força de trabalho para as grandes propriedades, como contratando eventualmente empregados para complementar a força de trabalho familiar.

A produção familiar passou também a se especializar em determinados tipos de produtos, por imposição dos grandes comerciantes e industriais. Assim,

Essa tecnificação ocorre na maioria das vezes por imposição do grande capitalista comprador, que exige uma padronização da produção, ou por necessidades inerentes ao próprio tipo de cultivo. Não se deve esquecer que as variedades selecionadas que existem para a grande maioria das "culturas de rico" só são altamente produtivas quando acompanhadas de um verdadeiro "pacote tecnológico". Tampouco se deve esquecer que esse pacote é uma imposição do grande capital industrial que produz os chamados insumos modernos para a agricultura. O fundamental aí não é o aumento da produção em si, mas sim que os pequenos agricultores passem a desempenhar um novo papel, o de compradores de insumos industriais, mesmo que isso se reflita numa elevação dos seus custos. (GRAZIANO DA SILVA, 1980, p.67).

O que podemos concluir com isso é que os produtores familiares, passaram a desempenhar um novo papel, o de compradores de insumos por imposição do capital industrial e comercial.

É importante entender que foi esse processo de tecnificação da pequena produção que representou uma completa modificação na sua estrutura de custos. Antes, o pequeno produtor de subsistência utilizava-se quase que exclusivamente da terra e da mão de obra familiar não remunerada para produzir seus "excedentes". Agora entretanto, o pequeno produtor terá que organizar o seu orçamento, incorporando cada vez mais o trabalho dos membros da família, tanto na própria produção, como na forma de trabalho assalariado alugado temporariamente (GRAZIANO DA SILVA, 1980, p.67-68).

As dificuldades eram enormes para que esses produtores conseguissem crédito no mercado financeiro, devido principalmente à burocracia. Ou seja,

A política de crédito rural tem dois aspectos básicos. Por um lado, visa modernizar as forças produtivas, e desse ponto de vista pode ser considerado como um crédito para o conjunto do complexo agroindustrial, que se favorece mais do crédito rural do que o próprio setor agrícola. Por outro, trata de compensar a política de controle de preços, sendo uma transferência de renda especialmente para os médios e grandes produtores, que têm maiores condições de reagir contra essa política. Os produtores tradicionais, que são os menos favorecidos pelo crédito rural, por sua vez, tem poucas opções econômicas de modificar ou abandonar o tipo e o volume de produção. (SORJ, 1980, p.89)

Como o produtor familiar conseguirá atingir esse patamar de desenvolvimento? visto que, um dos caminhos eram as linhas de crédito e as mesmas, pelo que parece, sempre estiveram muito distantes dos produtores familiares. Desse modo,

[...] No caso brasileiro, fica mais ou menos claro por que as políticas de estímulo à modernização não atingiram as pequenas unidades agrícolas, especialmente as que se dedicam à produção de gêneros alimentícios de primeira necessidade (GRAZIANO DA SILVA, 1982, p. 30)

Outro fator importante a ser considerado é que o processo de modernização da agricultura brasileira adquire dimensões amplas e diversificadas, possui características comuns e específicas, variando de acordo com regiões e produtos atingidos. Assim,

Entre as características comuns identificam-se como principais: a especialização, com forte tendência à fixação de monoculturas regionais; a viabilização e consolidação da empresa rural capitalista, acompanhada da progressiva desestabilização e desaparecimento da pequena propriedade rural em regime de trabalho familiar; a concentração da propriedade da terra, quer através da aquisição de extensas áreas de terras nas novas fronteiras agrícolas, quer pela absorção de pequenas propriedades rurais por parte de médios e grandes produtores; a supervalorização das terras, frustrando as aspirações dos produtores mais fracos; o uso intenso do fator capital(máquinas, implementos, etc)... (BRUM,1988,p. 69)

Pode-se perceber que o processo de modernização não é global, pois, não atinge todo o país, todas as atividades agropecuárias e todos os produtores. Ou seja,

[...] Por enquanto, embora venha avançando, a modernização é parcial, apresentando acentuadas variações de grau entre as regiões do país, com destaque para o Sul e Sudeste e avanço acelerado no Centro-Oeste; entre

as atividades agropecuárias, com destaque para as lavouras de soja, trigo, arroz, café, cana-de-açúcar e algodão, além da pecuária em diversas áreas do território nacional, e entre os produtores rurais. (BRUM, 1988 p. 69).

O processo de modernização, de transformação tecnológica da agricultura, beneficiou alguns produtores, particularmente os grandes e alguns produtos, particularmente de exportação. Ainda,

Quanto ao crédito rural, menos de 30% dos produtores tem acesso ao mesmo. A participação proporcional tem favorecido os grandes produtores em prejuízo dos pequenos, bem como os produtos de exportação em detrimento das culturas destinadas ao consumo interno. Na atividade agrícola, enquanto os 50% menores tiveram um decréscimo proporcional de 7,4% para 5,2% no total do crédito rural entre 1969 e 1979, os 1% maiores aumentaram sua participação de 25,7% para 38,5% no mesmo período. Na pecuária, a participação dos 50% menores baixou de 12,2% para 7,3%, enquanto os 1% maiores passaram de 16,1% para 23,1%, entre 1969 a 1979. Igualmente, cinco produtos (café, soja, cana-de-açúcar, algodão e trigo) participam com cerca de 33% do valor total da produção agrícola do país e utilizam 60% do crédito rural, enquanto outros três produtos (milho, feijão e mandioca), representando em torno de 30% do valor total da produção recebem apenas cerca de 12% do crédito rural[...].(BRUM,1988,P.70)

No que se refere ao processo de desenvolvimento da agricultura brasileira, se, por um lado, a contribuição da ciência e da tecnologia foi fundamental para sua modernização, por outro, a natureza desse processo trouxe, como consequência indesejável, um elevado nível de exclusão social.

Num primeiro momento, tal exclusão aconteceu por meio da substituição da mão de obra pela mecanização intensiva das tarefas agropecuárias. A agricultura tradicional, se caracterizava pelo cultivo de um conjunto diversificado de produtos agrícolas, pelo uso predominante do trabalho braçal e da tração animal, e de instrumentos de trabalho simples e geralmente produzidos na própria região, o que expressa elevado grau de integração econômica no âmbito local. A agricultura moderna, ou modernizada, por outro lado, revela forte tendência à monocultura, dependência acentuada do uso do petróleo como fonte energética básica e a utilização intensiva de instrumentos mecânicos sofisticados nas diversas fases do processo de produção, além do uso abundante de outros insumos modernos, particularmente os oriundos da indústria química.

Analisando os dados contemporaneamente, de acordo com o Censo Agropecuário IBGE de 1995-96 e FAO/INCRA, as condições de acesso à

tecnologia ainda continuam diferenciadas regionalmente e entre os agricultores familiares e patronais. Apenas 16,7% dos familiares utilizam assistência Técnica contra 43,5% patronais. Entre os familiares, este percentual varia de 2,7% na região Nordeste a 47,2% na região sul. Mesmo considerando as diferenças no interior da agricultura familiar nordestina, o número de agricultores com acesso à assistência técnica é muito pequeno.

O acesso dos agricultores familiares à energia elétrica também é bastante restrito nas regiões Norte e Nordeste. Enquanto 36,6% dos estabelecimentos familiares do Brasil têm acesso a esse serviço, os percentuais variam, respectivamente, de 9,3% e 18,7% nas regiões Norte e Nordeste, a 73,5% na região Sul (FAO-INCRA-IBGE 1995/1996) conforme tabela 14.

Tabela 14-Agricultores Familiares: Acesso à tecnologia e à Assistência Técnica no Brasil 1995-1996

Região	Utiliza assistência técnica	Usa energia elétrica	Uso de força nos trabalhos			Usa adubos e corretivos	Faz conservação do solo
Nordeste	2,7	18,7	20,6	18,2	61,1	16,8	6,3
Centro – Oeste	24,9	45,3	12,8	39,8	47,3	34,2	13,1
Norte	5,7	9,3	9,3	13,7	87,1	9,0	0,7
Sudeste	22,7	56,2	19,0	38,7	42,2	60,6	24,3
Sul	47,2	73,5	37,2	48,4	14,3	77,1	44,9
Brasil	16,7	36,6	22,7	27,5	49,8	36,7	17,3

Fonte: Censo Agropecuário 1995/1996 – IBGE
Elaboração: Convênio FAO/INCRA

O uso de tração animal e/ou tração mecânica é muito baixo entre os estabelecimentos familiares, e cerca de 50% empregam apenas tração manual nos trabalhos agrícolas. No Brasil, 23% dos agricultores familiares utilizam apenas tração animal e 27% tração mecânica ou mecânica e animal.

Na região Norte, 87% dos estabelecimentos familiares não utilizam tração animal ou mecânica, limitando-se à força manual. O uso de tração mecânica e animal é mais difundido entre os agricultores familiares da região sul: 48,5% dos estabelecimentos usam tração mecânica e animal e 37,2% utilizam somente tração animal.

Entre os familiares, 36,7% dos agricultores usam adubos e corretivos, variando de 9% na região Norte, 1,8% no Nordeste até 77,1% na região Sul. Em relação à conservação de solos, na região Sul 44,9% dos estabelecimentos familiares fazem algum tipo de conservação de solos, enquanto na região Norte menos de 1% dos estabelecimentos praticam qualquer tipo de conservação.

Com relação ao crédito, de acordo com os dados do FAO/INCRA(2001), o crédito de custeio ainda é pouco utilizado pelos agricultores familiares, limitando a exploração do potencial instalado e comprometendo, em alguns casos, os resultados de investimentos feitos em culturas permanentes. Os principais problemas são praticamente os mesmos, ou seja, a burocracia, atrasos na liberação e baixa sincronia entre momento da liberação, volume de recursos liberados e as reais necessidades dos agricultores.

2.3- A Modernidade Reflexiva

Analisando o balanço atual do conhecimento sociológico, deparamos com formulações teóricas, visando à superação das antinomias clássicas do pensamento sociológico, ou seja; oposição entre os níveis micro e macro, estrutura-ação, objetividade e subjetividade, mudança-reprodução, indivíduo-sociedade.

Na tentativa de superação das antinomias clássicas do pensamento sociológico, Giddens formula a Teoria da Estruturação, que, segundo ele, deseja furta-se ao dualismo associado com o objetivismo e o subjetivismo, ressaltando que a teoria da estruturação não será de muito valor se não ajudar a esclarecer os problemas da pesquisa empírica.

Na teoria da estruturação,

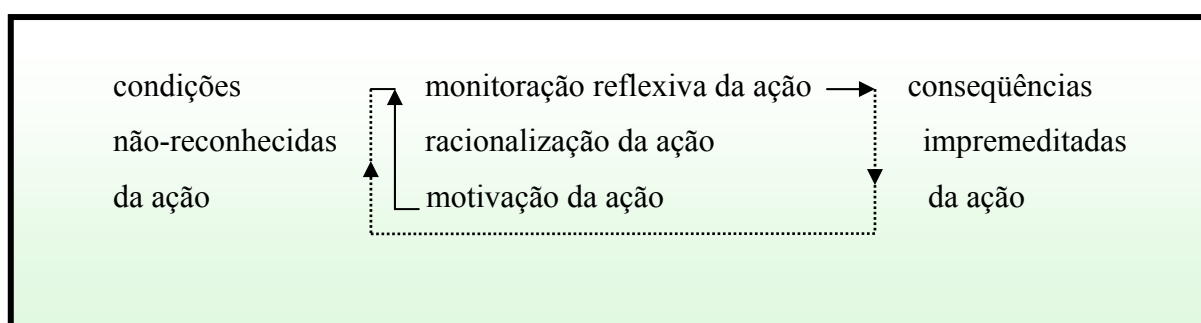
Considera-se “estrutura” o conjunto de regras e recursos implicados de modo recursivo na reprodução social; as características institucionalizadas de sistemas sociais têm propriedades estruturais no sentido de que as relações estão estabilizadas através do tempo e espaço.(GIDDENS, 2003,p. XXXV).

O que é especialmente útil para a orientação da pesquisa, de acordo com Giddens (2003), é o estudo, primeiro, das interseções rotinizadas¹¹ de práticas que constituem os “pontos de transformação” nas relações estruturais¹²; e, segundo, do modo como as práticas institucionalizadas estabelecem a conexão entre a integração social¹³ e a integração do sistema¹⁴.

De acordo com Giddens (1991), a reflexividade é inerente ao ser humano na modernidade. O monitoramento reflexivo da atividade é uma característica crônica da ação cotidiana e envolve não apenas a do indivíduo, mas, também dos outros(figura 2). Quer dizer,

os atores não só controlam e regulam continuamente o fluxo de suas atividades e esperam que os outros façam o mesmo por sua própria conta, mas também monitoram rotineiramente aspectos sociais e físicos, dos contextos em que se movem. Por racionalização da ação entendo que os atores também, rotineiramente e, na maioria dos casos, sem qualquer alarde mantêm um contínuo “entendimento Teórico” das bases de sua atividade” (GIDDENS, 2003,p.6)

Figura 2- Modelo de Estratificação do Agente¹⁵, segundo Giddens



Fonte: Anthony Giddens (2003,p.6)

Segundo Giddens (2003) a monitoração reflexiva da ação é,

O caráter deliberado ou intencional do comportamento humano, considerado no interior do fluxo de atividade do agente; a ação não é uma série de atos discretos, envolvendo um agregado de intenções, mas um processo contínuo.(GIDDENS 2003, p.443)

¹¹ O caráter habitual e assente da maior parte das atividades da vida social cotidiana; a preponderância de estilos e formas de conduta familiares e sendo sustentado por um senso de segurança ontológica.(GIDDENS,2003,P.444)

¹² ... Estudar estruturas, inclusive princípios estruturais, é estudar aspectos importantes das relações de transformação/mediação que influenciam a integração social e sistêmica(ibid,p.442)

¹³ Reciprocidade de práticas entre atores em circunstâncias de co-presença, entendida como continuidades e disjunções de encontros.(ibid, p.442)

¹⁴ ou Integração sistêmica, reciprocidade entre atores ou coletividade no tempo-espço ampliado, fora de condições de co-presença.(Ibid, p.442).

¹⁵ Segundo Giddens(2003) “Uma interpretação do agente humano, sublinhando três “camadas” de cognição/motivação:consciência discursiva, consciência prática e o inconsciente.

Sobre a racionalização da ação Giddens afirma que é,

A capacidade que atores competentes têm de se “manterem em contato” com as bases do que fazem, da forma como o fazem, de tal modo que, se interrogados por outros, podem fornecer razões para suas atividades. (GIDDENS 2003, p.443)

Giddens (2003) distingue a monitoração reflexiva da ação e a racionalização da ação de sua motivação. Segundo o autor, se as razões se referem aos motivos da ação, estes, por sua vez, referem-se às necessidades que a instigam. Entretanto, a motivação não está tão diretamente vinculada à continuidade da ação quanto sua monitoração reflexiva ou racionalização. Ela se refere mais ao potencial para a ação do que propriamente ao modo como a ação é cronicamente executada pelo agente. Desse modo,

Os motivos tendem a ter uma influência direta na ação apenas em circunstâncias relativamente incomuns, situações que, de algum modo, quebram a rotina. Em sua grande maioria, os motivos fornecem planos ou programas globais.[...], muito de nossa conduta cotidiana não é diretamente motivada”. (GIDDENS,2003,p.7).

A ação depende da capacidade do indivíduo de criar uma diferença em relação ao estado de coisas ou curso de eventos preexistentes. A estrutura refere-se, em análise social, às propriedades de estruturação que permitem a “delimitação” de tempo-espaço em sistemas sociais, às propriedades que possibilitam a existência de práticas sociais, discernivelmente semelhantes por dimensões variáveis de tempo e de espaço, e lhes emprestam uma forma “sistêmica”.

Giddens (2003) concebe estrutura como conjunto de regras e recursos, ou conjunto de relações de transformação organizados como propriedades de sistemas sociais. Os sistemas sociais em que a estrutura está recursivamente implicada, pelo contrário, compreendem relações reproduzidas entre atores ou coletividades, organizadas como práticas sociais regulares. Analisar a estruturação de sistemas sociais significa estudar como tais sistemas, fundamentados nas atividades cognoscitivas de atores localizados, que se apóiam em regras e recursos na diversidade de contexto de ação, são produzidos e reproduzidos em interação.

Giddens (2003) nos apresenta alguns problemas conceituais básicos representados pela conexão entre os principais conceitos da teoria da estruturação e uma interpretação da natureza do inconsciente. Eles giram em torno de questões

sobre qual será a melhor maneira de conceituar o self¹⁶, especialmente o “eu” do agente reflexivo.

O reconhecimento da importância essencial da monitoração reflexiva da conduta na continuidade cotidiana social não significa refutar o significado das fontes inconscientes de cognição e motivação. Mas, segundo Giddens (2003), envolve prestar alguma atenção à diferenciação que separa “consciente” e “inconsciente”, pois, a motivação inconsciente é uma característica significativa da conduta humana.

Segundo Giddens (2003) a palavra “consciente”, refere-se à monitoração reflexiva da conduta por agentes humanos, à qual o autor dá o nome de consciência prática, cuja noção de consciência prática¹⁷ é fundamental para a teoria da estruturação. E, consciência discursiva¹⁸ significa a capacidade de pôr coisas em palavras, colocar no papel o porque das coisas. O Inconsciente é a incapacidade de dar expressão verbal aos impulsos da ação.

De acordo com Giddens (2003), a vida comum do dia-a-dia, em maior ou menor grau, de acordo com o contexto e os caprichos da personalidade individual envolve uma segurança ontológica¹⁹, que expressa uma autonomia do controle corporal do âmbito de rotinas previsíveis, ou seja, “a confiança em que os mundos natural e social são como parecem ser, incluindo parâmetros existenciais básicos do self e da identidade social. O self é a soma daquelas formas de recordação por meio das quais o agente caracteriza reflexivamente “o que” está na origem de sua ação. O self é o agente enquanto caracterizado pelo agente. Self, corpo e memória estão, portanto, intimamente relacionados.

De acordo com a análise do pensamento de Giddens, podemos perceber que ele não parte nem da ação, nem da estrutura, mas de uma inter-relação onde a ação reproduz a estrutura.

¹⁶ É formado através das definições feitas por outros que servirão de referencial para que ele possa ver-se a si mesmo. O self representa o processo social no interior do indivíduo, envolvendo duas fases analíticas distintas: O eu é a tendência impulsiva do indivíduo e o mim que representa o outro incorporado ao indivíduo. (HAGUETTE, Teresa Maria Frota. Metodologias Qualitativas na Sociologia. Petrópolis: Vozes, 2000, p.29-30)

¹⁷ O que os atores sabem (crêem) acerca das condições sociais, incluindo especialmente as de sua própria ação, mas não podem expressar discursivamente, nenhuma barreira repressiva, entretanto, protege a consciência prática, como acontece com o inconsciente. (GIDDENS, 2003, p.440)

¹⁸ O que os atores são capazes de dizer ou expressar verbalmente, acerca das condições sociais, incluindo especialmente as condições de sua própria ação, consciência que tem uma forma discursiva.

¹⁹ A confiança em que os mundos natural e social são como parecem ser, incluindo os parâmetros existenciais básicos do self e da identidade social. (GIDDENS, 2003, p.444)

Giddens (2003) nos mostra alguns pontos para o desenvolvimento da pesquisa social, a partir da teoria da estruturação: Em primeiro lugar, toda pesquisa social tem um aspecto necessariamente cultural, etnográfico ou “antropológico”. O sociólogo tem como campo de estudo fenômenos que já são constituídos como significativos. A condição de “entrada” nesse campo é travar conhecimento com o que os atores já sabem, e têm de saber, para “prosseguir” nas atividades cotidianas da vida social. As descrições sociológicas têm a tarefa de mediar as redes de significado, dentro dos quais os atores orientam sua conduta.

Em segundo lugar, é importante, na pesquisa social, ser sensível às habilidades complexas que os atores possuem para coordenar os contextos de seu comportamento cotidiano. É preciso incluir a relação entre aspectos reflexivamente monitorados e aspectos impremeditados da reprodução de sistemas sociais, e o aspecto “longitudinal” de conseqüências impremeditadas de atos contingentes, em circunstâncias historicamente significativas de uma espécie ou outra.

Em terceiro lugar, o analista social também deve ser sensível à constituição espaço-temporal da vida social, fazer uma ligação disciplinar com a história e a geografia.

Neste contexto, Anthony Giddens (2003) nos oferece uma nova interpretação das transformações sociais associadas à modernidade; o debate se configura como uma contribuição à discussão das concepções e diagnóstico sobre a modernidade, investida do caráter de modernidade reflexiva, sobre suas transformações, seu processo de crise e sobre as conseqüências que daí podem ser tiradas em termos de suas configurações atuais. Outros autores, sociólogos contemporâneos que também participam do debate a respeito da modernidade reflexiva são Ulrich Beck²⁰ e Scott Lash²¹.

Giddens (1991) na sua obra “As Conseqüências da Modernidade”, desenvolve uma análise institucional da modernidade com ênfase cultural e epistemológica, ou seja, não privilegiando áreas separadas e sim, agrupando-as para entender o cultural como um todo.

O autor destaca a importância das Ciências Sociais para responder o que está nos levando para além da modernidade. De acordo com Giddens (1991), alguns dos debates sobre estas questões se concentram principalmente nas

²⁰ GIDDENS, Antony; BECK Ulrich, LASH. Modernização reflexiva. São Paulo: UNESP, 1997.

²¹ Id.

transformações institucionais, particularmente as que sugerem que estamos nos deslocando de um sistema baseado na manufatura de bens materiais para outro relacionado mais centralmente com informação. Assim,

Em vez de estarmos entrando num período de pós-modernidade, estamos alcançando um período em que as conseqüências da modernidade estão se tornando mais radicalizadas e universalizadas do que antes[...] (GIDDENS, 1990, p.13)

O seu estudo tenta obter uma nova caracterização, tanto da natureza da modernidade quanto da nova ordem, que deve emergir do outro lado da era atual.

De acordo com Giddens (1991), a idéia de que a história humana é marcada por certas “descontinuidades” e não tem uma forma homogênea de desenvolvimento é obviamente familiar e tem sido enfatizada em muitas versões do marxismo. Ressaltando que,

Meu uso do termo não tem conexão particular com o materialismo histórico, contudo, e não está dirigido para a caracterização da história humana como um todo. Existem indiscutivelmente descontinuidades em varias fases do desenvolvimento histórico - como por exemplo, nos pontos de transição entre sociedades tribais e a emergência de estados agrários. Não estou preocupado com estas. O que quero sublimar é aquela descontinuidade específica, ou conjunto de descontinuidades, associados ao período moderno.(GIDDENS, 1991, P.14)

Para entender as descontinuidades, de acordo com Giddens (1991) é preciso deslocar a narrativa evolucionária, ou desconstruir o seu enredo. Isso não apenas ajuda a elucidar a tarefa de analisar a modernidade, como também muda o foco de parte do debate sobre o assim chamado pós-moderno. Desconstruir o evolucionismo social significa aceitar que a história não pode ser vista como uma unidade, ou como refletindo certos princípios unificadores de organização e transformação.

Segundo Giddens (1991) Hoje em dia, os mundos sociais e naturais estão influenciados pelo conhecimento humano reflexivo; mas isso não conduz a uma situação que nos permite ser, coletivamente, os donos do nosso destino. As tendências para a intensificação da globalização interagem com e são as causas de mudanças na vida cotidiana.

O mundo da reflexividade desenvolvida, em que a interrogação das formas sociais torna-se lugar-comum, é um mundo, que em muitos casos, estimula a critica ativa.

De acordo com Giddens (1991), vivemos em uma época de finalizações, um período de evidente transição, não somente no ocidente, mas, no mundo todo. Uma finalização sob o disfarce da emergência de uma série pós-tradicional.

Para explicar esse termo, Giddens afirma,

Que a modernidade, quase por definição, sempre se colocou em oposição à tradição. Durante a maior parte da sua história, a modernidade reconstruiu a tradição, enquanto a dissolvia. Nas sociedades ocidentais, a persistência e a recriação da tradição foram fundamentais para a legitimação do poder, no sentido em que o Estado era capaz de se impor sobre “sujeitos” relativamente passivos. (GIDDENS, 1997, p.73).

Poucas pessoas, em qualquer lugar do mundo, podem continuar sem consciência do fato de quais atividades locais são influenciadas e às vezes até determinadas por acontecimentos globais.

Esta extraordinária e acelerada relação entre as decisões do dia-a-dia e os resultados globais, juntamente com o seu reverso, a influência das ordens globais, sobre a vida individual, compõem o principal tema da nova agenda.

As conexões entre o desenvolvimento do conhecimento humano e o auto-entendimento humano provaram ser mais complexas do que sugere essa visão. Atualmente, as características de nossa vida são o que se poderia chamar de “incerteza fabricada”. De repente, muitos aspectos de nossas vidas tornaram-se abertamente organizados apenas em termos de “suposições de cenários” a construção “como se” dos possíveis resultados futuros. Isto ocorre tanto nas nossas vidas individuais quanto na da humanidade. Como um todo. Por um lado, podemos facilmente discernir muitas novas oportunidades que potencialmente nos libertam das limitações do passado. Por outro, quase em toda a parte enxergamos a possibilidade de catástrofe. E, em muitos momentos é difícil dizer com qualquer grau de segurança que direção as coisas vão tomar. (GIDDENS, 1997, p.219)

Podemos perceber que, em outras palavras Beck (1997), a sociedade de risco é tendencialmente, também, uma sociedade de autocríticas. Os especialistas em seguro (involuntariamente) contradizem os engenheiros de segurança. Enquanto esses últimos diagnosticam risco zero, os primeiros decidem: impossível de ser segurado. Especialistas são anulados ou depostos por especialistas de áreas opostas. Políticos encontram resistência de grupos de cidadãos, e a sociedade industrial encontra boicotes de consumidores organizados e politicamente organizados. As organizações são criticadas por grupos de auto-ajuda. Enfim, na

verdade, a questão de risco divide famílias, grupos profissionais de trabalhadores químicos especializados em todos os níveis até a gerência, e com muita frequência até os indivíduos. Assim,

Isto significa risco em um mundo que, em grande parte, permanece como "dado", inclusive a natureza externa e aquelas formas de vida social coordenados pela tradição. Quando a natureza é invadida e até destruída, pela socialização, e a tradição é dissolvida, novos tipos de incalculabilidade emergem. (GIDDENS, 1997.p.76).

Por isso, a nível global, a modernidade tornou-se experimental. Queiramos ou não, estamos todos presos em uma grande experiência, que está ocorrendo no momento da nossa ação, como agentes humanos, mas fora do nosso controle, em um grau imponderável. Não é uma experiência do tipo laboratorial, porque não controlamos os resultados dentro de parâmetros fixados, é mais parecida com uma aventura perigosa, em que cada um de nós, querendo ou não tem que participar.

Segundo Giddens (1990), a modernidade é um fenômeno complexo, pois, o desenvolvimento das instituições modernas e sua difusão em escala mundial criaram oportunidades bem maiores para os seres humanos gozarem uma existência segura e gratificante do que qualquer tipo de sistema pré-moderno. Em contrapartida a modernidade tem também um lado sombrio, que se tornou muito aparente no mundo atual.

De acordo com Giddens (1997), a experiência global da modernidade está interligada, e influencia, e é por ela influenciada pela penetração das instituições modernas nos acontecimentos da vida cotidiana. Não apenas na comunidade local, mas as características íntimas da vida pessoal e do eu tornaram-se interligadas a relações de indefinida extensão no tempo e no espaço. Estamos todos presos às experiências do cotidiano, cujos resultados, em um sentido genérico, são tão abertos quanto àqueles que afetam a humanidade como um todo. As experiências do cotidiano refletem o papel da tradição, em constante mutação e, no plano global, devem ser consideradas no contexto do deslocamento e da reapropriação de especialistas, sob o impacto da invasão dos sistemas abstratos, e, no contexto do nosso trabalho, a implantação dos serviços de extensão rural e assistência técnica.

A tecnologia, no significado geral da "técnica", desempenha aqui o papel principal, tanto sob a forma de tecnologia material quanto da especializada

expertise social. Ou seja, a tecnologia (conhecimento) transformada em processos de uma determinada ação, arte ou ciência.

Giddens (1991) chama a atenção para a questão do desencaixe dos sistemas sociais, ou seja, o “deslocamento” das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestruturação através de extensões indefinidas de tempo-espço.

Giddens (1991) analisa dois tipos de mecanismos de desencaixe, intrinsecamente envolvidos no desenvolvimento das instituições modernas: A criação das fichas simbólicas e o estabelecimento dos sistemas peritos.

O autor descreve fichas simbólicas (1991, p.30), como “meios de intercâmbio que podem ser “circulados” sem ter em vista as características específicas dos indivíduos ou grupos que lidam com eles em qualquer conjuntura particular”. Ex: O dinheiro é um meio de distanciamento tempo-espço, possibilita a realização de transações entre agentes amplamente separados no tempo e no espço. Com relação aos sistemas peritos,

Os “Sistemas Peritos” são os sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas dos ambientes material e social em que vivemos hoje. A maioria das pessoas leigas consulta “profissionais”- advogados, arquitetos, médicos, apenas de modo periódico ou regular. Mas, os sistemas nos quais está integrado o conhecimento dos peritos influenciam muitos aspectos do que fazemos de uma maneira contínua. Ao estar simplesmente em casa, estou envolvido num sistema perito, ou numa série de tais sistemas, nos quais deposito minha confiança.(GIDDENS, 1991, p.35).

Os sistemas peritos removem as relações sociais de imediações do contexto, assim como as fichas simbólicas, são mecanismos de desencaixe, pois promovem a separação entre tempo e espço, e segundo Giddens (1991,p.35) “fornecendo “garantias” de expectativas por meio de tempo-espço distanciados”.

Ao conjunto das fichas simbólicas com os sistemas peritos, Giddens dá o nome de “Sistemas abstratos”.

No contexto da modernidade, uma população cada vez maior vive em circunstâncias nas quais instituições desencaixadas, ligando práticas locais a relações sociais globalizadas, organizam aspectos principais da vida cotidiana. As relações estão acontecendo com as pessoas em lugares diferentes e em tempos diferentes.

Da mesma forma que Giddens nos apresenta os mecanismos de desencaixe, analisa também a noção de reencaixe. Ou seja,

Com este termo me refiro à reapropriação ou remodelação de relações sociais desencaixadas de forma a comprometé-las(embora parcial ou transitoriamente) a condições locais de tempo e lugar”. (GIDDENS, 1990.p.83).

Para explicar estes termos, Giddens faz a distinção entre compromisso com rosto e compromisso sem rosto.

Os primeiros se referem a relações verdadeiras que são mantidas por ou expressas em conexões sociais estabelecidas em circunstâncias de presença. Os segundos dizem respeito ao desenvolvimento de fé em fichas simbólicas ou sistemas peritos, os quais, tomamos em conjunto, devo chamá-los de sistemas abstratos. (GIDDENS, 1990, p.84)

O autor quer nos mostrar que o significado de “estranho” muda com o advento da modernidade, ou seja, nas culturas pré-modernas, em que a comunidade local aparece como base de uma organização social mais ampla, o “estranho” se refere a alguém que vem de fora e que é potencialmente suspeito. Na sociedade moderna não acontece do mesmo modo; principalmente nos cenários urbanos, interagimos mais ou menos de forma contínua com outros que, ou não conhecemos bem, ou nunca encontramos antes, numa interação que assume a forma de contatos relativamente efêmeros.

Giddens (1991) destaca a questão da confiabilidade em relação às fichas simbólicas e os sistemas peritos. Segundo o autor há duas formas confiabilidade:

Aquela estabelecida entre indivíduos que se conhecem bem e que, baseados num relacionamento de longo prazo, substanciaram as credenciais que tornam cada vez um fidedigno aos olhos do outro. A confiabilidade relativa aos mecanismos de desencaixe é diferente, embora a fidedignidade seja ainda central e as credenciais estejam envolvidas. Em certas circunstâncias, a confiança em sistemas abstratos não pressupõe encontro algum com os indivíduos ou grupos que são de alguma forma “responsáveis” por eles. Mas, na grande maioria das instâncias tais indivíduos e tais grupos estão envolvidos, e devo me referir a encontros com eles por parte de atores leigos como os pontos de acesso dos sistemas abstratos. Os pontos de acesso dos sistemas abstratos são o terreno comum dos compromissos com rosto e sem rosto.(GIDDENS,1991,p.87)

Giddens (1991) parte da premissa de que a natureza das instituições modernas está profundamente ligada ao mecanismo da confiança em sistemas abstratos. Em condições de modernidade, o futuro está sempre aberto, não apenas em termos da incerteza comum das coisas, mas, em termos da reflexividade do conhecimento no qual as práticas sociais são organizadas. Numa situação em que

muitos aspectos da modernidade tornaram-se globalizados, ninguém pode optar por sair completamente dos sistemas abstratos envolvidos em instituições modernas. Por esta razão, contatos com peritos ou seus representantes ou delegados, sob a forma de encontros em pontos de acesso²² são peculiarmente conseqüentes nas sociedades modernas.

Uma questão importante a ser ressaltada é que os encontros com os representantes de sistemas abstratos podem ser regularizados e assumir facilmente características de confiabilidade associada com amizade e intimidade, como, por exemplo, de um médico, dentista ou agente de viagens, com os quais se lida regularmente por um período de anos. Entretanto, muitos encontros com os representantes de sistemas abstratos são periódicos ou transitórios.

Nesse sentido,

Relações de confiança são básicas para o distanciamento tempo-espaço dilatado em associação com a modernidade. A confiança em sistemas abstratos assume a forma de compromisso sem rosto, nos quais é mantida a fé no funcionamento do conhecimento em relação ao qual a pessoa leiga é amplamente ignorante.(GIDDENS, 1991.p.91).

A confiança pressupõe fé em princípios impessoais, que retrucam apenas de uma maneira estatística quando não cumprem com os resultados buscados pelos indivíduos. Esta é uma das principais razões pelas quais os indivíduos nos pontos de acesso se esforçam para se mostrar confiáveis; eles proporcionam o elo entre a confiança pessoal e a do sistema.Ex: fazer um depósito em banco, acender uma luz, abrir uma torneira, enviar uma carta, dar um telefonema, etc. A confiança em sistemas abstratos contribui para a confiabilidade da segurança cotidiana, mas por sua própria natureza não pode oferecer nem a mutualidade nem a intimidade que as relações de confiança pessoal oferecem.

Com o desenvolvimento dos sistemas abstratos, a confiança em princípios impessoais, bem como em outros anônimos, torna-se indispensável à existência social. O homem não detém todo o conhecimento, hoje cada atividade deve ser feita por instituições especializadas. A confiança pessoal, precisa então ser trabalhada pelas partes envolvidas, requerendo uma entrega do indivíduo para o outro, a confiança tem que ser ganha e o meio da fazê-lo consiste em abertura e cordialidade demonstráveis. Assim,

²² Ponto de acesso são pontos de conexão entre indivíduos ou coletividades leigos e os representantes de sistemas abstratos. São lugares de vulnerabilidade para os sistemas abstratos, mas, também junções nas quais a confiança pode ser mantida ou reforçada.

A confiança em sistemas abstratos é a condição do distanciamento tempo-espaço e das grandes áreas de segurança na vida cotidiana que as instituições modernas oferecem em comparação ao mundo tradicional. As rotinas que estão integradas aos sistemas abstratos são centrais à segurança ontológica em condições de modernidade[...]. Há uma conexão direta entre as tendências globalizantes da modernidade e o que ele chama de *transformações da intimidade* nos contextos da vida cotidiana, que a transformação da intimidade pode ser analisada em termos da adição de mecanismos de confiança, e que as relações de confiança pessoal nessas circunstâncias, estão intimamente relacionadas à situação na qual a construção do eu se torna um projeto reflexivo. (GIDDENS, 1991, p.116-117).

No contexto desta pesquisa, com base nas análises de Giddens, adotamos o conceito de sistemas peritos e pontos de acesso, ou seja: A Extensão Rural e Assistência Técnica (EMATER/AGENCIA RURAL) é um ponto de acesso entre os produtores familiares e as novas tecnologias (Pacotes Tecnológicos) implementadas pelos sistemas peritos (as normas da ciência agrônômica, máquinas e equipamentos das indústrias, etc). Podemos dizer que a extensão rural promove uma relação entre a agricultura e a indústria, mediada pela ciência.

É a reflexão do produtor em relação à sua ação, pois, a reflexividade na modernidade é explicado pela ciência²³.

O fato é que se criou em nosso país uma ideologia que orienta a ação das pessoas que trabalham no setor agrícola, direta ou indiretamente. Esta ideologia tende a desprezar e ignorar aquilo que não é rotulado como moderno, provocando assim, uma substituição das técnicas que são consideradas obsoletas ou tradicionais. A sociedade valoriza aqueles engendrados pela "ideologia da modernização", considerando os racionais progressistas e aliados do progresso e, marginaliza aqueles preocupados em questionar as tecnologias propostas, defensoras do 'passado. (GRAZIANO NETO, 1985, p.43)

O indivíduo deve achar sua identidade entre as estratégias e opções fornecidas pelos sistemas abstratos.

Nas sociedades pré-modernas, a tradição e a rotinização da conduta cotidiana estão intimamente relacionadas. Na sociedade moderna, ao contrário, a rotinização torna-se vazia, a menos que esteja ajustada aos processos da *reflexividade institucional*. Ou seja,

É institucional por ser um elemento estrutural básico da atividade social nos ambientes modernos. É reflexivo no sentido de que os termos introduzidos

²³ Esta reflexão será desenvolvida no item 2.4- Da Produção Familiar à Modernidade Reflexiva.

para descrever a vida social habitualmente chegam e a transformam - não como um processo dinâmico, nem necessariamente de uma maneira controlada, mas porque tornam-se parte das formas de ação adotadas pelos indivíduos ou pelos grupos.(GIDDENS, 1993,p.78)

Para identificar as discontinuidades que separam as instituições sociais modernas das ordens sociais tradicionais, Giddens (1991) destaca três características da modernidade:

- A primeira é o ritmo de mudança que a era da modernidade põe em movimento. As civilizações tradicionais podem ter sido consideravelmente mais dinâmicas do que outros sistemas pré-modernos, mas a rapidez da mudança em condições de modernidade é extrema;
- Uma segunda discontinuidade é o escopo da mudança; conforme diferentes áreas do globo são postas em interconexão, ondas de transformação social penetram através de virtualmente toda a superfície da terra;
- Uma terceira característica diz respeito à natureza intrínseca das instituições modernas. Algumas formas sociais modernas simplesmente não se encontram em períodos históricos precedentes, tais como o sistema político do Estado-nação, a dependência por atacado da produção de fontes de energia inanimadas, ou a completa transformação em mercadoria de produtos e trabalho assalariado.

Analisando o conceito de reflexividade expresso por Giddens(1991), podemos perceber que o autor nos mostra que a mesma é uma característica definidora de toda ação humana na modernidade, através de princípios, valores, ideais, etc. Nas culturas tradicionais, o passado é honrado e os símbolos valorizados porque contêm e perpetuam a experiência de gerações. A tradição é um modo de integrar a monitoração da ação com a organização tempo-espço da comunidade. Mas, a tradição não é inteiramente estática, porque tem que ser reinventada a cada nova geração na medida em que assume sua herança cultural dos precedentes.

Com o advento da modernidade, a reflexividade assume um caráter diferente. Ela é introduzida na própria base da reprodução do sistema, de forma que o pensamento e a ação estão constantemente refratados entre si. A rotinização da vida cotidiana não tem nenhuma conexão intrínseca com o passado, exceto na medida em que o que “foi feito antes” por acaso coincide com o que pode ser defendido de uma maneira proba à luz do conhecimento renovado.

A reflexividade da vida social moderna consiste no fato de que as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz de informação renovada sobre estas mesmas práticas, alterando assim constitutivamente seu caráter[...]. O que é característico da modernidade não é a adoção do novo por si só, mas a suposição da reflexividade indiscriminada que é claro, inclui a reflexão sobre a natureza da própria reflexão.(GIDDENS, 1991, p.45)

Podemos dizer que todas as formas de vida social na modernidade é parcialmente constituída pelo conhecimento científico.

Estamos em grande parte num mundo que é inteiramente constituído através do conhecimento reflexivamente aplicado, mas, onde, ao mesmo tempo, não podemos nunca estar seguros de que qualquer elemento desse conhecimento não será revisado.

Todas as ciências participam desta relação reflexiva, embora a sociologia tenha um lugar especialmente central. Segundo Giddens (1990, p. 49), “*a modernidade é ela mesma profunda e intrinsecamente sociológica*”.

A natureza problemática da confiança nas condições sociais modernas é especialmente significativa quando consideramos os próprios sistemas abstratos, em vez de apenas seus “representantes”. Em uma multiplicidade de sistemas abstratos, a confiança é uma parte necessária da vida cotidiana da atualidade, quer isto seja ou não conscientemente reconhecido pelos indivíduos em questão. Os sistemas de confiança tradicionais eram quase sempre baseados no “trabalho visível” por ter acesso especial às qualidades esotéricas da tradição: o guardião era a tradição em forma de pessoa.

As características desincorporadoras dos sistemas abstratos significam uma constante interação com os “outros ausentes”, pessoas que nunca vimos ou encontramos, mas cujas ações afetam características da nossa própria vida. Pelo caráter dividido e contestado da especialização, a criação de sistemas abstratos estáveis é uma tentativa que vale a pena. Alguns tipos de sistemas abstratos tornaram-se tão pertinentes às vidas das pessoas, que, em um determinado momento no tempo, parecem ter uma solidez de pedra, semelhante à tradição estabelecida, mas, são vulneráveis ao colapso da confiança generalizada.

Um fator importante a ser analisado é não confundir reflexividade com reflexão, baseados nos estudos de Beck (1997), podemos conceituar:

A “reflexão” é individualista, consciente e intencional, volta da consciência para si mesma, para o exame do seu próprio conteúdo. A “reflexividade” é como um “reflexo”, não é individualista, nem consciente, nem intencional. É o modo como o princípio referente da modernidade reflexiva entra em contradição com o princípio da modernidade simples. A modernidade reflexiva está em grande parte lidando com os efeitos colaterais, os perigos ou males, que se originam da produção de bens da modernidade simples.(...) A reflexividade, pode também incluir a reflexão, podendo ser individual, coletiva ou institucional.(BECK, 1997,p.16-17).

Importante analisarmos neste momento a passagem do tradicional para a modernidade racional e reflexiva.

2.4- Da produção familiar à modernidade racional e reflexiva

Os avanços tecnológicos vêm provocando mudanças em todos os segmentos da sociedade, mudanças essas notórias também na agricultura e principalmente na produção familiar.

Segundo Giddens, (1991, p.14)

Os modos de vida produzidos pela modernidade nos desvencilharam de *todos* os tipos tradicionais de ordem social de uma maneira que não tem precedentes. Tanto na sua extensibilidade quanto na sua intencionalidade, as transformações envolvidas na modernidade são mais profundas que a maioria dos tipos de mudanças características dos períodos precedentes. Sobre o plano extensional, elas serviram para estabelecer formas de interconexão social que cobrem o globo; em termos intencionais, elas vieram a alterar algumas das mais íntimas e pessoais características da nossa vida cotidiana.

Assim, em virtude do seu dinamismo, a sociedade moderna transforma todas as relações sociais da vida tradicional e, inclusive, da produção familiar, transformando a maneira de pensar do produtor, obrigando-o a agir de maneira mais racional e reflexiva.

O processo de modernização da agricultura brasileira resultou em profundas modificações nas relações sociais, no mundo do trabalho e da produção.

Em praticamente todos os setores agropecuários está havendo um processo de racionalização dos processos produtivos, de organização social e técnica do trabalho, de modo a acelerar a produtividade e ampliar as condições de produção de excedente, lucro ou mais valia. Os processos de concentração e centralização do capital, em escala mundial, revolucionam as condições de vida e trabalho no campo, acelerando, inclusive, a urbanização como estilo de vida, e o modo de localizar-se no mundo. (IANNI,1994,P.14)

Para Ianni (1994) a pequena produção continua a existir, desenvolver-se e se afirmar, não estando em vias de se extinguir, engolida pelo grande capital monopolizado e globalizado. Porém, ele detecta diferenças marcantes na atual configuração da pequena produção, onde as relações capitalistas estão cada vez mais presentes, pelo assalariamento, pela integração aos processos agroindustriais, ou por estar motivada a se atualizar via ação do Estado que, através da assistência técnica e créditos, procura “modernizar” a pequena produção. Assim,

O mundo rural modifica-se pelo desenvolvimento mecânico, pelas novas tecnologias, pelo avanço da engenharia genética, da biotecnologia e da química. E este avanço no campo acontece de uma forma devastadora, com o trabalho humano sendo substituído pelo emprego de máquinas, fazendo com que a população diminua sempre num contexto de aumento da produtividade. Este fato, a diminuição da população rural, é muito importante no contexto das transformações atuais, pois modifica profundamente o antigo modo de vida rural[...]. Assim, este é um momento em que a globalização do capital transforma as relações sociais e de produção no campo, trazendo conseqüentemente, mudanças culturais profundas.(MENEZES NETO,2005,p.4)

Por meio desta modernização, a industrialização da agricultura é direcionada para atender às demandas, cada vez maiores, do capital nacional e internacional, apesar do discurso oficial, onde se alegava que o estágio de subdesenvolvimento seria ultrapassado pela política de substituição de importação das tecnologias do Primeiro Mundo. Paradoxalmente, esse processo causou e tem causado problemas sociais ao trabalhador rural, como o desemprego estrutural.

Importante analisarmos nesse momento, o que caracterizava ser a agricultura tradicional, segundo Esteves (2004)²⁴, As Plantações eram feitas em solo preparado a mão ou tracionado por animais, roçado a foice, fogo e enxadão. Não se pensava em conservação do solo; apenas usava as melhores terras, depois se mudava para outra, era uma Agricultura nômade.

A semeadura era feita à mão (em covas, e até mudas enterradas no solo e água) de sementes e mudas com ou sem nenhuma prática de seleção.

O solo sem correção de acidez (quanto muito uso de cinza) ou adubação (uso de esterco de animais). Quantidades insignificantes mesmo nos cultivos que eram (e são) feitos em áreas menores.

²⁴ In: PEREIRA, Armantino Alves(org). **Agricultura de Goiás:Análise & Dinâmica**.Editora UCG.Goiânia,2004.

O controle de pragas e doenças era feito por práticas de pequena eficácia. Desconhecia os produtos de hoje (agrotóxicos, herbicidas, etc). A colheita quase sempre era manual (arranquio, com enxadão, enxada, cutelo, batida em girau ou no próprio solo com ou sem pano).

O armazenamento era simples a granel, em sacos, balaios, tulhas, paiôs, cômodos. Os produtos não recebiam tratamentos específicos (exceto uso de terra de formigueiro, arroz conservado em casca; café em coco; banana em cacho etc).

O transporte dos alimentos era feito em lombo de animais, carro de boi, raramente em caminhões.

Com relação ao consumo, era feito geralmente *in natura* (uso de moinho, monjolo, máquina de beneficiar, engenho, farinhas, fubás etc).

A comercialização quando sobrava da família era trocado por outras coisas ou vendido próximo do local de produção; raramente chegava a outros Estados.

Na pecuária, os animais quase sem nenhum processo de seleção ou melhoramento, apenas cruzamentos simples, quase não existiam vacinas, carrapaticidas, bernicidas, rações balanceadas, mineralizadas, os pastos eram naturais. a criação era semi ou extensiva, na alimentação usava-se sal comum. A produção de leite e carne era pequena (produtividade, quantidade), consumida *in natura* cozida, assada, frita (leite, coalhada, carne seca, defumada, de sol, conservada em banha). Machos reprodutores juntos com as fêmeas nos pastos, mangueiros, galinheiros etc. Sobra de leite e carne era permutada com vizinhos e até levado por estrada de chão e trem aos compradores.

Mais recentemente vieram as fases de cria, recria e engorda para gado; porcos em chiqueiros/mangueiros; aves/ galinheiros. No passado distante a caça e a pesca eram atividades comuns paralelas à agricultura tradicional

Após a Segunda Guerra Mundial tornou-se mais sensível o declínio da agricultura tradicional. Entre os fatores que mais influenciaram na decadência da agricultura tradicional, destacam-se três:

a) O esgotamento da fertilidade natural do solo, em muitos casos até a exaustão, decorrente da intensa exploração agrícola praticada com métodos e técnicas que geralmente negligenciaram a preservação da natureza e a conservação, defesa e recuperação da terra; b) a redução substancial do tamanho das propriedades rurais em decorrência das partilhas por herança, o que forçava uma exploração ainda mais intensa da terra escassa, acelerando seu esgotamento ao mesmo tempo em que reduzia os frutos do trabalho; c) Os baixos preços dos produtos agrícolas, constantemente evitados no mercado pela exploração dos intermediários e dos que controlavam e comercializavam nos diversos níveis”.

Por outro lado, a introdução de fertilizantes e maquinários agrícolas é vista pelo produtor como um passo final em uma trajetória de máximo aproveitamento das condições naturais de produção, com o preço da destruição dos recursos ambientais anteriores e a perda conjunta de um equilíbrio de troca entre o homem e a natureza.

Estes e outros fatores se conjugavam, trazendo como resultado o empobrecimento do agricultor e o desestímulo agravados pela falta de perspectivas. Essa situação se tornou progressivamente mais aguda no decorrer da década de 1950 e nos anos 1960. Por essa época processava-se o esgotamento das possibilidades da agricultura tradicional nos moldes como vinha sendo praticada.

A ruptura de uma ética de troca de serviços entre a sociedade e a natureza, é acompanhada de uma perda correspondente na qualidade da troca de serviços entre categorias de produtores rurais, que se acentua no caso de agentes dos dois pólos antagônicos: os patrões e os peões. Os recursos naturais para o trabalho rural e as relações solidárias neste mesmo trabalho vão sendo destruídos aos poucos porque, para produzir alimentos para o consumo e para a venda, os homens tornaram-se ambiciosos fazendo com que se perdessem, em benefício dos aumentos da venda (excedentes) de alguns, as reservas para o consumo (mantimentos) de todos.

As roças cedidas foram substituídas por lavouras em parceria. O aumento das facilidades vindas de uma sociedade de fora, aliada um aumento das dificuldades de produção devido ao empobrecimento da natureza, responde pela situação atual de carência de trabalho e de bens para o lavrador. Esta situação foi definida em seu extremo quando se tornou muito difícil o acesso a terras suficientes e adequadas para o plantio “na meia”, ao lado da redução de ofertas de emprego rural durante todo o ano e das pressões de fazendeiros para a saída de agregados de suas terras.

Face ao estrangulamento da agricultura e da falta de perspectiva no meio rural, o produtor é empurrado para a cidade, onde não consegue mais prover a família de alimentos no período entre duas safras, sendo então obrigado a comprar a comida, que lhe sobrava no passado. Esta comida acaba sendo toda ela comprada, quando, ao não conseguir “terras de meia” em um ano agrícola, o lavrador se divide entre peão diarista e biscateiro urbano.

Vamos analisar neste momento os efeitos que essa modernização agropecuária produziu na produção familiar, transformando a forma de pensar do pequeno produtor, tornando-o cada vez mais um cidadão racional e reflexivo.

O que podemos constatar sobre o que foi discutido até agora, é que na agricultura tradicional, a maior parte das tecnologias eram desenvolvidas pelos próprios produtores. Havia um alto grau de unidade entre o colono e a natureza, ou seja, as condições naturais de trabalho. O produtor detinha o conhecimento técnico necessário em seu trabalho cotidiano e produzia a maior parte dos instrumentos necessários no processo produtivo. A família tinha grande importância no processo de transmissão do conhecimento aos filhos.

O processo de socialização era ativo e constante, levando o produtor familiar a reinventar o aprendido de acordo com as necessidades e possibilidades materiais e sociais. A observação direta dos fenômenos naturais possibilitava aos camponeses inovar seus conhecimentos. O saber tecnológico dos produtores era fundamentalmente adquirido no trabalho e na vida, caracterizava-se por ser experimental, não sistemático.

As tecnologias modernas não apenas carrearam mais exploração e subordinação da força de trabalho do pequeno produtor em favor do capital, mas também a expropriação do conhecimento. O conhecimento deixa de ser “apossado” pelo camponês para se localizar na própria tecnologia, ao separar o conhecimento do trabalho, retira do trabalhador a condição de domínio sobre o seu próprio trabalho.

A racionalização da produção agrícola, viabilizada pela modernização processou a separação do trabalho manual do trabalho intelectual; assim, a distribuição de atividades no interior da família passa a exigir um conhecimento especializado para a execução de determinadas tarefas.

Na medida em que a lógica capitalista foi se fortalecendo, sobretudo mediante o capital comercial, financeiro e industrial, houve uma transformação gradual das

relações internas e dos elementos naturais que fundamentam a produção familiar. O próprio processo de transformação tecnológica que acompanha o desenvolvimento capitalista impõe um outro conhecimento, estreitamente vinculado aos seus interesses.

o conhecimento camponês passou a ser questionado e desqualificado, por não conseguir responder às imposições da sociedade em que se inseria,. A desqualificação do saber, enquanto relação social, é uma inadequação do saber-fazer das exigências e necessidades impostas pela estrutura de produção social capitalista.

Um fator que deve ser ressaltado é que o conhecimento científico potencializa o esforço empregado na agricultura, recuperando os solos empobrecidos, aumentando a produtividade, sendo necessário para continuar a reprodução. O produtor deve pensar reflexivamente, pois, o prestígio do conhecimento científico adquire um poder invisível e passa a determinar os espaços em que os indivíduos podem se mover, os tipos de relações possíveis de manter entre si e a participação de cada indivíduo na sociedade, destacando a produção familiar.

As tecnologias que se difundiram no Brasil e em outros países latino-americanos, encontram-se inseridas e definidas nos objetivos de desenvolvimento e, por isso, são uma combinação de um conjunto de procedimentos e recursos que expressam manifestações concretas das relações sócio-econômicas capitalistas.

Os conhecimentos são elaborados e sancionados sem a participação do trabalhador, além de lhe negar a possibilidade de conhecimentos úteis, fora daqueles propostos pelos detentores do saber. Os novos conhecimentos adquiridos estão dissociados do universo econômico e cultural dos produtores familiares. O fato de situar o conhecimento fora a acima da realidade prática dos produtores, representa um mecanismo coercitivo e de controle social.

Segundo Marin (1991) O caráter científico aparece como um critério diferenciador da cultura dominante. Oferecendo o saber verdadeiro, por meio da cientificidade da cultura dominante. Ou seja,

“De um lado, a suposta universalidade do saber dá-lhe a neutralidade e disfarça o seu caráter opressor; de outro lado, a ignorância do povo serve para justificar a necessidade de dirigi-lo do alto e, sobretudo, para identificar a possível consciência da dominação com o irracional, visto que lutar contra ele seria lutar contra a verdade (o racional) fornecida pelo conhecimento”. (CHAUI, 1989.p.51.)

Diante do exposto, podemos perceber que o produtor familiar a todo o momento, a partir da introdução das novas tecnologias deve monitorar reflexivamente e pensar racionalmente a sua ação, que segundo Giddens, não é o mesmo que motivação.

De acordo com Giddens (1991), a reflexividade é inerente ao ser humano na modernidade. O monitoramento reflexivo da atividade é uma característica crônica da ação cotidiana e envolve a conduta, não apenas do indivíduo, mas também de outros.

Giddens (2003) distingue a monitoração reflexiva da ação e a racionalização da ação de sua motivação. Se as razões se referem aos motivos da ação, estes, por sua vez, referem-se às necessidades que a instigam. Entretanto, a motivação não está tão diretamente vinculada á continuidade da ação quanto sua monitoração reflexiva ou racionalização. Ela se refere mais ao potencial para a ação, do que propriamente ao modo como a ação é cronicamente executada pelos agentes.

A monitoração reflexiva da ação, segundo Giddens (2003, p.443) “é o caráter deliberado ou intencional do comportamento humano, considerado no interior do fluxo de atividade do agente, a ação não é uma série de atos discretos, envolvendo um agregado de intenções, mas um processo contínuo”.

A ação depende da capacidade do indivíduo de “criar uma diferença” em relação ao estado de coisas ou curso de eventos preexistentes.

A estrutura refere-se, em análise social, às propriedades de estruturação que permitem a “delimitação” de tempo-espaco em sistemas sociais, às propriedades que possibilitam a existência de práticas sociais, discernivelmente semelhantes por dimensões variáveis de tempo e de espaco e lhes emprestam uma forma “sistêmica”.

Giddens (2003) concebe estrutura, como um conjunto de regras e recursos, ou um conjunto de relações de transformação organizados como propriedades de sistemas sociais. Os sistemas sociais em que a estrutura está recursivamente implicada, pelo contrário, compreendem relações reproduzidas entre atores ou coletividades, organizadas como práticas sociais regulares.

Analisar a estruturação de sistemas sociais significa estudar como tais sistemas, fundamentados nas atividades cognoscitivas de atores localizados, que se apóiam em regras e recursos na diversidade de contexto de ação, são produzidos e reproduzidos em interação.

Passaremos agora para a análise do trabalho de campo realizado a partir do levantamento dos dados nos relatórios de atividades da EMATER-GO e por meio das entrevistas com os técnicos da extensão rural no período de 1975 à 1999.

3 - A ATUAÇÃO DA EMATER-GO E A SUA RELAÇÃO COM OS PRODUTORES DE BASE FAMILIAR NO PERÍODO DE 1975 À 1999

A tarefa de examinar o papel desempenhado pela extensão rural durante o período de sua criação até o período de sua liquidação, leva-nos a fazer uma reflexão sobre a modernidade analisada por Antony Giddens (1991), quando o mesmo nos mostra as conseqüências trazidas por esta modernidade reflexiva e radicalizada²⁵.

De acordo com Giddens (1991), a modernidade traz alguns traços e, dentre eles, para a reflexão da nossa proposta de trabalho, os mecanismos de desencaixe, intrinsecamente envolvidos no desenvolvimento das instituições modernas: a criação da fichas simbólicas e o estabelecimento dos sistemas peritos.

No contexto da modernidade, uma quantidade cada vez maior de pessoas vive em circunstâncias nas quais instituições desencaixadas, ligando práticas locais a relações sociais globalizadas, organizam aspectos principais da vida cotidiana. Todas as formas de vidas sociais na modernidade são parcialmente constituídas pelo conhecimento científico.

O indivíduo deve achar sua identidade entre as estratégias e opções fornecidos pelos sistemas abstratos. No contexto da nossa pesquisa é a reflexão do produtor rural com relação a sua ação, pois, a reflexividade na modernidade é explicada pela ciência, implica auto-confrontação é compulsiva e indesejada, não planejada. É a desqualificação e o questionamento do conhecimento tradicional do produtor, que passa a depender do conhecimento especializado para a aplicação de determinadas técnicas na sua propriedade.

Com a implementação da modernização da agricultura, por meio da revolução verde foram criados mecanismos de apoio para a introdução dos pacotes tecnológicos no campo. Dentre esses mecanismos e baseados nas análises de Giddens, para o trabalho de campo desta pesquisa elegemos como nossa problemática principal a atuação da extensão Rural e Assistência Técnica (EMATER-GO) como ponto de acesso²⁶ entre os produtores familiares e as novas tecnologias (pacotes tecnológicos) implementados pelos sistemas peritos (as novas técnicas introduzidas pelos institutos de pesquisas, as normas da agronomia e

²⁵ Ver cap. 2.3- A modernidade reflexiva- Apresentação do Modelo teórico de Giddens.

²⁶ Ver cap. 2.3- Modernidade Reflexiva- Apresentação do Modelo teórico de Giddens

equipamentos e insumos introduzidos pela indústria), promovendo uma relação entre a agricultura e a indústria, mediados pela ciência, ou seja, a extensão rural a serviço da revolução verde, introduzindo o capital no campo com todos os seus reflexos e conseqüências²⁷.

Para a verificação do nosso problema de pesquisa, analisamos os relatórios de atividades institucionais da EMATER-GO de 1975 (Ano de criação da EMATER-GO) a 1999 (Ano de liquidação da empresa), os quais nos mostram a atuação da instituição junto aos produtores. Ao analisar estes relatórios, fazemos uma analogia com o desenvolvimento do Estado de Goiás, verificando qual a contribuição da extensão rural no desenvolvimento do Estado.

Nesse processo de levar a transferência de tecnologia ao campo a EMATER-GO atuou em várias áreas: assistiu a pequenos, médios e grandes produtores, famílias, jovens; capacitou produtores em várias áreas do conhecimento; prestou assistência técnica às culturas do algodão, alho, arroz, banana, citros, feijão, milho, oleráceas, soja, tomate, mandioca, abacaxi, melancia, outras culturas e outras hortícolas; na organização rural prestou assistência às cooperativas agropecuárias, sindicatos rurais, grupos de produtores, grupos de mães, clubes 4-S *, comissões e outras associações; atuou também em preservação do meio ambiente especialmente em conservação do solo; na pecuária teve atendimento prioritário em avicultura, bovinocultura de leite e corte e suinocultura; com relação ao Bem-Estar-Social, assistiu às áreas de saúde, alimentação e educação.

Quanto aos programas especiais do Governo Federal, a extensão rural teve uma atuação significativa nos programas como o Polocentro, Poloamazônia e região Geoeconômica. Devemos ressaltar também trabalhos desenvolvidos na introdução de máquinas agrícolas, integração pesquisa-extensão, crédito rural aplicado e em outros programas especiais como o PROVÁRZEAS/PROFIR, PROBOR e Programa de Mobilização Energética, dentre outros.

Antes de entrar de fato no trabalho desenvolvido pela EMATER-GO no Estado de Goiás, dando uma atenção especial à Microrregião Sudoeste do Estado²⁸, é necessário analisar o avanço das áreas de trabalho no Estado de Goiás, pois, a partir da introdução de escritórios locais e regionais que houve o avanço dos serviços de extensão.

²⁷ Ver cap. 1.2- Modernização da Agropecuária Brasileira

²⁸ Por ser a região que apresenta os maiores índices de tecnificação no Estado de Goiás.

3.1 - Áreas de trabalho atingidas no Estado de Goiás

Para introdução desse assunto é preciso entendermos primeiramente quais são os órgãos mantenedores dos serviços de Extensão Rural nos Estados, quais sejam: Governo Federal- Ministério da Agricultura, Governo do Estado de Goiás e Governos Municipais -Prefeituras, tendo como órgão executor a EMATER-GO, atuando a partir de seus escritórios locais, regionais por intermédio do Escritório Central, com as seguintes atribuições:

Escritório Central - É o coordenador das atividades da extensão no Estado, com sua sede em Goiânia. Compõe-se da Diretoria executiva, Departamento de Execução de Projetos, Departamento de Planejamento, controle e avaliação, departamentos administrativos, entre outros.

Escritórios Regionais - As unidades regionais, são responsáveis pela coordenação, orientação e supervisão dos trabalhos à nível de regiões, são integradas por um supervisor, assessores técnicos e administrativos, ambos com maior experiência nos trabalhos de extensão rural, coordenam os trabalhos, em determinada região de atuação.

Escritórios Locais - Os escritórios locais, unidades básicas e efetivamente executoras dos serviços de extensão rural, são localizados nas sedes dos municípios. A ação pode atingir toda a área municipal, parte dela, ou ainda, parte do território de municípios vizinhos, sendo desenvolvida por um agrônomo ou técnico agrícola, veterinário, que responde aos assuntos agropecuários e uma extensionista social responsável pela atuação ante aos problemas de bem-estar social da família, e no geral, de um auxiliar de escritório.

Ressalta-se que, nos últimos tempos, tem havido uma defasagem muito grande na contratação desses profissionais. Os últimos concursos públicos foram realizados em 1989 para a área administrativa e 1993 para área técnica; a junção com a Empresa Goiana de Pesquisa Agropecuária-EMGOPA em 1996, causou transtornos na execução dos serviços de extensão rural.

As áreas de Trabalho atingidas no Estado, ressaltando a microrregião Sudoeste de Goiás, foram desenvolvidas conforme figura 3 abaixo relacionados:

Analisando número de escritórios locais, durante o período de 1975-1999, a extensão aumentou os escritórios em 50%, ou seja, de 99 escritórios para 182, considerando os 246 municípios de Goiás isso significa 74%. Os escritórios regionais não tiveram grandes avanços, considerando que os mesmos atuam em microrregiões, avançaram de 14 para 15 escritórios durante o período.

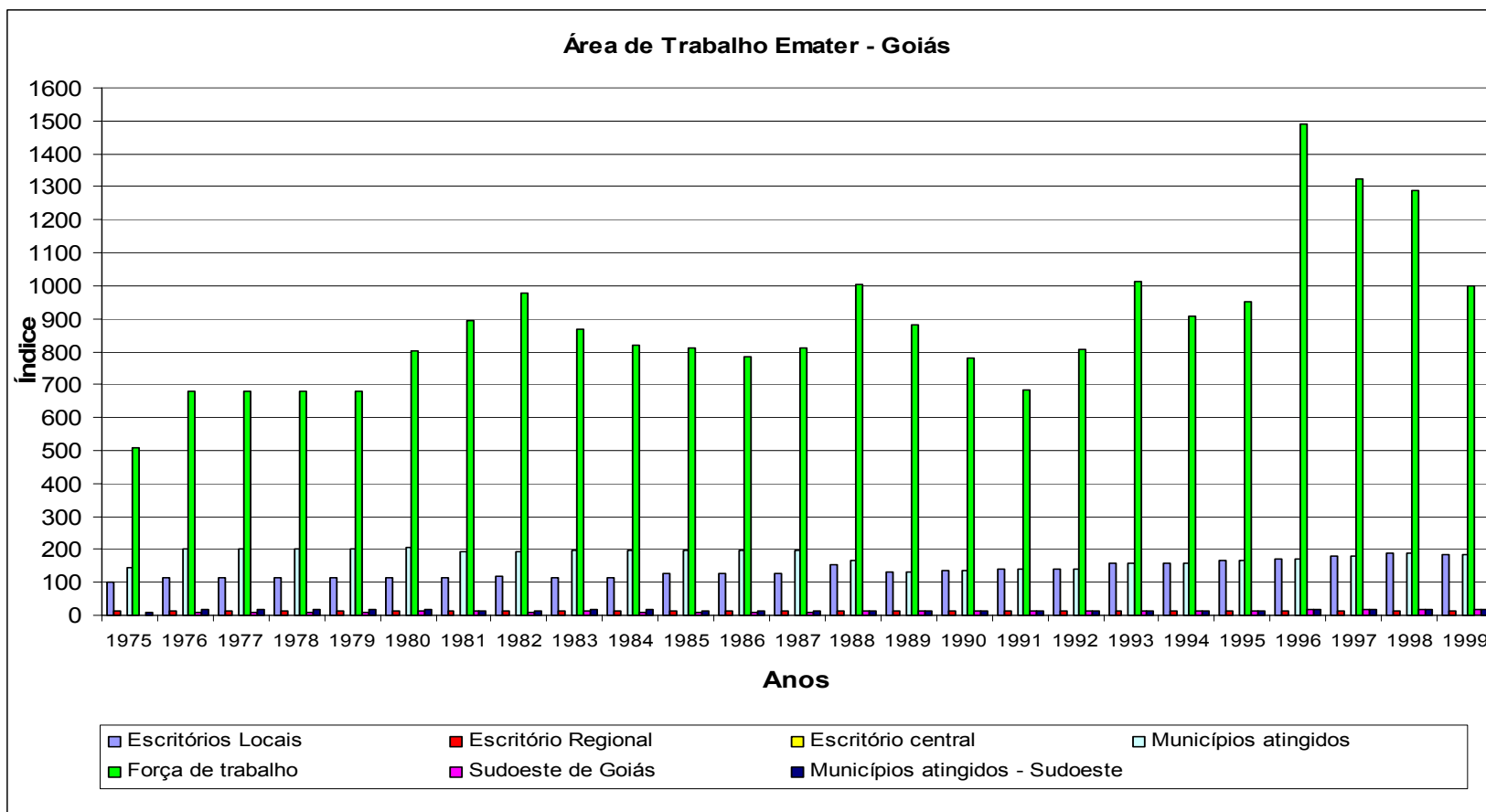
Considerando os municípios atingidos nos anos de 76-87, foram os anos mais promissores em número de áreas trabalhadas, tendo algumas quedas nos outros anos fechando em 1999 com 182 municípios atingidos. A força de trabalho, considerando várias oscilações, aumentou cerca de 50% de 1975 a 1999, ou seja, de 510 em 1975 para 1000 em 1999. Na microrregião Sudoeste houve um avanço de 2 escritórios locais em 1975, para 16 escritórios em 1999, conforme figura 3.

Passando a analisar como foi desenvolvido de fato o trabalho da extensão Rural durante o período de 1975 a 1999, fizemos o levantamento e leituras bibliográficas de autores relacionados aos temas, o levantamento dos dados nos relatórios institucionais da empresa de 1975(Ano de criação da EMATER-GO à 1999(Ano de liquidação da EMATER-GO), somando 24 anos de extensão rural no Estado de Goiás.

Após tabulação dos dados, confeccionamos as tabelas e os gráficos, visitamos o Sudoeste de Goiás para conhecer um pouco do trabalho da extensão rural desenvolvido nessa região, fizemos entrevistas com 21 técnicos da extensão rural distribuídos nas áreas social, agricultura e pecuária, conforme tabela 15.

Ressaltamos que procuramos abranger todas as áreas técnicas da empresa. Nessas entrevistas conseguimos reunir experiências de atuação da empresa em vários municípios e regiões do Estado de Goiás, quais sejam: Nordeste Goiano, Sudoeste de Goiás, Norte, Mato Grosso de Goiás, Porangatu, Entorno de Goiânia e Sul Goiano. Ressaltamos ainda que, atendemos todas as normas do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás conforme processo nº 027/2004. Todos os entrevistados tiveram conhecimento e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, exigência do Comitê de Ética em Pesquisa. Para garantir o anonimato dos entrevistados, todos os nomes citados nas entrevistas são fictícios.

Figura 3- ÁREA DE TRABALHO DA EMATER EM GOIÁS



Fonte: Relatórios de atividades da EMATER/GO no período de 1975/1999

Organização: Eloisa Pio de Santana e André de Oliveira Amorim

**Tabela 15- Relação dos Entrevistados no Trabalho de Campo em
Goiás-2005**

Número de ordem	Área de Atuação	Data da Entrevista	Ano de Admissão
01	Técnico em Agropecuária	06/06/05	1986
02	Técnico agrícola	06/06/05	1975
03	Extensionista Social	07/06/05	1967
04	Técnico em Agropecuária	07/06/05	1973
05	Técnico em Agropecuária	07/06/05	1969
06	Veterinário	07/06/05	1981
07	Administrador Rural	07/06/05	1978
08	Engenheiro Agrônomo	07/06/05	1974
09	Zootecnista	08/06/05	1972
10	Técnico em Agropecuária	08/06/05	1977
11	Técnico em Agropecuária	08/06/05	1974
12	Extensionista Social	21/06/05	1976
13	Extensionista Rural	21/06/05	1973
14	Engenheiro Agrônomo	21/06/05	1968
15	Veterinário	22/06/05	1973
16	Engenheiro Agrônomo	22/06/05	1981
17	Extensionista Social	23/06/05	1975
18	Engenheiro Agrônomo	23/06/05	1966
19	Veterinário	23/06/05	1965
20	Técnico em Agropecuária	01/07/05	1976
21	Técnico em Agropecuária	05/07/05	1976

Fonte: Entrevistas realizadas no período de junho / julho de 2005

Elaboração: Eloisa Pio de Santana – Julho de 2005

Estas entrevistas foram não diretivas²⁹, elaboramos um roteiro e durante a entrevista a motivação foi no sentido de abranger as seguintes variáveis:

1. O desenvolvimento do trabalho da empresa durante o período;
2. A aceitação ou não das novas técnicas pelos produtores familiares;
3. As vantagens das novas técnicas implantadas e o direcionamento das mesmas.

²⁹ Roteiro das entrevistas em anexo.

4. Quais os problemas enfrentados a partir da Extinção da EMBRATER (1990) e Liquidação da EMATER (1999).
5. Quais as formas de gestão implantadas pelos produtores, após a adoção das novas técnicas de manejo da agricultura e pecuária.

Enfim, diante, de todo esse processo descrevemos um pouco da história da extensão rural no Estado de Goiás, priorizando a hipótese de que, no desenvolvimento dos seus trabalhos, a extensão rural foi ponto de acesso entre a modernização da agropecuária e a produção familiar, na visão dos agentes de execução das metodologias da extensão rural.

Para um melhor desenvolvimento e entendimento da pesquisa realizada, passamos a expor, de uma forma geral, como foi o desenvolvimento do trabalho da empresa nesse período na visão dos técnicos.

Falar de extensão rural a partir do ano de 1975, nos faz reportar a alguns anos atrás quando os serviços de extensão eram feitos pela Associação de Crédito e Assistência Rural- ACAR-GO, para compreender de fato o trabalho realizado pela Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural- EMATER-GO.

A ACAR fez um trabalho de grande importância para Goiás, porque até então, o Estado tinha praticamente suas instituições agropecuárias que não conseguiam muitos resultados, porque faltava integração entre elas. Mas, com a metodologia mundial herdada dos Estados Unidos da América- EUA, que veio primeiramente para ACAR-MG (1948), disseminou-se pelo Brasil e chegou em Goiás. Esta metodologia de trabalho demonstrativa, de acordo com os técnicos, realmente convenciona o produtor rural, que ficava atento às novidades, analisando, e muitos deles aderiam às novas tecnologias.

No período da ACAR-GO, os técnicos conseguiram introduzir tecnologia desconhecida do produtor rural; práticas de saúde na parte social, ligadas à família, como uma alimentação correta, por meio de hortas comunitárias, pomares domésticos e a assistência social. A equipe era formada por técnicos da área de agropecuária e da promoção social, ensinava a resolver problemas ligados à saúde com farmácias caseiras nas quais todos obtinham os remédios necessários para alguma emergência, bem como problemas de alimentação, vestuário.

Nesse particular a família se desenvolveu muito, nos clubes 4-S³⁰ criou nos jovens uma nova mentalidade para receptividade às tecnologias. Os produtores, por sua vez, desenvolveram-se muito, tanto na parte de agropecuária como na parte de pecuária, pelo sistema metodológico e pelas novas tecnologias adaptadas as suas condições trazidas pelos técnicos .

De acordo com o Engenheiro Agrônomo³¹ Juarez da extensão rural;

“A ACAR-GO foi indispensável à realidade agropecuária do Estado, foi ela quem fez a união, ou seja, a integração que era característica da metodologia difusionista, as instituições, secretaria, trabalhavam unidos pensando no bem de agricultura goiana, forças que estavam dispersas se uniram formaram o famoso Programa Integrado de Pesquisa Agropecuária-PIPAGO que nasceu em 1967-1973, era a união das instituições conjuntamente, programando onde sementes de plantas, pastagens, foram introduzidos e distribuídos no Estado, disseminados através dos campos de demonstrações, através de experimentos, ensaios e os resultados foram fantásticos, em termos de produtividade. Com o desenrolar desses processos o Governo sentiu que a agricultura precisava avançar suas fronteiras, assim em substituição ao PIPAGO, foi criado então o FAO(organização para alimentação e agricultura)-ANDA(Associação Nacional de Difusão de Adubos Fertilizantes)-ABCAR(Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural), as três se uniram para realizar esse programa no Estado de Goiás, juntamente com Secretaria da Agricultura, Departamento de Pesquisa Vegetal do Ministério da Agricultura, Escola de agronomia e Veterinária da UFG e o IPEAGO-Instituto de Pesquisa Agropecuária do Centro-Oeste/EEA-Estação experimental de Anápolis. Foram dois programas importantes para Goiás, as tecnologias agropecuárias foram introduzidas conforme projeto na época, com metodologia extensionista, mostravam a necessidade de tentar deslocar com o projeto de extensão que tinha em Goiás. A ACAR-GO além de introduzir a metodologia extensionista, uniu as instituições agropecuárias, foi um catalizador desse processo, tudo já existia mas estava separado e nessa integração interinstitucional, conseguiu abastecer Goiás dos principais dados indispensáveis à essa transferência de tecnologia no Estado de Goiás. Eu diria até somando esses fatores com outros fatores(programas especiais do Governo federal), fez com que chegássemos hoje a essa alta produtividade e a esse grande desenvolvimento, esse agronegócio pujante que é digamos assim a âncora verde de Goiás e do Brasil como um todo”.

É preciso também analisar esse desenvolvimento de uma outra forma, pois existiam o interesse da Associação Internacional Americana-AIA no desenvolvimento desse processo no país. É importante ressaltar que alguns agentes envolvidos nesse processo desenvolveram uma percepção crítica, por exemplo,

³⁰ Ver metodologia de organização rural

³¹ Entrevista realizada em 23/06/05 às 11 horas.

identificando os interesses envolvidos na adoção dos modernos pacotes tecnológicos.

De acordo com o Técnico em Agropecuária Justino³²

“O sistema internacional tinha que fomentar a modernização no Brasil pra absorver os insumos que eles tinham a ofertar, adubos, defensivos, maquinários, eles queriam que os agricultores evoluíssem e passassem a ser consumidores e eles botaram as indústrias de alimentos deles também. Que tinha que produzir matéria prima para as indústrias deles e que tinha que absorver os insumos das indústrias deles. A ANDA- Associação Nacional de Difusão de defensivos doava anualmente todo fertilizante para fazermos as Unidades Demonstrativas , o adubo, que chegou ao ponto de devolver 40% do adubo utilizado. Eles queriam que as pessoas experimentassem e ficassem condicionadas àquilo. Mas, tinha que ter uma associação orientando aquele sistema, então, a extensão rural, as ACARs foi fomentada pelo grupo Rockefeller que era dono do estudo, tem que levar essa informação, ele não tem que falar de esterco, esterco orgânico, isso não interessava. Era adubo, era semente melhorada, a CARGIL era deles também, era coisas que eles produziam e ao mesmo tempo abastecia as industrias de alimentos que eles também(...).O produtor pensou que estava evoluindo, mas, estava alimentando um sistema que é a revolução verde, foi pra isso. Aí o negócio ficou independente, passou a não ter importância mais ter uma associação, passaram a não investir mais, passaram a não vir dinheiro internacional para as ACARs, porque o que eles queriam já tinha sido cumprido, já tava todo mundo consumindo, as cooperativas também foram criadas para esse fim, porque as cooperativas tinham que montar armazéns para receber a produção e daí ir para as indústrias deles, toda estrutura estava montada. Os dias de campo, excursões que era uma metodologia própria da extensão tudo quanto era empresa de adubo passou a fazer, outras instituições passaram a fazer. Aí faltou recursos, o governo da revolução reconhecendo o grande desempenho da extensão, então vamos fortalecer esse sistema, então criou a EMBRATER-Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural que assumiu as atribuições da ABCAR e nos Estados criaram as EMATERs, o que foi para a EMATER-GO: o CAT-Coordenação de Assistência Técnica Integral da Secretaria da Agricultura, O CONDEPE- Conselho de Desenvolvimento da pecuária de corte, tinha um monte de veterinário e a ACAR-GO. O Estado resolveu estatizar os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural por achar importante e até porque o Estado Autoritário queria o domínio, não que a sociedade fizesse a gestão, a decisão foi do Governo Federal. Desmanchou uma cultura e implantou outra “.

Deve ser considerado o grande desenvolvimento do Estado nesse período, mas há também que se entender como foi desenvolvido o processo.

Após esclarecermos sobre o período anterior da EMATER-GO, para que fique claro o objetivo da sua criação, demonstraremos como foi desenvolvido o trabalho da EMATER-GO durante esse período. Segundo o Engenheiro Agrônomo Henrique³³,

³² Entrevista realizada em 01/07/05 às 8h30

³³ Entrevista realizada em 07/06/05 às 18h

“Na época com a vinda do POLOCENTRO , POLOBRASÍLIA, e POLOAMAZÔNIA, tinha-se por medo que faltaria alimento para a população, um dos principais objetivos dos programas. Tinha muito recurso e houve um grande incremento de tecnologia, muitos técnicos da própria EMATER, começaram a trabalhar com Assistência técnica e abriram empresas. O desenvolvimento tecnológico para o produtor foi grande, vinham pessoal de fora, São Paulo, compravam terras baratas. O programa financiava a compra de terras e de calcário para o desenvolvimento da região. Foi bom para a extensão, pois, houve injeção grande de recursos. Iniciava com agricultura e terminava com pecuária”.

O Engenheiro Agrônomo Eduardo³⁴ acrescenta,

“Nessa época, nos anos 80, época de bastante efervescência na agropecuária no Estado. Havia vários programas como Pró-leite, Polocentro e vários outros. Grande parte do cerrado foi desmatado e a soja começou a surgir como cultura alternativa para a região do cerrado, as culturas tradicionais perderam terreno, assim com as pastagens nativas. Houve grande desenvolvimento em alguns pólos do Estado e principalmente da região Sudoeste em função da característica de relevo e solo, por serem áreas planas, tinha só um limitante que era a fertilidade, aí com a introdução de calcário, da variedade adaptada a essa condição e mais adubação e manejo foi possível se produzir nessas terras. Houve então um grande desenvolvimento, foi a época do desenvolvimento, foi a época do desenvolvimento da soja e do milho e as primeiras agroindústrias, revendedoras de equipamentos e insumos e para nós da EMATER que estávamos presentes em quase todos os municípios do estado de Goiás, poucos municípios tinha atividade nessa área no setor privado, praticamente a EMATER na época realizava o trabalho de assistência técnica, elaboramos vários projetos e fechamento de colheitas”

A maioria dos técnicos afirmam que o trabalho da empresa, nesse período, era um trabalho mais coordenado; segundo eles, havia uma disposição e uma organização da própria empresa no desenvolvimento dos trabalhos, um planejamento, era uma época melhor para se trabalhar.

Baseados nas entrevistas e nos dados coletados nos relatórios, destacamos como atividades principais da extensão rural:

3.2 - Número de produtores assistidos

Antes de analisar o número de produtores assistidos pelos serviços de extensão rural no Estado de Goiás, precisamos primeiramente tecer algumas considerações a respeito do público alvo da instituição em estudo, tendo em vista o processo de modernização da agricultura brasileira.

³⁴ Entrevista realizada em 22/06/05 às 15h30

Destaca-se o primeiro Plano Diretor Quinquenal (1961-1965), no qual o Sistema ABCAR³⁵ alinha-se ao modelo de modernização conservadora, patrocinado pelo Governo federal e apoiado, fundamentalmente pelo estímulo ao uso do crédito rural subsidiado, com vistas à tecnificação da agricultura para a produção de excedentes comercializáveis.

Neste contexto, os médios e grandes produtores ganham espaço como público-meta do serviço de extensão rural, que, segundo o sistema vigente na época, estaria mais preparado para atender às exigências bancárias de garantias reais para a concessão de créditos, além de apresentar melhores condições de respostas a tecnificação proposta para a produção de excedentes, como previa o modelo de modernização em vigor³⁶.

As implicações desse modelo se fizeram sentir na modificação da estratégia de atuação, a extensão rural passa a atuar dentro de um processo de contato individual baseado em visitas para orientação técnica e creditícia, em detrimento de um trabalho grupal e participativo. Com este processo, o trabalho com a família foi questionado e enfraquecido.

Com a criação da EMBRATER³⁷ (1975) e a extinção da ABCAR (1975), o novo sistema elege como prioritárias algumas diretrizes e estratégias, dentre elas, prioridade aos pequenos e médios produtores rurais, aos agricultores e trabalhadores rurais sem terra e às famílias dos agricultores assistidos representados pelas mulheres e jovens rurais.

Importante nesse momento, buscarmos informações para analisar os critérios que a empresa adotava para caracterizar pequeno, médio e grande produtor. Segundo O Engenheiro Agrônomo Eduardo

“A gente teve um tempo em que na EMATER a gente classificava de 0 a 100ha, pequeno produtor, de 100 a 500ha, médio produtor, de 500 em diante, grande produtor. Era basicamente o único critério que a gente tinha para enquadrar, era o tamanho da propriedade. Hoje os critérios são basicamente os preconizados pelo sistema de crédito, pelo PRONAF, é um movimento quer vem do próprio produtor, e definir os critérios da mão de obra, renda, forma como administra e prática do processo produtivo”

³⁵ Ver cap.1.4 para maiores informações.

³⁶ Ver cap. 1.2 para maiores informações.

³⁷ Ver cap.1.4 para maiores informações.

De acordo com os técnicos, hoje se trabalha somente com o critério da renda, junto aos bancos; antigamente o INCRA tinha um, O IBGE tinha outro e assim sucessivamente.

Nessa perspectiva, a EMATER-GO, tomando como base a assistência aos produtores a partir do ano de 1980, intensificou a assistência aos pequenos produtores, atendendo em média 30.000 pequenos produtores ao ano, sendo que, estabilizados nos anos 1980/1981, houve uma queda em média de 15% nos anos 1982/1987, uma pequena ascensão em 1988, tornando a haver uma queda nos anos 1989/1992, permanecendo na mesma média de ascensão nos anos 1993/1999. Foi decrescendo o atendimento aos médios produtores entre 1975-1999, atingindo em média 10.000 produtores/ano. O atendimento aos grandes produtores da mesma forma foi decrescendo durante o período, atingindo uma média de 2.500 produtores/ano. (figura 04)

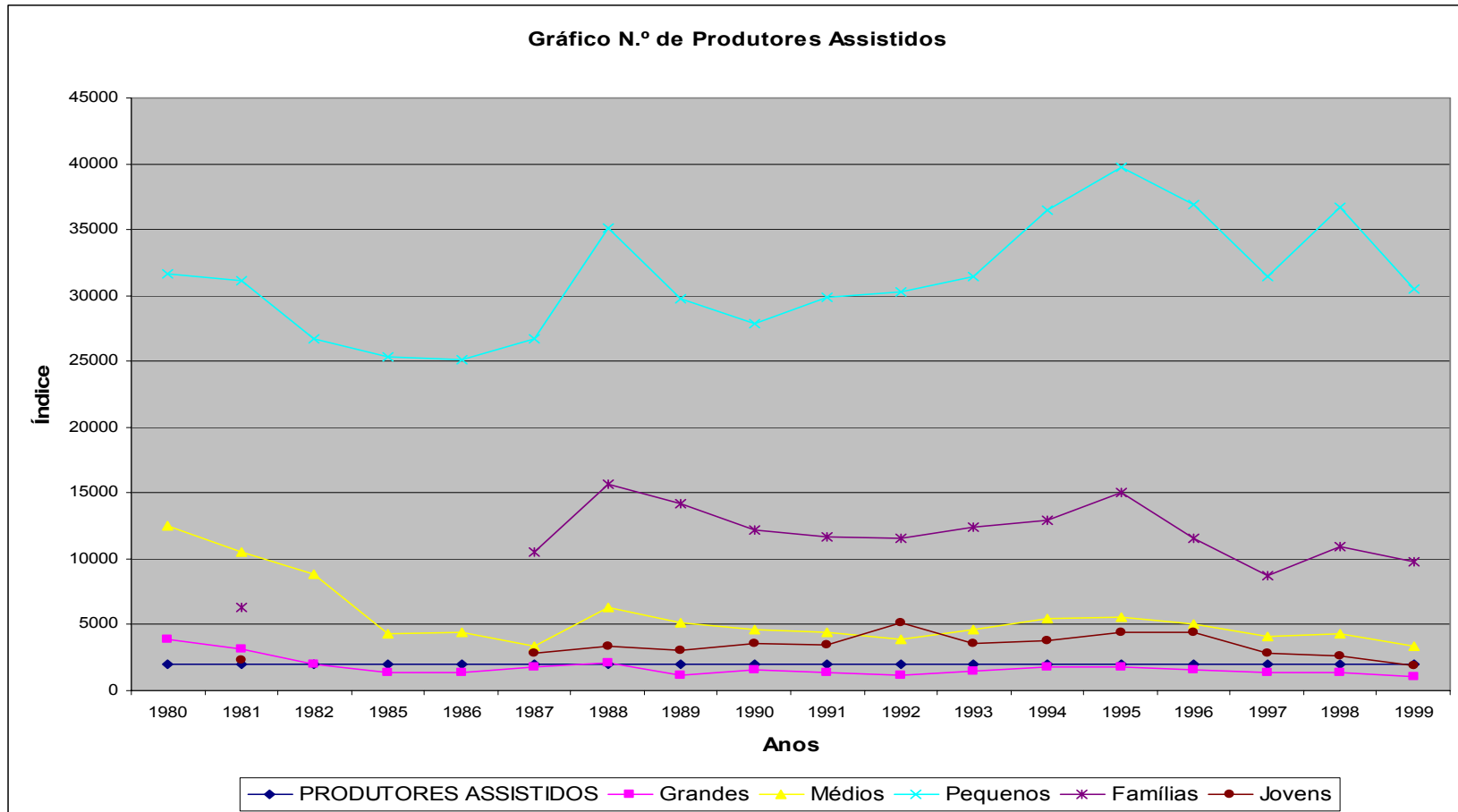
Com relação às famílias rurais, o atendimento atingiu uma média de 6.000 famílias no ano de 1981, tendo um corte de atendimento nos anos de 1982/1986, com um aumento considerável nos anos de 1987/1999, atingindo em média 10.000 famílias ao ano. A empresa assistiu a uma média de 3.000 jovens rurais nos anos de 1980/1999, ocorrendo um corte no atendimento nos anos de 1981/1986.

Baseados nos dados da figura 04 podemos perceber que apesar do atendimento a este grande número de pequenos, médios e grandes produtores, não houve aumento no total geral de produtores assistidos pela extensão rural. Isto nos leva a inferir que o problema poderá ter ocorrido pela repetição dos mesmos produtores assistidos durante o período em questão, ou seja, 1980/1999. Mas, segundo o Técnico em Agropecuária, Amadeus³⁸, a repetição se dá pelo seguinte fato,

“O trabalho da EMATER visava você formar o produtor, dar a ele uma sustentação para que ele pudesse andar com suas próprias pernas, né. Praticamente você trabalhava com o produtor até ele se sentir auto-suficiente, são poucos que chegam a esse patamar propriamente dito, e se profissionaliza. Mas é uma forma que você pode jogar ele numa situação onde ele depende muito menos. Se ele era um produtor que vinha toda semana no escritório à medida que você vai profissionalizando ele, introduzindo tecnologia, ele passa a vir de 15 em 15 dias, uma vez por mês, ou às vezes ele se sente até com mais confiança de trabalhar, é nesse momento que a gente passava a procurar novas áreas e novos produtores”.

³⁸ Entrevista realizada em 05/07/05 às 15h30.

Figura - 4- Nº DE PRODUTORES ASSISTIDOS EM GOIÁS 1975-1999



Fonte: Relatórios de atividades da EMATER/GO no período de 1975/1999

Organização: Eloisa Pio de Santana, André de Oliveira Amorim e Dr. Fausto Miziara

Conversando com outros técnicos estes afirmam que alguns produtores levavam até 10 anos para se emancipar. Isso nos leva a refletir como era a relação dos extensionistas com os produtores, o que fazia os produtores ficar tanto tempo dependendo de um serviço dessa natureza.

De acordo com todos os técnicos entrevistados, a relação no passado era muito boa, era uma relação de confiança; além de um planejamento com a comunidade, havia vários técnicos para fazer a extensão.

Nas palavras do Veterinário José Reis³⁹

“Muito boa, a gente era treinado, muito bem treinado para conversar com o produtor, era uma relação de confiança, o pessoal da ACAR e da EMATER eram muito respeitados”

Para a extensionista social Eliane⁴⁰,

“Olha no passado foi muito boa. Hoje está mais difícil, mas tem muita confiança. A demanda está grande e não têm técnicos. Não há desenvolvimento do trabalhador sem a extensão”.

Para o Técnico em Agropecuária, Justino,

“relação de confiança, amizade, família, interação. Um tempo bom, mais com muito sofrimento, a gente vivenciava e o produtor vivenciava a extensão”

Em contraposição aos outros o Engenheiro Agrônomo, Eduardo , ressalta,

“A relação sempre foi muito paternalista, além disso era gratuito, de graça chegando a ponto de não se reconhecer mais o valor do técnico por causa disso. Hoje a gente acha que a relação tem que ser menos paternalista e mais pro-ativa, as pessoas participando do processo (...). Naquela época as coisas eram mais impostas, o Estado ainda se julgava suficiente, então, ele sempre colocava no poder de atender às necessidades, as pessoas. A gente queria dar trator pra mundo, sementes, adubo, chegou o tempo que isso se tornou inviável, impossível, hoje as pessoas tem coragem e disposição de pagar para ter acesso às tecnologias, aos mecanismos de produção, hoje o paternalismo a tendência é desaparecer né, as pessoas estarem conscientes que precisam valorizar aquilo que estão recebendo e até pagar pelos serviços, é um processo meio lento, mas estamos caminhando pra isso”.

³⁹ Entrevista realizada em 23/06/05 às 15h30.

⁴⁰ Entrevista realizada em 21/06/05 às 9h15

Agora , paternalista ou não a confiança dos produtores com os técnicos era muito fortalecida, e isso, é unânime entre os técnicos da empresa, talvez por ser justamente paternalista. Só que quando da liquidação da EMATER-GO (1999) e criação da AGENCIARURAL em que houve a junção com o IGAP órgão de defesa e fiscalização, essa confiança foi abalada e tornou difícil o desenvolvimento dos trabalhos, porque os produtores ficaram desconfiados do verdadeiro papel que a EMATER-GO estava desempenhando a partir desse momento. Eles não foram preparados para isso, as coisas aconteceram de maneira muito brusca.

Nas palavras do Técnico em Agropecuária, Amadeus

“Com certeza a confiança ficou abalada com a junção com a defesa, o produtor tinha nos técnicos da EMATER-GO, uma confiança muito grande, ele abriu suas portas, a porta de sua casa, sua propriedade, dos seus negócios, ele não tinha o menor receio de falar de sua situação econômica, social, essa coisa toda, mesmo porque ele tinha confiança que o objetivo da empresa era só de ajudá-lo, E, quando veio a necessidade dessa junção, esse mesmo técnico que ele abriu as portas pra ele, o recebeu, deu todo apoio pra ele poder adentrar sua propriedade e fazer com que o próprio produtor desenvolvesse, esse mesmo técnico um dia chegou lá com outra finalidade que era de fiscalizá-lo, talvez às vezes ele nem tinha conhecimento disso e o técnico mesmo sem querer, mas dentro de sua obrigação foi obrigado a multá-lo, adverti-lo, a tomar uma série de medidas do qual, nem ele, nem o produtor que aquilo chegasse aquele ponto, mas foram as circunstâncias, isso veio então a fazer com que o produtor que tinha grande receptividade para os técnicos, passou a ficar meio arisco em termos de aceitação, informação e outras mais”.

Importante ressaltar neste momento a confiança em sistemas abstratos no contexto de modernidade já mencionada por Giddens (1991) pois, a confiança é a crença na credibilidade de uma pessoa ou sistema, sendo ele criada socialmente, e não dada pela natureza das coisas. Essa confiança está muito clara no relacionamento dos técnicos com os produtores rurais no desenvolvimento dos trabalhos da extensão rural.

3.3 - Preservação do meio ambiente

Com relação à preservação do meio ambiente, a EMATER-GO reuniu neste programa as atividades especificamente voltadas para a conservação do solo para o benefício às microbacias hidrográficas e para o uso racional do agrotóxico. Analisando especificamente o trabalho voltado à conservação do solo, temos os seguintes dados:

Em 1975 a empresa deu assistência a mais de 600.000 ha de área, segundo os relatórios; tendo um decréscimo de 50% em 1976, uma grande queda nos anos 1977/1979, aumentando no ano de 1980, tornando a decair nos anos 1981/1985; tendo um aumento razoável em 1987/1989, oscilando para uma queda em 1990, com um período bom de 1991/1996, em 1996 atingindo a média de 1975 e 1989, não tendo grandes avanços de 1997/1999, conforme figura 5.

Para justificar os avanços no gráfico de conservação do solo no Estado, se explica pelo fato de ter havido quatro injeções de recursos durante o período: Programa Federal de Conservação do Solo (1975), Programa Estadual de Conservação do Solo (1980), Formação da Primeira Comissão de conservação do Solo- Fundação EMAS-Mineiros (1989). Logo depois houve liberação de recursos para os programas (1996), pois o modelo de modernização já havia se esgotado e a conservação do solo estava se fortalecendo cada vez mais. Para o zootecnista, Alberto⁴¹,

“A Fundação Emas, foi criada pela EMATER-GO há vinte anos atrás em Mineiros-GO, é a Comissão de Conservação dos Solos nos municípios, foi uma semente que rendeu frutos. Mas, hoje a extensão foi esquecida. A fundação Emas é bastante conhecida”

Vale ressaltar, que a prioridade à conservação do solo estava voltada para as regiões onde o cultivo e a mecanização são intensivos: Sul, Sudoeste e Mato Grosso de Goiás. Outro fator que contribuiu para esta prática a partir de 1975 foi a criação, pelo Governo Federal, da Lei que disciplinava “a proteção do solo”(Lei nº 6.225 de 14/07/1975).

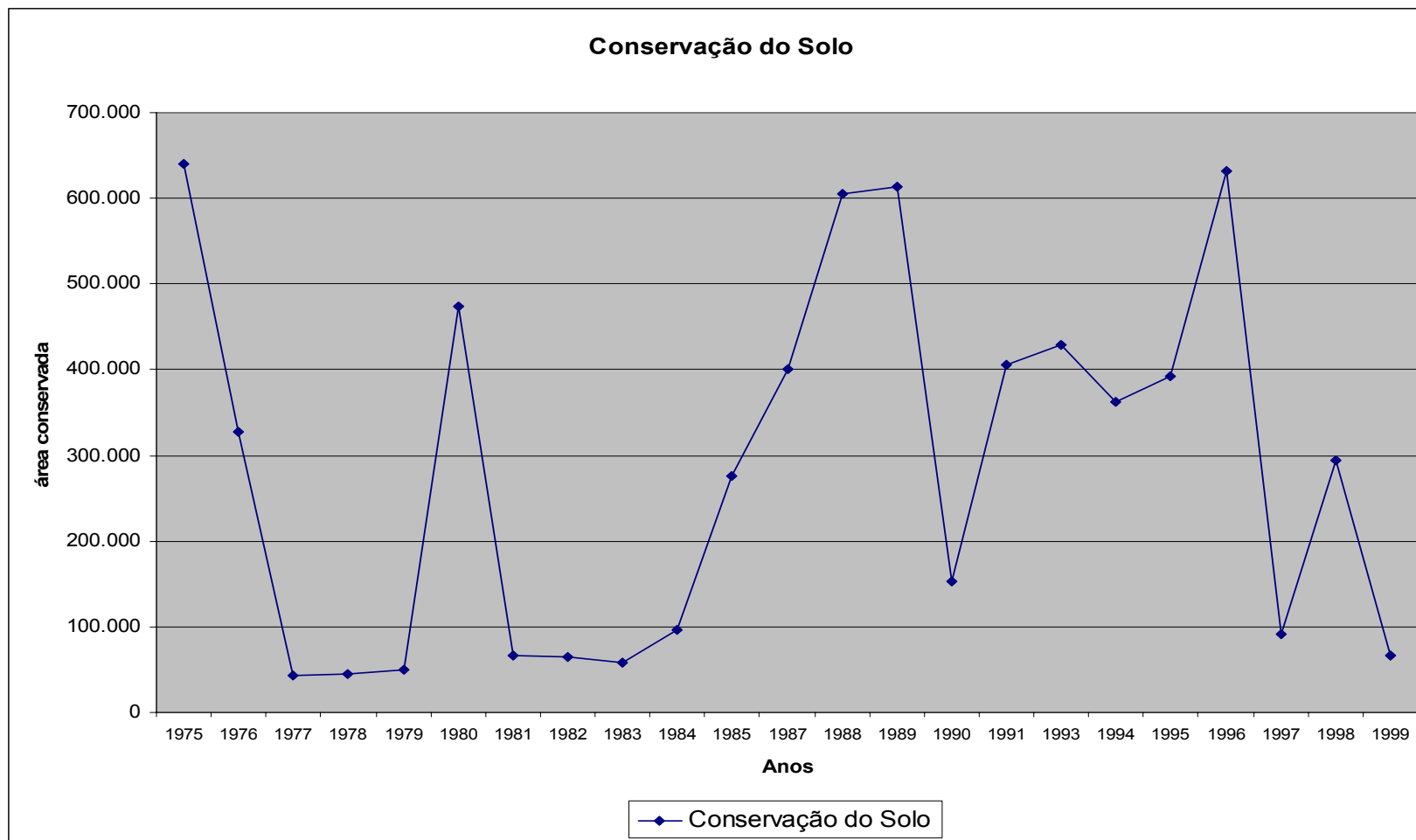
A explicação para essa prioridade à conservação do solo em determinadas regiões se dá pelo fato de serem regiões agricultáveis com muita lavoura, o que exige que se faça conservação do solo.

Para o Engenheiro Agrônomo, Eduardo,

“É na verdade nessa época essa atividade, essas regiões foram as primeiras que entraram no processo de uso intensivo da terra, agricultura intensiva, naturalmente à exposição mais constante de uso das máquinas, equipamentos, plantio todo ano, começou um processo de degradação do ambiente, isso foi detectado e teve um uso intensivo dessas técnicas, de conservação dessas áreas. Nessas áreas tidas com melhor qualidade de mais cultura, tem um relevo desfavorável para agricultura, então se degradavam com mais rapidez né, então por isso a ação nossa dentro essas áreas especificamente. Hoje não se consegue nada sem se utilizar a conservação do solo. Já era o início da preservação do meio ambiente”.

⁴¹ Entrevista realizada em 08/06/05 às 8h40

Figura 5- GRÁFICO DAS ÁREAS ATENDIDAS COM CONSERVAÇÃO DO SOLO EM GOIÁS 1975-1999



Fonte: Relatórios de atividades da EMATER/GO no período de 1975/1999

Organização: Eloisa Pio de Santana, André de Oliveira Amorim e Dr. Fausto Miziara

3.4- Capacitação de mão de obra rural

De acordo com dados da empresa a capacitação de mão de obra tem por objetivo a melhoria da mão de obra do setor primário, representada por produtores, assalariados, jovens, dirigentes de cooperativas, por meio da transferência de tecnologia, visando o aumento da produção e da produtividade ao mesmo tempo que concorre para a elevação das condições de vida do homem do campo.

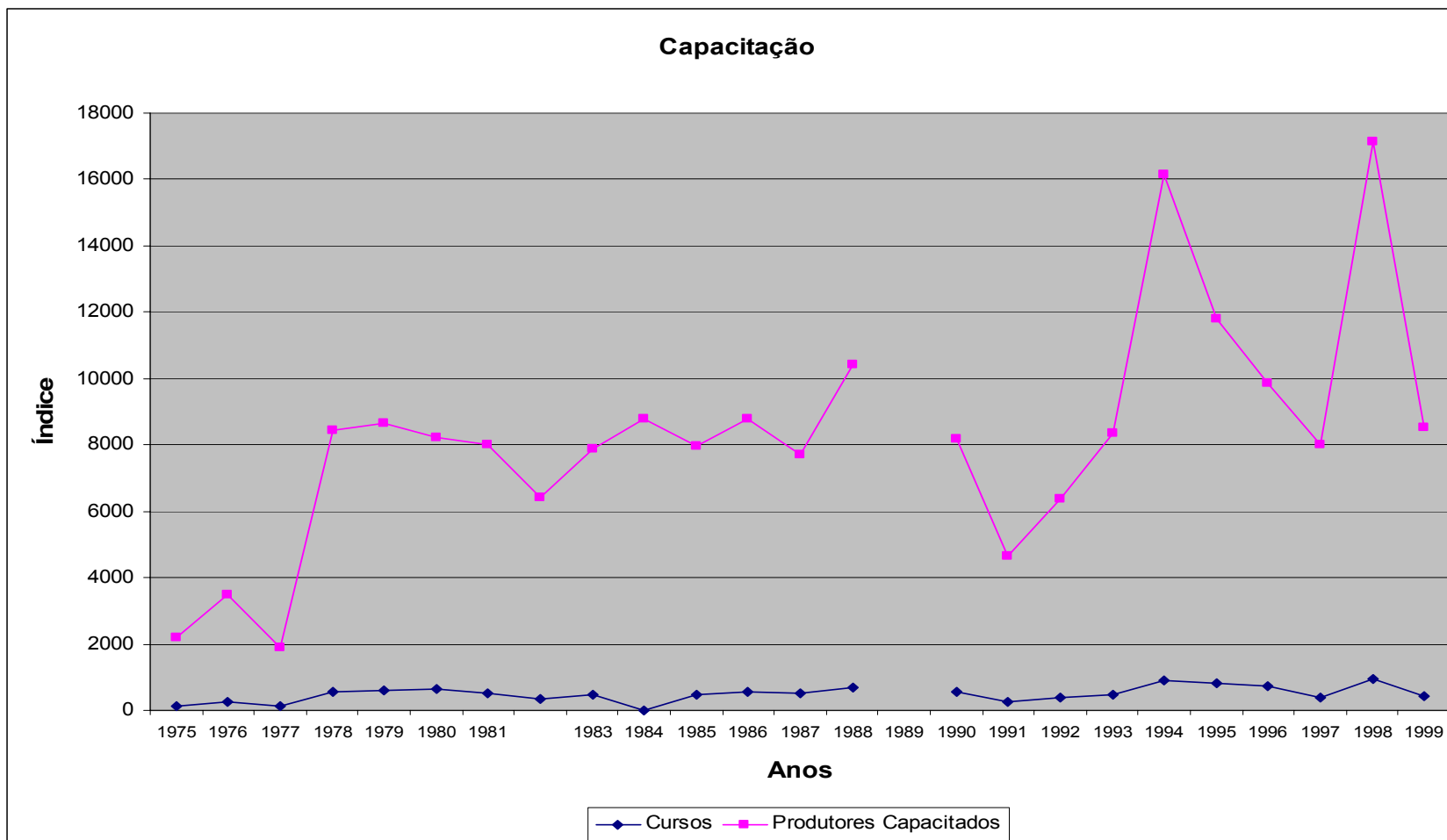
Os cursos de capacitação abrangiam várias áreas: olericultura, arroz, milho, soja, sericicultura, feijão, fruticultura, algodão, bovinos de corte e leite, educação, nutrição, alimentação, saúde, organização rural e conservação do solo, dentre outros. Para a realização desses cursos os serviços de extensão rural contavam com a participação de parceria com profissionais liberais, órgãos e entidades federais, estaduais e municipais, além de recursos técnicos e financeiros à época postos à disposição do programa. o Programa Intensivo de Preparação de Mão de Obra- PIPMO, Organização de Saúde do Estado de Goiás- OSEGO, Fundação Nacional do Bem Estar do Menor- FUNABEM , Serviço Nacional de Aprendizagem Rural- SENAR, dentre outros.

Outro fator também considerado para a realização desse programa de capacitação de mão de obra rural é que a carência de mão de obra qualificada no meio rural acentua-se à medida que novas tecnologias são introduzidas no setor agropecuário.

Partindo desses princípios, analisando os dados referentes aos anos de 1975/1999, podemos verificar que a quantidade de cursos oferecidos em média foi a mesma durante os anos e os produtores atendidos atingiram praticamente a mesma média durante os anos, tendo um avanço a partir de 1977, atingindo um maior índice em 1994/1997. (Figura 6)

É importante analisar neste momento como era feito o trabalho de transferência de tecnologia aos produtores, como era a aceitação dos produtores com relação a essas técnicas, e que resultados a empresa obtinha visando o aumento da produção, a produtividade e o bem-estar do produtor e da sua família.

Figura 6- CAPACITAÇÃO DE PRODUTORES RURAIS EM GOIÁS 1975-1999



Fonte: Relatórios de atividades da EMATER/GO no período de 1975/1999

Organização: Eloisa Pio de Santana, André de Oliveira Amorim e Dr. Fausto Miziara

Segundo os técnicos da extensão, primeiramente eram feitos contatos para conhecimento da realidade do produtor; logo após eram feitas visitas periódicas, reuniões, unidades demonstrativas para a transferência de tecnologia, dias de campo e excursões, para mostrar os resultados obtidos aos produtores.

O técnico em agropecuária Paulo André, destaca

“Antigamente o trabalho de transferência de tecnologia era repassado aos produtores através de Unidades Demonstrativas que a gente fazia, antigamente, a gente tinha os recursos eles viabilizava via regional, né, e tinha os técnicos que eram responsáveis nas áreas pela implantação das unidades nas áreas de milho, feijão, soja, todos os cereais em geral, na área bovino de corte, leite. A gente fazia diretamente com o produtor rural e eles se tornava um multiplicador rural e aquelas tecnologias que eram utilizadas eram repassadas aos pequenos produtores. Os cursos de capacitação naquela época eram passados pelo programa falavam PIPMO, Através da EMATER. Hoje com essa mudança aí né acaba dificultando os recursos e os cursos de capacitação do produtor são feitos através da Fundação -FUNDATER, hoje a capacitação é feita através dos recursos do FAT. A FUNDATER tem uma meta e tem que cumprir aquele de números de produtores a capacitar. É feito uma avaliação do que realmente a região precisa e tem a demanda nas associações, dos projetos de assentamentos que eles solicitam o que eles necessitam. Agora estamos com alguns cursos, nos assentamentos: processamento de leite derivados do leite e horticultura”.

O técnico em agropecuária Cláudio⁴², acrescenta,

“Basicamente, era feito através de campos de demonstração, nessa época os famosos campos de demonstração, você queria transferir tecnologia ao produtor, você ia e montava os campos de demonstração, nesse campo de demonstração você fazia tudo que era necessário e mostrava ao produtor aquilo que estava colocado ali. A relação entre pesquisa e extensão, mas na verdade não era uma pesquisa e sim uma técnica consolidada. Você fazia a demonstração da técnica em uma propriedade e fazia dias de campos para demonstração das técnicas aos produtores, então era assim que era feito”.

É importante também analisar a aceitação dos produtores quando do recebimento dessas técnicas, se recebiam de imediato ou se havia resistência, se viam vantagens ou desvantagens nas mesmas. Tudo isso é importante observar para analisar a relação dos extensionistas com os produtores, pois a aceitação ou não dependia do nível de confiança estabelecida entre eles. Para os técnicos, isso não foi tão fácil, exigia paciência, habilidade para transformar, adequar o que era tradicional em conhecimento moderno.

⁴² Entrevista realizada em 07/06/05 às 10h15.

Segundo o Veterinário Rafael⁴³,

“Naquela época eram técnicas mais simples. Falávamos, mostrando as técnicas através de Unidades Demonstrativas e Unidades de Observação⁴⁴. Nem todos viam vantagens, somente quando a técnica era implantada e ele via o resultado aí sim ele aplicava no próximo ano. Muitas vezes era preciso trabalhar com vizinhos de produtores mais arredios para que chamassem o produtor para ele ver o resultado das técnicas, onde o próprio produtor falava sobre a técnica para os outros, tentando convencer seus vizinhos”

Para o técnico em agropecuária Paulo André⁴⁵,

“Não, não aceitavam de imediato. A gente encontrava alguns produtores, né, por terem aquelas técnicas tradicionais antigas, a gente encontrava algumas resistências. Mas, encontrava aqueles, né, que era mais fácil o acesso e a gente conseguia levar aquele pacote de tecnologias e implantar, certo. Mesmo que era um pouco difícil, mas com o resultado que a gente já tinha da pesquisa que tinha testado e os resultados eram positivos, facilitava aquele trabalho com o produtor, ou aqueles produtores que tinham mais aceitabilidade da tecnologia e conseqüentemente ele se tornava multiplicador na área né. Então, através dele a gente conseguia levar até os outros aquela tecnologia que dava resultado mais positivo e uma renda melhor para a família, conseqüentemente melhorando o seu aspecto de vida das famílias. Eles viam vantagens ao utilizar as técnicas, era melhor utilizar aquelas técnicas porque a gente tinha certeza daquilo e a gente tinha como realmente aplicar aquelas tecnologias que nós tínhamos realizado, e, nós”. podíamos orientar realmente, eles poderiam utilizar aquela atividade no meio rural. O resultado era positivo”.

Uma outra questão destacada por vários técnicos era que naquela época as tecnologias eram mais demoradas, os meios de comunicação não chegavam ao campo com a velocidade que chegam hoje, então um processo de adoção que envolvia desde o dia em que ele recebia a primeira mensagem até a adoção da técnica, era muito mais demorado.

Analisando esta oposição entre o tradicional e moderno, Giddens (1997) afirma que a modernidade sempre se colocou em oposição à tradição. A experiência global da modernidade está interligada e influenciada, sendo por ela influenciada, a

⁴³ Entrevista realizada em 22/06/05 às 14h

⁴⁴ A diferença entre Unidades Demonstrativas(UD) e Unidades de Observação(UO) é a seguinte, as UD eram feitas com produtor as UO eram abertas somente aos técnicos, pois as técnicas ainda estavam sendo analisadas para serem repassadas ao produtor em forma de UD.

⁴⁵ Entrevista realizada dia 07/06/2005 as 09:00 hs

penetração das instituições modernas nos acontecimentos da vida cotidiana. Ou seja,

Estamos todos presos às experiências do cotidiano, cujos resultados, em um sentido genérico, são tão abertos quanto àqueles que afetam a humanidade como um todo. As experiências do cotidiano refletem o papel da tradição, em constante mutação e, como também ocorre no plano global, devem ser considerados no contexto do deslocamento e da reapropriação de especialistas, sob o impacto da invasão dos sistemas abstratos. A tecnologia, no sentido geral da técnica, desempenha aqui o papel principal, tanto da forma de tecnologia material quanto da especializada expertise social.(GIDDENS,1997,p.77)

A tecnologia (conhecimento) transformada em processos de uma determinada ação, arte ou ciência.

Quando enfatizado aos técnicos nas entrevistas sobre o conhecimento tradicional do produtor rural os mesmos relataram que,

Engenheiro Agrônomo Eduardo,

“O conhecimento tradicional nunca foi esquecido e sempre procuramos respeitar e dar crédito. O saber dele nunca foi desprezado, aliado à nossa explicação científica”

O técnico em agropecuária, Luís Antônio diz que,

“O conhecimento tradicional é importantíssimo. O que a gente tenta é aprimorar o que ele já sabe, e não acabar”.

A empresa, também, num certo período, adotou um projeto chamado Projeto de Convivência para detectar realmente o que aquele produtor, aquela família estava necessitando.

O Extensionista Rural, João Pedro⁴⁶ nos falou sobre a implantação e o porque desse projeto,

“Eu me lembro muito bem que criaram um trabalho justamente nessa área de sociologia, na área de movimento sociológico, socializar o produtor, que foi tirar o técnico do escritório e conviver com o produtor rural, chamava naquela época Projeto de Convivência com o produtor rural, vinham aqueles projetos enlatados lá de cima, a gente era obrigado a adequar e jogar em cima do produtor rural, a gente via que não dava certo e quando a gente percebeu que tinha que criar um projeto de acordo, projeto diferenciado para atender a essa gama que era grande de produtor rural, então achamos melhor criar um programa de convivência, o técnico saía do escritório e ia conviver um mês, até dois meses junto com o produtor, trazendo dali, a convivência de acordo como o produtor vive e viu de perto o que realmente aquela comunidade estava precisando, daí ver qual o projeto encaixaria de acordo com a necessidade de cada produtor”.

⁴⁶ Entrevista realizada em 21/06/05 às 14h30.

O que observamos neste depoimento é uma contraposição à perspectiva anterior relatada pelos técnicos, com relação ao conhecimento tradicional,

Assim, podemos perceber que a empresa capacitou produtores, transferiu tecnologia, pois era o seu papel, mas, será que conseguiu inserir o produtor no mercado, aumentou sua produção e produtividade, conseguiu o bem estar do produtor e sua família? Em entrevistas com os técnicos, foram obtidas as seguintes informações.

O Engenheiro Agrônomo, Juarez,

“Eu acho que quase totalmente, a ACAR-GO foi o pivô e a EMATER-GO foi a continuidade. Sem essas duas instituições do passado, eu penso, que a agricultura em Goiás estava lá embaixo, houve é claro falhas, há claro críticas, mas, o sistema de extensão rural ACAR/EMATER, ajudou o produtor e graças a elas houve esse aumento da produção e da produtividade. O agricultor nos anos 70/78, o agricultor não sabia o que era calcário, nem adubo, de num modo geral, hoje ele já sabe, bem ou mal, houve a inserção, e a extensão contribuiu com o aumento da produção e produtividade, graças a ela, claro que não sozinha, a pesquisa esteve sempre presente, ajudando, fazendo, as duas fizeram isso”.

No depoimento do Engenheiro Agrônomo Eduardo, ele acrescenta mais,

“A princípio era aumentar a produção⁴⁷ e depois veio o conceito de produtividade⁴⁸. Para o produtor familiar houve um desenvolvimento do seu capital social, ou seja, participa de associações, cooperativas, tem consciência, diversificação, passou de uma produção de subsistência para ter um excedente de produção, e, tem produtos que é exclusividade da produção familiar”.

Um outro fator a ser destacado é que naquela época não existia outro órgão que fizesse isso a não ser a extensão rural, segundo o Técnico em Agropecuária Amadeus,

“Perfeitamente. Tudo o que foi feito até agora em termos de promoção do pequeno produtor principalmente, se não fosse feito pela extensão praticamente não teria sido feito por ninguém, a gente não vê nenhum outro órgão estruturado durante este período, substituindo esse apoio ao pequeno que não fosse a extensão rural. Bem ou mal o que se pode fazer, foi feito, acho que devemos isso à EMATER hoje AGENCIARURAL”.

⁴⁷ Soma de toda produção agrícola e pecuária de uma determinada região ou país em determinado período. Fonte: ORMOND, José Geraldo Pacheco. Glossário de Termos Usados em Atividades Agropecuárias, Florestais e Ciências Ambientais. Rio de Janeiro. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 1ª edição, 2004.

⁴⁸ Relação entre a quantidade ou valor produzido e a quantidade ou valor dos insumos aplicados à produção; eficiência produtiva. Idem.

Conforme as entrevistas, houve uma mudança na área técnica, assim como na parte de capital social, ao serem inseridos num processo de participação em grupos sociais.

Para fazer transferência de tecnologia junto aos produtores, era preciso uma boa relação com os órgãos de pesquisa; este fator também foi discutido com os técnicos da extensão rural. Segundo eles, a extensão não vive sem a pesquisa e, se a pesquisa não se integrar com a extensão perde a função de ser. No Estado de Goiás, com a criação da EMGOPA- Empresa Goiana de Pesquisa Agropecuária em 1973, veio a Estação Experimental de Arroz e Feijão, o relacionamento das instituições, segundo eles, foi mais fácil. Porém a nível nacional eles têm algumas reclamações.

Para o Engenheiro Agrônomo Juarez

“Todavia, a nível nacional, sempre que a extensão quis unir de forma mais eficaz com a pesquisa, não deu muito certo. Por duas razões, primeiro, a cultura do extensionista difere da cultura do pesquisador, o extensionista tem que comunicar, tem que desqualificar a tecnologia, torná-la simples a ser usada pelo produtor. Já o técnico ligado à pesquisa de um modo geral é introspectivo, ele fala pouco e fala a linguagem técnica e científica, então, não deu certo, houve uma tentativa em Goiás, mas, não foi pra frente”.

O técnico em agropecuária Amadeus já pensa de maneira um pouco diferente,

“Olha a relação sempre foi muito boa, a pesquisa como é do conhecimento de todos, são órgãos que pesquisam, produzem resultados, mas tem uma certa dificuldade de levar esse resultado ao produtor, então, nós éramos, havíamos de fazer chegar ao produtor essas tecnologias geradas pela pesquisa, como da antiga ENGOPA como da EMBRAPA, das universidades e outros órgãos que conseguíamos trabalhar com convênios”.

Todas essas dificuldades enfrentadas de uma forma ou de outra, são explicadas pelo Engenheiro Agrônomo Eduardo da seguinte forma,

“Hoje depois de 15 anos que a gente vem discutindo a questão das parcerias, hoje estamos maduros para fazer as mesmas. Os parceiros já conseguem entender que quando se junta não é para tomar nada do outro, pelo contrário, é para juntar forças e cada um dar o melhor que tem. Foi aprendido com a convivência, foi preciso 10,15 anos para se chegar a essa conclusão”.

Cabe aqui fazer a diferenciação existente num sistema perito, ou seja, o sistema perito que rege a modernização no campo é a ciência agrônômica, este

sistema se divide em produtores do conhecimento que no caso são os institutos de pesquisa e nos difusores do conhecimento que são os pontos de acesso, que no caso é a extensão rural.

3.5 - BEM ESTAR SOCIAL

De acordo com os dados institucionais, o objetivo desse trabalho era o de melhorar o nível de vida junto às famílias e comunidades, a EMATER-GO atuando prioritariamente nas áreas de saúde, alimentação e educação.

O trabalho em saúde voltou-se para a educação sanitária, formação de infraestrutura sanitária e prevenção às doenças de massa. Na área de alimentação enfatizou-se a educação alimentar, levando-se conhecimentos sobre produção de alimentos a nível doméstico, educação nutricional, consumo de alimentos e melhoria de hábitos alimentares.

Em educação, procurou-se somar ação aos esforços públicos, no sentido de solucionar problemas educacionais, dinamização de escolas rurais, construção de escolas, utilizando-se das forças vivas da comunidade. Em alimentação, enfatizou-se a educação alimentar, levando conhecimento sobre produção, produtividade e consumo de alimentos e melhoria de hábitos alimentares.

O atendimento em saúde no período de 1975/1999 teve grandes oscilações devido às campanhas e imunizações contra doenças infecto-contagiosas, nos outros anos manteve-se uma média, sem grandes avanços. (Figura 07)

Em alimentação e educação, os dados nos mostram que há uma grande oscilação de um ano ao outro, tanto crescente como decrescente, deixando uma certa dúvida com relação à veracidade dos dados. Bem, em entrevistas com extensionistas sociais, elas nos explicaram este fato da seguinte forma,

Para a extensionista social, Maria do Carmo,

“Na década de 70/80, não havia outra empresa que fizesse isso. Existia somente um posto de saúde só em algumas cidades em funcionamento, existia um médico, nós é que fazíamos tudo.

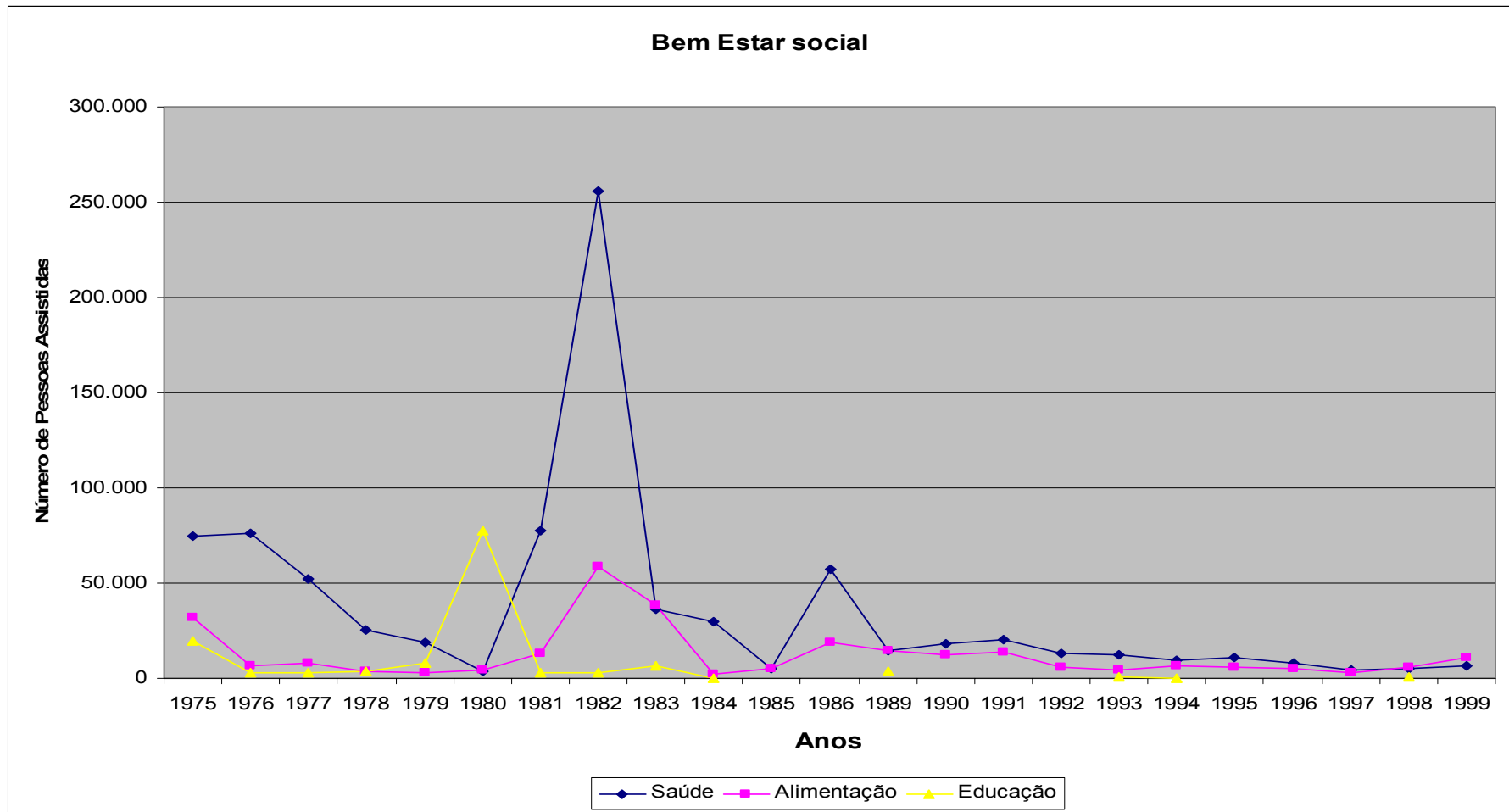
Para a extensionista social, Eliane

“O trabalho de bem estar social no interior foi pioneiro e histórico, o trabalho da extensionista social foi muito bom para os técnicos, pois, levava todo aquele trabalho de qualidade de vida, produção de alimentos,etc.

Segundo os técnicos, em épocas de campanhas de vacinação todos do escritório se mobilizavam para trabalhar juntamente com as extensionistas sociais nas campanhas.

Percebe-se na área de bem-estar-social, a ligação da empresa de Extensão Rural com outros sistemas peritos, ou seja, a extensão rural também foi difusora de conhecimentos que abarcam os sistemas que regem as normas para saúde e alimentação.

Figura 7- PESSOAS ATENDIDAS NA ÁREA DE BEM ESTAR SOCIAL EM GOIÁS 1975-1999



Fonte: Relatórios de atividades da EMATER/GO no período de 1975/1999

Organização: Eloisa Pio de Santana, André de Oliveira Amorim e Dr. Fausto Miziara

3.6 - Organização rural

De acordo com os relatórios, a organização rural é representada pelo cooperativismo, pelo sindicalismo, por clubes e associações de produtores, constituindo-se assim como a base para o autodesenvolvimento dos agropecuaristas, entendendo que a promoção do homem rural está direta e positivamente relacionada com a organização de suas entidades de classe.

Partindo dessa perspectiva, de acordo com os dados e analisando a partir de 1980, considere-se que a empresa já atuava nessa área desde 1975, mas não tinha dados precisos para análise.

Com relação ao número de cooperativas, não houve grandes avanços nos anos de 1980/1989, ressaltando que a partir dos anos 1990, o trabalho foi praticamente nulo, com um decréscimo muito grande no número de pessoas atendidas no período de 1980/1999. Figura 8

Para o Técnico em Agropecuária Amadeus,

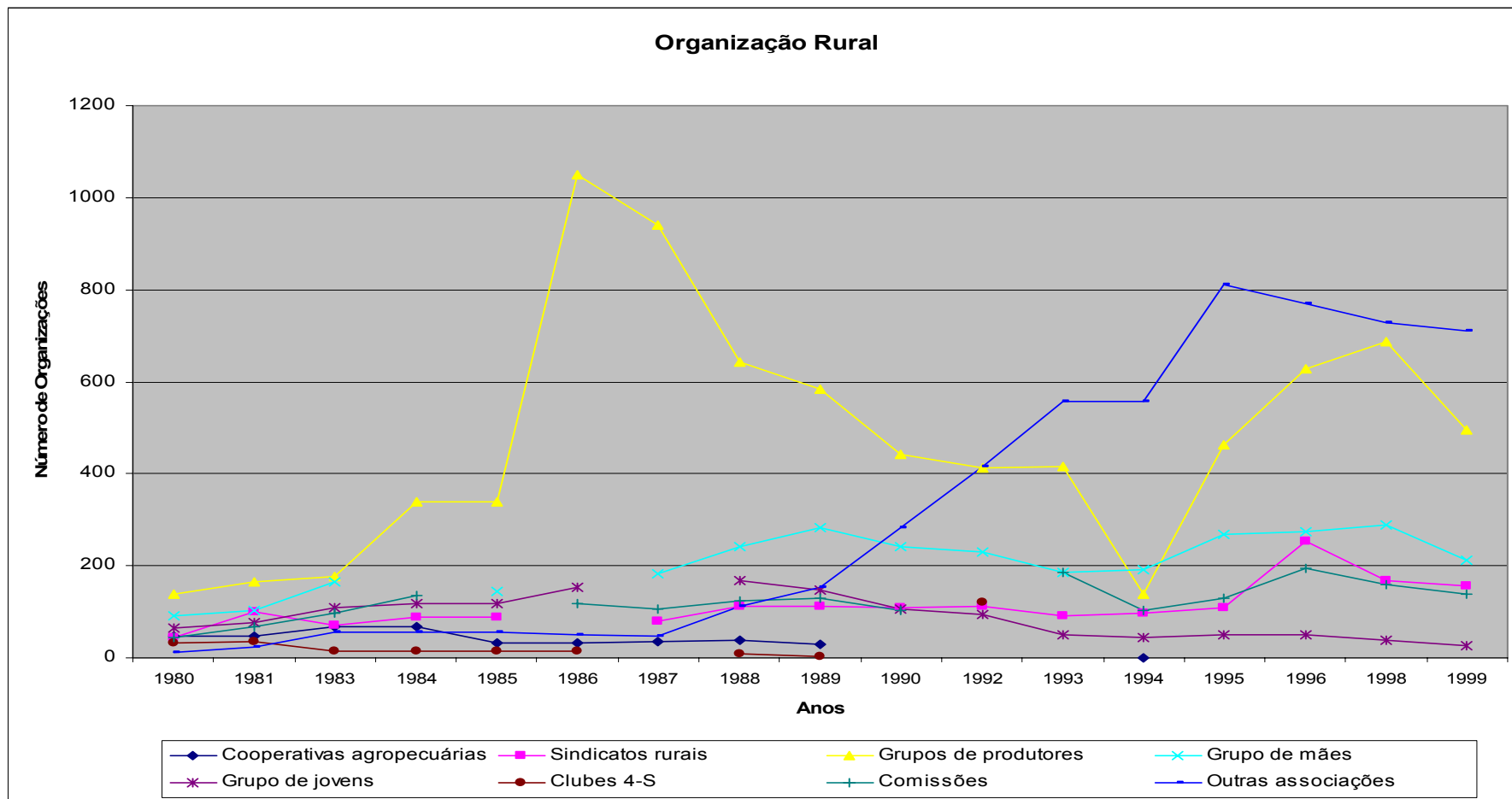
“O trabalho com organização rural começou bem antes de 1980, chegamos a ponto de formar clubes 4-S, e jovens. Ela está ligada aos grupos de produtores, depois associações até chegar às cooperativas. Foi a extensão rural que implantou o sistema de cooperativismo. Depois que se forma a cooperativa, ela anda sozinha, não depende mais da extensão rural, já é uma outra forma de vida, outro sistema, o do sistema nacional de cooperativismo, mas, até você educar um elemento pra ele chegar ao ponto do cooperativismo dá muito trabalho”.

O atendimento a sindicatos rurais foi maior do que o atendimento às cooperativas agropecuaristas, permanecendo a mesma média de um ano para outro. Percebe-se a intensificação desse trabalho em detrimento do trabalho com cooperativa.

Com relação aos grupos de produtores, os dados nos mostram um trabalho intensivo sem cortes, tendo algumas oscilações, mas, um trabalho permanente. Analisando o número de pessoas atendidas manteve-se a mesma média de um ano para outro, conforme figura 08 e 09.

A quantidade de grupos de mães atendidas não teve grandes avanços de um ano para o outro, com cortes em 1984/1986/1997. O número de mães atendidas também permaneceu na mesma média durante os anos 1980/1999.

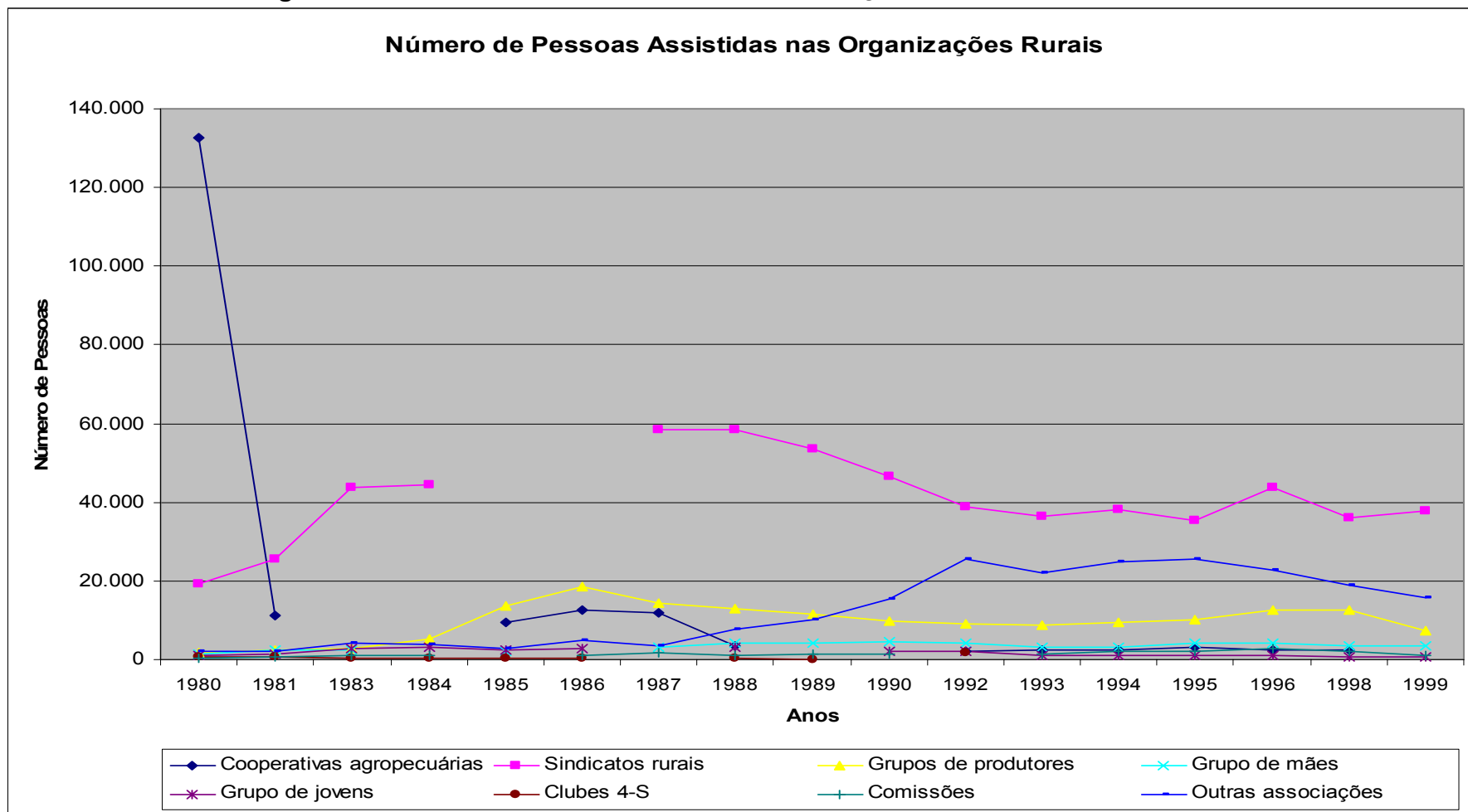
Figura 8- ATIVIDADES COM ORGANIZAÇÃO RURAL EM GOIÁS 1980-1999



Fonte: Relatórios de atividades da EMATER/GO no período de 1975/1999

Organização: Eloisa Pio de Santana, André de Oliveira Amorim e Dr. Fausto Miziara

Figura 9- PESSOAS ATENDIDAS EM ORGANIZAÇÃO RURAL EM GOIÁS 1980-1999



Fonte: Relatórios de atividades da EMATER/GO no período de 1975/1999

Organização: Eloisa Pio de Santana, André de Oliveira Amorim e Dr. Fausto Miziara

O número de grupos de jovens atendidos não foi muito relevante, pois, o trabalho decaiu muito de um ano para o seguinte.

Nos clubes 4-S poucas pessoas foram atendidas; ocorrendo uma queda muito grande nos anos 90. O trabalho foi insignificante, tendo uma ação mais concentrada, sem grandes avanços, na década de 80. Figura 8 e figura 9

Os clubes 4-S era um sistema de trabalho da extensão, com jovens, diferente de grupos de jovens. Eram grupos organizados, estruturados, oficializados, que se propunham a trabalhar economicamente e socialmente; recebiam orientação técnica da área de produção e agropecuária, da área econômica e da área social, tanto do sexo feminino como masculino.

O técnico em agropecuária Amadeus, ressaltou que ,

“Era tipo um cursinho de promoção e, por meio disso aí, ele viria a ser mais tarde um integrante, dirigente de cooperativas. Inclusive esses clubes 4-S saíram alunos para as escolas agrotécnicas e mais tarde para as escolas de agronomia, veterinária, zootecnia, saiu alunos para área de formação social, temos vários exemplos que podem ser confirmados. A filosofia dos grupos era Saber para Sentir e Saúde para Servir”

O número de comissões atendidas foi numa média de 1000/ano.

Com relação ao número de outras associações atendidas pela extensão rural houve um crescimento entre os anos 1980/1999, foram atendidos em número maior do que as cooperativas e sindicatos. O total de pessoas atendidas em outras associações comprova que o trabalho com estas classes foi mais intenso. Figura 8 e figura 9.

Em entrevista com o Engenheiro Agrônomo Eduardo, ele nos esclareceu que a intervenção estatal era feita de cima para baixo,

“O governo nessa época achou que a solução para o país era o cooperativismo, e os técnicos foram treinados para isso. Foi a época que mais criou-se cooperativas, nessa época, estávamos acabando o governo militar, o Estado reconhecendo que é indispensável e não suficiente e que não conseguiria resolver todos os problemas, queria criar entidades que assumissem a responsabilidade no desenvolvimento da agricultura, pecuária, adotou-se o modelo de cooperativismo e começamos a trabalhar em organizações rurais e principalmente em cooperativas, foi a época que mais se criou cooperativas, em compensação, como elas foram criadas como uma forma alternativa para amenizar um problema, mas foi criada como empresa comum, privada, então, houve uma queda, porque elas perceberam que não tinha competitividade no mercado, embora elas fossem cooperativas não tinham nenhum privilégio com relação com relação às empresas privadas. Os produtores foram agrupados mais por convencimento do que por necessidade, algumas sobreviveram mais a maioria não sobreviveu “.

3.7 - Atendimento à pecuária

As ações da EMATER-GO, no campo de criações, contemplaram preferencialmente, bovinos de leite, bovinos de corte, suínos e aves. Dentre as atividades desenvolvidas para a melhoria da produtividade dessas explorações, destacam-se: confinamento, inseminação artificial, imunização do rebanho, formação de pastagens, mineralização e alimentação do animal na seca.

Segundo relatórios, em coerência com a prioridade de atendimento ao pequeno e médio produtor, a empresa estimulou a introdução de criações de pequeno porte como, abelha e ovelha como alternativa para obtenção de maiores rendimentos e a ocupação da mão de obra familiar, além de permitir o incremento de produtos de subsistência. Assim, nos relata o Técnico em agropecuária Justino,

“A apicultura era uma atividade desconhecida em Goiás. A extensão rural tornou a atividade visível, eficiente e reconhecida como atividade. Eu mesmo fui treinado para implantar apicultura no Norte, em todo o Norte de Goiás, os primeiros cursos foram da extensão rural”.

Analisando os dados, da figura 10 e 11 percebe-se que o atendimento foi maior com criadores de gado de corte, que a nosso ver são grandes produtores, ficando logo após os criadores de gado de leite, suínos e aves.

Ainda, o número de rebanho assistido também fortalece os dados anteriores, o rebanho de gado de corte foi atingido em maior escala, tendo uma queda muito grande em 1978 e 1980.

O Engenheiro Agrônomo Eduardo nos esclarece que,

“nessa época não tinha definição clara entre bovino de corte e leite, era exploratória. O produtor era criador e tirava leite, era tudo considerado como bovino de corte, somente com o passar dos anos que foi aprimorando, as novas tecnologias, houve a especialização e houve a separação dos dois”.

Todos os técnicos concordam com essa explicação, pois segundo eles a produção era mista e somente com a chegada do PROLEITE⁴⁹ se começou a fazer essa separação mais claramente,

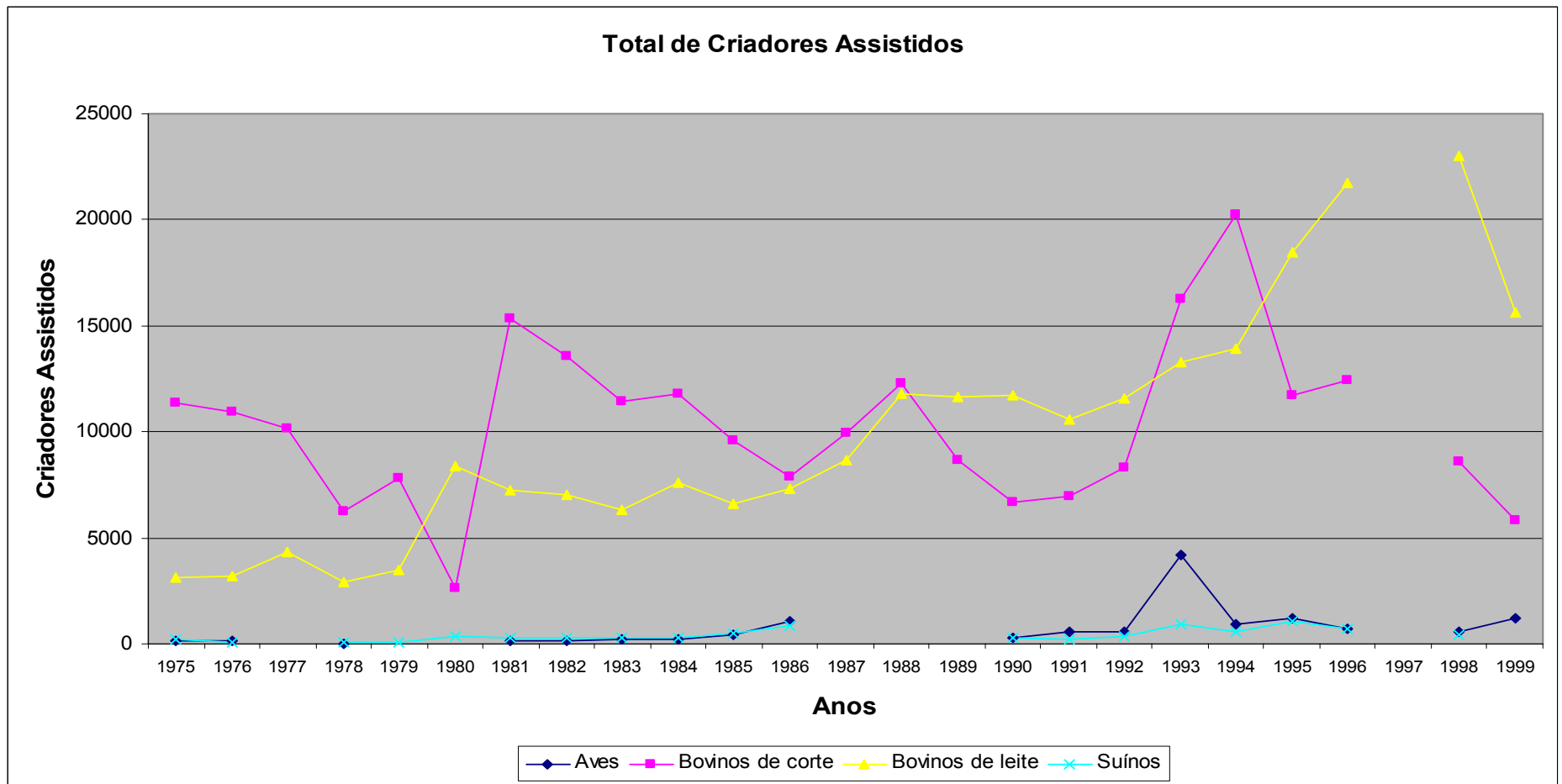
⁴⁹ Programa de Estímulos Técnicos e Financeiros para o Desenvolvimento da Pecuária Leiteira. Criado em 1973 e regulamentado por Resolução do Conselho Monetário Nacional, em Dezembro de 1974. Ver: PEREIRA, Armantino Alves. Programas Especiais de Desenvolvimento Agropecuário. In. PEREIRA, Armantino Alves (org). Agricultura de Goiás: Análise & Dinâmica. Goiânia: UCG, 2004.

Para o técnico em agropecuária Cláudio, considerando o Sudoeste de Goiás

“Na verdade, essa bacia leiteira agora que está desenvolvendo, antigamente era corte. Em Rio verde, por exemplo o total do rebanho é 450.000, 80.000 é leite e o restante é tudo corte. O produtor tinha atividade mista, e era considerado corte”.

O rebanho de gado de leite permaneceu em 2º lugar, tendo também uma queda em 1980. O rebanho de aves foi mais assistido do que o de suínos, com alguns cortes, mas, a intensidade foi maior, conforme figura 10 e figura 11. A queda com a assistência a aves, segundo os técnicos, foi o período em que Goiás começou a trabalhar com granjas, aves caipira e, com a formação das granjas passaram a ter assistência própria e, não demandaram mais assistência de órgãos oficiais.

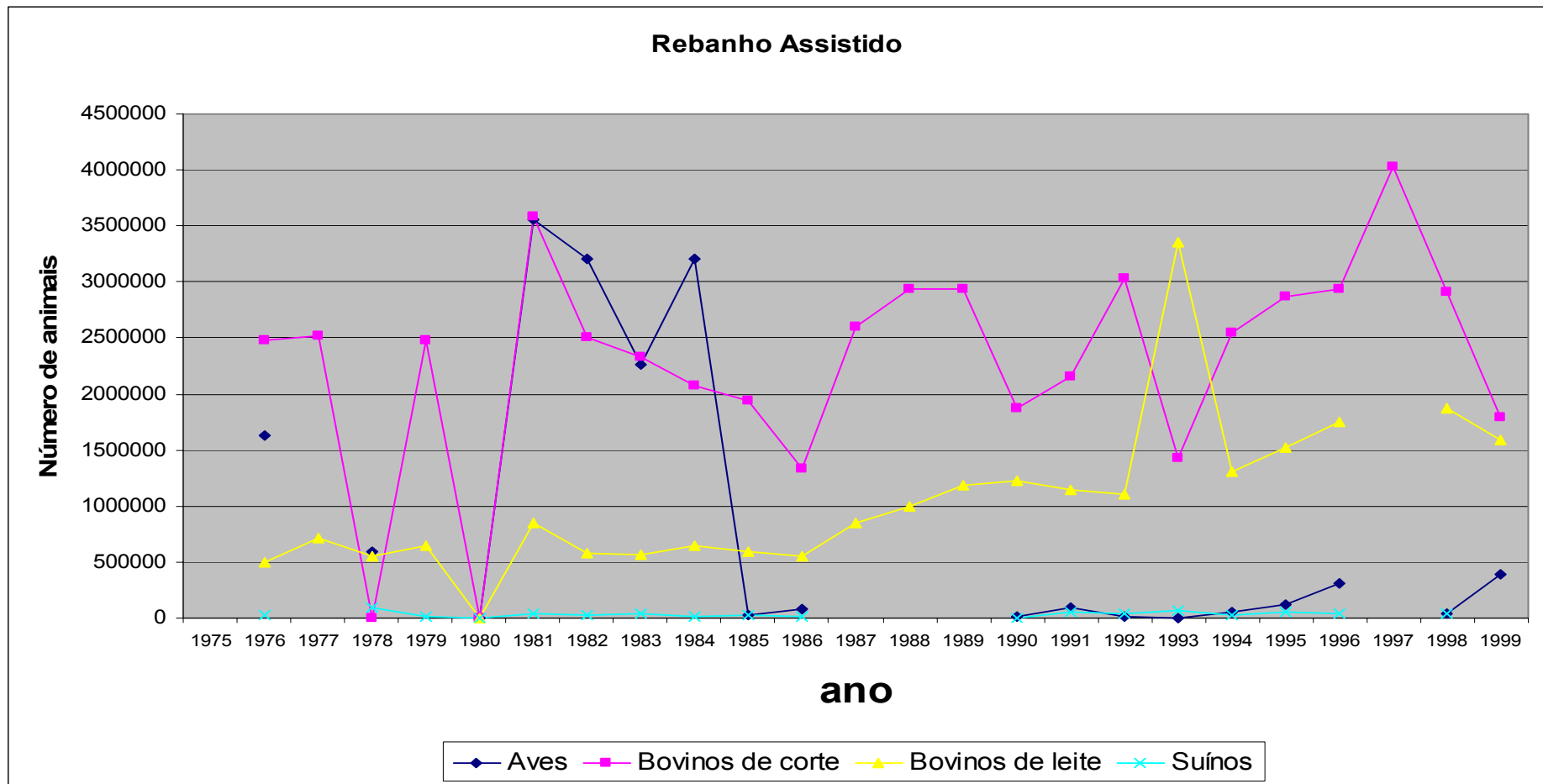
Figura 10- TOTAL DE PRODUTORES ASSISTIDOS EM PECUÁRIA EM GOIÁS 1975-1999



Fonte: Relatórios de atividades da EMATER/GO no período de 1975/1999

Organização: Eloisa Pio de Santana, André de Oliveira Amorim e Dr. Fausto Miziara

Figura 11- NÚMERO DE REBANHO ASSISTIDO EM GOIÁS 1975-1999



Fonte: Relatórios de atividades da EMATER/GO no período de 1975/1999

Organização: Eloisa Pio de Santana, André de Oliveira Amorim e Dr. Fausto Miziara

3.8 – Atendimento à agricultura

De acordo com os relatórios de atividades, as ações de assistência técnica, voltadas para o aumento da produção e produtividade, foram direcionadas a todas as culturas com representatividade econômica para o Estado de Goiás. Procurou-se também, junto aos produtores, estimular a introdução e fomento de novas culturas, como é o caso da cana de açúcar e do trigo.

A EMATER-GO deu maior ênfase aos seguintes aspectos: conservação do solo e da água, administração rural, racionalização do processo de comercialização, através da oferta de informações de mercado, redução nos custos de produção, uso de insumos modernos, irrigação e drenagem, etc.

O produto que teve o maior número de área atendida foi o arroz até o ano de 1984, a tendência foi de decréscimo até 1999. O milho ficando em segundo lugar, mantendo a mesma média durante os anos de 1975/1999. Em seguida vem a soja mantendo-se na média, e logo após o feijão e o algodão. (Figura 12)

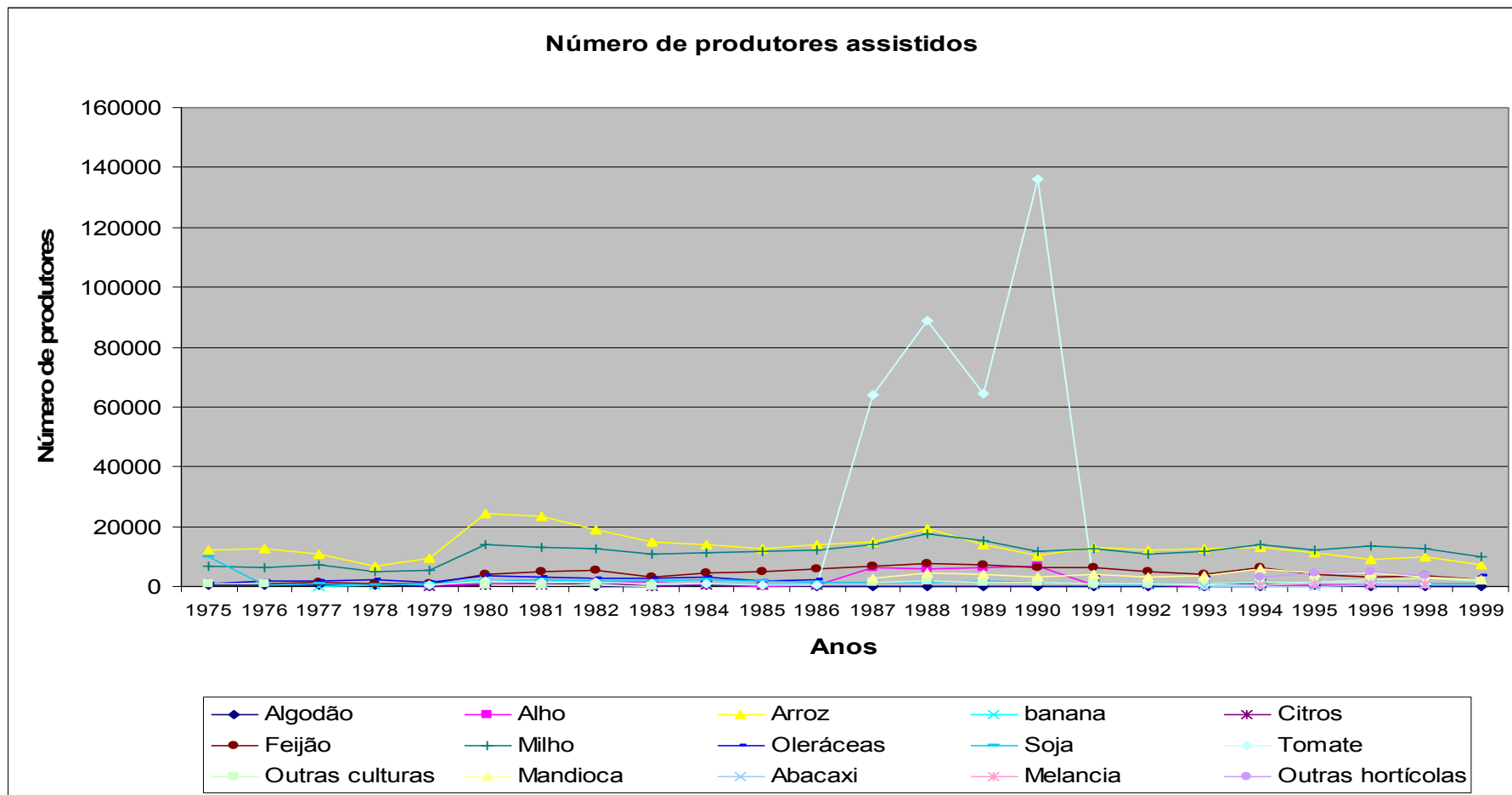
Segundo os técnicos, a cultura do arroz era desbravadora; era cultura de abertura de fronteira agrícola sendo plantado com sementes de capim.

Para o Engenheiro Agrônomo Eduardo,

“Esse período dos programas especiais, era a cultura do arroz, pois era desbravadora. Daqui até Mineiros só se via cultura de arroz. À medida que foi avançando 1980, a soja foi substituindo o arroz. Outra coisa o arroz era plantado com capim e quando você colhia o arroz a pastagem ficava formada, então nesse período a Branquiária introduziu com o consórcio com arroz, entrou no Estado 1970 e 1975 foi adotado como pastagem artificial. O arroz foi caindo até chegar no que estamos hoje”.

Analisando o número de produtores assistidos (Figura 13) nas diversas culturas, podemos perceber que, apesar do tomate não ter sido uma cultura com um atendimento expressivo em área, foi o que atingiu o maior número de produtores de 1986 a 1991. Fazendo uma comparação com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE, Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento- SEPLAN e Superintendência de Estatística, Pesquisa e Informação-SEPIN-2003, foram os anos em que a produção do tomate aumentou consideravelmente no Estado de Goiás. Daí até 1999 a produção aumentou no Estado, mas, o número de produtores atendidos pela EMATER-GO decaiu, devido à ação das empresas privadas.

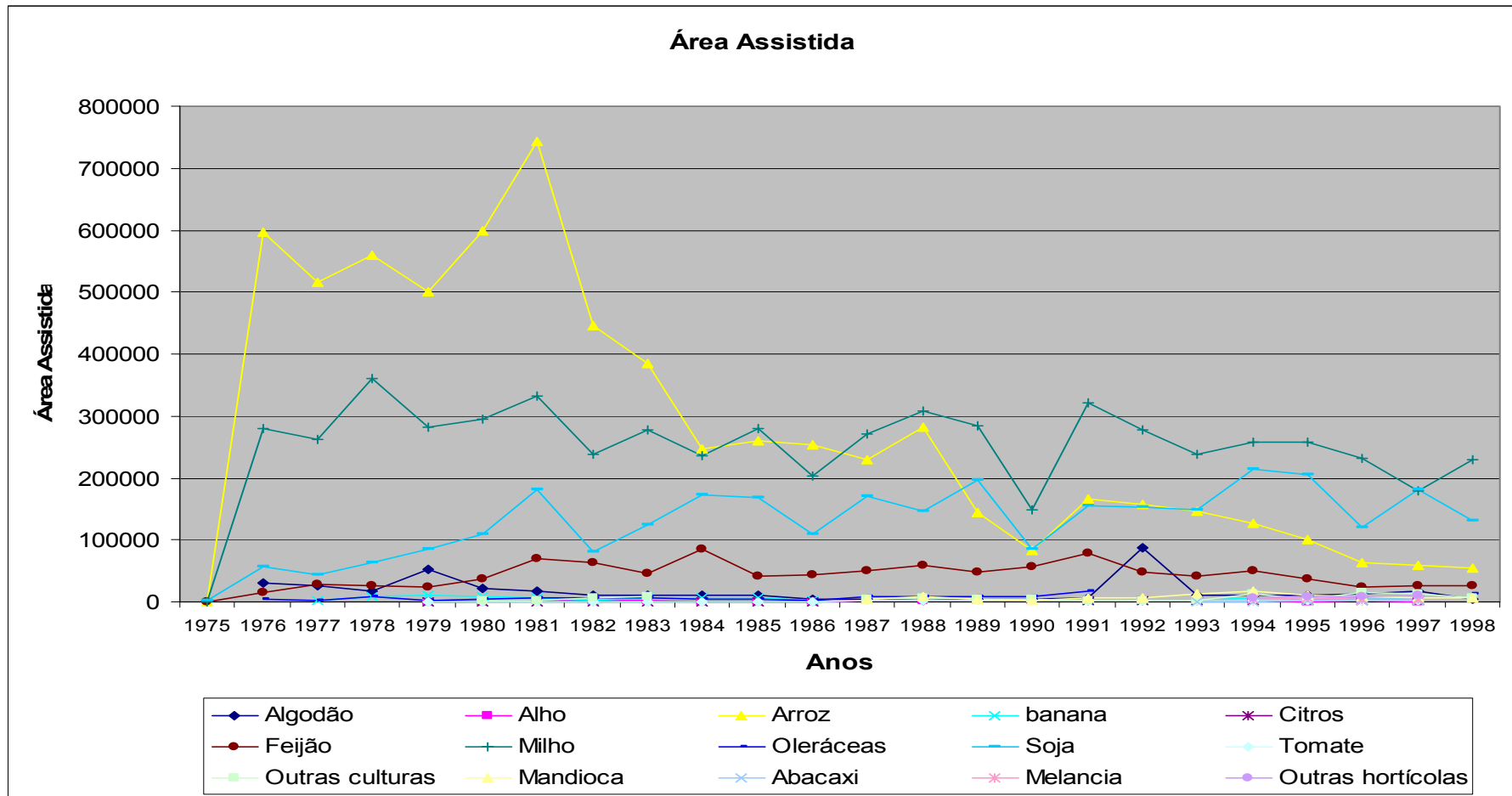
Figura 12- NÚMERO DE PRODUTORES ASSISTIDOS EM CULTURAS EM GOIÁS 1975-1999



Fonte: Relatórios de atividades da EMATER/GO no período de 1975/1999

Organização: Eloisa Pio de Santana, André de Oliveira Amorim e Dr. Fausto Miziara

Figura 13- ÁREA ASSISTIDA EM CULTURAS EM GOIÁS 1975-1999



Fonte: Relatórios de atividades da EMATER/GO no período de 1975/1999

Organização: Eloisa Pio de Santana, André de Oliveira Amorim e Dr. Fausto Miziara

Analisando o total de área colhida na cultura do tomate no Estado a extensão rural assistiu a uma média de 80% em 1980, 40% em 1985, 50% em 1990, 58% em 1995, 50% em 1996 e 40% em 1997, de toda área colhida do Estado, de acordo com os dados do IBGE/SEPLAN/SEPIN-2003. (Tabela 17)

Para explicação desse fato na cultura do tomate, em conversa com o Técnico em agropecuária Paulo André, referindo ao Sudoeste de Goiás,

“houve realmente isso aqui, nós temos uma associação de produtores aqui que tem cento e tantos produtores e tinha sido feito um trabalho muito grande com esses pequenos produtores a própria prefeitura em si era um parceiro muito grande disponibilizou recursos nessa área, máquinas para estruturar os produtores, no sentido melhorar a produção e conseqüentemente a renda familiar. É por isso que houve esse aumento aqui, porque o tomate é o filé mion da horticultura ,quando tem uma boa produção ele se destaca no sentido de ter uma lucratividade maior. Houve também o tomate industrial nisso aí”.

Apesar de o arroz ter sido a cultura que mais foi atendida em termos de área, com relação aos produtores a assistência foi estável durante todos os anos. Comparando com os dados do Estado de Goiás, a EMATER-GO prestou assistência técnica numa média de 50% da área colhida em 1980, 30% em 1985, 30% em 1990, 40% em 1995, 35% em 1996, 50% em 1997 e 40% em 1998. (Tabela 16)

A cultura do feijão em área assistida esteve em constante ascensão no período de 1976 a 1994, sofrendo uma queda considerável entre 1995 a 1998. Com relação aos produtores assistidos, manteve-se sempre na mesma proporção. Analisando os dados do Estado de Goiás, a EMATER-GO prestou assistência técnica a uma média de 25% do total de áreas colhida no Estado em 1980, 25% em 1985, 30% em 1990, 30% em 1995, 30% em 1996, 30% em 1997 e 25% em 1998. (Tabela 16)

O milho foi o segundo a ter maior assistência em área plantada, tendo avanços significativos no total de produtores atendidos durante o período de 1975/1999. No estado de Goiás a EMATER-GO prestou assistência técnica numa média de 38% do total de área colhida em 1980, 38% em 1985, 20% em 1997 e 35% em 1998. (Tabela 16)

A cultura da soja teve uma área bem expressiva atendida pela Extensão Rural, não tendo também muitas oscilações com relação ao número de produtores atendidos, com exceção de 1975. Comparando ao Estado de Goiás assistiu 45% de

toda área colhida em 1980, 40% em 1985, 15% em 1990, 25% em 1995, 15% em 1996, 15% em 1997 e 10% em 1998. (Tabela 16)

A área assistida na cultura do Algodão permaneceu estável, somente com algumas exceções nos anos de 1976, 1977 e 1979. Comparando com o Estado de Goiás, temos a considerar que no ano de 1980 a extensão rural assistiu a uma média de 80% de toda área colhida do Estado de Goiás, conforme dados do IBGE/SEPLAN/SEPIN-2003, 20% em 1985, 11% em 1990, 10% em 1995, 15% em 1996, 20% em 1997 e 3% em 1998. (Tabela 16)

Analisando todos os dados da figura 14 especificados, podemos perceber que houve um grande número de repetição com relação ao número de produtores atendidos pela extensão rural, o que comprova a nossa hipótese quando do número de produtores em escala grande, médio e pequeno atendidos pela EMATER-GO.

Analisando o desenvolvimento das culturas pelo modelo teórico de Miziara (2000)⁵⁰, a fronteira agrícola é vista como um processo onde ocorre um aumento na exploração do solo, via intensificação dos recursos investidos. Nesse caso, temos uma mudança no patamar tecnológico associado. O arroz no caso de Goiás, foi importante num primeiro momento de expansão da agricultura, porque é uma cultura de “abertura de lavouras”, ou seja, é plantado logo que se derruba a vegetação nativa.

O problema é que a cultura de arroz de sequeiro, aqui desenvolvida, é muito suscetível a mudanças climáticas, e não se desenvolveu um pacote tecnológico muito adequado. Por isso, a intensificação da lavoura não teve por base a cultura do arroz, sendo substituída pela soja, esta sim, apresenta elevado patamar de intensificação em termos de investimento e capital por unidade de área. Já o caso do milho é interessante, pois ele era muito cultivado, mas num patamar tecnológico inferior. Mas, foram desenvolvidas tecnologias para essa cultura e a área do milho se manteve.

⁵⁰ Ver cap. 3-Fronteira agrícola e Modernização da Agropecuária no Sudoeste de Goiás

Tabela 16: ESTADO DE GOIÁS: Área colhida dos principais produtos agrícolas - 1980, 1985, 1990 e 1995 - 2002.

Ano	Área Colhida (ha)							
	Algodão Herbáceo	Arroz (em casca)	Café (em côco)	Feijão	Milho	Soja	Sorgo	Trigo
1980	31.450	1.186.728	15.879	160.547	803.268	246.066	460	-
1985	64.060	860.774	18.000	198.239	734.120	734.210	6.400	343
1990	35.459	296.070	17.460	180.770	873.650	972.430	5.410	560
1995	69.533	263.068	6.159	133.915	881.954	1.121.511	32.479	899
1996	81.575	189.703	5.646	83.418	924.794	913.633	59.987	5.274
1997	83.234	138.092	4.789	107.380	956.296	1.017.068	93.048	2.716
1998	186.621	130.607	3.957	108.337	667.719	1.382.705	134.963	7.973
1999	117.056	196.558	3.603	143.170	802.289	1.333.646	117.559	10.208
2000	96.718	150.334	3.986	112.279	839.844	1.491.066	175.850	6.887
2001	106.539	115.000	5.559	126.466	907.628	1.538.988	121.910	14.415
2002 (1)	102.185	111.492	5.995	122.605	734.303	1.902.950	128.861	20.609

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEPLAN-GO / SEPIN / Gerência de Estatísticas Socioeconômicas - 2003.

(1) Preliminar

Tabela 17 - ESTADO DE GOIÁS: Área colhida dos principais produtos agrícolas - 1980, 1985, 1990 e 1995 - 2002.

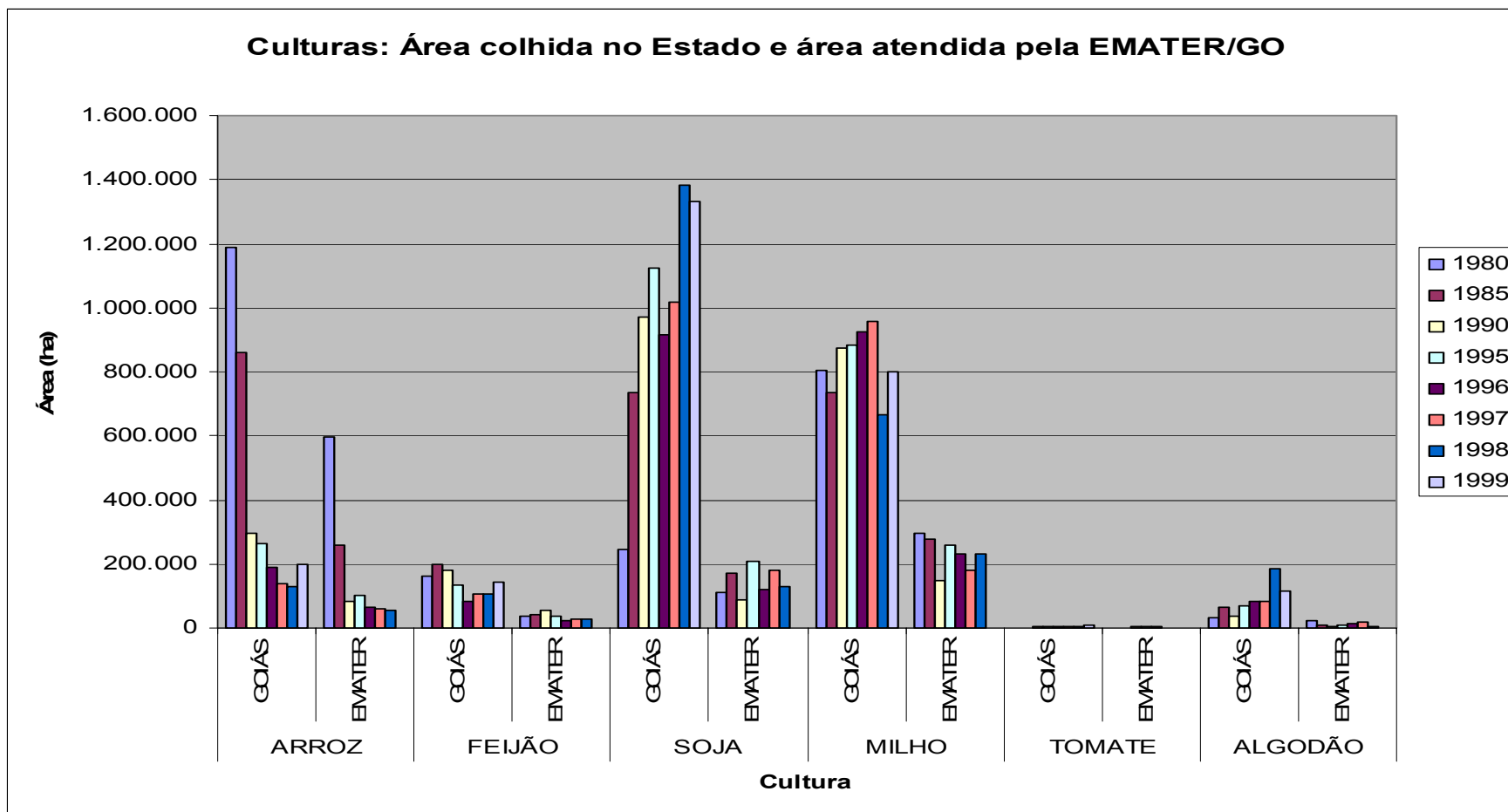
Ano	Área Colhida (ha)							
	Abacaxi	Alho	Banana	Cana-de-Açúcar	Laranja	Mandioca	Melancia	Tomate
1980	623	810	26.730	20.664	2.549	21.020	2.629	1.076
1985	1.064	863	35.405	90.010	2.550	23.880	2.681	2.053
1990	855	2.210	12.350	97.950	3.590	14.700	3.695	6.896
1995	992	1.408	11.254	104.498	6.142	18.776	7.974	4.653
1996	1.579	1.170	11.360	114.480	6.327	21.994	...	4.756
1997	1.927	1.042	12.414	129.340	6.971	20.725	3.119	6.833
1998	2.192	1.130	12.917	128.093	6.067	17.571	6.424	5.568
1999	2.222	1.253	12.636	128.746	6.512	17.268	6.566	10.677
2000	2.308	1.536	12.828	138.750	6.609	16.956	6.120	10.196
2001	2.298	1.620	13.013	129.921	6.643	16.666	6.685	10.514
2002 (1)	2.525	1.909	13.088	145.069	6.056	17.111	6.817	12.512

Fonte: IBGE.

Elaboração: SEPLAN-GO / SEPIN / Gerência de Estatísticas Socioeconômicas - 2003.

(1) Preliminar

Figura 14- CULTURAS: ÀREA COLHIDA NO ESTADO E ÀREA ASSISTIDA PELA EMATER-GO 1980-1999



Fonte: Relatórios de atividades da EMATER/GO no período de 1975/1999 e IBGE/SEPLAN/SEPIN-2003

Organização: Eloisa Pio de Santana, André de Oliveira Amorim e Dr Fausto Miziara – 2005.

3.9 - Programas especiais

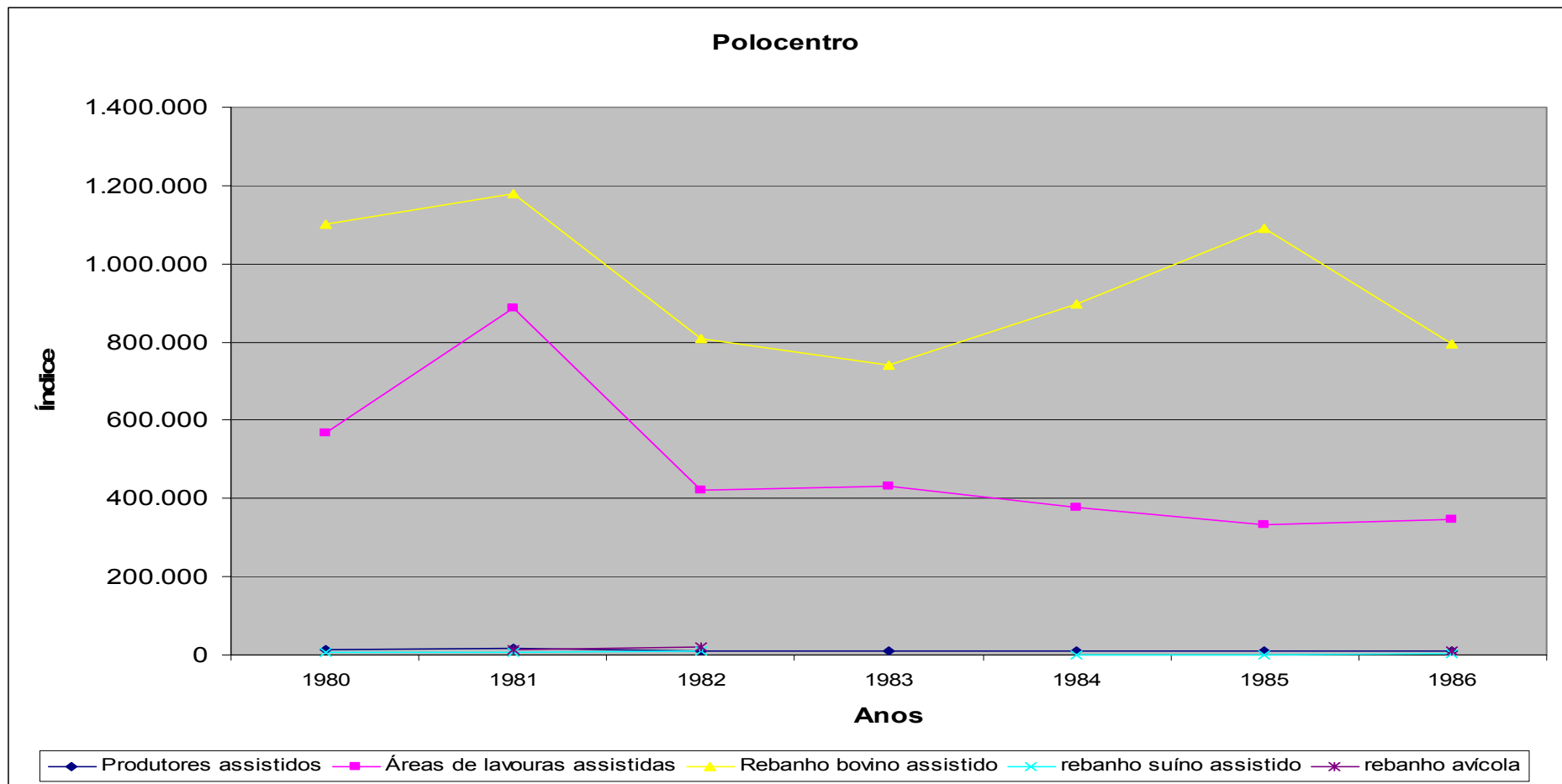
Em 1975, os serviços de extensão rural se aperfeiçoaram, dando início à implantação de dois programas especiais de desenvolvimento regional, criados pelo Governo federal, conforme Decretos de nºs 75.320 de 29/01/75 e 74.607 de 25/09/74. Trata-se do Programa de Desenvolvimento dos Cerrados - POLOCENTRO e do Programa de Ocupação de Áreas Seleccionadas (Pólo-Araguaia-Tocantins). Em 1975 a ACAR-GO investiu na capacitação de mão de obra para atuação dos técnicos nos programas. A partir de 1976, foi incluído também o programa POLOBRASÍLIA.

Dentre os programas especiais, merece destaque o POLOCENTRO-Programa de desenvolvimento do Cerrado, que teve por finalidade promover o desenvolvimento e a modernização das atividades agropecuárias, mediante a ocupação racional de áreas com características de cerrado e seu aproveitamento em escala empresarial. Este programa foi de fundamental importância para a agropecuária de Goiás, visando as seguintes ações segundo Pereira (2004)

- a) Pesquisa e experimentação agropecuária;
- b) Serviços mecanizados, de natureza agrícola, compreendendo estímulo à organização de patrulhas mecanizadas;
- c) Projetos de florestamento e reflorestamento
- d) Construção de estradas de acesso dentro das propriedades rurais;
- e) Construção de estradas vicinais; eletrificação rural, silos, armazéns, máquinas de beneficiamento;
- f) Organização mediante estímulo, de sistema de comercialização da produção;
- g) Estímulo à produção regional de calcário agrícola e de outros insumos agrícolas e regularização fundiária.

Analisando os dados a partir de 1980/1986(último ano do programa), temos a considerar que, com relação ao número de produtores foi estável não tendo avanços satisfatórios. A área assistida em culturas teve avanços em 1980/1981, com queda em 1982, permanecendo na mesma média nos anos seguintes. A assistência a rebanhos bovinos foi a área mais beneficiada pelo programa, com pouca assistência em rebanhos suínos e avícolas. (Figura 15)

Figura 15- ATIVIDADES REALIZADAS COM O POLOCENTRO EM GOIÁS 1980-1986



Fonte: Relatórios de atividades da EMATER/GO no período de 1975/1999

Organização: Eloisa Pio de Santana, André de Oliveira Amorim e Dr. Fausto Miziara

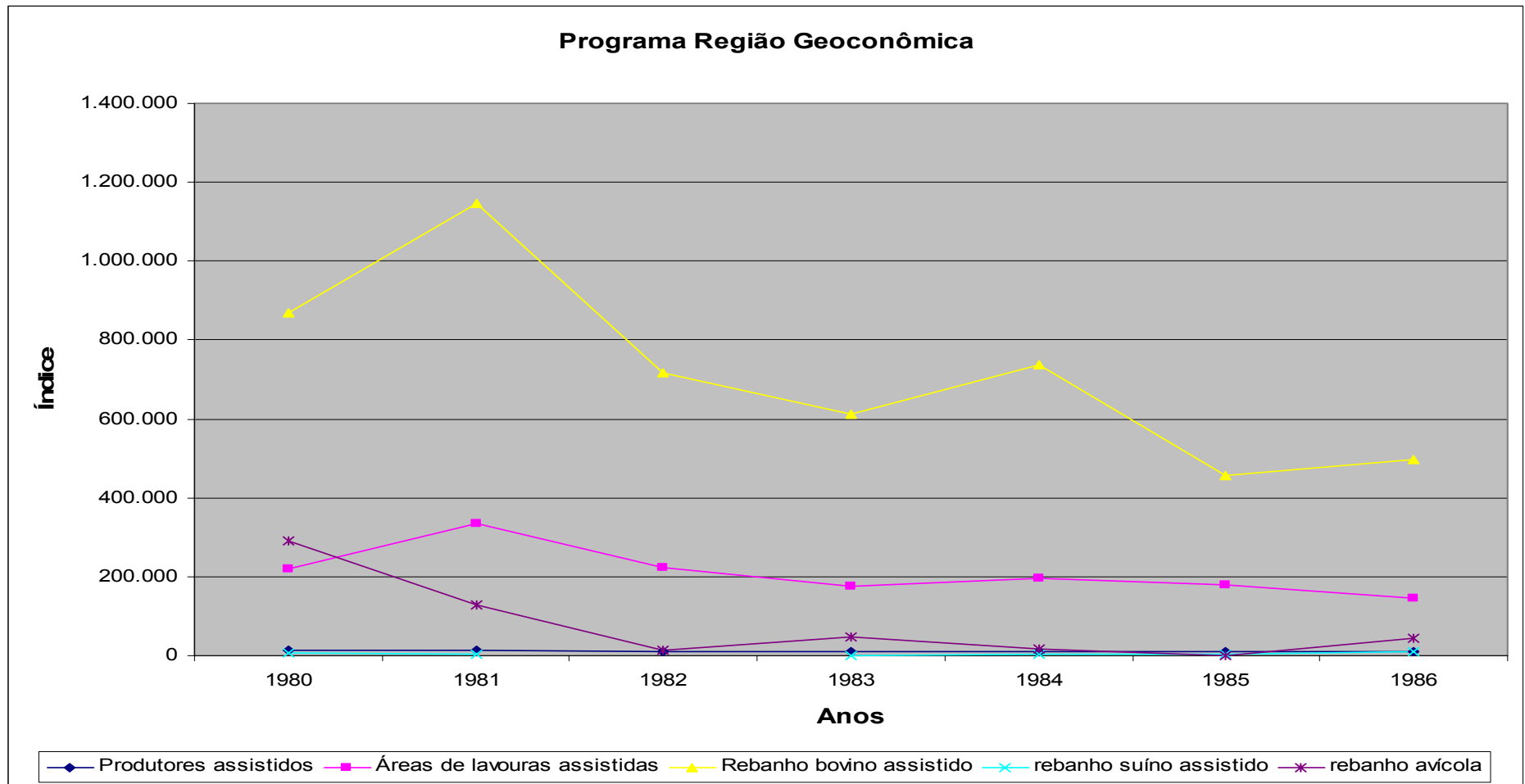
Previsto no II Plano Nacional de Desenvolvimento, O Programa Especial da Região Geo-Econômica de Brasília foi instituído pela Exposição de Motivos nº 04/75, do Conselho de Desenvolvimento Econômico e aprovado em 02 de abril de 1975. Seus objetivos principais, segundo Pereira (2004) eram:

- a) Minimização dos fluxos migratórios que demandam a capital da república, através da abertura de oportunidades alternativas de emprego na Região Geo-Econômica de Brasília;
- b) Alteração das pressões sobre o equipamento urbano de Brasília, através do fortalecimento dos subcentros polarizados de rede urbana básica da Região Geo-Econômica de Brasília;
- c) Preservação do caráter essencialmente político-administrativo e cultural da capital do país, através da canalização dos esforços diretamente produtivos de maior vulto para o quadro mais amplo da Região, o qual deverá incorporar-se às ações estratégicas dos organismos federais atuantes na área, bem como do Governo do Distrito Federal;
- d) Valorização econômica da Região, com vista à integração de sua economia ao processo de desenvolvimento nacional e de abastecimento de Brasília, através do estímulo de atividades produtivas, industriais, agroindustriais e agropecuárias.

Este programa tinha por objetivo final criar condições de desenvolvimento mais equilibrado e consentâneo na área de influência da Capital Federal.

Da mesma forma que os anteriores a área mais assistida foi a de pecuária, logo após áreas de lavouras assistidas, este programa teve uma assistência expressiva na área de avicultura. (Figura 16)

Figura 16- ATIVIDADES REALIZADAS COM O PROGRAMA REGIÃO GEOECONÔMICA EM GOIAS 1980-1986



Fonte: Relatórios de atividades da EMATER/GO no período de 1975/1999

Organização: Eloisa Pio de Santana, André de Oliveira Amorim e Dr. Fausto Miziara

O Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia-POLOAMAZÔNIA, Previsto no II Plano Nacional de Desenvolvimento, instituído pela Exposição de Motivos nº 15 de 24 de setembro de 1974, pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e aprovado em 25 de setembro de 1974. Segundo Pereira (2004) Criado com o objetivo de promover a ocupação e o desenvolvimento integrado de áreas da Amazônia, considerando, para agropecuária, dois componentes estratégicos: sua adequada localização no espaço amazônico e a crescente tecnificação do setor.

Durante os anos de 80/86 a área mais assistida foi a de pecuária, ficando as áreas de lavouras assistidas em 2º lugar. Com relação aos produtores assistidos permaneceu na mesma média.(Figura 17)

Analisando os três programas, verificamos que teve uma atenção especial a área de pecuária, levando-nos a pensar que beneficiou na sua maioria grandes e médios produtores. O que comprova a análise de Mueller (1990) no capítulo Fronteira Agrícola e modernização agropecuária , o programa beneficiou grandes e médios produtores.

Para compreender um pouco do desenvolvimento desses programas, verificaremos o depoimento de 3 técnicos da extensão rural.

Técnico em Agropecuária, Cláudio

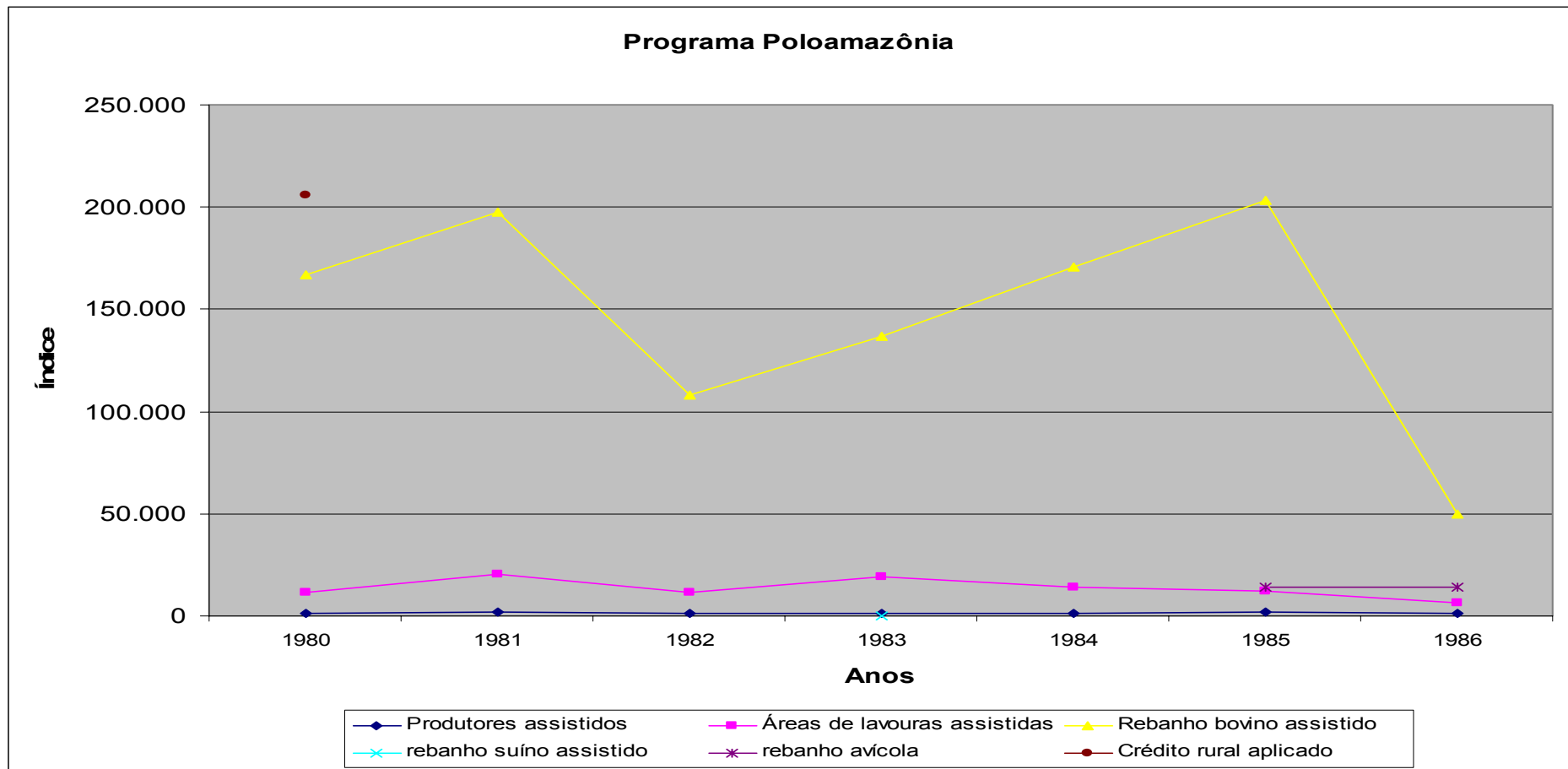
“Os projetos foram mais para grandes produtores, basicamente para grandes produtores, na verdade naquela época o Brasil precisava aumentar sua produção, ele precisava colocar projetos para abertura de fronteiras, e esse projetos de aberturas de fronteira é para grandes produtores, então ele foi feito e desenvolvido pelos grandes produtores, aqui em Rio Verde foi desenvolvido praticamente com grandes produtores.

Administrador Rural, Álvaro⁵¹

“Muitos produtores ficaram ricos, quem acreditou no programa se deu bem. A região era pecuária, 90% gado de corte. Foi o começo do desenvolvimento da Microrregião Sudoeste. O desenvolvimento do Sudoeste foi estimulado pelos programas Especiais, por meio da extensão rural e pesquisa”

⁵¹ Entrevista realizada em 07/06/05 às 16h

Figura 17- ATIVIDADES REALIZADAS COM O PROGRAMA POLOAMAZÔNIA EM GOIÁS 1980-1986



Fonte: Relatórios de atividades da EMATER/GO no período de 1975/1999

Organização: Eloisa Pio de Santana, André de Oliveira Amorim e Dr. Fausto Miziara

Extensionista Social, Eliane,

“Foi um recurso abundante, o desenvolvimento do Sudoeste se deve a isso aí. Polocentro, Provárzeas, dentre outros. Muitos produtores enriqueceram com esses programas”.

O sudoeste goiano teve um desenvolvimento diferenciado das demais regiões do Estado. Esses programas ao mesmo tempo em que inseriram o Centro-Oeste numa nova dinâmica econômica, trouxeram drásticas conseqüências para o meio ambiente e social.

Importante também citarmos de uma forma mais geral os Principais Programas de Desenvolvimento Agropecuário criados pelo Governo Federal, bem como os criados pelos Governos de Goiás, a partir de 1970, pois todos eles estavam integrados ao serviço de extensão rural no Estado de Goiás.

Falamos em programas especiais, mas, o que vem a ser Programas Especiais?

Entende-se por PROGRAMAS ESPECIAIS algo a ser realizado para suprir alguma demanda existente num determinado setor, que está obstaculizando o Plano Nacional ou Estadual de Desenvolvimento do País ou do Estado. É óbvio que, solucionado o problema para o qual o PROGRAMA ESPECIAL, foi criado, normalmente, ele deixa de existir. Surgirão no futuro, com certeza, outras demandas, e novos Programas Especiais serão criados. (PEREIRA, 2004, p.430)

Os Programas Especiais surgiram Segundo Pereira (2004) porque, até a década de 1970, o desenvolvimento da agropecuária estava concentrado no Centro-Sul do país. Em Goiás constatavam-se o domínio da monocultura da cultura do arroz de sequeiro e a marcante pecuária extensiva. O mundo, carente de alimentos para a população, e o Brasil, com gigantesca área de cerrado, acima de 200 milhões de hectares a ser explorada, enquanto o país registrava uma produção de grãos estacionada, havia anos, em torno de 50 milhões de toneladas. Estes e outros fatores ou interesses levaram o Governo do Presidente Ernesto Geisel a criar os PROGRAMAS ESPECIAIS, para fazer avançar a fronteira agrícola.

Segundo Pereira (2004), os principais programas especiais a partir da década de 1970 foram PROAGRO, PRODOESTE, Programa de subsídios aos preços de fertilizantes, PROSOLOS, PROLEITE, e outros conforme tabela 18.

Figura - 18- PROGRAMAS ESPECIAIS DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO EM GOIÁS A PARTIR DE 1970

PROGRAMAS ESPECIAIS DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO		
Programa	Objetivo	Lei de Criação
Programa de Garantia de Atividade Agropecuária- PROAGRO	<ul style="list-style-type: none"> a) Exonerar o produtor rural de obrigações financeiras relativas à operação de crédito rural de custeio, e para cujo cumprimento venha a ficar impedido pela ocorrência extraordinária de fenômenos naturais, pragas e doenças que prejudiquem rebanhos e plantações, de modo a comprometer os seus rendimentos; b) Atuar como instrumento de incentivos à utilização de tecnologia adequada à exploração das atividades rurais. 	Lei nº 969 de 11 de dezembro de 1973.Regulamento aprovado e divulgado pela Resolução nº 1 de 09 de outubro de 1974
Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste- PRODOESTE	<ul style="list-style-type: none"> a) Incrementar o desenvolvimento econômico no sul dos Estados do Mato Grosso, Distrito Federal e Goiás, mediante a construção de uma rede rodoviária básica, prioritária, conjugada a um sistema de estradas vicinais e uma rede de silos, armazéns, usinas de beneficiamento e frigoríficos; b) Promover a realização de obras de saneamento geral, retificação de cursos d'água e recuperação de terras. 	Decreto-Lei nº 1.192, de 08 de novembro de 1971
Programa Nacional de Calcário Agrícola- PROCAL	<ul style="list-style-type: none"> a) Defesa do patrimônio nacional:terra; b) Aumento da produtividade do solo através da correção de acidez, com o decorrente incremento na renda do produtor agrícola; e c) Criação de bases necessárias à implantação mais eficaz do Programa Nacional de Fertilizantes 	Circular nº 245 do Banco Central do Brasil em 09 de janeiro de 1975

PROGRAMAS ESPECIAIS DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO		
Programa	Objetivo	Lei de Criação
Programa Nacional de Conservação do Solo- PROSSOLOS	<ul style="list-style-type: none"> a) Disciplinar a ocupação e o uso do solo, visando à conservação, à preservação e à restauração dos recursos naturais; b) Aumentar o potencial produtivo do solo e elevar a renda do setor agropecuário e o nível de vida do meio rural, através da racionalização do uso dos fatores de produção. 	Decreto nº 76.470 de 16 de outubro de 1975
Programa Nacional de Microbacias Hidrográficas-PNMH	<ul style="list-style-type: none"> a) Executar ações voltadas para a prática de manejo e conservação dos recursos naturais renováveis, evitando sua degradação e objetivando um aumento sustentado da produção e da produtividade agropecuária; b) Estimular a participação dos produtores rurais e promover a fixação das populações no meio rural e reduzir os fluxos migratórios do campo para a cidade. 	Decreto nº 94.076 de 05 de março de 1987
Programa de Incentivo à Produção da Borracha Natural- PROBOR III	<ul style="list-style-type: none"> a) Formar seringais nativos nos municípios de Porangatu, Araguaçu, Alvorada, paraíso do Norte, Pium, Fátima e Cristalina 	Decreto nº 85.929 de 23 de abril de 1981
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar- PRONAF	<ul style="list-style-type: none"> a) Investimentos para implantação e modernização da infra-estrutura de produção e serviços agropecuários e não agropecuários; b) Investimento integrado, coletivo, com ou sem custeio associado a associações, cooperativas; c) Projeto de desenvolvimento integrado por unidade agroindustrial; d) Produção agropecuária e instalação de unidades centrais de apoio gerencial. 	Decreto Presidencial nº 1946 de Junho/1996

Programa	Objetivo	Lei de Criação
<p>Programa de Financiamento de Equipamento de Irrigação-PROFIR</p>	<p>a) Incorporar áreas irrigadas ao processo produtivo, por meio do uso racional da água, na implementação e na operacionalização de projetos de irrigação.</p> <p>b) Na região Centro-Oeste, foi direcionado para as áreas de cerrado, inicialmente para o aumento da produção de trigo. Durante a sua execução, outras culturas foram também contempladas, tais como feijão, milho, sorgo e soja;</p> <p>c) O PROFIR foi um programa baseado na concessão de crédito para aquisição de máquinas, equipamentos de irrigação e implementos essenciais à implementação dos projetos. Sua execução se deu sob a coordenação do ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com a participação das Empresas Estaduais de Pesquisas Agropecuárias e Empresas Estaduais de Extensão e Assistência Técnica.</p>	<p>Decreto nº 86.912 de 10 de fevereiro de 1982</p>
<p>Programa Nacional de Várzeas Irrigáveis-PROVÁRZEAS</p>	<p>a) Promover aproveitamento racional e gradativo de várzeas em propriedades rurais;</p> <p>b) Promover, por meio de obras de saneamento agrícola, drenagem e irrigação, bem como serviços de assistência técnica e de pesquisa e aproveitamento racional de várzeas;</p> <p>c) Incrementar e racionalizar a cultura do arroz e implantar, na rotação anual, outras culturas, permitindo melhor utilização das áreas</p> <p>d) Incentivar o associativismo e a criação de cooperativas de produção e comercialização e melhorar a produtividade das explorações. Goiás foi o Estado onde se atingiu a segunda maior área irrigada do Programa. Foram 56.000 hectares, em 3.000 projetos.</p>	<p>Decreto nº 86.146 de 23 de junho de 1981</p>

Programa	Objetivo	Lei de Criação
<p>Programa de Estímulos Técnicos e Financeiros para o Desenvolvimento da Pecuária Leiteira- PROLEITE</p>	<p>a) Recuperação e fomento do setor de pecuária leiteira, através do estabelecimento de novos estímulos, principalmente com o desenvolvimento do sistema de assistência técnica, combinado com vantagens que induzem os pecuaristas das principais bacias e novos investimentos, na procura de índices mais elevados de produtividade leiteira.</p>	<p>Criado em 1973 e regulamentado por resolução do Conselho Monetário Nacional em dezembro de 1974.</p>
<p>Programa de Subsídios ao Preço de Fertilizantes</p>	<p>a) criação de uma nova sistemática para concessão de subsídios ao preço dos fertilizantes químicos ou minerais;</p>	<p>Foi instituído em decorrência da Exposição de Motivos nº 49 de 24 de março de 1975, aprovado em 25 de março de 1975.</p>
<p>ESTADUAL GOIAS RURAL</p>	<p>Incorporar um milhão de hectares de cerrado ao processo produtivo estadual, pelo desmatamento. O Programa registrava a existência de tratores em operação e respectivas áreas incorporadas, ou seja: Ano /73- 150 tratores e 78.800 ha; Ano/74-380 tratores e 163.953 ha; Ano/75-501 tratores e 198.727 ha;Ano/76-501 tratores e 200.000ha (previsão).</p>	<p>Criado em 1975 no governo de Leonino Di Ramos Caiado</p>
<p>Fonte: Pereira (2004, p.433)</p>		<p>Elaboração: Eloisa Pio de Santana , 2005</p>

Esclarecida as dúvidas sobre os programas especiais, vamos nos atentar para a preparação da empresa para desenvolver os trabalhos de transferência de tecnologia junto aos produtores familiares.

Para a transferência de tecnologia junto aos produtores familiares, a empresa investiu muito em capacitação dos seus técnicos, tanto da área social como da área de agricultura e pecuária, os critérios utilizados para a escolha desses cursos, passaram por diversas fases, na opinião dos técnicos entrevistados,

Engenheiro Agrônomo Henrique

“Na época da EMBRATER, vinha tudo enlatado. Hoje de cada equipe sai a demanda”

Extensionista Social, Eliane,

“Nós temos um plano de ações integrado, com base nisso, é local, levanta a necessidade do público e com base nisso é feito os cursos. No período da EMATER o treinamento era mais contínuo, hoje há falta de pessoas e de treinamento”

Engenheiro Agrônomo, Eduardo,

“Nós já tivemos vários critérios para fazer isso, até aquele critério, vamos dizer burro né, onde você fazia capacitação pelo recurso que se tinha e estava disponível, se tinha para irrigação fazia-se para irrigação, se era bovino de leite, treinava para bovino de leite. Hoje nós temos um Plano de Ações Integradas -PAI, com a participação de todos os agentes envolvidos no processo de desenvolvimento (comunidade, associações, sindicatos, etc), a nível municipal. Elaboramos o plano construído por eles, que depois de pronto retorna para eles e eles elegem as prioridades, valida as necessidades e diante disso identifica as necessidades do município e conseqüentemente a necessidade do técnico. Se o município tem a vocação para pecuária de leite e o técnico não tem esse conhecimento, Nós vamos capacitá-lo para atender a essa necessidade. Se tem agrônomo ao invés de um veterinário, nós vamos ver se troca ou capacita o profissional”.

Um outro fator importante a ser destacado nesse momento é a questão da extinção da EMBRATER (1990) e liquidação da EMATER (1999). Pela situação da empresa diante de tais fatos, acreditamos que as dificuldades hoje enfrentadas pela empresa AGENCIARURAL, devem-se a esse dois fatos acontecidos. Nas entrevistas

foi ressaltado a respeito desses problemas com os técnicos da extensão, dos quais apresentamos alguns depoimentos.

Técnico em Agropecuária Cláudio,

“Olha, eu acho que com a extinção da EMBRATER o primeiro problema foi a parte de programação da empresa, as empresas ficaram soltas, cada empresa tinha o seu programa, quando existia a EMBRATER, a EMBRATER, ela coordenava todo esse trabalho, existia um trabalho coordenado pela EMBRATER. Outra coisa foi as fontes de recursos, acabaram as fontes de recursos, passou tudo pro Estado, de lá pra cá as fontes de recursos só vieram diminuindo e conseqüentemente o trabalho foi diminuindo também, como nós encontramos hoje. Com a extinção da EMATER, Veja bem o processo foi um processo contínuo, extinguiu a EMBRATER, diminuiu a força de trabalho das auxiliares, extinguiu-se a EMATER e também diminuiu a força de trabalho, porque, a EMATER apesar de tudo primava muito pela organização, hierarquia, todos esses fatores com a extinção da EMATER e criação das agências, é (...) as agência ficaram mais ligadas a uma parte política, quando eu falo política não é política de programas não, política na acepção da palavra, mesmo, politicagem, então hoje o técnico sai daqui vai pra ali, muito em função de um político que pediu para ele ficar ali, então isso aí da um desgaste muito grande, é a questão da ingerência política, se você precisa de um técnico em determinado município, se o político falar que ele deve ficar em outro, essa parte criou uma série de problemas pra gente, isso se deveu mais quando acabou a EMATER, quando era EMATER era mais independente”.

Extensionista Social, Maria Aparecida⁵²

“Precaríssima, foi o início do sucateamento dos serviços de extensão. A EMATER tinha uma filosofia de preparação dos técnicos, hoje vemos técnicos que não estão preparados para atender o produtor, é uma descontinuidade muito grande dos trabalhos”

Extensionista Rural, João Pedro

“Foram todos né, uma empresa que era canalizadora, nossa orientadora, que era nossos olhos, era nosso elo de ligação, no campo e na sociedade, vem e nos corta o cordão umbilical, a EMATER ficou perdida, ela tinha que criar o programa dela e às vezes ela não tinha técnicos específicos para criar esses programas, tinha técnicos para fazer a difusão de tecnologias, e dar uma desenvoltura melhor para que esses programas pudessem chegar até nossos governantes e políticos, e serem aprovados, para que eles pudessem abraçar a causa que agente estava mostrando em grupo. Com a liquidação da EMATER aí que ficou pior ainda, a gente já não tinha direcionamento, já tinha cortado nossa cabeça, agora cortaram as pernas praticamente, além de cegos ficamos perdidos, assim ficou o produtor ficamos perdidos. E o governo achou que podia fazer um shopping de informações, ali o produtor chegando ali na empresa que ele criou, até hoje que é a Agência Rural, pega 5 empresas com objetivos praticamente que comuns, mas com filosofias diferentes de trabalho. Eles pegaram a

⁵² Entrevista realizada em 23/06/05 às 9h

EMATER, que era uma empresa de orientação, educadora, de difusão de tecnologia, empresa de mudança de comportamento e junta com uma empresa chamada IGAP, que é uma empresa de fiscalização, de punição, aí ficou difícil a nossa ida até o produtor rural. Nós não gozávamos mais daquela credibilidade que o produtor rural tinha em nós. Quando a gente chegava e perguntava ao produtor rural qual era o rebanho dele, ele ficava com medo de responder, já pensava que aquela pergunta era pra saber se ele estava sonhando ou estava escondendo alguma cabeça de gado. Foi difícil o nosso trabalho juntando essas empresas, principalmente uma empresa de punição que era o IGAP. A classificação também não teve muito o que fazer em virtude que ela pendeu mais pelo lado da fiscalização, então ficou difícil. Aí ficou um trabalho quase que praticamente, quase que junto, tinha a mesma visão, o mesmo sentimento, já tinha o mesmo direcionamento, trabalhava com o pequeno produtor, que era o IDAGO, aí sim houve um casamento forte, ampliamos aquilo que já vínhamos fazendo, de maneira a errar menos e acertar mais, a empresa de pesquisa também que era geradora de tecnologia que era a EMGOPA, embora que a empresa que se sobressaiu era a empresa que punia, que fiscaliza e trazia dinheiro, então a que põe dinheiro dentro de casa é a que realmente fala mais alto, e aí o pessoal pegou a idéia de punir de fiscalizar, e ficou no que tá hoje, o campo desassistidos”.

Técnico em Agropecuária Luís Antônio,

“Nossa foi, pra nós foi terrível, nós tinha o apoio financeiro, sendo extinto o Estado tem poucos recursos. Muito também pelo seguinte, mudou-se a direção para pessoas que nem sabiam o que produtor, suas necessidades, muitos não estavam preparados para assumir esses cargos técnicos”.

Engenheiro Agrônomo Henrique,

Bom, eu acho que antes da sua extinção nós já estávamos abalados, pois, a partir de quando acabou com os programas do governo federal, pois tivemos que passar para o governo estadual e saímos da extensão e passamos para o crédito e vice e verso, e isso dificulta muito, é preciso adaptação. Ficávamos sem saber por onde começar. Naquela época a extensão rural ficou sem incentivo e apoio a gente trabalhava com o que podia. A extinção da Embratel foi por um capricho, nacionalmente hoje não tem uma política de extensão rural e assistência técnica, assim como não tem a nível estadual, e talvez trabalhamos no município pela demanda, trabalhamos pela necessidade do produtor. Para falar da liquidação da EMATER-GO, aí vamos voltar um pouco com a ACAR-GO. A empresa já nascia com dificuldade, apesar que era com o apoio do governo estadual, muitas vezes tinha o salário do governo estadual e não tínhamos um programa de trabalho do Governo Estadual. Com a AGENCIARURAL, grandes problemas, não teve recomposição dos cargos, dificuldades para fazer concursos, as pessoas contratadas não têm funções técnicas, tem funções administrativas, nós temos muitos escritórios sem cargos técnicos. Um grande problema da AGENCIARURAL foi juntar a parte de fiscalização com extensão. Ao mesmo tempo que faz extensão você faz fiscalização, esse foi o problema da junção.

Apresentamos os pontos principais que demonstram a atuação da EMATER-GO e sua relação com os produtores de base familiar no período de 1975 à 1999. É preciso analisar o problema central da nossa pesquisa, ou seja, a extensão rural no

contexto de modernidade como ponto de acesso entre a modernização agropecuária e a produção familiar. Todos os técnicos entrevistados afirmam que a extensão rural desempenhou um papel muito importante no desenvolvimento da agropecuária no Estado de Goiás, assim, elegemos os seguintes depoimentos.

Técnico em agropecuária Cláudio,

“Há, com certeza, mesmo porque é o único segmento capaz de atender a agricultura familiar, por uma questão até econômica não interesse das empresas particulares em trabalhar com este público, eu acho que a extensão rural é o único intermediário da agricultura familiar”.

Extensionista Social Eliane,

“Há tranquilo. A EMATER teve a sua participação na história do desenvolvimento do produtor, mesmo porque foi a única que trabalhou com o produtor. Hoje nós temos outros órgãos, naquela época só existia a EMATER, não tinha outro, bem ou mal, o desenvolvimento rural que Goiás atingiu foi com o trabalho extensionista daquela época. O avanço da agropecuária deve-se ao trabalho da EMATER”.

Administrador Rural Álvaro,

“É uma contribuição espetacular. Em muitas regiões do Estado a contribuição da EMATER foi muito grande. Muitas pessoas não reconhecem isso. Foi a EMATER que alavancou o desenvolvimento, eu sou testemunha disso. Foi a extensão rural. Pode ser que algumas regiões não foi bem, pode ser pelos técnicos ou mais recursos para umas do que para outras. Talvez se não fosse a EMATER e a própria pesquisa andarem juntos a microrregião sudoeste não seria o celeiro que é hoje”.

Engenheiro Agrônomo Eduardo,

“É, na verdade. A modernização é uma coisa incontrolável. Houve deliberadamente financiamentos para o desenvolvimento do Centro-Oeste, criaram as instituições para isso, a EMATER até aí fez bem o seu papel dela, estimulou a produção, fez transferência de tecnologia, é uma adaptação que deve ser feita a todo momento. De repente o modelo inverteu a gente passou e a gente passou a se preocupar com a preservação do meio ambiente, avanços das culturas, impactos, tendências, a nova proposta da AGENCIARURAL é trabalhar na vertente agro-ecológica, de preservação ambiental, de plantio direto, com técnicas que permitam aumentar a produtividade sem a necessidade de aumentar as áreas plantadas, o modelo estava esgotado e precisaria elaborar um novo modelo, além de não destruir o que nós temos, tentar recuperar parte do que foi perdido. A visão nossa é essa hoje não aumentar a produção em detrimento da qualidade de vida. Ela foi intermediária num determinado momento para cumprir um determinado papel que estava estabelecido para ela e hoje ela vai ser intermediária de um outro papel que ainda não é

reconhecido de uma outra fase. Embora a EMATER esteja num processo de liquidação, a ACAR já passou a época dela, e a AGENCIARURAL está aí hoje, mas amanhã poderemos estar com um outro nome, mas a extensão não acaba, é preciso alguém levar a mensagem antes da mudança. A extensão é indispensável, seja feita por qualquer um dos órgãos que estão aí, mista, privada, institutos. A extensão é necessária. É preciso manter o equilíbrio entre a produção e a qualidade de vida, preservação ambiental. É uma tendência mundial, estadual, nacional, é preciso trabalhar articulado com todas as tendências. A EMATER veio cumprir uma função histórica, precisava de uma entidade para desenvolver o processo, executar os planos nas regiões, dentro daquilo que ela foi autorizada, ela fez muito bem o seu papel. Tudo acontece em função de uma época, cumprimos o papel de forma brilhante, agora precisamos trabalhar em outra vertente”.

O engenheiro agrônomo Eduardo, nos faz reportar à introdução dos pacotes tecnológicos quando da implementação da modernização da agricultura. A extensão foi criada e utilizada para desempenhar o papel de difusora das novas tecnologias, precisava de um órgão que fizesse este papel, a extensão rural a partir da ACAR-GO e depois com a EMATER-GO, desempenhou este papel mas, foi muito além disso, pois adquiriu a confiança do produtor rural e passou a fazer parte da família rural. No contexto de modernidade a confiança é primordial no desenvolvimento de qualquer trabalho. Assim, ressalta o Engenheiro Agrônomo Juarez sobre a relação da EMATER como intermediária da tecnologia junto aos produtores,

“Claro que vejo, claro que sim. Ainda há pequena influência que a extensão e a pesquisa tem na vida do produtor rural na agricultura familiar. Mas, não tem ainda a assistência na qualidade e na quantidade que ela precisa. Ela é intermediária sim, é necessária sim, eu penso que a extensão tinha que voltar como antigamente, mas agindo em termos de gestão de maneira diferente, oportuna e adequada ao momento, onde os técnicos seriam todos reciclados, pensando grande, pensando em agronegócios, agroindústrias e mercado internacional, além é claro do aspecto da criação ou produção de uma lavoura. São produtos técnicos indispensáveis a qualquer profissional que se propõe a entrar num órgão desse e levar a extensão a assistência técnica ao campo. Têm que ser capacitados à altura do momento, e eles não estão, como também precisam ser mais valorizados à altura e não são, muita coisa precisa ser feita. A extensão rural fez o que está aí e poderia fazer muito mais é uma pena que o governo federal não tenha uma política agrícola, senão isso, da maneira possível entre governo estadual, município e governo federal seria beneficiado com isso, o país está perdendo muito. Sem assistência técnica, sem extensão rural, sem recursos financeiros, sem organização desse produtor, para que possa produzir e vender a sua produção, ele ficará órfão, isolado no seu pedacinho de terra, sem saber o que fazer, aí a rotatividade de vender seu pedacinho de terra”.

A situação da empresa, atualmente, é quase que exclusivamente dependente do Governo de Goiás e dos convênios com a prefeitura, e diante disso, a empresa

tem que construir e estabelecer uma relação de confiança com as duas esferas governamentais. Outro fator de difícil conciliação, citado pelos técnicos, é a questão da ingerência política dentro da extensão rural, isso muitas vezes dificulta a continuidade dos trabalhos.

No depoimento mais crítico do Técnico em Agropecuária Justino, podemos perceber o nível de ingerência política que há dentro da empresa,

“Com o governo municipal a relação era excelente porque tinha os convênios. Como os técnicos da EMATER desempenhavam bem os papéis, naquela época não era tão politizada a Diretoria, aqui acolá havia ingerência, mas, independente quando o técnico não se envolvia em política, a relação quando mudava de prefeito era boa. O Governo Estadual reconhecia, pagava a folha em dia, aqui acolá uns atrasava 6 meses, o outro vinha e pagava(risos). Era uma relação de reconhecimento financeiro, a EMATER tinha que se virar, era os convênios com as prefeituras e os bancos. Na época da ACAR a ingerência era mínima, a sociedade quer o domínio político das instituições, só que ela não exerce bem, ela às vezes coloca técnicos muitas vezes despreparados, mas se é do meu partido é bom, se não é do meu partido é ruim. Essa é a avaliação política, não avalia não o que o técnico já fez, mas o que ele poderia ainda fazer, com o grau de experiência que ele acumulou e com a capacidade que ele tem, o que ele fez é dever, o que poderia fazer, iria contribuir. Então à medida que o pessoal percebeu que podia interferir nas chefias, na lotação do escritório, foram exercendo esse direito e foi desorganizando tudo. Aí, inclusive tem lugares que tem equipes boas, a política vai lá e substitue, não assina convênio, até que vá um do agrado deles Isso já acontecia na EMATER e hoje com mais força”.

Em entrevista com o agrônomo Eduardo,

“Quando tinha a EMBRATER, ela determinava os caminhos, apontava soluções, injetava grande quantidade de recursos na instituição, e o Estado entrava com as contrapartidas e o município com nada. Com o fim da EMBRATER o Estado assumiu grande partes dos custos da instituição e nós precisamos dividir isso com os municípios. É a questão mais importante, até moralmente, quando temos o convênio com o município, porque isso é que estabelece a vinculação da instituição com o município e, nós precisamos também disso na questão financeira de dar sustentabilidade ao serviço, embora o Estado banque a folha de pagamento, ajuda de custo, encargos sociais, é preciso a ajuda dos municípios para dar um serviço à altura da comunidade. O Convênio atualmente é feito diferentemente dos convênios anteriores, o convênio é feito hoje por padrões que contempla a quantidade de técnicos para cada município já definido, mas, o município Pode escolher um a menos ou a mais, considerando a vocação local e regional.

Este é um pouco da história da Extensão Rural no Estado de Goiás, verificando o que ela proporcionou ao produtor rural, e as metodologias utilizadas pela empresa para ser viabilizadora do processo de modernização agropecuária no

Estado de Goiás. E, diante de tais informações, verificamos a importância dos serviços de extensão para o produtor familiar, é preciso aprimorar o que se tem e não deixar acabar.

“Eu acredito que a extensão é imprescindível, indispensável..A cada momento, com novas tecnologias, novos processos de comercialização, industrialização, é preciso que esteja alguém ao lado do produtor para que ele possa evoluir, porque muitos deles, embora hoje esteja bem, menos grave que antigamente, muitos não tiveram oportunidades de acesso às escolas, a única educação que eles tem é a educação informal e nós estamos presentes em 203 municípios, então esses produtores, a oportunidade que eles tem de agregar algum conhecimento é através do trabalho de extensão, com excursões, orientações práticas, palestras, cursos, programas. Eu vejo a extensão como indispensável e seria necessário que houvesse uma sensibilização para isso, para que houvesse uma injeção de recursos para a extensão, tivesse recursos que fosse a título desses destinados para educação, saúde, etc..Porque o Estado de Goiás é eminentemente agropecuário(...) é por isso que deveria ampliar, merecer atenção e esse serviço deveria ser preservado e ampliado e desenvolver o verdadeiro potencial do Estado que é a produção agropecuária, porque o processo e industrialização nosso, ainda é lento e as indústrias que temos em Goiás, são todas ligadas ao setor agropecuário. Nós temos grandes indústrias de processamento de aves, vem do setor agropecuário, indústria de óleo e ração, vem do setor agropecuário, se nós temos indústrias de sabão vem do setor agropecuário, se nós temos laticínios e frigoríficos, tudo vem do setor agropecuário. Embora o Estado esteja de certa forma industrializado, a dependência da produção é total. O Estado depende basicamente da produção, do setor agropecuário, é por isso que eu acho que a extensão deveria ser mais valorizada “. (Engenheiro Agrônomo Eduardo)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa foi realizada com o intuito primordial de revelar algumas das particularidades do processo de modernização agropecuária: Qual foi o papel das instituições que foram criadas para promover este desenvolvimento no campo. Nessa perspectiva, optamos por utilizar o referencial teórico de alguns autores, para trabalharmos temas específicos. E, o modelo teórico utilizado para explicar as especificidades da modernidade, introduzida no meio rural, por meio das instituições especializadas foi o da modernidade reflexiva de Anthony Giddens.

Anthony Giddens nos oferece uma nova interpretação das transformações sociais associadas à modernidade, mostrando os mecanismos de desencadeamento, intrinsecamente envolvidos no desenvolvimento das instituições modernas. A criação das fichas simbólicas, o estabelecimento dos sistemas peritos e as relações de confiança que são essenciais para o distanciamento tempo-espaço, constituem elementos centrais para compreender a ação dos extensionistas encarregados de promover a modernização da agropecuária.

No processo de modernização da agricultura foram criados mecanismos institucionais para viabilizar o processo de modernização junto ao produtor rural. Diante da nossa pesquisa, baseados nas leituras bibliográficas, na pesquisa de campo, identificamos que a EMATER-GO foi e ainda é um ponto de acesso entre modernização da agropecuária e produção familiar, trabalhando juntamente com os órgãos de pesquisa e levando os seus resultados ao campo em forma de Unidades Demonstrativas, Cursos, Excursões, dias de campo; enfim, proporcionando o conhecimento ao produtor rural. Com algumas dificuldades, com suas falhas, é claro, mas durante o período foi o único órgão a desenvolver este trabalho, o de ser intermediária junto ao produtor.

Quando analisamos a modernização agropecuária, vista pelo lado da aceitação do produtor na visão dos extensionistas, podemos perceber claramente que a introdução das tecnologias não foi fácil, era preciso um trabalho de sensibilização, conhecimento, prática, pois a aceitação por parte do produtor não era imediata. significava uma mudança de cultura, a até aquele momento ele vivia do conhecimento tradicional passado de pai para filho.

Quando Giddens nos afirma que a confiança em princípios impessoais, bem como em outros anônimos, torna-se indispensável à existência social, e, que essa confiança pessoal precisa ser trabalhada pelas partes envolvidas, requerendo uma abertura do indivíduo para o outro, a confiança tem que ser ganha e o meio de fazê-lo consiste em abertura e cordialidade demonstráveis. Trazendo isso para o contexto da nossa pesquisa, torna-se bastante claro que os extensionistas conseguiam fazer as transferências de tecnologia porque existia uma confiança do produtor no técnico extensionista no sentido do conhecimento científico. Mas também existia uma confiança que ultrapassava esse limite, ou seja, transferindo o conhecimento científico para os laços da vida cotidiana, o técnico passava a fazer parte da vida do produtor. Os produtores conseguiram achar a sua identidade entre as estratégias e opções oferecidas pelos serviços de extensão. Foi por meio da metodologia da extensão que essa confiança foi adquirida, pois extensão segundo os técnicos, envolve muito mais que a simples assistência técnica, ou seja, envolve o trabalho como um todo, o social, o técnico, enfim, a vida do produtor,. O verdadeiro extensionista é aquele que vê o todo na propriedade e tenta ajudar o produtor.

Nós estamos falando muito mais do que tecnologia, envolve toda uma concepção de mundo, mais racional e moderno.

Entretanto, quando essa confiança é abalada, torna-se inviável aos agentes nos pontos de acesso transferir os conhecimentos adquiridos pelos órgãos de pesquisa ao produtor. Isso ficou muito claro no nosso trabalho, quando houve o processo de liquidação da EMATER-GO e a criação da AGENCIARURAL, e se juntaram órgãos incompatíveis de se trabalhar em conjunto, como a extensão e a fiscalização. Toda aquela confiança que o produtor tinha no extensionista foi abalada e precisa ser recuperada se os serviços de extensão quiserem continuar a desempenhar o seu papel, mesmo que seja dentro de uma outra vertente como foi falado nas entrevistas, a preservação do meio ambiente.

Podemos perceber claramente que os problemas da EMATER começaram com a extinção da EMBRATER, depois a junção com a EMGOPA e se intensificaram com a liquidação da EMATER e criação da AGENCIARURAL. Vários problemas que foram acarretando uma situação que, a meu ver, se não forem elaboradas políticas públicas a nível estadual e federal para o reerguimento da extensão rural a tendência é cada vez mais inviabilizar o trabalho de extensão.

Outro ponto constatado na nossa pesquisa de campo é a uniformidade de informações repassadas pelos técnicos da extensão rural, o que demonstra que na época da EMATER havia um planejamento de ações e uma metodologia de trabalho bastante integrada entre os técnicos. Nas entrevistas conversamos com extensionistas de localidades diferentes, e também com funções diferenciadas na empresa. Percebemos também nos técnicos um grande comprometimento pelo serviço de extensão, apesar, de no momento estarem um pouco abalados e desanimados com tantas mudanças.

Pelos dados levantados e pelas entrevistas realizadas foi possível constatar que durante o período de 1975-1999 a EMATER-GO foi a instituição que promoveu a inserção do produtor familiar no processo de modernização da agricultura, foi o ponto de acesso entre o conhecimento científico dos órgãos de pesquisa e o meio rural, principalmente o produtor familiar. Diante de tais fatos é preciso ser repensado o serviço de extensão rural, ele não pode acabar, pois, segundo os técnicos, o pequeno produtor ainda precisa muito da extensão, pois o grande e médio tem condições de contratar os serviços particulares mas, o pequeno só tem a extensão. Outro fator a ser considerado é que os serviços particulares visam lucro e o pequeno produtor não tem condições para tal. Nas palavras da Extensionista Social Eliane “Assistência Técnica todo mundo faz, mas Extensão Rural somente a EMATER fez e a AGENCIARURAL pode fazer”.

Toda a nossa pesquisa empírica baseou-se na percepção dos agentes de extensão frente ao processo de relação entre Produção Familiar e Modernização da Agropecuária e o papel da extensão rural dentro desse processo. Mas, essa pesquisa não se encerra aqui, é preciso retomá-la futuramente, em uma outra ocasião, para que possamos analisar os impactos desses métodos extensionistas na vida do produtor e no aumento de sua produção e produtividade, assim como a sua qualidade de vida. Verificar na sua visão como a extensão desempenhou o seu papel nesse processo.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. São Paulo:UNICAMP,1992.

ABIPTI, SEBRAE, CNPq, IEL, EMBRAPA. **AGROPOLO: Uma proposta metodológica**. Brasília: 1999.

ANJOS, Flávio Sacco dos. **A Agricultura Familiar em Transformação: O caso dos Colonos-Operários de Massaranduba (SC)**.Pelotas:UFPEL/Editora Universitária,1995.

ARROYO, Miguel G. **A problemática da democratização do ensino público em Minas Gerais (1930-1964)**. Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro,1981.

BLANDER, Mário. **Goiás em Exame**. Revista Exame. Ed: 820-23/06/04. Goiânia: Abril,2004.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Plantar, Colher e Comer**. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

BECK, Ulrich. A Reinvenção da Política.In: GIDDENS, Antony; BECK, Ulrich; LASH, Scott. **Modernização Reflexiva: Política, Tradição, Estética na ordem social moderna**. São Paulo: UNESP,1997 p.11-72.

BRUM, Argemiro Jacob. **Modernização da Agricultura: trigo e soja** Petrópolis: Vozes, 1988.

CÂNDIDO , Antônio. Os **Parceiros do Rio Bonito**. 3ª ed., São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1975.

CAUME, David José. **A Agricultura Familiar no Estado de Goiás**. Goiânia: UFG, 1997.

CHAMPAGNE, Patrick, LENOIR, Remi, MERLLIÉ, Dominique. **Iniciação à Prática Sociológica**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas**. São Paulo: Cortez, 1989.

CHAYANOV, Alexander V. Sobre a Teoria dos Sistemas Econômicos não Capitalistas. In: GRAZIANO DA SILVA, José e STOLCKE, Verena. **A Questão Agrária**. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1981, p.133-163.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.

DUARTE, Lyz Elizabeth Amorim Melo. **Unidades Familiares de Produção: Uma indagação teórica.** Boletim Goiano de Geografia.22(2) 93-122.Jul/Dez. 2002.

ESTEVAN, Luís. **O Tempo da Transformação: Estrutura e Dinâmica da Formação Econômica de Goiás.**Goiânia: Ed. do autor.1998

Empresa de Assistência Técnica e Extensão-EMATER-GO. **Relatório Anual de Atividade.** Goiânia:EMATER-GO.1975-1999.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST Formação e Territorização.** São Paulo: Hucitec, 1996.

FIGUEIREDO, Vilma, TRIGUEIRO, Michelangelo. **O Processo de Modernização nas Fronteiras Agrícolas: a região geoeconômica de Brasília.** Brasília:Ed. UnB, 1986.(Série Sociológica, 59).

FONSECA, Maria Tereza Lousa. **Extensão Rural no Brasil, um projeto educativo para o capital.** São Paulo: Loyola, 1985.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou Comunicação.** Rio de Janeiro: Paz e Terra,1992.

Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Modernização da Agricultura no Sudoeste de Goiás.** IBGE-EMBRAPA. Rio de Janeiro,1982.

GARCIA JR, Afrânio Raul. **O Sul: Caminho do roçado: estratégia de reprodução camponesa e transformação social.** São Paulo e Brasília: Marco Zero e UNB, 1990.

GUANZIROLI, Carlos,(et tal). **A Agricultura Familiar e a Reforma Agrária no Século XXI.** Rio de Janeiro:Guaramondi,2001.

GIDDENS, Antony; BECK, Ulrich; LASH, Scott. **Modernização Reflexiva: Política, Tradição, Estética na ordem social moderna.** São Paulo: UNESP,1997.

GIDDENS, Antony **.A Constituição da Sociedade.** São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____ **A Transformação da Intimidade.**São Paulo: Ed.UNESP, 1993.

_____ **As Conseqüências da Modernidade.** São Paulo:Ed. UNESP,1991.

_____. **As Novas regras do Método sociológico.** Lisboa: Gradiva, 1996.

_____.A Vida em uma Sociedade Pós-Traducional.In: GIDDENS, Antony; BECK, Ulrich; LASH, Scott. **Modernização Reflexiva: Política, Tradição, Estética na ordem social moderna.** São Paulo: UNESP,1997,p.73-134.

GOODMAN, David; SORJ Bernard; WILKINSON, John. **Da lavoura às Biotecnologias.** São Paulo: Campus,1990.

GRAZIANO DA SILVA, José, STOLCK, e Verena (Org.). **A Questão Agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. **A Modernização Dolorosa**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1982.

_____. **O que é Questão Agrária**. 3ª reimpressão. São Paulo: Brasiliense S.A, 1980.

GRAZIANO NETO, Francisco. **Questão Agrária e Ecologia: crítica da moderna agricultura**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias Qualitativas na Sociologia**. Petrópolis: vozes, 2.000.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia. **A Morada da Vida**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

IANNI, Octavio. **A Sociedade Global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

_____. **Agricultura e Mundialização**. Cadernos de Sociologia: A pesquisa social na agricultura do sul do Brasil. nº especial, Porto Alegre, vol.5, nº 6, p.11-20, Out, 1994.

_____. **Sociologia da Sociologia**. São Paulo: Ática, 1989.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Anuário Estatístico**. Goiás/Brasil, 1996.

KAGEYAMA, Ângela (coord). O Novo padrão agrícola brasileiro: Do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, Guilherme Costa, GASQUES, José Garcia; VILA VERDE, Carlos Monteiro. **Agricultura e Políticas públicas**. Brasília: IPEA, 1990. cap.11, p. 113-223.

LAMARCHE, Hugles (coord). **A Agricultura Familiar**. Campinas-SP: Unicamp, 1993.

LAUILLE, Cristian, DIONNE, Jean. **A Construção do Saber: Manual de Metodologia da Pesquisa em Ciências Humanas**. Porto Alegre: UFMG, 1999.

LIMA, Dalmo Marcelo de Albuquerque; WILKINSON, John (orgs). **Inovação nas Tradições da Agricultura familiar**. Brasília: CNPq, 2002.

LOUREIRO, Maria Rita Garcia. **Terra, Família e Capital: Formação e expansão da pequena Burguesia rural em São Paulo**. Petrópolis: Vozes, 1987.

MARIN, Joel Orlando. **Conformismo e resistência dos camponeses à extensão rural**. Dissertação de Mestrado. Santa Maria/RS, 1991.

MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e Tradicionalismo**. São Paulo: Pioneira, 1975.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997.

MENEZES NETO, Júlio Antonio. **Educação, sindicalismo e novas tecnologias nos processos sociais agrários**. Disponível em: <http://senac.br/informativo/BTS/233/boltec233.d.htm>. acesso em: 20 jun.2005.

MARX, Karl. **O capital: edição resumida**. 6 ed, Rio de Janeiro: ZAHAR, 1980.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Petrópolis: Vozes, 1993.

MIRANDA, José Luís Carneiro de; GUSMÃO, Heloísa Rios. **Apresentação e Elaboração de Projetos e Monografias**. Niterói: EDUFF, 1997.

MIZIARA, Fausto. **Condições estruturais e opção individual na formulação do conceito de fronteira agrícola**. In: *Relações Cidade-Campo: fronteiras*. Goiânia: Ed. UFG, 2000.

MORAES, Robert Carlos Antônio; COSTA, Wanderley Messias da Costa. **A Valorização do Espaço**. São Paulo: HUCITEC, 1987.

MORENO, Pedro Vale. **Subsídios para o estabelecimento de Diretrizes de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília: EMBRATER, 1985.

MUELLER, Charles Curt. Políticas governamentais e expansão da agropecuária no centro-oeste. In: **Revista planejamento e Políticas Públicas**. Nº 3, Junho/1990, p. 45 a 74.

MUSSOL, Eros Marlon. **Extensão rural: Uma contribuição ao seu repensar**. Brasília: EMBRATER, 1985.

NOGUEIRA, Marco Aurélio Nogueira. **Um Estado para a Sociedade Civil: temas Éticos e Políticos da gestão Democrática**. São Paulo: 2004.

OLINGER, Glauco. **Ascensão e decadência da Extensão Rural no Brasil**. Florianópolis: EPAGRI, 1996

_____. **Extensão Rural: Verdades e Novidades**. Florianópolis: EPAGRI, 1998.

_____. **Extensão Rural e Política agrícola**. Brasília: EMBRATER: 1984.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A Agricultura Camponesa no Brasil**. 3ª ed., São Paulo: Contexto, 1997.

ORMOND, José Geraldo Pacheco. **Glossário de Termos Usados em Atividades Agropecuárias, Florestais e Ciências Ambientais**. Rio de Janeiro: BNDES. 1ª edição, 2004.

OLIVEIRA, Mauro Márcio. **A Utopia extensionista**. Brasília: EMBRATER, 1988.

PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação Popular e educação de adultos: Contribuição histórica da educação brasileira**. São Paulo: Edições Loyola, 1973.

PEREIRA, Armantino Alves(org). **Agricultura de Goiás: Análise & Dinâmica**. Goiânia: Ed. UCG,2004.

QUEDA, O. & SZMRECSANYI T. **O Papel da Educação Escolar e da assistência Técnica. In: Vida Rural e Mudança Social**. São Paulo: Ed. Nacional, 1976.

RIBEIRO, José Paulo. **O Papel da Extensão Rural no desenvolvimento da Agricultura Brasileira**. Brasília: EMBRATER,1983.

_____.**Objetivos, Princípios e Conceitos de Extensão Rural**. Brasília: EMBRATER/CODES, 1984

RIBEIRO, Ricardo Pinto. **O Sistema brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural: Uma análise retrospectiva**. Brasília:EMBRATER,1985.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. **Meio Ambiente e Dinâmica de Inovações na Agricultura**. São Paulo: Annablume:FAPESP,1998.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado**.São Paulo: HUCITEC, 1996.

SALIM, C. A. . **As Políticas econômicas e tecnológicas para o desenvolvimento agrário das áreas de cerrado: avaliação e perspectivas**. Cadernos de Difusão de Tecnologia. Brasília, v.3, nº2 maio/ago.1986,p. 293-342.

Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento do Estado de Goiás. **Cenário Sócio Econômico do Estado de Goiás: Perfil da Mesorregião Sul Goiano**. Goiânia:SEPLAN, 2003.

_____. **Goiás em dados** .Goiânia: SEPLAN. 2003/2004.

_____. **Anuário Estatístico do Estado de Goiás-2003**. Goiânia: SEPLAN,2003.

SILVA, Maria Angela, PINHEIRO, Maria, Salete de Freitas, FREITAS, Nara Eugênia de Freitas. **Guia para normalização de trabalhos técnicos-científicos: projetos de pesquisa, monografias dissertações, teses**. Uberlândia: UFU, 2004. 163 p.

SILVA, Gustavo T. (Coordenadora). **A Comunicação na Extensão rural: Fundamento e Diretrizes Operacionais**. Brasília: EMBRATER,1987.

SILVA, Luiz Sérgio Duarte da. **Relações Cidade-Campo: Fronteiras**. Goiânia: Ed. UFG, 2000.

SORJ, Bernardo. **Estado e Classes Sociais na agricultura Brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1980.

SOUZA, Jessé; **A Modernização seletiva: Uma reinterpretação do dilema brasileiro**. Brasília: UNB, 2000.

SOUZA, Francilane Eulália. **Encantos e Desencantos na Fronteira Agrícola do Cerrado: transformações e perspectivas na COPAMIL (Cooperativa Agrícola Mista Irai Ltda)**.Dissertação de Mestrado.Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Sócio-Ambientais,2003,179p.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. Crítica da Sociologia Rural e a Construção de uma outra sociologia dos processos sociais agrários. In: **Ciências Sociais Hoje. Anuário de Antropologia, Política e sociologia**. São Paulo: Ed. Vértice,1991,p.13-51.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. **Normas para Apresentação de Documentos Científicos**. Curitiba: Editora UFPR, 2002.

APÊNDICES

Apêndice 1- TABELA PRODUTORES ASSISTIDOS EM GOIÁS 1980-1999

PRODUTORES ASSISTIDOS	1980	1981	1982	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993
Grandes	3.838	3.160	2.040	1.401	1.362	1.797	2.126	1.201	1.610	1.411	1.115	1.519
Médios	12.475	10.564	8.836	4.314	4.403	3.357	6.315	5.147	4.581	4.400	3.867	4.604
Pequenos	31.667	31.129	26.673	25.371	25.120	26.754	35.072	29.755	27.905	29.851	30.281	31.409
Famílias		6.360				10.534	15.635	14.244	12.182	11.691	11.531	12.406
Jovens		2.334				2.891	3.363	3.049	3.567	3.506	5.153	3.593

PRODUTORES ASSISTIDOS	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Grandes	1.829	1.744	1.598	1.391	1.320	1.014
Médios	5.482	5.617	5.089	4.127	4.322	3.379
Pequenos	36.435	39.717	36.937	31.460	36.714	30.452
Famílias	12.944	15.046	11.582	8.712	10.887	9.808
Jovens	3.733	4.412	4.364	2.823	2.657	1.923

Fonte: Relatório de atividades da EMATER – GO – 1975-1999.

Elaboração: Eloisa Pio de Santana, 2005

Apêndice 2- TABELA PRODUTORES ASSISTIDOS EM CULTURAS EM GOIÁS 1975-1999

CULTURAS	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
Algodão	517	349	513	302	169	322	1.571	151	125	327	449	109
Alho					363	801	910	1.359	1.359	409	201	359
Arroz	12.377	12.457	10.781	6.847	9.456	24.306	23.635	18.713	14.952	13.880	12.699	14.146
banana			133	289	926	2.136	1.391	1.228	782	850	755	462
Citros					139	356	255	1.160	164	439	484	498
Feijão	784	1.116	1.240	1.109	771	4.274	5.029	5.331	3.192	4.343	4.893	5.946
Milho	6.703	6.511	7.312	4.771	5.280	13.919	12.980	12.824	10.826	11.166	11.822	12.130
Oleráceas	1.113	1.668	1.820	2.216	1.153	3.491	3.149	2.881	2.881	3.176	2.013	2.428
Soja	9.836	597	839	573	906	1.912	2.188	1.624	1.729	2.250	1.851	1.213
Tomate					622	1.955	1.365	1.160	889	841	674	669

CULTURAS	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1998	1999
Algodão	147	113	112	124	84	69	110	64	333	68	133	71
Alho	6.360	5.960	6.130	6.820	643	640	167	385	248	337	311	
Arroz	14.955	19.316	14.114	10.266	13.008	12.130	12.434	13.167	11.260	8.897	9.717	7.070
banana					396	405	577	851	736	962	877	
Citros					1.088	898	748	888	785	833	710	
Feijão	6.956	7.885	7.373	6.356	6.441	5.109	4.099	6.274	4.091	2.951	3.559	2.397
Milho	14.051	17.668	15.139	11.584	12.644	10.968	11.649	13.789	12.267	13.367	12.628	10.128
Oleráceas					3.318		3.227					3.533
Soja	1.207	1.233	1.718	1.443	1.054	990	874	1.316	1.015	888	1.019	958
Tomate	63.920	88.590	64.525	135.990	1.077	898	616	656	1.244	1.169	1.006	

Fonte: Relatório de atividades da EMATER – GO – 1975-1999.

Elaboração: Eloisa Pio de Santana, 2005

Apêndice 3- TABELA ÁREAS ASSISTIDOS EM CULTURAS EM GOIÁS 1975-1999

CULTURAS/ÁREAS	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
Algodão	517	349	513	302	169	322	1.571	151	125	327	449	109
Alho					363	801	910	1.359	1.359	409	201	359
Arroz	12.377	12.457	10.781	6.847	9.456	24.306	23.635	18.713	14.952	13.880	12.699	14.146
banana			133	289	926	2.136	1.391	1.228	782	850	755	462
Citros					139	356	255	1.160	164	439	484	498
Feijão	784	1.116	1.240	1.109	771	4.274	5.029	5.331	3.192	4.343	4.893	5.946
Milho	6.703	6.511	7.312	4.771	5.280	13.919	12.980	12.824	10.826	11.166	11.822	12.130
Oleráceas	1.113	1.668	1.820	2.216	1.153	3.491	3.149	2.881	2.881	3.176	2.013	2.428
Soja	9.836	597	839	573	906	1.912	2.188	1.624	1.729	2.250	1.851	1.213
Tomate					622	1.955	1.365	1.160	889	841	674	669
Outras culturas	1.064	1.064				652	443	258	153			

CULTURAS/ÁREAS	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1998	1999
Algodão	147	113	112	124	84	69	110	64	333	68	133	71
Alho	6.360	5.960	6.130	6.820	643	640	167	385	248	337	311	
Arroz	14.955	19.316	14.114	10.266	13.008	12.130	12.434	13.167	11.260	8.897	9.717	7.070
banana					396	405	577	851	736	962	877	
Citros					1.088	898	748	888	785	833	710	
Feijão	6.956	7.885	7.373	6.356	6.441	5.109	4.099	6.274	4.091	2.951	3.559	2.397
Milho	14.051	17.668	15.139	11.584	12.644	10.968	11.649	13.789	12.267	13.367	12.628	10.128
Oleráceas					3.318		3.227					3.533
Soja	1.207	1.233	1.718	1.443	1.054	990	874	1.316	1.015	888	1.019	958
Tomate	63.920	88.590	64.525	135.990	1.077	898	616	656	1.244	1.169	1.006	
Outras culturas	1.448	1.735	1.561	1.325	881	870	1.037	1.562	1.263	2.270	2.734	1.861

Fonte: Relatório de atividades da EMATER – GO – 1975-1999.

Elaboração: Eloisa Pio de Santana, 2005

Apêndice 4- TABELA PRODUTORES ASSISTIDOS EM PECUÁRIA EM GOIÁS 1975-1999

Produtores	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984
Aves	110	167		20			171	152	248	231
Bovinos de corte	11.360	10.941	10.152	6.265	7.839	2.610	15.332	13.589	11.435	11.776
Bovinos de leite	3.097	3.193	4.362	2.921	3.461	8.390	7.247	7.028	6.314	7.615
Suínos	193	79		68	91	341	258	271	282	284

Produtores	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995		
Aves	455	1.067				273	593	581	4.178	889	1.209		
Bovinos de corte	9.564	7.876	9.963	12.264	8.632	6.699	6.940	8.302	16.286	20.228	11.695		
Bovinos de leite	6.614	7.339	8.680	11.810	11.640	11.710	10.616	11.588	13.310	13.900	18.475		
Suínos	525	818				259	246	384	890	542	1.070		

Produtores	1996	1997	1998	1999
Aves	745		580	1.210
Bovinos de corte	12.424		8.567	5.826
Bovinos de leite	21.747		23.016	15.655
Suínos	699		448	

Fonte: Relatório de atividades da EMATER – GO – 1975-1999.

Elaboração: Eloisa Pio de Santana, 2005

Apêndice 5- TABELA CRIAÇÕES ASSISTIDAS EM PECUÁRIA EM GOIÁS 1975-1999

Rebanho assistido	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984
Aves		1.636.147		595.029		2.602	3.550.416	3.199.903	2.262.893	3.201.120
Bovinos de corte		2.483.289	2.524.606	2.610	2.482.149	2.873	3.577.443	2.500.742	2.335.321	2.079.528
Bovinos de leite		504.571	715.478	549.684	644.763	793	842.385	575.225	571.411	640.850
Suínos		25.071		100.205	10.427	30	44.151	27.352	34.714	18.247

Rebanho assistido	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994
Aves	26.130	77.530				12.603	90.021	18.169	1.173	59.878
Bovinos de corte	1.944.399	1.335.594	2.596.414	2.931.041	2.931.041	1.868.106	2.149.953	3.025.803	1.421.874	2.550.354
Bovinos de leite	595.860	554.281	854.900	991.450	1.179.950	1.230.000	1.149.687	1.111.347	3.359.281	1.303.126
Suínos	21.618	19.642				2.716	56.334	38.851	70.065	27.312

Rebanho assistido	1995	1996	1997	1998	1999
Aves	125.051	311.384		40.171	389.401
Bovinos de corte	2.863.192	2.939.540	4.022.141	2.909.155	1.795.503
Bovinos de leite	1.523.525	1.747.276		1.875.413	1.584.211
Suínos	59.778	40.452		38.647	

Fonte: Relatório de atividades da EMATER – GO – 1975-1999.

Elaboração: Eloisa Pio de Santana, 2005

Apêndice 6- NÚMERO DE PESSOAS ATENDIDAS EM ORGANIZAÇÃO RURAL EM GOIÁS 1975-1999

ORGANIZAÇÃO RURAL/No. Pessoas	1980	1981	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990
	132.523	11.200			9.537	12.769	12.066	3.608		
Sindicatos rurais	19.360	25.569	43.774	44.290			58.502	58.485	53.648	46.666
Grupos de produtores	1.697	2.309	2.672	5.340	13.552	18.671	14.404	12.808	11.514	9.958
Grupo de mães	1.248	2.318	2.498		2.138		3.052	4.042	4.356	4.648
Grupo de jovens	1.058	1.514	2.791	3.251	2.500	2.950		3.135		2.097
Clubes 4-S	712	820	318	367	422	389		228	122	
Comissões	410	622	1.021	1.059		1.009	1.643	1.045	1.557	1.476
Outras associações	1.987	2.032	4.278	3.859	2.922	4.811	3.500	7.851	10.135	15.411

ORGANIZAÇÃO RURAL/No. Pessoas	1992	1993	1994	1995	1996	1998	1999
	1.951	2.447	2.300	3.101	2.541	2.340	
Sindicatos rurais	38.984	36.527	38.222	35.248	43.880	35.969	37.837
Grupos de produtores	9.216	8.735	9.483	10.136	12.426	12.548	7.441
Grupo de mães	4.034	3.104	3.151	4.178	4.111	3.486	3.531
Grupo de jovens	2.055	1.028	1.001	1.089	983	732	530
Clubes 4-S	1.591						
Comissões		1.374	1.947	2.155	2.770	1.991	1.185
Outras associações	25.602	22.057	24.681	25.378	22.803	18.795	15.844

Fonte: Relatório de atividades da EMATER – GO – 1975-1999. Elaboração: Eloisa Pio de Santana, 2005

Apêndice 7- NÚMERO ORGANIZAÇÕES ATENDIDAS EM GOIÁS 1975-1999

Organização Rural/Quantidades	1980	1981	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990
	46	46	67	67	31	31	36	39	29	
Sindicatos rurais	44	101	71	87	87		79	113	111	110
Grupos de produtores	140	164	177	338	338	1.050	940	643	585	443
Grupo de mães	92	104	166		144		184	243	283	241
Grupo de jovens	64	76	109	118	118	154		168	146	105
Clubes 4-S	31	35	14	16	16	15		8	4	
Comissões	43	67	97	136		118	105	125	130	104
Outras associações										

Organização Rural /Quantidades	1992	1993	1994	1995	1996	1998	1999
Sindicatos rurais	111	91	98	110	255	167	155
Grupos de produtores	413	416	138	464	627	687	495
Grupo de mães	231	187	191	269	273	288	211
Grupo de jovens	94	50	43	51	50	38	26
Clubes 4-S	121						
Comissões		187	103	129	196	158	140
Outras associações	416	557	557	811	770	727	711

Fonte: Relatório de atividades da EMATER – GO – 1975-1999.

Elaboração: Eloisa Pio de Santana, 2005

Apêndice 8- TABELA PRESERVAÇÃO MEIO AMBIENTE EM GOIÁS 1975-1999

Preservação Meio Ambiente	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984	1985
Conservação do Solo – área assistida(há)	640.639	326.751	42.768	44.228	49.145	474.454	66.850	64.979	58.326	97.182	275.495

Preservação Meio Ambiente	1987	1988	1989	1990	1991	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Conservação do Solo área assistida(há)	401.290	605.670	614.242	153.409	406.091	428.478	362.934	391.786	631.852	91.693	293.981	66.679

Fonte: Relatório de atividades da EMATER – GO – 1975-1999. Elaboração: Eloisa Pio de Santana, 2005

Apêndice 9- TABELA PESSOAS ATENDIDAS EM BEM ESTAR SOCIAL EM GOIÁS 1975-1999

PROJETO BEM ESTAR SOCIAL	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984
Saúde	74.316	76.335	52.203	25.175	18.996	3.328	77.768	255.757	36.117	29.683
Alimentação	31.833	6.531	7.643	3.743	2.744	4.086	13.296	58.456	38.077	2.388
Educação	19.732	3.008	2.822	3.743	7.826	77.691	3.023	2.820	6.674	80

PROJETO BEM ESTAR SOCIAL	1985	1986	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Saúde	5.182	56.982	14.244	18.064	20.633	13.324	12.091	9.380	10.926	7.935	4.326	5.302	6.615
Alimentação	5.427	18.984	14.246	12.614	13.638	5.931	4.102	6.288	5.829	5.262	2.847	5.632	11.146
Educação			3.317				382	348				1063	

Fonte: Relatório de atividades da EMATER – GO – 1975-1999. Elaboração: Eloisa Pio de Santana, 2005

Apêndice 10- TABELA CAPACITAÇÃO PRODUTORES RURAIS EM GOIÁS 1975-1999

CAPACITAÇÃO MÃO DE OBRA RURAL	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983
Cursos	129	246	144	575	608	661	514	324	453
Produtores Capacitados	2.201	3.470	1.915	8.458	8.634	8.217	8.024	6.408	7.884

CAPACITAÇÃO MÃO DE OBRA RURAL	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Cursos	12	459	568	500	683		542	279	386	469	885	797
Produtores Capacitados	8.770	7.947	8.805	7.708	10.428		8.178	4.643	6.374	8.374	16.147	11.780

CAPACITAÇÃO MÃO DE OBRA RURAL	1996	1997	1998	1999
Cursos	718	405	966	435
Produtores Capacitados	9.879	8.000	17.128	8.530

Fonte: Relatório de atividades da EMATER – GO – 1975-1999.

Elaboração: Eloisa Pio de Santana, 2005

Apêndice 11- TABELA PROGRAMAS ESPECIAIS POLOCENTRO EM GOIÁS 1980-1986

Polocentro	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
Produtores assistidos	14.257	17.177	11.372	9.094	11.722	11.200	11.088
Áreas de lavouras assistidas	567.073	888.370	422.560	430.097	377.507	333.300	345.882
Rebanho bovino assistido	1.102.000	1.180.651	807.846	741.350	898.022	1.090.377	796.122
rebanho suíno assistido	7.000	6.410	10.844		536	530	2.222
rebanho avícola		15.000	21.000				11.290
Crédito rural aplicado	3.623.937						

Fonte: Relatório de atividades da EMATER – GO – 1975-1999. Elaboração: Eloisa Pio de Santana, 2005

Apêndice 12- TABELA PROGRAMAS ESPECIAIS GEOECONÔMICA EM GOIÁS 1980-1986

Goeconômica	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
Produtores assistidos	13.924	12.710	11.421	9.190	11.528	11.100	10.188
Áreas de lavouras assistidas	219.922	334.225	222.535	175.819	195.430	178.500	145.486
Rebanho bovino assistido	868.000	1.145.519	715.794	613.660	738.068	455.605	496.823
rebanho suíno assistido	6.000	4.944		1.273	1.870	3.773	11.821
rebanho avícola	290.000	130.000	12.000	49.000	16.650	1.440	42.940
Crédito rural aplicado	1.278.210						

Fonte: Relatório de atividades da EMATER – GO – 1975-1999. Elaboração: Eloisa Pio de Santana, 2005

Apêndice 13- TABELA PROGRAMAS ESPECIAIS POLAMAZÔNIA EM GOIÁS 1980-1986

Polamazônia	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
Produtores assistidos	1.592	1.739	1.472	1.565	1.333	1.600	1.209
Áreas de lavouras assistidas	11.679	20.481	11.675	19.072	14.198	12.000	6.569
Rebanho bovino assistido	167.000	197.773	108.065	137.122	170.676	203.570	49.870
rebanho suíno assistido				200			
rebanho avícola						14.030	14.030
Crédito rural aplicado	205.911						

Fonte: Relatório de atividades da EMATER – GO – 1975-1999. Elaboração: Eloisa Pio de Santana, 2005

Apêndice 14- TABELA ÁREA COLHIDA NO ESTADO E ÁREA ASSISTIDA PELA EMATER-GO 1980-1999

		1980	1985	1990	1995	1996	1997	1998	1999
ARROZ	GOIÁS	1.186.728	860.774	296.070	263.068	189.703	138.092	130.607	196.558
	EMATER	598.604	260.211	83.425	100.522	62.816	60.065	55.128	
FEIJÃO	GOIÁS	160.547	198.239	180.770	133.915	83.418	107.380	108.337	143.170
	EMATER	37.575	42.306	55.925	37.353	24.974	26.373	26.189	
SOJA	GOIÁS	246.066	734.210	972.430	1.121.511	913.633	1.017.068	1.382.705	1.333.646
	EMATER	110.192	169.262	85.728	206.014	121.034	181.082	131.569	
MILHO	GOIÁS	803.268	734.120	873.650	881.954	924.794	956.296	667.719	802.289
	EMATER	295.838	279.162	148.098	258.890	230.779	178.549	230.191	
TOMATE	GOIÁS	1.076	2.053	6.896	4.653	4.756	6.833	5.568	10.677
	EMATER	849	791	3.205	2.960	2.381	2.099		
ALGODÃO	GOIÁS	31.450	64.060	35.459	69.533	81.575	83.234	186.621	117.056
	EMATER	21.957	10.085	3.962	9.972	12.332	18.179	5.018	

Fonte: Relatório de atividades da SEPLAN/SEPIN – GO – 2003.
Relatório de atividades da EMATER-GO-1980-1999

Elaboração: Eloisa Pio de Santana, 2005

ANEXOS

Anexo 1

**Universidade Federal de Goiás
Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia
Departamento de Pós-graduação em Sociologia
Mestrado em Sociologia**

**ROTEIRO PARA APLICAÇÃO DAS ENTREVISTAS COM OS
TÉCNICOS DA EXTENSÃO RURAL - EMATER-GO**

Selecionar junto ao setor de pessoal e nos próprios escritórios locais os funcionários que participaram dos trabalhos de extensão e assistência técnica durante o período de 1975-1999, para a realização das entrevistas.

Esta entrevista será não diretiva, durante a entrevista a motivação será no sentido de abranger as seguintes variáveis:

1. Como foi o desenvolvimento do trabalho da empresa durante o período de 1975 a 1999;
2. Como era a aceitação ou não das novas técnicas pelos produtores familiares;
3. Cite as vantagens que os produtores familiares viam nas novas técnicas implantadas e o direcionamento das mesmas.
4. Quais os problemas enfrentados pela empresa a partir da Extinção da EMBRATER (1990) e Liquidação da EMATER (1999).
5. Quais as formas de gestão implantadas pelos produtores, após a adoção das novas técnicas de manejo da agricultura e pecuária.
6. Como o extensionista percebe esse padrão tecnológico moderno;
7. O que você entende por extensão? E assistência técnica? Qual a sua avaliação das tecnologias repassadas aos produtores?
8. Como era feito o trabalho de transferência de tecnologia para a agricultura familiar?
9. Como era a relação da EMATER-GO com todos os produtores: Pequenos, Médios e Grandes?
10. Como você avalia o conhecimento tradicional do produtor familiar?

11. Quais são os critérios utilizados para caracterizar pequeno, médio e grande produtor?
12. Quais eram os critérios utilizados para escolha dos cursos para capacitação dos técnicos para haver transferência de tecnologia junto aos produtores?
13. Gostaria de saber se há diferenciação com relação à atuação da extensão rural nas diversas regiões em que a empresa atua por meio dos escritórios regionais e locais?
14. Como era a relação da EMATER-GO com o Governo Federal, Estadual e Municipal? Há ingerência política no desenvolvimento dos processos?
15. Você vê a EMATER-GO como uma intermediária entre os produtores familiares e a modernização da agropecuária?
16. A proposta da extensão era o aumento da produção e da produtividade do produtor, como você analisa esse aspecto com relação ao produtor familiar? a extensão rural contribuiu para o avanço da sua produção e sua inserção no mercado?
17. A microrregião Sudoeste atuou de forma bastante intensiva no desenvolvimento dos Programas Sociais do Governo Federal. Como foi o desenvolvimento desses programas no Sudoeste, o atendimento foi prioritário aos pequenos produtores ou privilegiou médios e grandes, quais eram os critérios desses programas para atendimento aos produtores.
18. Fazendo a análise dos dados da atuação da empresa no Estado, identificamos por meio dos relatórios que a prioridade à conservação do solo estava voltada principalmente para as regiões onde o cultivo e a mecanização são mais intensivos: Sul, Sudoeste e Mato Grosso de Goiás. Gostaria de discutir um pouco com vocês, as outras regiões não foram privilegiadas? Por quê?
19. Analisar os dados levantados, tabelas e gráficos 1975-1999.

Anexo 2

ANEXO 3

Anexo 4

Anexo 5

Anexo 6

